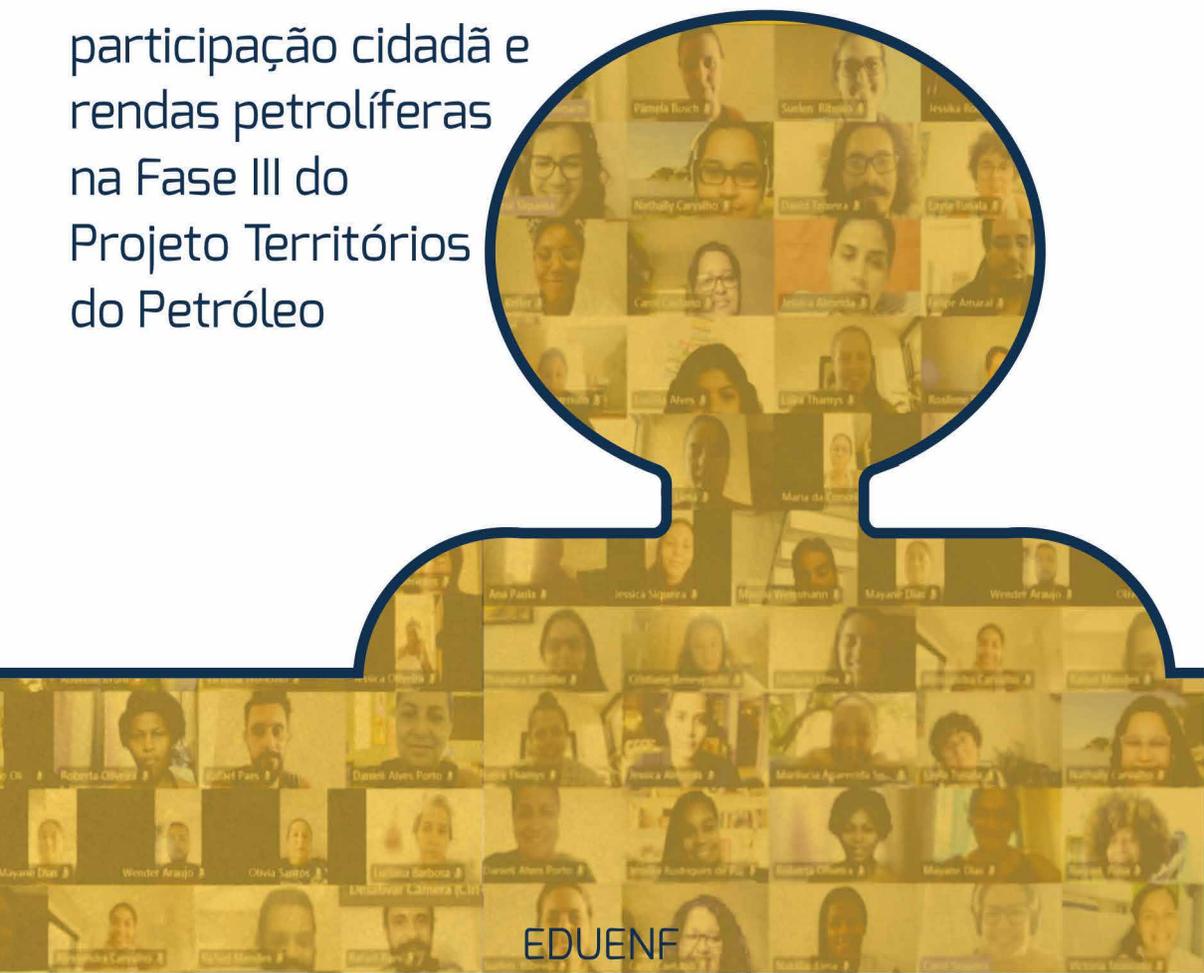


Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia:

participação cidadã e
rendas petrolíferas
na Fase III do
Projeto Territórios
do Petróleo



EDUENF

**Perspectivas teóricas
e vivências em
tempos de pandemia:
participação cidadã e
rendas petrolíferas na
Fase III do Projeto
Territórios do Petróleo**

Referência:

GANTOS, Marcelo Carlos. (coord). **Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia:** participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo. Campos dos Goytacazes (RJ): EDUENF, 2023. [e-book]

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana Farias Motta CRB7/5880

P467

Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo [recurso eletrônico] / Marcelo Carlos Gantos. -- Campos dos Goytacazes (RJ): EDUENF, 2023.

2.927 kb. (Territórios do Petróleo)

ISBN: 978-65-87726-25-0

1. Educação ambiental. 2. Participação social. 3. Inovações educacionais.
4. COVID, 19 Pandemia, 2020. - Aspectos sociais. I. Gantos, Marcelo Carlos. II. Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo. III. Série

CDD 371.33

**Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf)**

Reitor

Raul Ernesto Lopez Palacio

Vice-reitora

Rosana Rodrigues

Diretor do Centro de Ciências do Homem

Rodrigo da Costa Caetano

**Coordenador do Programa de Pós-
Graduação em Políticas Sociais**

Marcelo Carlos Gantos

Realização

Petrobras e Programa de Pós-Graduação
em Políticas Sociais / Uenf

**Coordenação Geral do projeto Territórios
do Petróleo**

Marcelo Carlos Gantos

Organizadores da obra

Marcelo Carlos Gantos

Coordenação Pedagógica

Silvia Alicia Martínez

Coordenação de Campo

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Projeto gráfico:

Marcus Vinícius dos Santos Cunha

Revisão:

Laize Jessica Kertzendorff

Sumário

13 INTRODUÇÃO

Marcelo Carlos Gantos

PARTE I

21 **Análises e conceitos: olhares sobre a experiência da Vigília Cidadã com o propósito do controle social**

Silvia Alicia Martínez

27 **Capítulo 1: Mudanças recentes na produção de petróleo e gás na Bacia de Campos: impactos no orçamento público e o discurso da mídia**

Alcimar das Chagas Ribeiro; Mozarth Dias de Almeida Miranda; Marlon Gomes Ney; Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle; João Vitor Queiroz Pardo; Alcimar das Chagas Ribeiro

57 **Capítulo 2: Conselhos Municipais, participação e controle social: uma exploração a partir da MUNIC (IBGE) para os municípios do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo**

Hamilton Garcia de Lima; Joseane de Souza; Nilo Lima de Azevedo; Rodrigo da Costa Caetano; Simonne Teixeira

85 **Capítulo 3: Percursos de uma ideia por meio da reflexão e da discussão até a sua textualização**

Maria da Consolação Lucinda; Náthani Siqueira Lima; Paulo Emílio Machado de Azevedo; Simone Rodrigues Barreto; Silvia Alicia Martínez; Suely Fernandes Coelho Lemos

Parte II

121 Gerenciamento e manutenção dos NVCs em tempos de pandemia: desafios, adaptações e aprendizados

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

125 Capítulo 4: Espaço virtual e comunicação transmidiática: a construção coletiva na comunicação visual

Marcus Vinícius dos Santos Cunha; Miguel de Araujo Lopes

135 Capítulo 5: Matriz de incidência política como instrumento de monitoramento de controle social

Michelle Nascimento Weissmann da Silva; Carolina de Oliveira Siqueira; Marcus Vinícius dos Santos Cunha

155 Capítulo 6: Formação continuada da equipe: processos pedagógicos do PEA-TP e suas finalidades na era da interação humano-computador

156 6.1 Reunião Semanal de Equipe: um espaço de formação crítica e construção de estratégias através do processo de ação-reflexão-ação

Michelle Nascimento Weissmann da Silva; Carolina de Oliveira Siqueira

166 6.2 Seminário de formação continuada: etapa de qualificação da equipe técnica do PEA-TP

Danieli Alves Porto; Suelen Ribeiro de Souza; Thamiris Menezes de Souza; Natalia Lima Netto

174 6.3 Comunicação interpessoal como ferramenta para o acompanhamento da equipe: análise técnica sobre o desempenho dos bolsistas do PEA-TP

Laira Thamys de Araujo Silva

178 6.4 Capacitação de português: qualificação para o aprimoramento dos relatórios e escrita da equipe do PEA-TP

Emilane Pinheiro da Cruz Lima; Thaynara Moreira Botelho; Eliza de Souza Silva Araújo

187 **Capítulo 7:** Reflexões e práticas avaliativas na Fase III do PEA-TP

Thamiris Menezes de Souza; Danieli Alves Porto; Natalia Lima Netto; Suelen Ribeiro de Souza; Sílvia Alicia Martínez

203 **Capítulo 8:** O gerenciamento dos processos no âmbito do PEA-TP em tempos de pandemia

Ana Carolina Caetano Ribeiro; Deyse da Silva Nascimento; Marciu Nascimento Weissmann da Silva; Roberta Kelly da Silva Oliveira

Parte III

Capítulos de autoria coletiva dos Núcleos de Vigília Cidadã com a equipe técnica

219 **Saberes e perspectivas plurais: os pontos de vista dos sujeitos da ação educativa**

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

223 **Capítulo 9:** Reuniões Ordinárias: reflexões sobre a experiência dos municípios de Carapebus e Quissamã

Pâmela Busch; Ednilson Gomes; Laudirlea dos Reis; Victória Troncoso; Alessandra Carvalho; Raiza Azevedo; Mayane Dias

235 **Capítulo 10:** Participação social no contexto da pandemia: potencialidades e desafios

Ana Carolina da Silva de Souza Martins; Jéssika Rodrigues de Paula; Rafael Paes da Silva de Souza

245 **Capítulo 11:** Reuniões Comunitárias em tempos de pandemia: experiências e vivências no modelo remoto

Lucélia Alves de Lima; Rosilene de Paula Brum; Vanessa Aparecida Macedo Boucinha; Wanderson do Nascimento Souza; Nathally da Silva Carvalho; David Teixeira da Silva; Marilucia Aparecida Soares; Juliana Pereira de Freitas

255 **Capítulo 12:** Eventos de Mobilização Comunitária: as experiências de Rio das Ostras e de Armação dos Búzios

Jéssica Mulinari Mota; Lia Keller Ferreira da Costa; Lucimara Martins de Souza; Marcela Araujo Amorim; Maria da Conceição Pavão Leite de Oliveira; Olívia Garcia da Silva Santos; Wender de Castro Carvalho Araujo

267 **Capítulo 13:** As experiências e expectativas dos Núcleos de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo e Cabo Frio nas Reuniões de Articulação do PEA-TP

Ana Paula Pascoal; Eduarda Caillava; Gabriel Araújo; Gabriel Ribeiro; Ingrid Jibsqi; João Vitor Oliveira; Layla Poubel Tunala



Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo

Introdução

Marcelo Carlos Gantos

A obra que aqui apresentamos, intitulada “Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo”, constitui o quarto livro consecutivo publicado como resultado das atividades educativas e de investigação promovidas pela equipe do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos (PEA-TP). O projeto é executado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) como medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama, relacionado aos empreendimentos da Petrobras. Inserido na Linha de Ação B da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama N.º 01/10, voltada para o “Controle Social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural”, o PEA-TP compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

Foi em 2014, por meio da celebração de um convênio entre a Uenf e a Petrobras com anuência do Ibama, que a universidade se integrou a esse ambiente desafiador da mitigação de impactos socioambientais da indústria petrolífera no Estado de Rio de Janeiro. Nove anos depois, pode-se dizer que a universidade foi-se consolidando como um destacado agente inovador da gestão pública ambiental regional no âmbito do PEA-BC. Essa parceria propiciou, ao longo do período, intensa presença

e dedicação institucional da universidade no acionar do licenciamento ambiental (LA) nos municípios confrontantes com a produção da Bacia de Campos (BC)¹. Por terem especial peso das rendas petrolíferas em seus orçamentos, são estes dez municípios — os produtores de petróleo e gás no trecho fluminense da BC — que formam o recorte especial do PEA-TP: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra. Pode ser que o(a) leitor(a) novo(a) e não familiarizado(a) se surpreenda: somando as áreas de todos os municípios, a abrangência territorial do projeto ultrapassa os 8 mil km², ou seja, quase um quinto de todo o estado do Rio de Janeiro.

A convivência, os desafios e os conflitos surgidos na construção e consolidação do projeto geraram um espaço de diálogo crítico extremamente frutífero, que fomentou a colaboração e a coprodução de iniciativas inovadoras e de boas práticas entre os diversos atores sociais e segmentos envolvidos no amplo cenário do PEA-BC. Destaca-se aqui o quanto essa sinergia contribuiu para ampliar a informação e melhorar a compreensão das demandas comunitárias dos sujeitos da ação educativa (SAE) do PEA-TP. O novo olhar posto pelas equipes sobre os problemas identificados nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)² alargou os pontos de vista, possibilitando introduzir renovadas abordagens sobre a realidade dos sujeitos e desenvolver com maior efetividade as tarefas programáticas e os desafios pedagógicos surgidos da experiência vivida no campo.

Esse processo diferenciado de abordagem e tratamento pedagógico promovido no PEA-TP teve seu ponto de partida metodológico com a idealização, desenho e elaboração, pela universidade, dos planos de trabalho concernentes às três fases de existência do projeto (2014-2016, 2017-2019 e 2020-2023), que foram submetidos ao (e aprovados pelo)

1 Na definição da Lei do Petróleo (BRASIL, 1997), uma bacia sedimentar é uma “depressão da crosta terrestre onde se acumulam rochas sedimentares que podem ser portadoras de petróleo ou gás, associados ou não”. A Bacia de Campos se estende das proximidades de Vitória (ES), a norte, até Arraial do Cabo (RJ), a sul, perfazendo um território marítimo de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados (PRÉ-SAL PETRÓLEO, 2023).

2 Os núcleos são grupos de dez a 20 cidadãos(ãs) oriundos(as) das comunidades identificadas como vulneráveis aos impactos negativos da indústria de exploração e produção de petróleo e gás. Eles(as) se encontram regularmente para debater suas realidades, produzir e partilhar informações sobre os royalties e os problemas socioambientais das comunidades de origem, além de colocar em prática o exercício da vigília cidadã, auxiliando o controle social.

Ibama. Um segundo momento, já executivo, propiciou, como elemento distintivo das práticas correntes no licenciamento, a atribuição concedida à coordenação técnica de gerir de forma direta o processo de seleção, qualificação profissional e coordenação dos recursos humanos do projeto. Esse detalhe incidiu positivamente, ao longo das diferentes fases, na qualidade das equipes técnicas e na construção de uma identidade profissional distintiva. O exaustivo labor de recrutamento e formação contínua de quadros técnicos dentro do projeto possibilitou a disponibilidade interna de mão de obra qualificada nas diferentes fases do projeto.

Em todos esses anos, tal processo cumpriu papel central na obtenção de resultados importantes e não estabelecidos formalmente como metas: os ganhos advindos da atuação da universidade pública na formação e profissionalização de educadores ambientais. Essa ampliação da oferta de recursos humanos qualificados enriqueceu o mercado de trabalho do licenciamento ambiental na região Norte Fluminense e de modo mais amplo na região Sudeste do país.

Vale a pena sublinhar que o plano de rota do PEA-TP na sua Fase III (2020-2023) foi subitamente alterado em seus aspectos metodológicos e técnicos, ganhando outras dimensões comunicativas e práticas decorrentes das demandas resultantes do impacto da pandemia de covid-19 e do estabelecimento do distanciamento social como norma de vida no país. Essa situação anormal, que nos surpreendeu a todos, nos obrigou — no meio do caminho — a repensar estratégias e discutir e operar alterações de rumo no planejamento junto às instituições envolvidas e ao nosso público. Isso motivou internamente as equipes a aguçar a imaginação e readaptar práticas pedagógicas, modificando as táticas de comunicação e ajustando-as às necessidades do cenário pandêmico. Paradoxalmente, o fenômeno do isolamento social propiciou o apelo à inventividade e à intensificação e ao aprimoramento do uso do ambiente digital. As ferramentas transmidiáticas implementadas pelo PEA-TP desde seus primórdios — envolvendo a difusão do uso da internet, dos celulares e da tela do computador — ganharam centralidade privilegiada no novo arranjo educativo.

Lutando contra o clima geral adverso instalado pela pandemia, o trabalho da equipe técnica do projeto se viu fortalecido pela aproximação e labor associado de professores, pesquisadores, alunos e egressos da universidade (principalmente pertencentes ao Programa de Pós-Gra-

duação em Políticas Sociais da Uenf), que se integraram ao processo educativo com a missão de readaptar as linhas de investigação às demandas do novo momento e investigar as mudanças em curso. Essa reformulação programática dos pesquisadores e da equipe, somada à conjunção produzida pela irrupção do ambiente digital, gerou na Fase III um modelo inovador de gestão educativa, pesquisa e consultoria pública. Esse modelo priorizou os suportes e os cuidados em atenção ao nosso público, a formação a distância em variados formatos sobre a agenda do PEA e, em paralelo, a oferta de apoio integral à resolução dos problemas inerentes a cada um dos NVCs que compõem o recorte espacial do PEA-TP.

Em paralelo a essa permanente missão formativa de quadros profissionais e lideranças comunitárias, destacamos o persistente acionar do projeto focado na realização e monitoramento das atividades educativas e de investigação aplicadas a cooperar na mitigação da desinformação sobre a “caixa-preta” dos royalties. Para além da informação em sentido estrito, o projeto vem se dedicando incansavelmente a cooperar com a ampliação da participação social qualificada por meio do fortalecimento comunitário da vigília cidadã sobre as rendas petrolíferas municipais.

Todas essas premissas são parte das diretrizes originais do PEA-TP e guiaram um amplo, consistente e original espectro de ações pedagógicas e inovações práticas cooperadas nos campos da educação popular e da comunicação digital. Conduzidas no campo pela equipe técnica, essas ações e inovações foram, em grande medida, orientadas pelos pesquisadores associados da Uenf em coprodução com os integrantes dos NVCs. Esses elementos singulares que compõem o PEA-TP, articulados à vivência nos territórios durante a pandemia de covid-19, foram fatores extraordinários e decisivos para forjar o espírito de resiliência do projeto e motivar-nos a debater nossas ideias e práticas, em especial a nos reinventarmos na busca de uma pedagogia popular da urgência. O esforço de mutirão realizado por todos os participantes do projeto permitiu atingirmos resultados expressivos, cumprindo metas pedagógicas e de produção científica que superaram as premonições da época e serviram para superar a crise enfrentada, alavancando o cumprimento das metas contidas no plano de trabalho, das quais a obra aqui apresentada é orgulhosamente tributária.

Interessa-nos especialmente, nesta ocasião preliminar, situar o leitor no clima e no contexto de produção desta obra, isto é, lembrar os de-

safios postos no tempo, as condições objetivas enfrentadas e em especial as experiências aqui reunidas, as reflexões e análises narradas em cada parte constitutiva deste livro. Tudo o que é relatado nessa obra emerge da cuidadosa atenção e observação prestada pela equipe sobre o cenário vivido, as respostas pensadas às demandas pedagógicas, tanto particulares quanto grupais, identificadas pelos atores sociais durante toda a Fase III do PEA-TP. A variedade de temas, abordagens e apreciações contidas no livro sintetiza a sensibilidade, a capacidade de escuta e a constante preocupação com o registro da experiência dos atores no drama pandêmico a modo de ensinamentos. Expressa, ainda, o confronto com os problemas que envolvem o cotidiano das equipes e os dilemas produzidos no âmbito de cada grupo social. Quero apontar aqui, especialmente, a capacidade inventiva e de inovação pedagógica da comunidade do PEA-TP, que se expressa coproduzida neste livro a partir do trabalho de sistematização do legado de lições aprendidas durante o extenuante e desafiador período pandêmico de covid-19, que arrasou o país e marcou a vida de todos nós.

Durante o processo de elaboração deste livro, que conta com a autoria dos pesquisadores associados ao projeto e da equipe técnica executora das ações no campo, se propiciou incorporar com certo protagonismo os NVCs. Isto se deu mediante o incentivo à coprodução de parte da obra por cidadãos(ãs) que constituem o corpo vivo dos núcleos, onde transcorrem as atividades educativas e de gestão do PEA-TP em cada um dos dez municípios da atuação na Bacia de Campos.

Ao longo da Fase III do PEA-TP, após a avaliação de resultados da Fase II e como resultado do amadurecimento dos NVCs, foram decididos ajustes de percurso no novo plano de trabalho. O objetivo foi o de conferir efetividade à execução do projeto no acompanhamento da gestão pública sobre as rendas petrolíferas, no intuito de alcançar o controle social e atender às necessidades das comunidades onde vivem os SAEs que conformam o público do projeto.

Por fim, este livro está dividido em três partes. A primeira traz resultados de pesquisas realizadas no PEA-TP, ancoradas nas duas linhas de atuação da Fase III: (a) Rendas petrolíferas, controle social e vigília cidadã; e (b) Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental. A segunda parte apresenta relatos de experiências — escritos pelos(as) técnicos(as) do PEA-TP — que refletem

sobre os desafios desses tempos, como, por exemplo, o gerenciamento de Reuniões Ordinárias remotas, a mobilização de novos membros em cenário de pandemia e o uso do espaço virtual e transmidiático nas ações do projeto. A terceira traz textos ensaísticos e/ou relatos de experiência escritos pelos membros dos NVCs em colaboração com técnicos que atuam no campo. Nessa seção, cada dupla de municípios aborda um aspecto importante das ações do projeto e reflete sobre os resultados do engajamento com o conhecimento crítico, o agendamento social e outros variados traços da participação cidadã nos municípios em foco.

Esse desenho editorial, que reserva para o final a voz mais ativa dos NVCs, de algum modo reflete todo o pensar e o fazer do projeto Territórios do Petróleo, que sempre se moveu tendo como horizonte a emancipação e a autonomia desses sujeitos.

Boa leitura!

Referências

BRASIL. Lei. Nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

PRÉ-SAL PETRÓLEO. Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Bacia de Campos. Bacia de Campos – Onde tudo começa. Brasília: Pré-Sal Petróleo S.A. Disponível em: <https://www.presalpetroleo.gov.br/bacia-de-campos/#:~:text=A%20%C3%A1rea%20da%20Bacia%20de,norte%20do%20Rio%20de%20Janeiro>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PARTE I

Análises e conceitos: olhares sobre a experiência da Vigília Cidadã com o propósito do controle social

Silvia Alicia Martínez

A seção I deste livro reúne, em três capítulos, uma tentativa de síntese do esforço de pesquisa desenvolvido na Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP). Esse objetivo de alinhar e sintetizar energias — que sempre correm algum risco de dispersão ou falta de articulação — tem sido perseguido cotidianamente pela equipe de pesquisa. Uma forma prática de induzir essa articulação foi a reunião dos pesquisadores em grupos de trabalho (GT), instâncias em que as pesquisas com certo grau de afinidade são agrupadas e discutidas em conjunto. Assim, os 15¹ pesquisadores responsáveis por projetos específicos no âmbito do Projeto Territórios do Petróleo se agruparam em três GTs, identificados como “Petróleo e orçamentos municipais”, “Participação e controle social” e “Engajamento para a vigília cidadã”². A esse esforço verificado na vida concreta corresponde a estruturação dessa primeira parte do livro, contendo três capítulos.

No início dessa fase, em setembro de 2020, em meio à etapa aguda da pandemia de covid-19, a rotina de encontros remotos acabou facilitando o entrosamento inicial entre os(as) pesquisadores(as). Mas também seria fundamental que a pesquisa dialogasse efetivamente com o campo, ou seja, que

1 Não foram incluídos neste quantitativo os bolsistas de Iniciação Científica que muito contribuíram nas pesquisas, dois dos quais assinam um capítulo deste livro.

2 Os integrantes destes 3 GTs se aglutinam nas duas linhas de pesquisa estabelecidas para a Fase III do PEA-TP, quais sejam: “Rendas petrolíferas, controle social e vigília cidadã” e “Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental”.

as pautas de investigação alimentassem o cotidiano dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs) e fossem alimentadas por ele. E isso não parecia tão fácil em vista das severas limitações às reuniões presenciais dos membros dos Núcleos, o que, em tese, poderia prejudicar a interação entre os cidadãos e cidadãs mobilizados para o controle social em seus respectivos municípios. Evidentemente não foram dias fáceis, mas o mundo inteiro precisou se reinventar para continuar a vida em um contexto tão adverso, com tantas perdas e tantas incertezas, e entre nós também foi assim.

Com o decorrer dos necessários ajustes e adaptações ao cenário da pandemia, o uso intensivo dos recursos de comunicação remota acabou abrindo espaços para uma participação mais ativa e frequente de pesquisadores em encontros organizados pelos NVCs. Conforme a afinidade entre os assuntos das reuniões e os temas de pesquisa, os pesquisadores começaram a ser participantes habituais de Reuniões Ordinárias, com os próprios membros dos Núcleos, e de encontros mais amplos, notadamente as Reuniões Comunitárias e os Eventos de Mobilização Comunitária. Com suas particularidades, essas duas modalidades de encontro têm em comum o objetivo de “transbordar” para outras instâncias os saberes coletivamente adquiridos e compartilhados pelos cidadãos e cidadãs engajados no Projeto Territórios do Petróleo.

Em função das afinidades temáticas entre a pesquisa e as pautas do campo, alguns pesquisadores ganharam maior visibilidade do que outros, mas isso nunca foi tomado como critério de maior ou menor relevância dos temas investigados. Faz parte da cultura cívica cultivada nos projetos vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás a noção de que a caminhada é longa e de que a participação cidadã não pode depender de resultados espetaculares de curto prazo. Com essa perspectiva, pesquisadores(as), técnicos(as) e cidadãos(ãs) engajados(as) no Projeto Territórios do Petróleo desbravaram esses anos difíceis correspondentes à Fase III (2020-2022).

Na parte I dessa obra, temos três capítulos escritos coletivamente pelos membros dos respectivos grupos de trabalho (GTs). O primeiro tem como título “Mudanças recentes na produção de petróleo e gás na Bacia de Campos: impactos no orçamento público e o discurso da mídia” e tem a autoria de quatro pesquisadores e dois bolsistas de iniciação científica. Seu assunto é um dos mais inquietantes no cenário dos municípios integrantes do Projeto Territórios do Petróleo: a nova realidade da Bacia de Campos, em forte declínio de produção; as mudanças no marco regulatório (em especial a redistribuição das receitas pelo conjunto dos estados e municípios brasileiros, pendente de validação ou rejeição final por parte do Supremo Tribunal Federal); a crise

de arrecadação e de prestação de serviços públicos experimentada pela maioria dos municípios da região em 2015 e 2016; e a forma como tudo isso vem sendo abordado pela mídia.

O segundo capítulo, de autoria de cinco pesquisadores(as), tem como título “Conselhos municipais, participação e controle social: uma exploração a partir da MUNIC (IBGE) para os municípios do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo”³. Seu propósito pode ser resumido em três desafios: (a) propor uma discussão teórica mais geral acerca do possível impacto dos conselhos municipais sobre as práticas democráticas; (b) resgatar dados de diferentes edições da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para discutir a importância dos indicadores como fonte de informações para o aperfeiçoamento da gestão pública municipal; e (c) apresentar casos de conselhos municipais existentes nos municípios fluminenses da Bacia de Campos de forma a suscitar reflexões para futuros estudos que possam fundamentar pesquisas e ações do Projeto Territórios do Petróleo.

No capítulo 3 — “Percurso de uma ideia por meio da reflexão e da discussão até a sua textualização” — é possível visitar as trilhas percorridas pelos pesquisadores reunidos no respectivo GT até confluírem para o conceito de *engajamento*, afinal considerado como o mais adequado para revelar as relações construídas no âmbito do PEA-TP. Nessa viagem, a um tempo teórica e fincada no chão dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs), o(a) leitor(a) vai passar pelo conceito de *permanência*, por reflexões baseadas na sociologia do pertencimento e por significados possíveis para os termos *afiliação* e *desafiliação*. Esse percurso vai levar a uma aproximação com o conceito de *vigília cidadã*, central para tudo o que se pensa e se faz no Projeto Territórios do Petróleo.

A experiência dos autores em seus respectivos grupos de trabalho, narrada nesta primeira seção, pode ser tomada como ilustração da dinâmica que se busca implementar no PEA-TP. A reflexão teórica pode ser mais ou menos densa, a depender da exigência dos objetos de estudo, mas precisa estar profundamente enraizada nos objetivos do projeto. No caso do capítulo 1, a vinculação com a realidade do PEA parece evidente. Na passagem da Fase I (2014-2016) para a Fase II (2017-2019), a Bacia de Campos perdeu rapidamente o posto de maior região produtora do país. Até então, ao se falar em royalties, forçosamente se deveria mencionar Campos dos Goytacazes, Macaé e outros dentre os beneficiários dos maiores volumes absolutos de recur-

³ MUNIC: Pesquisa de Informações Básicas Municipais.

tos do gênero desde fins da década de 1990. Rapidamente o cenário mudou: o deslocamento da produção em direção à Bacia de Santos, onde hoje estão os principais campos produtores na camada do pré-sal, alçou ao topo dos beneficiários municípios como Maricá (RJ) e Niterói (RJ). Esse processo levanta para todas as pessoas empenhadas no controle social das rendas petrolíferas as questões que o capítulo procura responder: a queda na produção na BC seria reversível? Como está o peso dessas rendas nos orçamentos municipais após o solavanco de 2015 e 2016? Como o cidadão não especializado nesse tema vem sendo municiado pelo noticiário a respeito?

Por sua vez, a discussão do capítulo 2 reflete e informa toda a preocupação do PEA-TP com a materialização do controle social das rendas petrolíferas nos canais institucionalizados de participação. É evidente que por vezes canais informais falam mais alto do que os formais e que o próprio conceito de *instituições* pode abarcar regras não escritas (NORTH, 1990). Mas parece igualmente óbvia a necessidade de voltar o olhar para o aparato institucional erguido a partir da nossa Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), discutindo sua eficácia, seus limites e sobretudo sua encarnação específica nos municípios de interesse do projeto. É sobretudo pela apropriação e ocupação qualificada desses espaços compartilhados de decisão que se vislumbra o êxito do projeto em sua missão de fortalecer o controle social das rendas petrolíferas.

Já o capítulo 3 é, por assim dizer, teórico-metodológico. Ele reflete, talvez mais do que os anteriores, o esforço próprio de toda pesquisa por nomear adequadamente o seu objeto. A pergunta orientadora é algo como “do que estamos falando?” quando nos referimos ao rico processo de adesão e de formação de identidade coletiva em curso nos Núcleos de Vigília Cidadã? Talvez ainda não esteja registrado por escrito, mas a equipe do projeto observou um fenômeno crucial para os propósitos do projeto a médio e longo prazo: a constituição da identidade *NVC* como algo próprio e que não se confunde com a simples pertença ao Territórios do Petróleo⁴. Por que isso é importante, para além das dificuldades conjunturais em criar laços num período de tão grande polarização? Porque projetos têm início, meio e fim, mas o controle social tem que continuar no horizonte dos cidadãos. Tudo isso revela a relevância concreta desse capítulo, que se debruça sobre conceitos passíveis de serem acionados para estudar esse fenômeno tão importante.

Em síntese, a primeira parte dessa obra traz um testemunho produzido

4 Observação da coordenadora de Campo Michelle Nascimento Weissmann da Silva e do pesquisador Nilo Azevedo.

com muito afinco sobre a inserção da pesquisa nas ações de um projeto vinculado ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás. Deve-se registrar que entre a elaboração dos textos e sua publicação transcorreu um tempo de muito exercício individual e coletivo, traduzido na coleta e interpretação de novos dados, elaboração e publicação de artigos e reinterpretação de cenários. Creio que a leitura de cada um deles vai contribuir para o(a) leitor(a) ampliar sua perspectiva e realimentar (eventualmente reorientar) suas curiosidades e inquietações!

Referências

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 20 nov. 2021.

NORTH, Douglas C. (1990). Institutions, institutional change and economic growth. Cambridge: University Press.



Capítulo 1

Mudanças recentes na produção de petróleo e gás na Bacia de Campos: impactos no orçamento público e o discurso da mídia

Alcimar das Chagas Ribeiro
Mozarth Dias de Almeida Miranda
Marlon Gomes Ney
Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle
João Vitor Queiroz Pardo
Marlon Cabral Mota

Introdução

Países com abundância de reservas petrolíferas têm atingido diferentes padrões de crescimento econômico e rendas financeiras provenientes dos negócios com a exploração desse recurso natural. A ampla literatura internacional tem apresentado inúmeras experiências exitosas e outras com elevado grau de dificuldade, o que exige o aprofundamento da pesquisa em busca de respostas ao questionamento que interroga se a abundância de recursos naturais representa uma maldição ou se pode ser uma alavanca para o progresso.

Especialmente países em desenvolvimento, com forte dependência frente às rendas de recursos naturais, tendem a experimentar uma situação paradoxal de elevados estoques de recursos, riqueza concentrada, fragilidade política e desigualdade social. Alguns exemplos podem ser encontrados na África e no Brasil (FAGBEMI e ADEOYE, 2020; MOHAMED, 2020; RIBEIRO e HASENCLEVER, 2019).

A literatura tem enfatizado que nesses países as rendas dos recursos naturais podem influenciar adversamente tanto a estrutura econômica, quanto a estrutura política. Tal afirmativa tem amparo na teoria da doença holandesa, cujo pensamento indica que os gastos com bens da atividade produtiva (agricultura e

manufatura) e serviços são aumentados por choques positivos nas rendas dos recursos naturais (ROSS, 2011). No longo prazo ocorre desindustrialização que gera desemprego e desestabilização política, com interferência na governança (BJORVATN; FARZANEGAN, 2015).

Alternativamente, a teoria enfatiza que a abundância de recursos naturais muitas vezes afasta o investimento público e privado em outros setores, induzindo, assim, a bases tributárias menores. Com bases tributárias reduzidas, o interesse das pessoas nas políticas do governo torna-se fraco, o que mina a importância da boa governança em todos os níveis (FARZANEGAN; MARKWARDT, 2009; VAN WIJENBERGEN, 1984).

Segundo Dinh & Dinh (2016), a Nigéria é um caso típico onde, apesar dos vultosos rendimentos do petróleo bruto, o país sofre de má governança generalizada e instituições públicas fracas. Porém, argumenta o autor, é possível também encontrar exemplos exitosos como Botswana e Canadá, países também ricos em recursos, porém com indicadores de melhor capacidade institucional.

Em relação à estrutura econômica, a evidência da importância do papel desempenhado pelos recursos naturais no crescimento econômico de qualquer país não se verifica no processo de transformação das receitas de recursos e ativos produtivos. Os recursos naturais têm efeitos negativos sobre a oferta de infraestrutura (VENABLES, 2016).

Para Sarr e Wick (2010), a volatilidade da renda de recursos, em particular, contribui para o planejamento deficiente e perturba os gastos do governo. Em países com abundância de recursos, as estruturas políticas não são fortes o suficiente para apoiar a implementação de uma política fiscal sólida em tributação e gastos (DANIEL ET. AL, 2013).

Nesses países fica evidenciado que, ao invés de acumular ativos produtivos, a abundância de recursos exclui o capital humano pela qualidade duvidosa do investimento em educação, impedindo o crescimento econômico (GYLFASON, 2001; GYLFASON, 1999; COCKX e FRANCKEN, 2015).

As contradições observadas no âmbito dos recursos naturais, com relação à exploração, produção e uso das rendas, especialmente em países em desenvolvimento, podem ser melhor entendidas através de aspectos relacionados à natureza desses recursos não renováveis.

Aspectos importantes sobre a natureza dos recursos naturais

A literatura internacional é expressiva na preocupação em relação à abundância de recursos naturais no interior de diversos países dos continentes africano, americano e asiático, assim como o seu papel no processo de crescimento

econômico e desenvolvimento dos países a eles pertencentes. Entender as causas que caracterizam esse recurso em maldição ou alavanca para o progresso é fundamental, o que leva ao resgate de conceitos preponderantes na literatura.

Um conceito pioneiro relacionado às rendas dos recursos minerais é creditado a Hotelling (1931), que ligou renda ao seu custo de uso. O proprietário define a trajetória de extração a partir da maximização do valor da jazida ao longo do tempo, onde o custo de uso da extração do recurso no momento atual é a receita de que se abre mão na extração futura. Conclui, assim, que a renda do recurso (custo de uso) deve crescer conforme a taxa de juros, com o objetivo de otimizar a trajetória de extração, evitando-se que o produtor arbitre a distribuição da produção ao longo do tempo e prejudique as gerações presentes ou futuras.

Já Hartwick (1977) construiu um importante entendimento sobre as condições que ligam as rendas de recursos à sustentabilidade econômica e ao bem-estar da população. A chamada *regra de Hartwick* estabelece que um país com apenas um recurso não renovável pode manter um nível de consumo per capita constante indefinidamente se investir certa porção da renda mineral total em capital reprodutível físico e humano.

Mehlum et al. (2006) jogam luz sobre a maldição dos recursos naturais, materializada no uso ineficiente dessas rendas e na possibilidade de movimentos propícios à corrupção, comprometendo o bem-estar futuro dessas mesmas populações. Para os autores, essa é uma das preocupações provenientes da literatura sobre o tema.

A trajetória da indústria petrolífera no Brasil

O Brasil empreendeu um esforço substancial para criar e consolidar a indústria petrolífera, tão fundamental à sua independência energética internacional. Na segunda metade do século XX, a Bacia de Campos já mostrava todo o seu potencial com as descobertas dos campos marítimos de Namorado em 1975 e de Albacora em 1984. A evolução da Bacia de Campos, como resultado de consistentes investimentos de capital e excelência no padrão de avanço tecnológico, possibilitou novas descobertas e importante geração de riqueza para o país, para o estado do Rio de Janeiro e, fundamentalmente, para os municípios produtores de petróleo e seu entorno. Elementos como emprego, renda de salário, tributos, demanda por serviços e equipamentos, royalties e participações especiais da produção de petróleo etc. impulsionaram uma dinâmica econômica importante no território relacionado (LUCCHESI, 1998; RIBEIRO e ATHAYDE, 2019).

Morais (2013) ratifica a consolidação da Bacia de Campos na produção de petróleo no mar, na camada pós-sal, com a conseqüente independência energética e

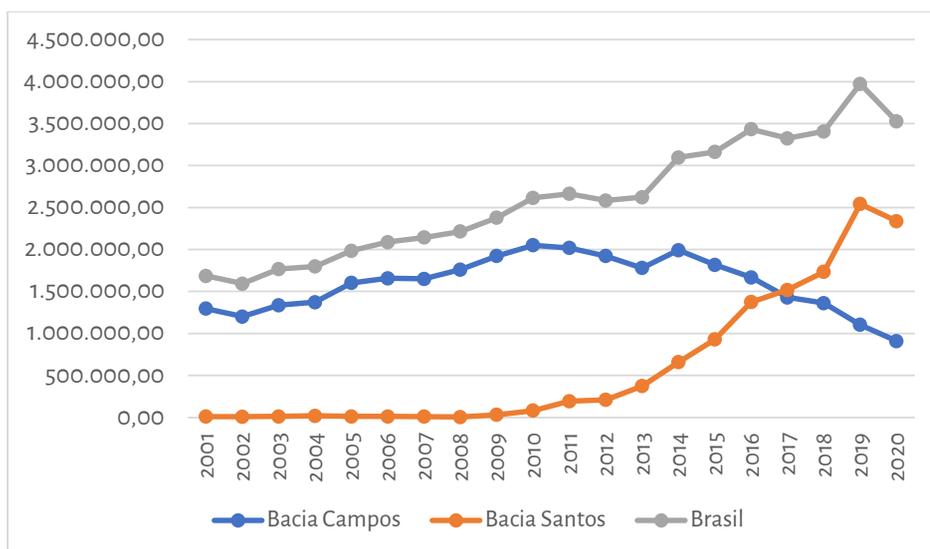
geração de riqueza para o Brasil. Como externalidade positiva, as rendas de royalties e participações especiais transferidas para os municípios produtores e outros entes públicos possibilitaram uma importante ampliação orçamentária (MORAIS, 2013).

Na esteira dessa evolução, a ampliação do conhecimento sobre o processo de exploração e produção de petróleo *offshore* levou a descobertas importantes em águas profundas e ultraprofundas na camada pré-sal, onde a Bacia de Santos evoluiu e alcançou a liderança em 2017, com uma produção equivalente a 44,74% do total nacional no mês de setembro, frente a uma proporção de 44,02% então atribuída à Bacia de Campos (ANP, 2017).

A rápida evolução produtiva do pré-sal ofuscou o brilho da produção no pós-sal, e a Bacia de Campos deixou de ser prioritária nas decisões de investimento da Petrobras. Em 2010 a Bacia de Campos chegou a produzir uma média de 2,1 milhões de barris de petróleo dia, declinando fortemente até alcançar a produção média de 910 mil barris dia em fins de 2020 (ANP, 2020).

A figura 1, a seguir, mostra a evolução da produção diária de petróleo na Bacia de Campos, na Bacia de Santos e no Brasil, no período de 2001 a 2020. As trajetórias das referentes curvas de produção confirmam a discussão feita anteriormente. A Bacia de Campos viu a sua participação relativa na produção nacional declinar de 80,80% em 2009 para 25,81% em 2020.

Figura 1: Produção diária de petróleo em dezembro no Brasil (boe)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da ANP.

Esse contexto está na base do declínio substancial da dinâmica econômica do estado e dos municípios produtores, dada a forte dependência orçamentária das rendas do petróleo. A perda de empregos no setor, refletida negativamente nas outras atividades, levaram municípios como Macaé, detentor da base física da indústria de petróleo, a sofrer uma desaceleração danosa nos últimos anos. Outros municípios como Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Rio das Ostras também amargam problemas fiscais importantes (RIBEIRO & HASENCLEVER, 2019).

As robustas reservas petrolíferas em quatro décadas de produção geraram expansivos volumes de rendas petrolíferas que culminaram na ampliação substancial dos orçamentos dos entes federativos diretamente envolvidos. Nesse processo evolutivo, diversos marcos regulatórios foram instituídos para nortear o fluxo das rendas petrolíferas para os beneficiários.

Evolução dos marcos regulatórios da indústria petrolífera no país

Lucchesi (1998) identifica, na evolução temporal desse processo, fases associadas a eventos importantes. Por exemplo, a primeira fase, datada de 1954 a 1968, foi caracterizada pela instalação da Petrobras, empresa encarregada de exercer o monopólio estatal da exploração e produção de petróleo (BRASIL, 1953). A segunda fase, datada de 1969 a 1974, foi caracterizada pelas primeiras descobertas na porção terrestre do Espírito Santo; pela decisiva estratégia de avanço para o mar; pela ocorrência do primeiro choque de petróleo; pela criação do primeiro braço internacional da Petrobras; e, fundamentalmente, pela primeira descoberta relevante no mar, onde se localiza a Bacia de Campos. A terceira fase, que vai de 1975 a 1984, se constituiu a partir dos seguintes eventos: confirmação do potencial da Bacia de Campos; ocorrência do segundo choque de petróleo; aplicação dos contratos de risco; descoberta de petróleo na porção terrestre da Bacia de Potiguar e gás na Amazônia; meta dos 500 mil barris por dia, além da decisão de avançar a exploração para águas profundas. Nesta fase os investimentos se intensificaram, e a Bacia de Campos, mais uma vez, contribuiu na consolidação da corrida à autossuficiência na produção de petróleo do país. Em 1975 foi descoberto o Campo de Namorado, o primeiro gigante da plataforma continental brasileira. Em 1984 foram descobertos, na mesma Bacia de Campos, o Campo de Marimbá e o gigante Albacora, materializando o irreversível caminho da produção em águas profundas.

A quarta fase, de 1985 a 1997, materializou a confirmação do potencial das águas profundas da Bacia de Campos e o aprofundamento das operações para águas profundas, concomitantemente com o surgimento e aplicação de novas tecnologias nos processos de perfuração. Os resultados alcançados no mar via-

bilizaram novos investimentos, que culminaram nas descobertas importantes de Barracuda e Roncador, na mesma Bacia de Campos. Em 1997 a produção diária de óleo atingiu a marca de 1,069 milhão de barris no país, base concreta de uma nova era para o setor — que viu, no mesmo ano, a aprovação e início de vigência da Lei n.º 9.478/97, a Lei do Petróleo.

Evoluindo a análise a partir da quarta fase, é importante realçar a Lei n.º 7.990 (BRASIL, 1989). De alcance mais amplo — incluindo, por exemplo, royalties sobre a extração de outros minerais e a geração de energia elétrica —, estabeleceu a proibição do uso dos recursos em pagamento de dívidas e de pessoal do quadro permanente. A Lei continua vigente, mas duas exceções viriam a ser abertas: pode-se pagar pessoal do magistério em efetivo exercício e dívidas com a União. Essa norma também incluiu entre os beneficiários (com 0,5% do valor da produção ou 1/10 do bolo dos royalties) municípios onde se localizem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque.

Em 1997, a Lei do Petróleo (BRASIL, 1997) implantou o regime de concessão, que abriu o setor à atuação de “empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País” (BRASIL, 1997), o que inclui as multinacionais. Mediante licitação, empresas poderiam se habilitar a explorar determinadas áreas — ou seja, procurar petróleo e gás em blocos, que são porções delimitadas de território terrestre ou marítimo e, uma vez encontrando reservas comerciais, apropriar-se delas, pagando ao Estado os royalties e, eventualmente, as participações especiais, então instituídas.

No que toca a essas participações governamentais, a lei duplicou a alíquota dos royalties de 5% — vigente até então — para 10%, podendo ser excepcionalmente fixada em um valor intermediário, e instituiu a participação especial. Os royalties são devidos ao Estado qualquer que seja o volume de uma produção e são calculados por meio da aplicação da alíquota ao valor da produção considerada. Os repasses aos estados e municípios ocorrem no segundo mês após o da produção. Já a participação especial só é exigível em casos de campos com grande volume de produção ou rentabilidade (BRASIL, 1997) e incide não sobre o valor bruto da produção, mas sim sobre um montante ao qual se chega após se deduzirem os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação, os tributos previstos na legislação e os próprios royalties. O repasse aos entes subnacionais ocorre trimestralmente, com base na produção do trimestre anterior.

Para contornar um provável conflito entre os beneficiários, a nova lei manteve intactas as regras de rateio que estavam em vigência quando a alíquota era 5%, que beneficiavam todo um circuito de vizinhança em relação aos municípios produtores e rateavam as receitas por critério populacional. Para a parcela adicio-

nal da alíquota — em regra, para os outros 5% —, a norma abandonou o aspecto de solidariedade dentro do mesmo estado. Em vez de repartir os recursos entre produtores e vizinhos, a regra os concentrou nos confrontantes (SERRA, TERRA & PONTES, 2006, p. 59); em vez de ratear os valores entre os municípios produtores por critério populacional, dividiu-os em proporção à produção de cada um. Com isso, um município muito pequeno em termos de população pode receber muito mais do que outro mais populoso, desde que a produção associada à sua costa seja muito maior. A Lei do Petróleo criou, portanto, as rubricas “royalties até 5%” e “royalties excedentes a 5%”. Para as participações especiais, a lei fez valer os mesmos parâmetros (relativamente concentradores) da parcela “excedente a 5%”.

Com a descoberta de reservatórios gigantes abaixo da camada de sal, foi demarcada uma porção do território marítimo, o chamado polígono do pré-sal, de Santa Catarina, a sul, ao Espírito Santo, a norte, na qual seria alta a probabilidade de se encontrarem grandes reservatórios (BRASIL, 2010). Para essa extensão territorial específica e para outras áreas que vierem a ser consideradas estratégicas, a legislação estabeleceu a obrigatoriedade do regime de partilha. Por esse regime, o Estado, proprietário das reservas desconhecidas, pode contratar, mediante licitação, empresas ou consórcios para explorar determinados blocos e efetuar a extração em caso de descobertas comerciais, ou pode contratar diretamente a Petrobras para fazer isso. Como o nome sugere, no regime de partilha as reservas porventura encontradas serão repartidas entre o empreendedor, resguardada a restituição dos valores investidos e de outras despesas, e o Estado. Nesse tipo de licitação, ganha a empresa ou consórcio que oferecer ao Estado o maior percentual do excedente em óleo, que é a diferença entre o volume total da produção e os custos arcados pela empresa. No regime de partilha, a alíquota dos royalties é de 15%, e não há participação especial.

Originariamente, o marco regulatório do pré-sal previa a participação obrigatória da Petrobras em qualquer consórcio vencedor de licitação, em percentual mínimo de 30% (trinta por cento), e garantia à empresa a condição de operadora. Uma alteração introduzida durante a gestão do presidente da República Michel Temer estabelece que será oferecida à Petrobras “a preferência para ser operador dos blocos a serem contratados sob o regime de partilha” (BRASIL, 2016), mantido, nesse caso, o percentual mínimo de 30% de participação no consórcio.

No contexto da discussão do novo marco regulatório, o conjunto dos estados não produtores se alinhou em torno de um projeto de redistribuição dessas participações governamentais, então fortemente concentradas no Rio de Janeiro e, em menor escala, no Espírito Santo. Em 2012 foi aprovada a Lei n.º 12.734 (BRASIL, 2012), que reduz a participação dos estados e, principalmente, dos mu-

nicípios produtores em favor dos demais estados e municípios. Para os estados produtores, a fatia do bolo dos royalties gerados pela sua produção cairia de algo em torno de 26,5%¹ para 20% (no regime de concessão) ou para 22% (no regime de partilha). Para os municípios produtores, a perda seria bem maior. Na parcela que hoje dividem com a vizinhança, os produtores experimentariam uma queda de 30% para 4% de participação no bolo dos royalties gerados pela produção ocorrida no seu estado. Na atual parcela de royalties excedentes, a “fatia do bolo” cairia de 22,5% para 4% (no regime de concessão) ou para 5% (no regime de partilha). No que se refere à participação especial, a parte que cabe aos estados produtores cairia à metade — de 40% para 20% —, enquanto para os municípios produtores a queda seria um pouco maior: de 10% para 4%.

No regime de concessão, além da já referida redução nas parcelas repassadas aos municípios produtores, deixaria de existir a divisão entre “royalties até 5%” e “excedentes a 5%” — e, com ela, a diferença nos critérios de rateio. Todo o montante destinado aos municípios produtores seria distribuído com base nos critérios solidários que beneficiam também a vizinhança, o que obviamente representaria uma perda adicional aos produtores. A participação especial continuaria restrita aos confrontantes com a produção. No regime de partilha, em que a participação especial não é devida, os royalties ficariam concentrados nos próprios confrontantes.

Até o momento em que escrevemos esse capítulo, os itens da Lei n.º 12.734/2012 que tratam da mudança nas regras de rateio estão suspensas por força de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Em decisão provisória (cautelar), o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu sua vigência. Dita ADI teve várias datas marcadas para o julgamento do mérito, mas elas têm sido constantemente adiadas.

Em síntese, tanto o deslocamento da produção para a Bacia de Santos quanto a possibilidade da redistribuição dos recursos apontam para uma tendência de orçamentos mais modestos na maior parte dos municípios do trecho fluminense da Bacia de Campos (BC). Não se trata de uma concepção fatalista, inclusive porque não se pode descartar a descoberta de novas jazidas em camadas mais profundas dessa bacia, que está em parte incluída no polígono do pré-sal. Entretanto, um exame dos orçamentos dos municípios da região oferece uma medida do que pode vir pela frente. A isso nos dedicaremos na próxima seção.

1 Média entre a alíquota de 30% (incidente sobre a parcela de royalties até 5%) e a alíquota de 22,5% (válida para a parcela excedente a 5%). Trata-se de uma aproximação didática que supõe, arbitrariamente, todos os campos sujeitos à alíquota padrão de 10%, o que na prática não ocorre.

Uma análise da estrutura de receitas orçamentárias dos municípios produtores no entorno da Bacia de Campos.

A Lei Federal n.º 12.527/2011 (BRASIL, 2011), conhecida como a Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), garantiu ao cidadão comum o direito de acesso a documentos e informações públicas, exceto aquelas classificadas como segredo de segurança nacional (SOARES; JARDIM; HERMONT, 2013). A partir daí os governos federal, estaduais e municipais investiram cada vez mais na criação dos chamados “Portais da Transparência”, que trazem informações sobre suas receitas e gastos.

Os dados aqui analisados foram obtidos por meio dos relatórios resumidos da execução orçamentária do “Demonstrativo da Receita Corrente Líquida”, divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ, 2020). Foram analisados os relatórios do último bimestre de 2019, nos quais são apresentados os somatórios de todas as receitas mensais do ano. A variável sobre as receitas dos municípios utilizada é a receita corrente líquida (RCL), que é “o denominador comum de todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal” (TOLEDO JÚNIOR, 2001, p. 50).

A RCL é aquela sobre a qual são calculados os percentuais de gasto com pessoal e despesas previdenciárias, entre outras, procurando captar a efetiva capacidade de arrecadação do município. Nela são deduzidos os ganhos eventuais que não traduzem a normalidade da arrecadação, como os recursos advindos de endividamento ou da venda de algum patrimônio, bem como os valores resultantes de duplicidades no levantamento das receitas. É comum, nas transferências inter-governamentais, uma mesma receita ser contada duas vezes — uma na prefeitura e outra na instituição municipal beneficiada pelo repasse recebido do governo estadual ou federal. Em suma, a RCL é o valor da receita corrente depois de feitas as deduções (TOLEDO JÚNIOR, 2001).

A tabela 1 mostra a receita corrente dos municípios, a receita corrente líquida (RCL) e a diferença percentual entre elas. Nota-se que as maiores diferenças percentuais entre as duas receitas ocorrem no município de Carapebus (10,0%) e Campos dos Goytacazes (9,0%). Nos relatórios resumidos do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida de 2019 de todas as prefeituras existem apenas três tipos de dedução: Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor, Compensação Financeira entre Regime Previdenciário, e Dedução de Receita para Formação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Tabela 1. Diferença percentual entre a receita corrente líquida (RCL) e a receita corrente dos municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.

Municípios	Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Diferença percentual
Armação dos Búzios	308.406.899	289.645.071	-6,1
Arraial do Cabo	196.956.155	184.936.068	-6,1
Cabo Frio	905.003.910	846.326.240	-6,5
Campos dos Goytacazes	1.877.082.136	1.707.665.374	-9,0
Carapebus	117.833.721	106.021.209	-10,0
Casimiro de Abreu	282.929.433	259.091.933	-8,4
Macaé	2.314.504.030	2.139.131.723	-7,6
Quissamã	267.218.718	243.884.712	-8,7
Rio das Ostras	667.927.400	623.710.600	-6,6
São João da Barra	462.773.106	431.819.647	-6,7
Total	7.400.635.509	6.832.232.577	-7,7

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios disponibilizados pelo TCE/RJ.

A tabela 2 mostra a receita corrente líquida, a população e a arrecadação per capita dos dez municípios pesquisados. Conforme se pode observar, há uma enorme heterogeneidade de receita tributária entre eles. Quando se considera o valor total da RCL, Macaé e Campos dos Goytacazes se destacam como os municípios com as maiores arrecadações, recebendo, respectivamente, R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,7 bilhão, o que representa 56,4% do total de tributos arrecadados pelos governos locais na região, em 2019. Embora a diferença possa ser em parte explicada pela população — afinal nos dois maiores municípios residem 57,4% dos habitantes da região —, também existe uma enorme diferença entre as receitas tributárias per capita.

Quanto à arrecadação per capita de tributos, a realidade é bastante distinta. Dois municípios com população bem menor se destacam entre aqueles com maiores rendimentos tributários anuais: São João da Barra (R\$ 11.855,70) e Quissamã (R\$ 9.706,50), com valores 254,9% e 190,6% superiores ao menor valor observado na tabela 2, que se refere ao município de Campos dos Goytacazes (R\$ 3.340,70) (ver também figura 1). Outros dois municípios se destacam com valores bem mais elevados do que a média de todos os municípios da região, que é de R\$ 5.064,30: Armação de Búzios (R\$ 8.401,10) e Macaé (R\$ 8.180,20). Os dados mostram que mesmo sendo os dez municípios beneficiados por uma arrecadação extraordinária

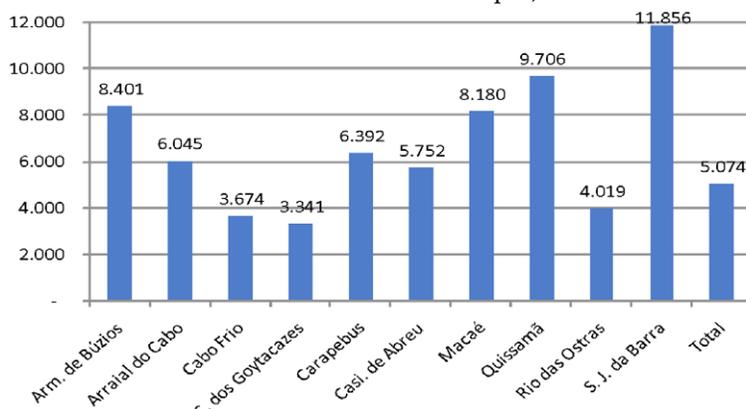
de royalties e participação especial na produção de petróleo, suas realidades tributárias são bastante distintas.

Tabela 2. Receita Corrente Líquida (RCL) e população dos municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.

Municípios	Receita Corrente Líquida	População	Receita anual per capita	Receita per capita mensal
Armação dos Búzios	289.645.071	34.477	8.401,1	700,1
Arraial do Cabo	184.936.068	30.593	6.045,0	503,8
Cabo Frio	846.326.240	230.378	3.673,6	306,1
Campos dos Goytacazes	1.707.665.374	511.168	3.340,7	278,4
Carapebus	106.021.209	16.586	6.392,2	532,7
Casimiro de Abreu	259.091.933	45.041	5.752,4	479,4
Macaé	2.139.131.723	261.501	8.180,2	681,7
Quissamã	243.884.712	25.126	9.706,5	808,9
Rio das Ostras	623.710.600	155.193	4.018,9	334,9
São João da Barra	431.819.647	36.423	11.855,7	988,0
Total	6.832.232.577	1.346.486	5.074,1	422,8

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios disponibilizados pelo TCE/RJ.

Figura 1. Receita Corrente Líquida per capita anual dos municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios disponibilizados pelo TCE/RJ.

Conforme se pode observar na tabela 3 e figura 2, as chamadas rendas petrolíferas, que para os efeitos deste capítulo são as receitas oriundas de royalties e participações especiais provenientes da produção de petróleo², representam uma parcela importante na arrecadação de todos os municípios analisados, com destaque para os três municípios com menor contingente populacional: Quissamã (39,9%), Carapebus (37,1%) e Arraial do Cabo (31,4%). Embora os municípios com menores proporções das receitas de petróleo no seu ganho corrente sejam Rio das Ostras e Cabo Frio, tais receitas são ainda responsáveis por mais de 1/5 de suas RCL.

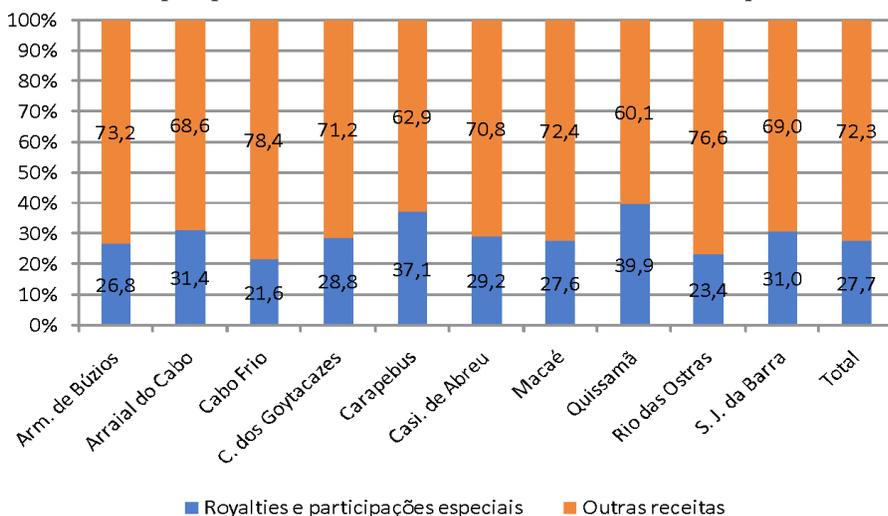
Tabela 3. Valor e participação percentual das receitas de royalties e participações especiais na Receita Corrente Líquida dos municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.

Municípios	Royalties	Participação especiais	Rec. Corrente Líquida (RCL)	% das rendas petrolíferas
Armação dos Búzios	71.531.110	6.149.595	289.645.071	26,8
Arraial do Cabo	56.721.298	1.271.650	184.936.068	31,4
Cabo Frio	147.720.413	35.215.332	846.326.240	21,6
Campos dos Goytacazes	363.601.164	128.022.519	1.707.665.374	28,8
Carapebus	39.142.355	150.786	106.021.209	37,1
Casimiro de Abreu	66.983.167	8.766.446	259.091.933	29,2
Macaé	586.578.865	4.073.948	2.139.131.723	27,6
Quissamã	93.460.552	3.916.417	243.884.712	39,9
Rio das Ostras	126.789.539	19.359.218	623.710.600	23,4
São João da Barra	104.381.659	29.300.855	431.819.647	31,0
Total	1.656.910.121	236.226.766	6.832.232.577	27,7

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios, disponibilizados pelo TCE/RJ, e nos dados dos boletins de royalties e participação especial, disponibilizados pela ANP.

² Iniciativas recentes no âmbito do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás tendem a ampliar o conceito de rendas petrolíferas, que passaria a abarcar impostos gerados pela cadeia produtiva da produção e escoamento.

Figura 2. Participação percentual das rendas petrolíferas na Receita Corrente Líquida dos municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios, disponibilizados pelo TCE/RJ, e nos dados dos boletins de royalties e participação especial, disponibilizados pela ANP.

O problema de uma dependência tão alta dessas receitas está na sua enorme imprevisibilidade. Elas dependem tanto do volume da produção de petróleo, quanto de variáveis extremamente voláteis como o valor do dólar e do preço internacional do barril do petróleo. Além disso, ainda há a possibilidade de mudança nas regras de rateio das receitas, conforme destacamos na seção anterior.

Nos relatórios resumidos do demonstrativo da RCL, são apresentadas as receitas de diferentes tipos de tributos, o que permite identificar os valores arrecadados pelos principais impostos de competência dos municípios: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Além deles, existe ainda o que se chama de “Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, que também são de competência dos Municípios³ (MI-

3 De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, 9ª Edição, para “os Municípios, o item Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria deverá ser detalhado em IPTU, ISS, ITBI e Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria de competência dos Municípios; e o item Transferências Correntes detalhado em Cota-Parte do FPM, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA, Cota-Parte do ITR, Transferências do Fundeb, Transferências da LC 87/1996, Transferências da LC 61/1989 e Outras Transferências Correntes” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2019, p. 157).

NISTÉRIO DA FAZENDA, 2019, p. 157). Por meio da tabela 4 e da figura 3, é possível comparar os valores e os pesos dessas receitas municipais com os das chamadas rendas petrolíferas.

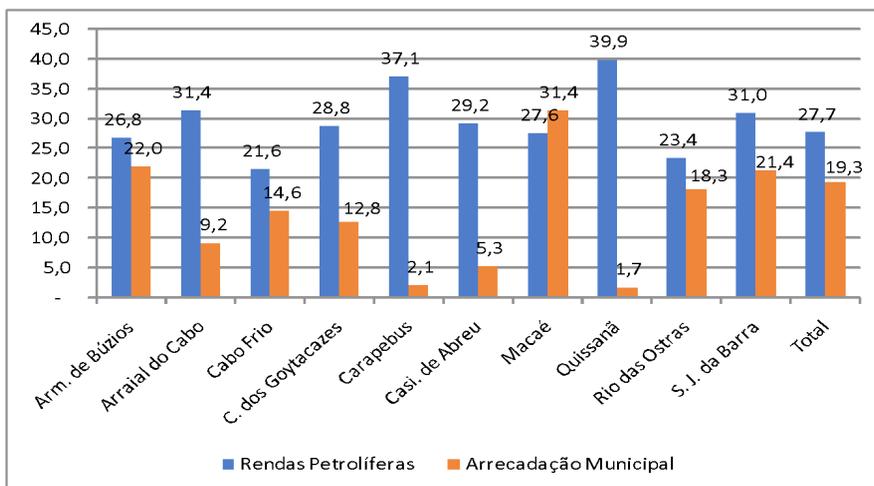
Tabela 4 - Valores das rendas petrolíferas e dos tributos de competência municipal nos municípios produtores do trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.

Municípios	Rendas Petrolíferas	IPTU	ISS	ITBI	Outros Tributos Municipais ¹
Armação dos Búzios	77.680.705	25.538.786	18.004.160	8.157.757	12.082.254
Arraial do Cabo	57.992.949	7.506.642	4.703.207	2.841.293	1.939.685
Cabo Frio	182.935.745	59.285.929	44.099.659	11.130.504	8.724.154
Campos dos Goytacazes	491.623.683	75.594.663	87.370.640	16.464.245	38.993.596
Carapebus	39.293.141	485.041	1.489.207	45.123	172.081
Casimiro de Abreu	75.749.613	4.365.843	6.000.784	1.003.407	2.346.692
Macaé	590.652.813	70.889.069	577.292.275	10.151.717	14.386.186
Quissamã	97.376.968	1.518.346	2.496.652	150.972	83.877
Rio das Ostras	146.148.757	34.802.700	58.172.200	10.322.700	10.545.100
São João da Barra	133.682.514	6.384.035	82.743.321	1.017.533	2.088.000
Total	1.893.136.887	286.371.054	882.372.106	61.285.250	91.361.625

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios, disponibilizados pelo TCE/RJ, e nos dados dos boletins de royalties e participação especial, disponibilizados pela ANP.

Nota: ¹ Corresponde ao item “Outros impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” do Relatório Resumido do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

Figura 3. Participação das rendas petrolíferas e dos tributos municipais na Receita Corrente Líquida. Municípios produtores no trecho fluminense da Bacia de Campos, 2019.



Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios resumidos dos demonstrativos da Receita Corrente Líquida dos municípios, disponibilizados pelo TCE/RJ, e nos dados dos boletins de royalties e participação especial, disponibilizados pela ANP.

Nota-se que os R\$ 882 milhões arrecadados de ISS no conjunto dos dez municípios é o maior valor entre os impostos municipais, seguido pelo IPTU (R\$ 286 milhões), o conjunto “Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” (R\$ 91 milhões), e o ITBI (R\$ 61 milhões), conforme a tabela 4. Embora o valor arrecadado de imposto sobre serviços seja mais do que o triplo do valor do predial e territorial, ele está muito concentrado no município de Macaé, que é responsável por mais de 65% do total do ISS arrecadado na região e é o único município em que o total de tributos de competência municipal supera as receitas oriundas de royalties e participação especial (ver figura 3).

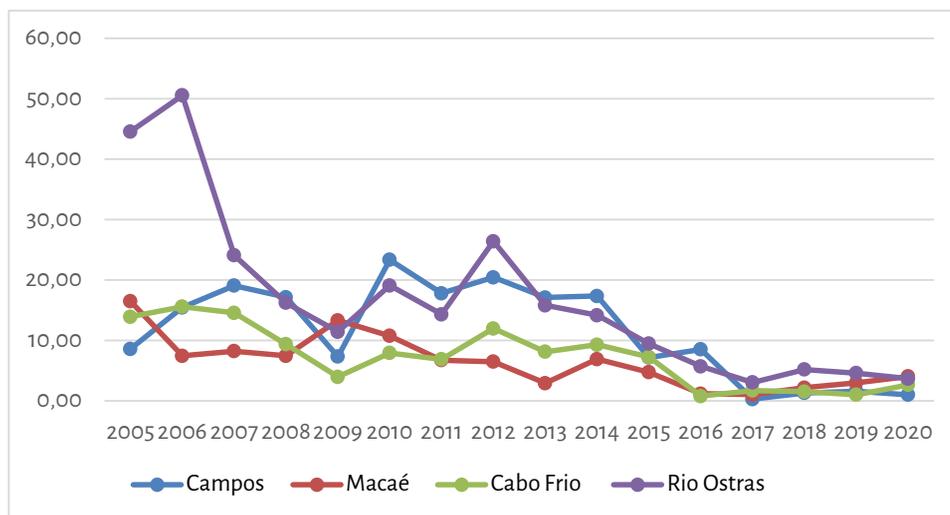
Embora os dados dos relatórios resumidos do demonstrativo da RCL não permitam distinguir o valor do ISS oriundo exclusivamente da cadeia produtiva de petróleo, sabe-se que, principalmente em Macaé, boa parte deve vir não só de grandes empresas prestadoras de serviços contratadas pela Petrobras, como também de médias e pequenas empresas prestadoras de serviços especializados e até mesmo básicos como limpeza e alimentação. O município é conhecido, na região, como o centro da prestação de serviços para a cadeia produtiva de petróleo. Dessa forma, boa parte dos tributos de competência municipal, inclusive o IPTU e o ITBI, tende a ser bastante afetada pelo que acontece no setor.

Com exceção de Macaé, em todos os outros municípios produtores do tre-

cho fluminense da Bacia de Campos as chamadas rendas petrolíferas superaram as somas de todos os tributos de competência municipal. A soma das receitas de royalties e participações especiais no valor de R\$ 97,4 milhões, em Quissamã; de R\$ 39,3 milhões, em Carapebus; e de R\$ 75,7 milhões, em Casimiro de Abreu, são respectivamente, 2.191,3%, 1.693,0%, 452,2% maiores do que o total de R\$ 4,2 milhões, R\$ 2,2 milhões e R\$ 13,7 milhões arrecadados com tributos locais. Isso reforça o argumento de que, ao se acostumarem com as altas rendas petrolíferas, eles perderam capacidade de obter recursos próprios suficientes para arcar com suas despesas fixas e essenciais.

A análise sobre a estrutura de receitas orçamentárias, onde são destacadas as transferências constitucionais, dentre elas as rendas petrolíferas, sugere a ocorrência de uma certa acomodação nos municípios produtores, que ignoraram a possibilidade de sua retração no futuro. Esse comportamento gerou um incentivo ao aumento das despesas de custeio e, como consequência, a perda de capacidade de investimento. A figura a seguir apresenta a trajetória da taxa de investimento nos principais municípios produtores da Bacia de Campos no período de 2005 a 2020.

Figura 4: Taxa de investimento público nos municípios selecionados
(Despesa de Investimento / Rec Corr)



Fonte: Elaboração própria com base no TCE/RJ.

Estando caracterizados um cenário de declínio da produção na Bacia de Campos e a persistência de uma situação de dependência orçamentária nos mu-

nicípios considerados produtores, impõe-se uma apreciação sobre a forma como esses dados chegam a esferas mais amplas da sociedade. Para tanto, faremos, na próxima seção, uma apreciação crítica do modo como as perspectivas para Bacia de Campos e os municípios que a compõem foram veiculados em portais de notícias relevantes em âmbitos nacional e regional.

Aspectos do discurso na divulgação jornalística sobre o setor petrolífero

A presente análise busca identificar traços de manipulação do discurso nas reportagens divulgadas nos principais portais de notícias sobre potenciais impactos de programas e projetos, tais como Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Maduros (Promar), Nova Lei do Gás e investimentos na produção de petróleo e gás divulgado pela ANP. As reportagens foram divulgadas respectivamente no Portal G1 Norte Fluminense (em março e em abril de 2021) e na edição on-line do jornal Folha de São Paulo (em maio de 2021).

A coleta de dados ocorreu através da pesquisa no buscador do Google com as palavras-chave “royalties”, “2021” e “Rio de Janeiro”. Chegamos a mais de 20 resultados, mas selecionamos três que ilustram um aspecto específico que o leitor atento deve ter percebido em boa parte da produção de notícias sobre essa temática: um viés positivo na apresentação de perspectivas para a atividade após um período difícil iniciado em fins de 2014.

Na nossa análise identificamos que reportagens para repercutir novas descobertas e possíveis expansões do cenário petrolífero muitas vezes utilizam apenas a fonte oficial como referência, sem o risco de interferências. A divulgação dessas informações se faz necessária, pois é um setor da economia que enfrenta sucessivas crises e que interfere diretamente na arrecadação de royalties para as administrações municipais. Então, o crescimento da produção, o aumento no valor do barril, a descoberta de novos campos, os leilões de blocos, tudo isso é noticiado pela imprensa; mas de que forma?

A metodologia utilizada para desenvolver a análise do discurso⁴ é a abordagem francesa baseada no modelo exposto por Charaudeau (2010) para identificar os aspectos utilizados nas mídias.

Pretendemos, com essa seção, demonstrar de que maneira o webjornalismo⁵

4 “O discurso nada mais é do que um jogo de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos” (FOUCAULT, 1996, p.49).

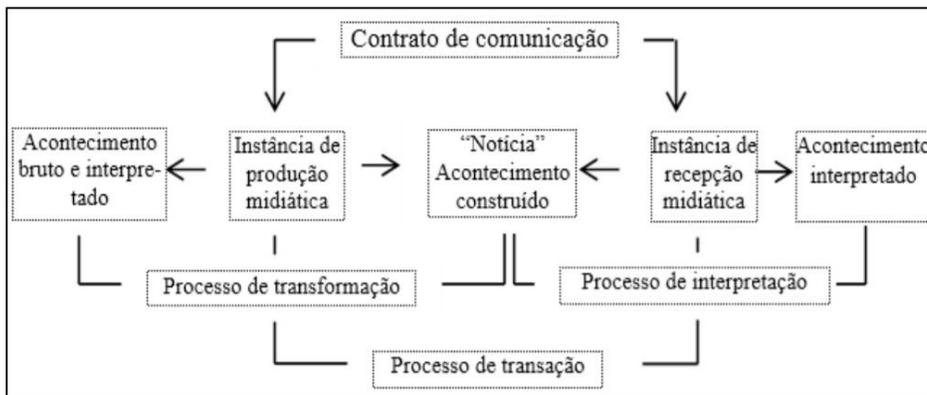
5 No caso do webjornalismo, as rotinas de produção e a estética dos conteúdos ainda estão em constantes ajustes para garantir a audiência. O crédito da noticiabilidade, por sua vez, tem valor agregado quando os sites estão vinculados a veículos de prestígio. Os sites de notícias almejam o

utiliza os dados oficiais ou projeções de instituições públicas ou privadas para criar uma expectativa que pode não se confirmar no futuro.

Contrato de comunicação e organização do discurso

No “contrato de comunicação” estruturado por Charaudeau (2010), o acontecimento bruto foi gerado no mundo descrito pelo jornalista. Dessa forma, a interpretação deste já influenciou a escolha dos aspectos que serão disponibilizados ao leitor. A notícia é o produto que passa pela instância de produção (repórter, editor, fotógrafo, ferramentas tecnológicas, linha editorial do veículo) e chega ao receptor, e pode ser denominada “acontecimento construído”. Na sequência, o internauta acessa essa informação em um espaço, e com a leitura conclui, compreende, reflete sobre o fato, também definido pelo autor como “acontecimento interpretado” (CHARAUDEAU, 2010, p. 114). O contrato de comunicação (conforme figura abaixo) é estabelecido entre a instância que produz e a instância que recebe. Assim, a notícia é o centro da relação entre elas.

Figura 5: Contrato de comunicação



Fonte: Charaudeau (2010, p. 114).

O processo triplo de transformação do conteúdo pelo jornalista, de interpretação deste pelo leitor e de transação entre as instâncias de produção e recepção demonstra como o espaço social é exposto para a sociedade e como o leitor o decodifica e forma a opinião pública. Para tal, quanto melhor a organização do

poder de representação de outras mídias junto à comunidade, com o telejornal e jornal impresso. (GRANDE, 2015, p. 31).

material disponível nos portais, mais atraente a notícia se apresenta. O modo de organização do discurso da informação vai depender da “atualidade” do fato, da “expectativa” que capta interesse do leitor e da “socialidade” que garante que aquele conteúdo será disponibilizado para uma comunidade. O “acontecimento midiático” (CHARAUDEAU, 2010, p. 151) ocupa o espaço do veículo de caráter relatado, reunindo pontos de vista, explicando os fatos, descrevendo, expondo reações, explicando ações, com aproximação de casos e exposição de contexto. Em suma, nas três produções selecionadas como fatos relevantes para a imprensa (Promar, Lei do Gás, relatório ANP), o espaço foi ocupado porque dados oficiais ou conteúdos debatidos foram disponibilizados.

Gênero da informação: elementos do formato reportagem

Nesta altura precisamos definir posições ocupadas pelos agentes que transitam nesse espaço midiático. Segundo Charaudeau (2010, pp. 206-207), são eles os jornalistas (“instância enunciativa”), a reportagem (“modo discursivo”), os royalties do petróleo (“conteúdo temático”) e o portal de notícias (“tipo de dispositivo”).

A reportagem como gênero midiático deve adotar o caráter objetivo para facilitar a compreensão do leitor, com distância frente ao tema e como uma abordagem global. Ao mesmo tempo, deve propor questionamento sobre o fenômeno tratado. Para tanto, adota diferentes tipos de roteiro, utilizando mecanismos como fotos e gráficos para reforçar a credibilidade da informação, reconstituir fatos, ilustrar, explicar e propiciar a “afetividade do espectador”. Nas três reportagens pesquisadas identificamos diferentes estratégias de abordagem: a primeira delas, que aborda o Promar, utilizou apenas texto; na segunda, sobre a Nova Lei do Gás, identificamos um link para uma reportagem da Rede InterTV — afiliada Globo na região norte do estado do Rio de Janeiro — que explica a lei e ainda uma foto de um cargueiro com armazém de gás; na terceira reportagem, sobre a divulgação dos dados da ANP, são utilizados dois gráficos que demonstram o crescimento na produção de petróleo, na arrecadação de royalties e nas participações especiais para o estado, além de uma foto de uma plataforma de petróleo.

O texto: estrutura de análise

Título e Linha fina

O título é o primeiro contato que o leitor tem com a notícia. Ele está situado na região de acontecimentos relatados porque descreve o que é o fato, mas em diversos casos apresenta toques de comentário para atrair a curiosidade do leitor, buscar o seu engajamento. O título se encontra em posição privilegiada no espaço ocupado pela notícia, sempre no topo da informação, no início da trajetória de

leitura. Na imprensa ou no rádio, é o jogo dos títulos que produz um efeito de ofuscamento racional (CHARAUDEAU, 2010, p. 259). Abaixo, resgataremos em cada portal os títulos e as linhas finas para demonstrar como foram os respectivos posicionamentos.

O título da reportagem do dia 11/03/2021, publicada no portal G1 Norte Fluminense, foi: “Programa que estende vida útil de campos do pós-sal vai estimular retomada econômica na indústria de petróleo e gás” (G1, 2021a). A linha fina: “Lançado nesta quinta-feira (11) pelo Ministério de Minas e Energia, programa vale para todo o Brasil, mas campos estão concentrados principalmente no estado do RJ, em Campos dos Goytacazes e Macaé” (G1, 2021a). Tanto o título quanto a linha fina, neste caso, promovem expectativa no leitor de forma descompromissada com processos administrativos, produtivos e jurídicos.

O título do dia 10/04/2021, “Nova Lei do Gás atrai investimentos para o Norte Fluminense” (G1, 2021b), afirma que o programa (Promar) vai retomar o ânimo econômico na região sem, no entanto, explicitar em quanto tempo — mas a certeza está implícita na frase. Logo abaixo, a linha fina — “Segundo a Firjan, campo do pré-sal na Bacia de Campos terá gasoduto submarino conectado ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé, e Porto do Açú busca licenciamento para gasoduto Macaé-Campos” (G1, 2021b) — direciona para a região Norte Fluminense citando as duas maiores cidades da região e que estão sofrendo com as baixas nos repasses de royalties nos últimos anos, porém não especifica qual é a previsão de retomada, o quanto pode impactar na economia.

No título acima, confirma-se a entrada de recursos para a região, o que, em meio à crise econômica agravada pela pandemia, é uma notícia positiva, pois anima o mercado local e mostra uma saída para o setor. Na linha fina acima, a redação traz dados específicos de como as coisas podem ser feitas, porém o prazo para a operação começar não é claro. O que reforça a veracidade da informação é atrelar a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) como fonte de credibilidade. Nesse caso, com estagnação econômica, a instituição articula de forma política, econômica e midiática a retomada da indústria na região com a produção de pesquisas, roda de conversa com empresários e políticos, análise de mercado, debates com parlamentares sobre leis que podem ser criadas nos âmbitos estaduais e federal, entre outras ações que seriam executadas para unir os agentes do poder. Assim, o protagonismo “escalado” pela Firjan encontra espaço na imprensa que sofre a fragilidade na apuração e necessidade por volume de notícias. Dessa forma, os estudos feitos pelos técnicos da Firjan, expostos de forma didática e clara, se tornam pauta nos veículos de imprensa. Não podemos deixar de ressaltar que o

trabalho da Firjan, no âmbito midiático, é formar a opinião pública sobre a importância da entidade e que as propostas articuladas são necessárias para a região, o que faz com que o apoio da população se torne natural.

No título “Distribuição de royalties e participações sobre produção de petróleo batem recordes, diz ANP”, do dia 14/05/2021 (PAMPLONA, 2021), fica evidente que a retomada da produção superou as expectativas. Aqui, a estratégia de utilizar a pesquisa da ANP como fonte tem a intenção de validar a veracidade da informação.

Nessa mesma data, a ANP divulgou estudo no site do Ministério de Minas e Energia que aponta os crescimentos da produção nos últimos trimestres, arrecadação com royalties e participações especiais. Outros portais também realizaram a mesma estratégia, como a Folha de Pernambuco, que reaproveita o conteúdo divulgado pela Folhapress, e a Época Negócios.

A linha fina “Em maio, serão pagos R\$ 12,4 bilhões; Rio e municípios fluminenses são os maiores beneficiados” (PAMPLONA, 2021), que acompanha o título, revela que a maior parte dos recursos será destinada às cidades do estado que recebem o repasse. Essa linha fina atende as perguntas do *lead* do quanto, quem e quando, porque explicita o volume de recursos e como esse retorno retorna em expectativas para o mercado.

Texto

A mídia informa o que seleciona para informar. Ela procura alinhar as agendas política, econômica e editorial que defende e, para isso, “é claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos” (CHARAUDEAU, 2010, p. 253). Segundo o autor, nem sempre os veículos de comunicação vão atender os desejos do cidadão. Diante do competitivo cenário comercial e do cenário político inóspito, a grande mídia se encontra em posição vulnerável diante das demandas financeiras, políticas e sociais porque a gestão desses setores requer se posicionar como “agente manipuladora” (idem, p. 253), em determinados casos, e “paciente manipulada” (idem, p. 253), em outras ocasiões.

Mas como se identifica a manipulação? Para Charaudeau (2010), a prática da seleção já é um fator preponderante para o resultado do conteúdo e é observada em três critérios: tempo, espaço e acidente.

a) Tempo

O tempo é a lacuna ocupada pela urgência da notícia. Em nosso estudo, o tempo/data é a divulgação dos programas, estudos e relatórios que projetam a recuperação da produção petrolífera na região Norte Fluminense. O período de

incertezas do setor desde a queda na arrecadação que começou em 2014 e a falta de gestão dos recursos públicos têm deteriorado a administração pública nas cidades da região. A pandemia de covid-19 agravou o problema, e em 2020 o cenário de aprofundamento da queda na produção reduziu ainda mais os repasses. O descrédito no setor, em vista do desemprego, e os cortes em serviços públicos reforçaram a insatisfação popular. O sentimento de esperança presente nas reportagens fica evidente porque o passado recente era de encolhimento do setor. No trecho da reportagem publicada em março de 2021 identificamos esse recurso:

A partir da extensão da vida útil desses campos, o Promar busca aumentar o fator de recuperação, gerar empregos, e realizar a manutenção da indústria de bens e serviços locais e a criação de melhores condições de aproveitamento econômico de petróleo e gás natural. (G1, 2021a)

A busca pela empregabilidade e circulação de recursos na região para manter o setor de serviços fundamenta as razões para se manter a esperança. Em outro trecho recolhido na reportagem, o recorte da fala do prefeito de Campos dos Goytacazes (RJ), Wladimir Garotinho (PSD-RJ), valida esse estado de espírito: “O Promar é um sopro de esperança para minha região, porque 90% desses campos (maduros) ficam na Bacia de Campos. É um projeto que nos impacta diretamente. É um sopro de esperança para nós gestores e para nós que moramos na região” (G1, 2021a).

Na reportagem de abril, sobre a nova lei do gás, os dados da Firjan projetam investimentos e uma nova alternativa para a região: “De acordo com a Firjan, a previsão é que os investimentos transformem a região em um polo de gás natural, não só do Estado do Rio, mas de todo o Brasil” (G1, 2021b). O apoio no estudo feito pela instituição transfere a responsabilidade do conteúdo para a entidade, mas a publicização do veículo de imprensa amplifica o alcance da pesquisa e as suas intenções. Dessa forma, em outro trecho identificamos a alternativa encontrada na pesquisa: a criação de termelétricas.

A plataforma a ser instalada vai transferir gás por meio de gasoduto submarino até o Terminal de Cabiúnas — a chamada Rota 5. Atualmente, boa parte do gás produzido em alto mar é reinjetado. Com a Rota 5, Macaé poderá atrair um total de 12 termelétricas e diversificar o consumo de gás. (G1, 2021b)

Os números materializam as projeções, mas não passam de perspectivas que retomam confiança no petróleo, mesmo sem garantias.

A terceira reportagem, de maio, sobre o relatório da ANP que aponta o crescimento na arrecadação, relembra o cenário negativo pelo qual passa a região. O trecho é: “A arrecadação atingiu recorde histórico em maio, beneficiando União, estados e municípios produtores em meio à crise causada pela pandemia do novo coronavírus” (PAMPLONA, 2021). O gráfico adicionado próximo a esse parágrafo reforça o relato feito pela Folha.

b) Espaço

Como já foi dito, trata-se da região carente de novas políticas e alternativas que reestabeçam seu vigor econômico. O espaço, segundo Charaudeau (2010, p. 253), pode ser representado pela “aldeia” (conservadorismo, terra dos ancestrais, vizinhos, amigos), que seria a região citada, e o “planeta” (símbolo da expansão, outros campos de ação, o diferente), que aqui representa o Brasil. De alguma forma os trechos das reportagens expostos a seguir atendem as interpretações sugeridas pelo autor.

Na reportagem de março observamos a relevância local: “O programa vale para todo o Brasil, mas os campos do pós-sal estão concentrados principalmente no estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé, no Norte Fluminense” (G1, 2021a). Em outro trecho percebemos o mesmo discurso, e com a adição de uma ideia progressista retirada da entrevista do presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

O programa será um marco para o Norte Fluminense. Temos a oportunidade de transformar os ativos em riqueza, por meio de empregos diretos na cadeia produtiva, e de renda aos entes públicos, a fim de diminuir e melhorar o desequilíbrio social do Brasil (G1, 2021a).

Na reportagem de abril, mais um posicionamento da Firjan, expresso na fala do coordenador de relacionamento de Petróleo, Gás e Naval, Fernando Monterra, que ressalta o potencial da região para o futuro no cenário brasileiro, porém apenas nas projeções. “Estes investimentos reforçam o posicionamento da região como um *hub* de gás, para o Rio e para o país. E contribui para o desenvolvimento da cadeia produtiva, com mais geração de emprego e renda.” (G1, 2021b).

O estudo feito pela Firjan é utilizado de forma indireta e retoma a ideia de valorização da região e de elevação dela a um local estratégico, no futuro, para in-

vestimento. “A previsão é de investimentos de R\$ 45 bilhões para o Estado do Rio. O Porto do Açu, por exemplo, poderá atrair uma diversidade de novas empresas. Insumo para novas termelétricas — como as instaladas no Açu, e também em Macaé” (G1, 2021b). A reportagem de maio gira em torno do crescimento da arrecadação e traz apenas dados estaduais, sem uma análise do âmbito microrregional.

c) Acidente

Para Charaudeau (2010) o termo **acidente** é mais conhecido como “sintoma dos dramas humanos”. No estudo que desenvolvemos, observamos que as previsões desafiam as normas da lógica (instabilidade da produção petrolífera) com os programas, pesquisas e relatórios produzidos por instituições do ramo. Como argumentos para a ideia de reerguimento do setor, as matérias selecionadas utilizam a carência energética no país e a falta de centros logísticos estruturados para o armazenamento e transporte do gás ou do petróleo. Em apoio a esses argumentos, tais conteúdos recorrem à coincidência da alta na produção com a elevação na cotação do barril.

Na reportagem publicada em março, aborda-se a valorização do Promar como alternativa viável de manutenção de produção dos campos de petróleo no Norte Fluminense aproveitando a estrutura que já existe. A entrevista da deputada federal Clarissa Garotinho é utilizada para justificar esta tomada de decisão e possibilitar o investimento: “Esse projeto será importantíssimo para nossa região, em especial para Campos e Macaé. [...] É preciso lembrar que os campos maduros já possuem toda uma infraestrutura instalada, o que acaba barateando a exploração de volumes remanescentes de petróleo e gás”. (G1, 2021a)

Na reportagem de abril, o dado sobre geração de empregos com a implantação do *hub* energético na região especula um futuro promissor, porém sem o aval do governo federal para o empreendimento. A necessidade de substituição da forma de se receber royalties, ou complementação dela com uma nova forma de receber esses recursos, cria no imaginário da população apego a essa possibilidade: “Cada 1 milhão de metros cúbicos/dia consumidos pelas indústrias do Rio de Janeiro gera R\$ 60 milhões de ICMS e R\$ 20 milhões em royalties e participações especiais”. (G1, 2021b).

Já na reportagem de maio, o autor analisou os recursos enviados para os municípios que recebem royalties de petróleo e participações especiais no estado do Rio de Janeiro, e destacou o aumento de valores em Maricá e Niterói. Os recursos maiores chegaram em boa hora porque são administrações que sofreram com a queda na arrecadação no decorrer da pandemia do covid-19, e parte pode ser en-

caminhada para a compra de vacina. A nossa intenção não é desprestigiar a prática, porém alertar para a utilização da mídia como canal de especulação e formação de opinião pública baseada em dados nem sempre comprováveis.

Considerações finais

O presente capítulo trouxe uma discussão sobre rendas petrolíferas oriundas de recursos naturais não renováveis e sobre uma dependência frente a elas que é típica do território do entorno da Bacia de Campos. Questões relacionadas ao conceito de maldição do petróleo ou alavanca para o desenvolvimento foram tratadas de forma a apoiar um melhor entendimento sobre os casos específicos dos entes federativos beneficiários da produção na mesma Bacia. Uma breve discussão sobre a evolução da atividade e suas características também foi parte deste capítulo, assim como a descrição e análise do significado das mudanças regulatórias implantadas (ou postergadas por indefinição judicial) a partir da descoberta dos grandes reservatórios na camada do pré-sal.

O olhar sobre as tendências da produção na Bacia de Campos e sobre as mudanças na legislação que regula o setor forneceu a senha para a apreciação dos orçamentos dos dez municípios considerados produtores de petróleo e gás na porção fluminense da Bacia. A partir de um retrato das finanças de tais municípios referentes a 2019 — ano escolhido de propósito para isolar os efeitos da pandemia de covid-19 —, pôde-se constatar como a aparente uniformidade na dependência frente aos royalties e participações especiais esconde uma diversidade de condições fiscais. A título de exemplo, a receita corrente líquida per capita de São João da Barra chega a ser mais de três vezes superior à de Campos dos Goytacazes. Em todos os municípios analisados, a participação das rendas petrolíferas no orçamento público supera 1/5 das receitas totais, chegando a mais de um terço em Quissamã (39,9%) e em Carapebus (37,1%). Com exceção de Macaé, em todos os outros municípios considerados a soma dos royalties e participações especiais superou o total dos tributos de competência municipal (IPTU, ISS, ITBI e outros).

Por fim, trouxemos ao debate apropriações da mídia sobre esse contexto de queda na produção da Bacia de Campos e sobre as perspectivas de retomada para o setor. Os discursos buscaram confirmar esse aquecimento com dados de instituições e entrevistas de políticos e especialistas com projeções animadoras. A partir de um instrumental analítico baseado na análise do discurso, pudemos constatar como tais projeções encontram abrigo tanto em veículos de comunicação nacionais como regionais sem uma reflexão sobre as possibilidades e os limites de virem a se concretizar.

Referências

ANP. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, nº 85, setembro de 2017. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2017/2017-09-boletim.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ANP. Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural, nº 124, dezembro de 2020. Brasília: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2020/2020-12-boletim.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BJORVATN, K.; FARZANEGAN, MR. *Natural-Resource Rents and Political Stability in the Middle East and North Africa*. Relatório CESifo DICE, 13 (3), 2015, p. 33–37. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/167222/1/ifo-dice-report-v13-y-2015-i3-p33-37.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 2004, de 03 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7990.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997*. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9478-6-agosto-1997-365401-publicacaooriginal-1-pl.html>. Brasília, 06 de agosto de 1997. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/

L12351.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012. Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12734.htm. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016. Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13365.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

COCKX, Lara; FRANCKEN, Natahlie. Natural resources: a curse on education spending? *Energy Policy*, 92, 2016, p. 394- 408. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421516300672?casa_token=W21CZ3ilgNwAAAAA:U-xvg8eiTWskdev6b9sF9a4blvEBMHx63oTakAqi3o9byrtUPY4u8uRhPff5x-2qrIHXAYbrZAQcs. Acesso em: 22 jul. 2021.

DANIEL, Philip; GUPTA, Sanjeev; TODD, Amttina; SEGURA-UBIERGO, Alex. Extracting Resource Revenues. *Finance & Development*, 50, 2013, p. 19–22. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2013/09/daniel.htm>. Acesso em: 22 jul. 2021.

DINH, HT; DINH, R. Managing Natural Resources for Growth and Prosperity in Low-Income Countries. *Policy Paper*, PP-16/01, janeiro de 2016, p. 2-74. Disponível em: https://media.africaportal.org/documents/OCPPC-PP-1601_0.pdf. Acesso em: 21 jul. 2021.

FAGBEMI, F.; ADEOYE, G. Nigerian Governance Challenge: Exploring the of Natural

Resource Rents. *Global Journal of Emerging Market Economies* 12 (3), 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0974910120919001>. Acesso em: 21 jul. 2021.

FARZANEGAN, MR; MARKWARDT, G. The effects of oil price shocks on the Iranian economy. *Energia Economic*, 31 (1), 2009, p.134-151. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140988308001515?casa_token=cLwqhQe-GOsAAAAA:xSrlLhqF5dgAi-LenQvGqCROyeno1OCi6Pv6SMAhBTHE36E9My-MO4uSa65-pCGSq92PADzBsVSU. Acesso em: 21 jul. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

G1. *Programa que estende vida útil de campos do pós-sal vai estimular retomada econômica na indústria de petróleo e gás*. 11 de março de 2021a. G1 Norte Fluminense. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2021/03/11/programa-que-estende-vida-util-de-campos-do-pos-sal-vai-estimular-retomada-economica-na-industria-de-petroleo-e-gas.ghtml>. Acesso: 16 jul. 2021.

_____. *Nova Lei do Gás atrai investimentos para o Norte Fluminense*. G1 Norte Fluminense. 10 de abril de 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2021/04/10/nova-lei-do-gas-atrai-investimentos-para-o-norte-fluminense.ghtml>. Acesso: 16 jul. 2021.

GRANDE, Cristiane Gracia. *A produção da informação em sites de notícias: um olhar sobre o G1 e a Folha de S. Paulo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

GYLFASON, T. Exportações, inflação e crescimento. *World Development*, vol. 27, n. 6, 1999, p. 1031–1057. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X99000455?casa_token=uU94fnB-o4oAAAAA:QsW8eZp3Kzmw4N-qXHewx92vt70scgyGcW/WNhTjwILQ-D3KTq5gJSPpzHcODWR1J-gfq-AKb4awU. Acesso em: 21 jul. 2021

GYLFASON, T. Natural resources, education, and economic development. *European Economic Review*, vol. 45, issues 4–6, 2001, p. 847–859. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292101001271?casa_token=K7K-Jeigo-hUAAAAA:GhlsXaKkc8qrQIIT0d9Ua8oIKqQKGO3K2Gm2t9B7qWbMDtco_Htt-wj8l2mkinog3Anh4J4eGfkg. Acesso em: 21 jul. 2021.

HARTWICK, J.M. Intergenerational equity and the investing of rents from exhaustible resources. *American Economic Review*, vol. 67, nº 5, December 1977, p. 972-974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/1828079.pdf?refreqid=excelsior%3Ae-41671bb66b7ffd54ec432b7554d0865>. Acesso em: 21 jul. 2021.

HOTELLING, H. The economics of exhaustible resources. *Journal of Political Economy*,

vol. 39, n. 2, abril 1931, p.137-175. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/pdf/10.1086/254195>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 33, ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RDLx4Hjt5zTdhhQSSj8w3xk/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jul. 2021.

MEHLUM, H.; MOENE, K. e TORVIK, R. Cursed by Resources or Institutions? *The World Economy*, 2006, p.1117-1131. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9701.2006.00808.x>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2019.

MOHAMED, E. Resource rents, human development and economic growth in Sudan. *Economies*, 8, 99, 2020, p. 1-22. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7099/8/4/99>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MORAIS, José. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1147>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PAMPLONA, N. Distribuição de royalties e participações sobre produção de petróleo batem recordes, diz ANP. Folha. 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/distribuicao-de-royalties-e-participacoes-sobre-producao-de-petroleo-batem-recordes-diz-anp.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2021.

RIBEIRO, Alcimar Chagas e ATHAYDE, Katia. Cenários da Economia do Petróleo no Brasil: a inserção e perspectivas do município de Macaé. In: SILVA, Scheila Ribeiro Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de. (orgs.) *Macaé, do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica*. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019, p. 49-62. Disponível em: <http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1574355347.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

RIBEIRO, Alcimar e HASENCLEVER, Lia. Investigação sobre a capacidade de absorção de externalidades positivas geradas por grandes projetos no estado do Rio de Janeiro. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 50, n. 2, 2019, p. 133-145. Disponível em: <https://uenf.br/projetos/nuperj/files/2019/11/1-903-3077-1-PB-3.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ROSS, ML. The Political Economy of the Resource Curse. *World Politics*, published online by Cambridge University Press, 13 June 2011. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/political-economy-of-the-resource-curse/EBEA5E178E7534C4BA38EE23D25322E0>. Acesso em: jul. 2021.

SARR, Mare; WICK, Katarina. Resources, conflict and development choices: public good provision in resource rich economies. *Economics of Governance* 11, 2010, p. 183-205. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10101-010-0075-x#ci->

teas. Acesso em: 26 ago. 2021.

SERRA, Rodrigo; TERRA, Denise; PONTES, Carla. Os municípios petro-rentistas fluminenses: gênese e ameaças. *Revista Rio de Janeiro*, n. 18-19, jan. - dez. 2006, p. 59-85. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-3-Rodrigo_Denise_Carla.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

SOARES, Fabiana de Menezes; JARDIM, Taciso Dal Maso; HERMONT, Thiago Brasileiro Vilar. *Acesso à informação pública: uma leitura da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília: Senado Federal e UFMG, 2013.

TCE/RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da Receita Corrente Líquida. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/relatorios-lrf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TOLEDO JÚNIOR, Flávio Correia de. A apuração de indexador básico da Lei de Responsabilidade Fiscal - A receita corrente líquida do Município. *Revista do Tribunal de Contas da União*, n. 89, v. 32, jul./set. 2001, p. 50-55.

VAN WIJENBERGEN, S. Inflation, employment, and the Dutch disease in oil-exporting countries: a short-run disequilibrium analysis. *Quarterly Journal of Economics*, 99(2), 1984, p. 233-250. Disponível em: <https://academic.oup.com/qje/article-abstract/99/2/233/1869882>. Acesso em: 22 jul. 2021.

VENABLES, Anthony J. Using natural resources for development: why has it proven so difficult? *Journal of Economic Perspectives*, 30, 2016, p. 161-184. Disponível em: <https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.30.1.161>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Capítulo 2

Conselhos municipais, participação e controle social: uma exploração a partir da MUNIC (IBGE) para os municípios do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo

Hamilton Garcia de Lima
Joseane de Souza
Nilo Lima de Azevedo
Rodrigo da Costa Caetano
Simonne Teixeira

Introdução

O desenvolvimento de um país deixou de ser exclusivamente o crescimento de suas forças produtivas, tal como se entendia desde Adam Smith – para quem o progresso humano já não era uma questão à parte. Hoje, o desenvolvimento integra também as dimensões da sustentabilidade ambiental e social: a primeira com incidência direta nos custos de produção e potencial colapso das condições humanas de reprodução; o segundo sob ameaça da instabilidade crônica diante do agravamento do desemprego estrutural impulsionado pela automação, acentuada nesse ponto pela incapacidade do capitalismo, no seu estágio atual, em difundir a sua mais avançada prática produtiva, a economia do conhecimento, para além de seu traço insular, até mesmo nos países centrais (UNGER, 2018).

O triplo desafio do novo desenvolvimento, entre outros aspectos, amplia o cenário por onde ele deve se desdobrar para atingir seus objetivos. Se antes o planejamento central (nacional) bastava – sem entrar no mérito de sua racionalidade, hoje se faz necessária uma abordagem em escala local-regional, de modo a permitir a percepção imediata e novos desafios em tela a partir do cotidiano da população.

Tanto a sustentabilidade ambiental quanto a social só poderão ser alcançadas na dimensão das segmentações dos biomas e dos grupos sociais a serem, respectivamente, conservados e mobilizados pelas novas políticas de desenvolvimento, sendo que muitas das soluções necessárias não se englobam em nenhuma escala capitalista de reprodução – o que não surpreende já que, historicamente, o capitalismo costuma se nutrir de setores produtivos tradicionais, surgidos de modos de produção anteriores –, o que está longe de ser um óbice à formação de novas cadeias produtivas surgidas nestas esferas.

Claro que em países periféricos, como o Brasil, muitas das soluções vêm de fora por conta das assimétricas contingências históricas do desenvolvimento global. Mas, tal dependência, embora inexorável (CARDOSO e FALETTTO, 1975), não é, por assim dizer, inexpugnável, como demonstra a experiência internacional – e a nossa própria até 1980, quando nossa modernização endógena (industrialização baseada em substituição de importações) entrou em crise (BRESER-PEREIRA, 2007). Assim, diante da tripla exigência do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), as soluções tecnológicas terão que se ver diante de nossos fatores de produção abundantes (terras degradadas, matérias-primas inexploradas e mão de obra heterogênea), tendo como base o nosso potencial de pesquisa, já testado com êxito na Petrobras, Embraer e Embrapa, o que nos permite, numa escala menor, pensar “uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência” com impactos positivos sobre a “estrutura ocupacional do país” (FURTADO, 1983), criando as condições para o enfrentamento do desafio econômico (complexidade), social (inclusão) e ambiental (equilíbrio).

Posto o desafio, a questão é como enfrentá-lo em meio a uma democracia que, não obstante os avanços legais, institucionais e sociais, imerge em profunda crise depois de, aproximadamente, trinta e seis anos de vigência ininterrupta. Não nos cabe aqui discutir as reformas institucionais necessárias para resolver tal problema, mas apontar as práticas políticas a serem estimuladas no âmbito de um Programa de Educação Ambiental de alcance local-regional, de modo a abrir caminho para uma democracia mais robusta, eficaz e efetiva, que ofereça estímulos para a superação do egoísmo e do imediatismo, com a constituição e o fortalecimento de um capital social que tenha por pedra de toque o princípio da reciprocidade generalizada (PUTMAN, 2000).

A prática política a ser estimulada é a das participações de grupos sociais e individuais, em instâncias públicas, voltadas para a regulação das políticas públicas de seu interesse/vocação, tidas como interesse próprio bem compreendi-

do¹(PUTMAN, 1996, p. 181-183; 2000, p. 135). É por meio da participação que as interações entre municipalidade/sociedade podem adquirir um caráter mais sustentável, levando a autoridade pública para mais perto das demandas sociais e permitindo a oxigenação da máquina burocrática, num processo incremental de transparência e corresponsabilização, por cima e por baixo.

Para o nosso Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), centrado no controle social, é imperioso promover o debate na esfera pública local, ao mesmo tempo em que se impulsiona a formação de quadros para o exercício cívico participativo, com qualidade, representatividade e equidade, o que vem sendo feito, desde a Fase I, a partir da ação dos Núcleos de Vigília Cidadã nos dez municípios da Bacia de Campos, contemplados pelo referido projeto.

É dessa experiência acumulada que surge, entre nós, a temática dos Conselhos Municipais de políticas públicas como instrumentos de participação da população na gestão da cidade, inclusive buscando direcionar os gastos dos recursos oriundos do recebimento de royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás, além de outros recursos advindos de tal economia, abrindo novas perspectivas de investimento público em setores e territórios que possam promover o bem estar e o desenvolvimento sustentável local/regional.

Este capítulo, assim, privilegia o estudo dos Conselhos Municipais gestores de políticas públicas, por serem eles uma das mais importantes instituições participativas instituídas após a redemocratização do Brasil, pensados como arenas democráticas e públicas nas quais os mais diversos temas e interesses são debatidos entre sociedade e governo no intuito de lograr consensos, aperfeiçoar a gestão e otimizar a governança pública.

O texto está dividido em três seções, a primeira delas contextualizando e discutindo, em bases teóricas e conceituais, o potencial impacto dos Conselhos Municipais sobre as práticas democráticas. Na sequência apresentamos uma seção envolvendo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujos dados possibilitaram a discussão da importância dos indicadores como fonte de informações para o aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios brasileiros. Na última parte, precedendo a conclusão, trazemos alguns dos Conselhos Municipais da Bacia de Campos, tanto como exemplos do trabalho a partir da MUNIC (IBGE), quanto como ensaio para vindouros estudos de caso para fundamentar pesquisas e ações do Projeto Territórios do Petróleo.

1 Por interesse próprio bem compreendido, Robert Putman, inspirado em Tocqueville, entende que o princípio da reciprocidade generalizada não se traduz em altruísmo, mas (sem ingenuidade) na convergência racional entre os interesses particulares e o interesse geral, hipostasiando, assim, a virtude cívica.

Conselhos Municipais: do contexto de criação nacional à participação social democrática

O cenário brasileiro de reabertura democrática da segunda metade dos anos 1980, com a formação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987 e seu mais importante produto político-jurídico, a Constituição Federal de 1988, juntamente com as regulamentações posteriores², transformou o Brasil. De um parco sistema institucional de participação social, tornou-se um país dotado de uma estrutura ampla de instituições participativas híbridas - com a presença da sociedade civil e do Estado - diversificadas em seus formatos, configurações e alcances, como é o caso das conferências de políticas públicas, do orçamento participativo, das audiências públicas, das ouvidorias, e dos Conselhos gestores de políticas públicas (AVRITZER, 2007; 2008).

À vista da criação dessas instituições participativas, aliada a um redesenho do pacto federativo que alçou o município ao status de ente federativo, com autonomia político-administrativa e financeira estabelecida pela própria Constituição, observou-se a intervenção do âmbito político associativo local nas mais diversas áreas das políticas públicas como a saúde, a educação, a política de merenda escolar, até a orçamentária. Todas essas devem ser obrigatoriamente realizadas com a participação popular.

A retomada da democracia, portanto, se apresentava fortemente vinculada às instituições participativas que teriam um papel de destaque em garantir a representação e a participação da sociedade na formulação e implementação das políticas públicas nos interstícios eleitorais (AZEVEDO e ANASTASIA, 2002). Tal participação resultaria em impactos positivos como: uma maior interação da sociedade e do poder público capaz de formar diagnósticos mais próximos dos reais problemas e prioridades da população com incremento da governança, um monitoramento coletivo das execuções das políticas públicas da cidade e, por fim, a implantação de instituições participativas é capaz de ampliar os interesses organizados, a rede e a cultura associativista do município.

Uma vez que a atuação nas instâncias participativas em regra se dá em múltiplas jogadas, as práticas decisórias podem se projetar em curto, médio e longo prazo, fazendo com que as deliberações se qualifiquem com o tempo, fortalecendo a confiabilidade e reciprocidade mútua, elementos do núcleo duro do capital social. (SALLES e AZEVEDO, 2013).

2 São exemplo o Artigo 182 da Constituição Federal de 1988 que cria a obrigatoriedade dos Planos Diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes; a Lei nº 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que trata da gestão democrática da cidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que estipulam audiências públicas obrigatórias no ciclo orçamentário.

A ideia de capital social exprime a relevância e os benefícios que redes de confiança e reciprocidade proporcionam para a organização social nas soluções coordenadas e cooperativas para problemas comuns. Assim, “uma sociedade que se assenta na reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade que se assenta na desconfiança [...]. Honestidade e confiança lubrificam as inevitáveis fricções da vida social (PUTNAM, 2000, p. 135; tradução nossa).

As instituições participativas, em última instância, apostam na construção de interações não belicosas de interesses diversos e mesmo antagônicos, com a capacidade de gerar dentro de arenas públicas, consensos públicos a partir da internalização dos conflitos segundo o universalismo de procedimentos.

Enquanto o capital físico se refere a objetos físicos e o capital humano a propriedades individuais, o capital social se refere a conexões entre indivíduos – a rede social e as normas de reciprocidade e confiabilidade que delas surgem. Nesse sentido, capital social é relacionado de forma estreita ao que alguns denominam “virtude cívica”. A diferença é que o capital social chama a atenção para o fato que a virtude cívica é muito mais poderosa quando inserida em uma rede densa de relações sociais recíprocas. Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos mas isolados não é necessariamente rica em capital social (PUTNAM, 2000, p. 19; tradução nossa).

Os Conselhos Municipais gestores de políticas públicas surgem nesse contexto. A promessa da nova democracia brasileira, apenas em parte efetivada em meio a um arcabouço partidário/eleitoral no mínimo indiferente a este projeto, quando não abertamente hostil, se apresenta como um terreno fecundo para tais instituições participativas, com potencial para melhorar a forma de relação entre a sociedade civil e o governo. Em tempos de defesa da democracia brasileira e dos princípios da chamada “Constituição Cidadã”, é preciso reconhecer e atuar sobre tais questões, de modo a propiciar o desenvolvimento dos Conselhos Municipais como instrumentos de grande capilaridade e controle social frente à histórica estrutura estadocêntrica que conferiu poder desproporcional à esfera federal, em particular ao poder Executivo – problema esse que se desdobra também na esfera regional/municipal em detrimento dos outros poderes.

Conselhos Municipais: perspectiva e operacionalização da interação com a sociedade

Nos Conselhos Municipais tem-se a expectativa da interação sistematizada entre a sociedade, com seus problemas e prioridades, e o poder público para além

dos levantamentos e trocas de “balcão” dentro dos gabinetes. As demandas reais, assim, são apresentadas e as realizações do Executivo, fiscalizadas, proporcionando uma relação mais cívica para resolução dos conflitos dentro de uma cultura democrática em contínua construção.

Os Conselhos foram inscritos na Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. Estas estruturas inserem-se, portanto, na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para políticas públicas específicas, responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas em que atuam. (GOHN, 2006, p. 05).

É interessante observar que apesar de os Conselhos no Brasil terem a sua origem nos movimentos populares ligados à esquerda ou ao campo que se contrapunha ao regime militar, já na década de 1980, essas mesmas instituições foram defendidas por diferentes espectros políticos. Para os mais conservadores, os Conselhos se ligavam a ideia do controle da gestão pública, e para a esquerda (política) eram vistos como uma possibilidade para as transformações sociais, democratizando as relações de poder. Na década de 1990, os Conselhos gestores de composição mista assumiram a função de mediação entre a sociedade e o Estado a partir da Constituição e de outras legislações, tendo a participação cidadã como novo paradigma, com intervenção social em prol de políticas públicas (GOHN, 2006).

Dessa forma, os Conselhos Municipais representam a possibilidade de romper com uma das faces mais danosas ou perniciosas do patrimonialismo pela indistinção público-privada, característica da formação do Estado brasileiro, bem como promover o diálogo com a burocracia que deveria embasar as decisões dos gestores municipais. Por outro lado, a participação também deve ser efetiva quanto às ações dos conselheiros, tendo em vista o exercício da representatividade e o risco do conflito de interesses.

Nos conselhos a população gradativamente reconhece o seu papel no processo de ampliação da participação cidadã em meio ao controle social municipal, reforçando os ideais de comunidade, coletividade e organicidade em prol de políticas sociais advindas da base popular, ao invés das trajetórias populistas típicas dos chamados governos demiurgos. Para Gohn (2006, p. 07), “trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas”.

Ao fomentarem a inclusão ou incorporação de novos agentes da sociedade no conjunto dos percursos populares participativos organizados, possibilitando o espraiamen-

to da atmosfera cívica, os Conselhos abrem caminho para a renovação/aperfeiçoamento de nossa democracia. Todavia, não basta a representação sem a participação popular, além do engajamento social e da configuração de uma rede de agentes, a participação também depende da vinculação da população local com a área do respectivo Conselho Municipal, considerando-se a equação entre necessidade e carência de determinado serviço público e o nível de correspondência da secretaria governamental específica.

Contudo, não é possível atribuir às instituições participativas, incluindo os Conselhos, toda a responsabilidade pela deliberação, fiscalização e monitoramento da alocação de recursos públicos, bem como da efetividade da implementação e execução da política pública associada, como se fosse uma receita infalível para todos os supostos males de governança administrativa. Como ressalta Tatagiba (2010, p. 33):

Para avançar na avaliação, é preciso calibrar as expectativas. Uma coisa é reconhecer os princípios gerais que conferem o caráter inovador desses novos arranjos; outra coisa é supor que eles tenham força para se materializar nas experiências concretas a despeito do contexto, da correlação de forças e das oportunidades ou constrangimentos que a conjuntura lhes oferece.

Os Conselhos são limitados pelo próprio contexto em que se encontram; o teor mais ou menos democrático do governo local faz toda a diferença no funcionamento dessas instituições participativas, seja na formulação da agenda, nas pautas a serem discutidas e deliberadas, nos níveis de informação a serem disponibilizados para os conselheiros, e de como se dá a efetividade/trâmite dessas deliberações dentro da secretaria ou órgão ao qual o Conselho se vincula.

Outro ponto para reflexão é que o próprio desenho constitucional e federativo das políticas nacionais tem nos Conselhos a perspectiva de instrumentos sistêmicos de monitoramento de como as verbas voluntárias de fundo a fundo (saúde, educação, merenda escolar) são utilizadas na ponta, ou seja, nos municípios. Esse monitoramento é pensado em prol do interesse público, mas levando em conta o referido interesse próprio bem compreendido sobre o tema.

Nesse sentido, vários dos Conselhos são criados a partir de contrapartidas para o recebimento de fundo, com vistas a um trabalho participativo, mas que se burocratiza pelas suas responsabilidades e capacidade de atuação dos conselheiros.

O debate sobre a coordenação de políticas públicas a partir da autonomia dos entes federativos, considerando-se as diferenças dos 5.570 municípios brasileiros, e o papel dos Conselhos nessa dinâmica é fundamental, tanto para a sua criação quanto para a sua manutenção (AZEVEDO, CAMPOS e LYRA, 2020).

Por outro lado, existem Conselhos que são criados e difundidos por outras vias

que não de uma racionalidade prática e econômica, mas a partir de outras motivações como a participação em conferências, a organização social, entre outros. Estudos que mapeiam esses instrumentos de participação colaboram para uma visão ampliada da eficácia da política de participação em determinado município ou região. Um dos caminhos para obtermos acesso às informações sobre os Conselhos Municipais e produzirmos conhecimentos significativos se dá por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE.

MUNIC (IBGE) e o seu papel para o desenvolvimento das gestões públicas municipais

A MUNIC (IBGE) é uma pesquisa inédita implementada em 1999 e anualmente realizada pelo IBGE, tendo por objetivo levantar e manter atualizadas “informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais”³, de forma a suprir a carência de informações desta natureza, tanto por parte dos gestores públicos quanto por parte de pesquisadores estudiosos dessa temática. Tais informações são imprescindíveis para fins de planejamento e aprimoramento das gestões dos municípios, com vistas ao atendimento mais eficiente, eficaz e efetivo das demandas de suas populações.

Como o próprio nome sugere, a unidade básica da pesquisa é o município, sendo a prefeitura o respondente principal. Para a coleta das informações o IBGE adota dois instrumentos – um questionário básico e, em algumas edições, um caderno suplementar, ambos constituídos por perguntas cujas respostas são binárias (sim/não; tem/não tem; realiza/não realiza).

Por não ser um instrumento de coleta rígido, sistematizamos o escopo do questionário básico das edições 2004 a 2019⁴. Como se pode notar, vide Quadro 1, foram vários os temas abordados pela pesquisa, sendo que as informações sobre Recursos Humanos – que permitem analisar as estruturas administrativas das municipalidades – são regularmente levantadas. Além desse tema, o único que se repete em todas as edições recebe o título ‘Variáveis Externas’ e é constituído pelas variáveis de identificação das municipalidades (região, código e sigla da Unidade da Federação, nome e código do município), população estimada, para o ano corrente, e a classe de tamanho populacional. Os temas

³ Disponível no site do IBGE (Munic): <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html>. Acesso em: 17 set. 2021.

⁴ No site do IBGE estão disponíveis para download os microdados a partir da edição de 2004. Para 2001 e 2002, não foi possível identificar a estrutura do questionário base, pois, os microdados não estão disponíveis e, apenas através deles temos acesso ao dicionário. Para esses anos estão disponíveis para download apenas tabelas prontas, não sendo possível cruzamento e desagregação de informações. Para anos anteriores a 2001, não há dados disponíveis para download. A última edição da pesquisa se deu em 2019.

dos demais blocos do questionário básico variam entre as edições, ressaltando-se que alguns deles – como Legislação e Instrumentos de Planejamento Urbano, contemplados em 8 edições; Recursos para Gestão, em 7; Comunicação e Informática, Habitação, Meio Ambiente e Segurança Pública, em 6 edições – são mais frequentemente abordados⁵ do que outros, mas o foco da pesquisa é sempre a Gestão, nas diversas áreas das políticas públicas.

Quadro 1: PESQUISA MUNIC (IBGE) – Escopo do Questionário Básico (2004-2019)

Temas	Munic (ano)								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Agenda de compromissos dos odms				ND			ND		
Agropecuária				ND			ND		
Articulações interinstitucionais		X		ND			ND	X	
Assistência social				ND			ND		
Comunicação e informática	X		X	ND		X	ND		
Cooperação internacional				ND			ND		
Cultura		X		ND		X	ND		
Direitos humanos				ND		X	ND	X	
Educação			X	ND		X	ND	X	
Enfrentamento ao sub-registro de nascimento				ND			ND		
Esporte				ND		X	ND		
Gestão ambiental				ND			ND		
Gestão de riscos e respostas a desastres				ND			ND		
Governança				ND			ND		
Habitação	X	X		ND	X	X	ND	X	
Implantação de empreendimento			X	ND			ND		
Informações do atual prefeito (estrutura política)	X	X		ND		X	ND		
Instrumento de gestão migratória				ND			ND		
Legislação e instrumento de planejamento urbano	X	X		ND	X	X	ND		

⁵ A partir de 2005, o bloco 'Informações do atual Prefeito' (antes denominado Estrutura Política), passou a ser investigado a cada quadriênio, sempre no primeiro ano de mandato do quadro administrativo, eleito no ano anterior.

Temas	Munic (ano)							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Meio ambiente	X			ND	X	X	ND	
Política para mulheres (gestão de política de gênero)				ND		X	ND	
Recursos financeiros			X	ND			ND	
Recursos humanos (estrutura administrativa)	X	X	X	ND	X	X	ND	X
Recursos para gestão	X	X	X	ND		X	ND	
Saneamento básico				ND			ND	X
Saúde				ND		X	ND	X
Segurança alimentar e nutricional				ND			ND	
Segurança pública	X		X	ND		X	ND	
Terceirização e informatização				ND			ND	
Trabalho e inclusão produtiva				ND			ND	
Transporte		X		ND	X	X	ND	
Variáveis externas	X	X	X	ND	X	X	ND	X
Vigilância sanitária				ND			ND	
Total	9	9	8	ND	6	16		8

Temas	Munic (ano)							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agenda de compromissos dos odms		X			ND			
Agropecuária					ND	X		
Articulações interinstitucionais				X	ND			X
Assistência social	X				ND		X	
Comunicação e informática	X		X		ND			X
Cooperação internacional	X				ND			
Cultura	X				ND		X	
Direitos humanos			X		ND			X
Educação			X		ND		X	
Enfrentamento ao sub-registro de nascimento					ND		X	
Esporte					ND			
Gestão ambiental				X	ND			
Gestão de riscos e respostas		X			ND	X		

Temas	Munic (ano)							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
a desastres								
Governança					ND			X
Habitação					ND	X		
Implantação de empreendimento					ND			
Informações do atual prefeito (estrutura política)		X			ND	X		
Instrumento de gestão migratória					ND		X	
Legislação e instrumento de planejamento urbano	X	X		X	ND		X	
Meio ambiente	X	X			ND	X		
Política para mulheres (gestão de política de gênero)		X			ND		X	
Recursos financeiros					ND			
Recusos humanos (estrutura administrativa)	X	X	X	X	ND	X	X	X
Recursos para gestão	X			X	ND			X
Saneamento básico					ND			
Saúde		X	X		ND		X	
Segurança alimentar e nutricional	X		X		ND		X	
Segurança pública	X		X		ND			X
Terceirização e informatização				X	ND			
Trabalho e inclusão produtiva					ND		X	
Transporte	X				ND	X		
Variáveis externas	X	X	X	X	ND	X	X	X
Vigilância sanitaria			X		ND			
Total	12	9	9	7		8	12	8

Fonte: IBGE – MUNIC (2004 a 2019).

Como mencionado, em alguns anos a MUNIC contou com Cadernos Suplementares, referentes a temas específicos, sobre os quais eram demandadas informações pormenorizadas por parte dos gestores públicos. Os temas abordados encontram-se dispostos no Quadro 2, segundo o ano da edição. Apesar de ter periodicidade anual, a MUNIC (IBGE) não foi realizada em 2007, nem em 2010, neste caso por ser ano do Censo Demográfico e os esforços do Instituto estarem voltados para tal fina-

lidade. Em 2016, embora não tenha sido aplicado o questionário básico, as questões do Caderno Suplementar – sobre esporte - foram levadas a campo.

Quadro 2: MUNIC (IBGE) – Temas dos Cadernos Suplementares (1998-2019)

MUNIC (IBGE)	
Ano	Tema
1999 a 2000	Finanças Públicas
2001	Gestão Pública
2002	Meio Ambiente
2003	Esportes
2005	Assistência Social
Ano	Tema
2006	Cultura
2009	Assistência Social
2013	Assistência Social
2014	Inclusão Produtiva
2016	Esporte
2017	Saneamento Básico

Fonte: IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19879-suplementos>

Tendo como foco a gestão pública participativa⁶ no Brasil, a MUNIC não poderia deixar de contemplar questões relativas à participação social, destacando-se, então, como uma importante fonte de informações sobre as instituições participativas das municipalidades brasileiras⁷. Em todas as edições da pesquisa há levantamentos sobre conselhos gestores de políticas públicas, comitês, comissões e conferências realizadas pelo poder público municipal, na data de referência.

Conselhos Municipais e as possibilidades analíticas segundo a MUNIC

As informações que melhor subsidiam as diferentes possibilidades analíticas estão disponíveis nas edições de 2017, 2018 e 2019 da MUNIC (IBGE), uma vez que o período mais recente deve ser priorizado tendo em vista a avaliação atualizada da importância desses Conselhos, do ponto de vista da implementação pelos poderes públicos municipais e da atuação deles no ciclo de políticas públicas. Nesse sentido, consideramos que nas pesquisas com viés comparativo ou com aprofundamentos relacionais devemos sistematizar em tabelas as seguintes informações para cada um dos Conselhos selecionados: ano e lei de criação, formação (paritário x não paritário), caráter (natureza), número de integrantes, capacitação dos membros, frequência das reuniões,

6 Desde a Constituição Federal de 1988 a participação social é um direito de cidadania.

7 É a melhor referência para se fazer o mapeamento das Instituições Participativas nos municípios abrangidos pelo PEA-TP, dado que nos portais das prefeituras municipais normalmente não aparecem informações sobre Conselhos Municipais.

e infraestrutura (sala, computador, impressora, acesso à internet, veículo, telefone, diárias e dotação orçamentária própria).

De acordo com Faria e Ribeiro (2011), as variáveis institucionais vêm ganhando centralidade nas discussões sobre Instituições Participativas (IPs), uma vez que são determinantes da efetividade, equidade e extensão da participação e deliberação no interior das IPs e que influenciam na quantidade e na qualidade da participação, assim como na relação da IP com o Estado. A existência – e a data – da Lei de criação dos conselhos gestores de políticas públicas (CGPP) estão entre as primeiras variáveis institucionais apontadas pelas autoras. A data e a Lei de criação são, também, indicadores do período em que determinado campo das políticas públicas ganha protagonismo em contextos municipais específicos, pois ao criarem e colocarem uma instituição participativa em ação os governos objetivam, em última instância, melhorar a qualidade dos serviços públicos direta ou indiretamente prestados pelo Estado à população (WAMPLER, 2011).

Na perspectiva de Wampler (2011), as IPs são importantes locais de intermediação de interesses entre os diversos atores sociais (Estado, Mercado e Sociedade Civil Organizada), ou seja, constituem mais um espaço onde o jogo político acontece. Sendo assim, a formação dos Conselhos é o primeiro indicador do equilíbrio – ou desequilíbrio – das forças envolvidas nesse jogo. Na visão de Faria e Ribeiro (2011), uma composição diversificada aumenta as possibilidades de gerar práticas horizontais de participação e negociação, de dar vez e voz (empoderar) a grupos sociais excluídos e vulneráveis, e de reforçar vínculos associativos. A pluralidade de atores na formulação de normas, definição de pautas e nas tomadas de decisão refletem o potencial democratizante do Conselho. No entanto, alguns já têm formação pré-definida, a exemplo da:

Na área da saúde, metade dos membros é formada por representantes de usuários, a outra metade é composta por conselheiros oriundos de organismos governamentais e de entidades de profissionais de saúde e de prestadores de serviços (BRASIL, 1990, Lei n.º 8.142). Na área de assistência social, metade dos Conselhos é formada por representantes governamentais e a outra metade por conselheiros provenientes de entidades da sociedade civil, representando usuários, profissionais da área e prestadores de serviços (BRASIL, 1993, Lei n.º 8.742). Na área de trabalho e emprego, os Conselhos são tripartites, compostos por representantes governamentais, dos empregadores e dos empregados (CODEFAT, 1995, Artigo n.º 80). (CORTES, 2011, p. 144).

Ressalta-se, ainda, que os Conselhos muitas vezes sofrem interferências políticas das administrações municipais, as quais, ocasionalmente, “cooptam e instrumentalizam tais espaços, prejudicando a sua efetividade e comprometendo a sua autonomia” (IPEA)⁸.

Já o caráter de um Conselho diz muito sobre as funções desempenhadas por ele. Na visão de Wampler (2011), os Conselhos devem exercer ao menos as funções propositiva e fiscalizadora. Além disso, apesar de a efetividade (Quem delibera? Como delibera?) ser melhor analisada através da investigação das atas das reuniões dos Conselhos (AVRITZER, 2011), a natureza do Conselho – consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador – é a primeira informação sobre a efetividade da participação e sobre o comprometimento do governo com ela. Quando se deseja uma participação mais efetiva, há uma tendência maior para a formação de Conselhos deliberativos e fiscalizadores, ressaltando-se que a deliberação envolve dois momentos: (1) discussão e deliberação no interior das instituições participativas, como Conselhos e Orçamentos Participativos, envolvendo atores da sociedade civil e atores estatais; (2) implementação das decisões pelo Estado, envolvendo mais atores estatais (AVRITZER, 2011).

Para Martins et al. (2008, p. 160), “um requisito fundamental para a eficácia dos Conselhos é a capacitação de seus membros com vista ao exercício mais qualificado da gestão das políticas sociais”. Esta questão é contemplada pela pesquisa e o respondente ao confirmar a realização de cursos de capacitação deve informar a periodicidade (contínua ou eventualmente) com que são oferecidos. Entendemos que quanto mais frequente a oferta de capacitação, mais qualificada a participação social nos Conselhos, ressaltando-se que os conselheiros devem conhecer pelo menos a Lei de criação do Conselho do qual faz parte, as leis que regulamentam a área de atuação do Conselho e a Lei de Transparência e de Acesso à Informação.

Sem entrarmos no mérito da legitimidade dos processos de escolha dos conselheiros, até porque a MUNIC não traz informações para sustentar essa análise, em relação ao quantitativo de integrantes dos Conselhos, não há na literatura concernente um número que possa ser considerado ideal. Normalmente, o número e a composição do Conselho encontram-se definidos na Lei de criação dele. No entanto, possivelmente naqueles com um número muito reduzido de integrantes há pouca (ou nenhuma) representatividade, dado que poucos grupos sociais e instituições estarão ali representados. Por outro lado, um número excessivo de conselheiros pode tornar as reuniões improdutivas.

⁸ Disponível no site do IPEA (participação em foco): <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/Conselhos/1218-o-que-e-um-conselho-municipal>. Acesso em 17 set. 2021.

A disponibilidade de infraestrutura própria é, para Martins et al. (2008, p. 179), uma condição necessária para que os Conselhos possam “realizar com maior autonomia suas funções”, além de lhes proporcionar maior visibilidade. No entanto, segundo o Ipea, tais instituições se caracterizam pela falta de infraestrutura (sala, telefone, internet, veículo, dentre outros), pela falta de recursos humanos e de dotação orçamentária própria, o que acaba inviabilizando o seu funcionamento.

A frequência de realização das reuniões obrigatórias é para Faria e Ribeiro (2011) um importante indicador do grau de formalidade dos Conselhos. Neste capítulo utilizaremos esta informação para avaliarmos o nível de atuação dos Conselhos nos municípios do PEA-TP. MUNIC (IBGE) traz a informação sobre o número de reuniões realizadas por cada Conselho, nos doze meses anteriores à data de realização da pesquisa. Será considerado um Conselho bastante ativo e atuante aquele que tiver realizado no mínimo 12 reuniões, no período de referência; de atuação moderada, aquele que tiver realizado entre 6 e 11 reuniões; e de baixa atuação aquele com menos de 6 reuniões.

Conselhos Municipais no âmbito do PEA-TP

A princípio, as informações selecionadas da MUNIC foram sistematizadas em tabelas organizadas por Conselhos dentro do recorte espacial do PEA-TP, de forma a permitir a compreensão de uma série histórica e comparações entre as municipalidades. Todavia, no corpo do texto, serão apresentados seis (06) Conselhos, separados por subitem, escolhidos seguindo o critério de uma relação mais intrínseca com os propósitos do projeto.

Conselhos Municipais de Transparência

A Lei n.º 12.527 (Lei da Transparência de 2011) – que se aplica a todos os órgãos públicos integrantes da administração direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades direta ou indiretamente controladas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios - regulamenta o direito fundamental de acesso à informação, previsto na Constituição Federal de 1988 e torna a transparência, em si mesma, um objeto de política pública. De acordo com o texto do Art. 3º dessa Lei, os poderes públicos devem partir do princípio da publicidade como regra e do sigilo como exceção; divulgar, prioritariamente pela internet, informações de interesse público, independentemente de solicitação (transparência ativa); fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública e o controle social.

Nesse sentido, algumas administrações têm despendido esforços no sentido de

implementar o Conselho Municipal de Transparência, com a finalidade⁹ de promover a participação social nos processos decisórios acerca das medidas de aperfeiçoamento dos procedimentos de promoção da transparência, com vistas ao desenvolvimento da transparência pública, do controle social e do combate à corrupção.

Segundo microdados da MUNIC 2019 (IBGE), dentre os 5.570 municípios brasileiros, em apenas 57 (ou seja, em apenas 1,02%), havia Conselho Municipal da Transparência. No Estado do Rio de Janeiro, apenas 2 municípios – Petrópolis e Niterói – contavam com este tipo de Conselho. No Quadro 3, apresentamos a sistematização das principais características dos Conselhos de Transparência desses dois municípios fluminenses. Tendo em vista os objetivos de um Conselho de Transparência, pressupomos que deva ser paritário ou com maioria de representantes da sociedade civil e, o ideal, é que seja consultivo, deliberativo e fiscalizador, como é o caso do Conselho de Petrópolis. A Capacitação periódica é o aspecto positivo do Conselho de Niterói, porém, nos 12 meses que antecederam a pesquisa este Conselho não se reuniu nenhuma vez, ressaltando-se que o Conselho de Petrópolis também apresentou baixo grau de atuação. Em relação à infraestrutura, ambos apresentam condições mínimas necessárias para o funcionamento de uma instituição, mas observamos que nenhum dos dois dispõe de dotação orçamentária própria.

Quadro 3: Características dos Conselho de Transparência de Niterói e Petrópolis.

Atributos	Niterói	Petrópolis
Lei/ano de criação	3.188/2015	7.680/2018
Formação	Paritário	Paritário
Natureza	Consultivo	Consultivo, Deliberativo e Fiscalizador
Nº Conselheiros	22	17
Cursos de capacitação	Realiza, periodicamente	Não realiza
Nº reuniões (últimos 12 meses)	Nenhuma	3
Infraestrutura	Sala, computador, impressora, internet, diárias	Sala, computador, impressora, internet e veículo

Fonte: MUNIC 2019 (IBGE).

⁹ Nos referimos aqui ao objetivo primeiro de todo conselho de transparência, ressaltando-se que os objetivos mais específicos variam entre os Conselhos, a depender, inclusive, da sua natureza (consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador).

A ausência de Conselho de Transparência nos municípios produtores de petróleo abrangidos pelo PEA-TP é lamentável, principalmente se considerarmos que todos esses municípios, além de receberem recursos da União comuns a todos os municípios brasileiros (como o Fundo de Participação do Município, recursos do Fundeb, dentre outros), são, de acordo com a Lei nº 9.478 de 1997, beneficiários das rendas petrolíferas (royalties e participações especiais), as quais carregam um componente compensatório e, nessa ótica, devem ser utilizados de forma a proporcionar a transferência intergeracional de riquezas, de forma que as gerações futuras possam usufruir, ainda que indiretamente, do recurso natural finito explorado no momento presente. Nessa lógica, o controle social sobre o uso destes recursos é mais do que desejável, sendo a transparência e o acesso à informação condição *sine qua non* para que o mesmo aconteça.

Conselho de Desenvolvimento Rural

Analisando o portfólio de políticas públicas é notória a concentração das ações governamentais nas áreas urbanas dos municípios, o que se justifica pela própria distribuição espacial das populações. Porém as áreas rurais também necessitam de políticas de desenvolvimento com vistas à redução do contraste rural x urbano e das desigualdades internas às próprias regiões rurais, as quais não podem ser desprezadas (VEIGA, 2004). Na perspectiva do desenvolvimento territorial, definido como “um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região” (PIRES, 2007, p. 160), os Conselhos Municipais de desenvolvimento rural assumem papel estratégico.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) tem como objetivo promover a participação da sociedade civil no processo de formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural, e não apenas de desenvolvimento agrário. No Brasil, no final dos anos 1990, principalmente a partir da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, muitos municípios implementaram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, para terem acesso aos recursos do Pronaf, uma vez que em sua versão original, o Decreto 1946/96, que instituiu o programa, colocou a instituição do CMDR como uma atribuição das prefeituras municipais.

Dentre os municípios inseridos no PEA-TP, apenas 3 – Armação dos Búzios,

Arraial do Cabo e Cabo Frio – não possuíam CMDR em 2017. Com exceção de Quissamã, nos demais o CMDR foi instituído entre 1996 e 2002, ou seja, no momento em que as políticas de desenvolvimento rural estavam no topo da agenda de políticas públicas da União. Prova disso é a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 1999. Porém, se trata de um conjunto de Conselhos de baixíssimo – ou nenhum – protagonismo político. O baixo número – em alguns casos nulo – de reuniões realizadas pelo Conselho pode estar refletindo, inclusive, o esvaziamento da política de desenvolvimento rural no país, iniciada no governo Temer.

Quadro 4: PEA-TP - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

Municípios selecionados	O município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Ano de Criação	Formação do Conselho	Caráter				Quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses
				Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador	
Armação dos Búzios	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Arraial do Cabo	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Cabo Frio	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Carapebus	Sim	1997	Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	0
Campos dos Goytacazes	Sim	1996	Tem maior representação da sociedade civil	Sim	Não	Não	Não	0
Casimiro de Abreu	Sim		Paritário	Não	Sim	Não	Não	2
Macaé	Sim		Paritário	Sim	Sim	Sim	Sim	0
Quissamã	Sim		Paritário	Sim	Sim	Não	Não	4
Rio das Ostras	Sim		Paritário	Sim	Não	Não	Não	1
São João da Barra	Sim		Paritário	Sim	Sim	Não	Não	0

Fonte: MUNIC 2018 (IBGE).

Conselho de Meio Ambiente

A proteção ao meio ambiente tem se tornado um tema central nas relações exteriores nas últimas décadas, tendo um grande impacto nas políticas internas dos países. O Brasil tem sido, até recentemente, um ator internacional relevante no contexto dessas políticas.

Várias das mais importantes conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o tema se deram em solo brasileiro. Destaca-se entre elas a Rio92, na qual se discutiu o significado e o alcance do que se entende por desenvolvimento sustentável, com a necessidade de agregar o desenvolvimento econômico às dimensões sociais e ambientais. A Conferência Rio92 resultou na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contendo 27 princípios com os quais os Estados se comprometem no intuito de garantir a todos um meio ambiente ecologicamente sustentável.

A Rio+10, realizada em 2002, visava uma avaliação de como evoluíram as diretrizes e princípios estipulados na Rio92, mas dessa vez trazendo a ideia da importância, não só do Estado, mas também da participação dos cidadãos na construção de uma agenda local para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse ponto, a gestão local do meio ambiente ganha relevo e a criação dos Conselhos Municipais de meio ambiente são incentivados. O incentivo à esfera local se deu tanto pelo modelo de gestão instaurado na Política Nacional de Meio Ambiente, com a instalação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), como também por influência dos estados membros através de ICMS Ecológico¹⁰, que em várias legislações estaduais incentivaram a criação do órgão local como contrapartida para recebimento de recursos.

No estado do Rio de Janeiro o ICMS Ecológico é regulado pela Lei Estadual nº 5100 de 2007, que estipula como requisito para a obtenção da cota parte do ICMS a instituição e organização do seu Sistema Municipal de Meio Ambiente composto no mínimo por: um Conselho Municipal do meio ambiente; um fundo municipal do meio ambiente; um órgão administrativo responsável pela execução política ambiental municipal; e, por fim, a instalação da guarda municipal ambiental.

¹⁰ O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Ecológico (ICMS Ecológico) é “um mecanismo tributário que garante às prefeituras que investem em conservação ambiental uma fatia maior do ICMS repassados a elas” (INEA, 2021).

Quadro 5: PEA-TP - Conselhos Municipais de Meio Ambiente

Municípios selecionados	O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente	Ano de Criação	Formação do Conselho	Caráter				Quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses
				Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador	
Armação dos Búzios	Sim	2009	Paritário	Sim	Não	Não	Não	0
Arraial do Cabo	Sim	2002	Tem maior representação governamental	Sim	Não	Não	Não	11
Cabo Frio	Sim	2003	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	1
Carapebus	Sim	2000	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	3
Campos dos Goytacazes	Sim	2014	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	2
Casimiro de Abreu	Sim	2010	Paritário	Não	Sim	Não	Não	12
Macaé	Sim	2001	Paritário	Sim	Sim	Sim	Não	12
Quissamã	Sim	2015	Paritário	Sim	Sim	Não	Não	4
Rio das Ostras	Sim	1998	Paritário	Sim	Sim	Não	Sim	12
São João da Barra	Sim	2007	Paritário	Sim	Não	Não	Não	9

Fonte: MUNIC 2017 (IBGE).

Apesar de todos os municípios que compõem o PEA-TP possuírem Conselhos Municipais de Meio Ambiente, segundo a MUNIC 2017 (IBGE), é possível perceber que apenas quatro criaram seus Conselhos a partir de 2007, são eles: São João da Barra (2007), Casimiro de Abreu (2010), Campos dos Goytacazes (2014) e Quissamã (2015), ou seja, a maioria dos municípios criaram seus Conselhos antes mesmo do benefício fiscal. Todos os Conselhos são paritários, à exceção de Arraial do Cabo, no qual há predominância da representação de atores governamentais. Em relação a sua natureza, apenas os Conselhos de São João da Barra e Arraial do Cabo não são deliberativos.

Por fim, em relação à efetividade do funcionamento, levando-se em conta o

número de reuniões, observa-se uma alta frequência nos municípios de Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, com 12 reuniões nos últimos doze meses no período de realização da pesquisa. Arraial do Cabo também apresenta um alto número de reuniões, onze ao todo, São João da Barra apresentou 9 reuniões. Chama a atenção o baixo número de reuniões dos municípios de Quissamã (04), Carapebus (03), Campos dos Goytacazes (02), Cabo Frio (01) e Armação dos Búzios, que não realizou nenhuma reunião.

Concluimos que simplesmente a instalação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente não resulta na efetividade do seu funcionamento. Assim, a sua natureza e características — se deliberativo, paritário e o número de reuniões — fornecem um cenário de como se comportam os municípios estudados, sendo preocupante que 50% dos Conselhos tenham tido um número baixo, ou mesmo não tenham tido reuniões nos últimos doze meses que abrangiam a pesquisa.

Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

A Constituição Federal de 1988 incorporou pela primeira vez o direito cultural aos direitos fundamentais. Com isso, a cultura passou a ser considerada uma dimensão importante para o conceito de desenvolvimento, relacionada à valorização das culturas formadoras da sociedade brasileira e à diversidade, para um bem-estar coletivo, capaz de contribuir para a superação da desigualdade.

Apesar de no Brasil termos desde 1937 uma lei em âmbito federal de salvaguarda do patrimônio nacional, e desde a década de 1960 instituições estaduais de preservação, é somente a partir da CF/88 que o Estado se posicionou mais claramente como agente garantidor dos direitos culturais, definindo a “competência dos municípios na gestão do patrimônio cultural, garantindo a colaboração da comunidade no processo” (VICENTE e ARAGÃO, 2015, p. 148).

No Brasil, entre os anos de 1996 e 2006, houve um avanço significativo no processo de criação de Conselhos de Preservação do Patrimônio, com grande concentração nas regiões Sul e Sudeste. Embora muitas vezes os Conselhos de Preservação estejam vinculados aos Conselhos Municipais de Cultura, em 2006, 13,3% dos municípios brasileiros possuíam Conselhos específicos para área de proteção do patrimônio (MUNIC 2006 - IBGE). No que se refere aos municípios da área de abrangência do PEA-TP, de acordo com MUNIC 2018 (IBGE), apenas quatro municípios implementaram Conselhos de Preservação do Patrimônio: Armação dos Búzios (desde 2016), Cabo Frio (1991), Campos dos Goytacazes (2003) e Quissamã (2007). Esses anos de criação nem sempre indicam que eles estiveram todo o tempo ativos. Segundo os dados de MUNIC 2018 (IBGE), o Conselho de Quissamã não se reuniu nenhuma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa; o de

Búzios se reuniu apenas 4 vezes; e os Conselhos de Campos e de Cabo Frio, por seis vezes, cada um. Pelos parâmetros que estabelecemos, a maioria se concentra na baixa atuação política e os dois últimos no limite da atuação moderada.

Quadro 6: Municípios do PEA-TP: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

Municípios selecionados	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio - existência	Ano de Criação	Formação do Conselho	Caráter				Quantidade de reuniões realizadas nos últimos 12 meses
				Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador	
Armação dos Búzios	Sim	2016	Paritário	Sim	Não	Não	Sim	4
Arraial do Cabo	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Cabo Frio	Sim	1991	Paritário	Sim	Sim	Sim	Não	6
Carapebus	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Campos dos Goytacazes	Sim	2003	Paritário	Não	Sim	Não	Não	6
Casimiro de Abreu	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Macaé	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Quissamã	Sim	2007	Tem maior representação governamental	Sim	Sim	Não	Sim	0
Rio das Ostras	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
São João da Barra	Não	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA

Fonte: MUNIC 2018 (IBGE).

Conselho Municipal de Igualdade Racial

O Brasil é o 2º país com maior população negra do mundo (BRASIL/MDH, 2018), mas o racismo, apesar de ser considerado crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão (Art. 5º, CF/88), ainda é um problema social a ser superado.

Como resultado da luta do Movimento Negro, foi instituído, em 2010, o

Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288), que traz as diretrizes para as ações do Estado nessa área. Uma das orientações diz respeito à criação de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, considerados “indispensáveis à defesa e promoção dos direitos de cidadania e de qualidade de vida para a população negra, [...] assim como outros segmentos que são objeto de discriminação racial como indígenas, árabes, judeus e povos ciganos, entre outros”. (MDH, 2018, p. 41).

Dentre as várias atribuições dos Conselhos Municipais de Igualdade Racial no processo de formulação de políticas públicas destacamos a participação ativa na elaboração do orçamento público municipal – Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual – de forma a assegurar a inclusão de dotação orçamentária para as políticas de promoção de igualdade racial, devendo ainda zelar pelo seu efetivo cumprimento. (MDH, 2018).

Segundo MUNIC 2019 (IBGE), apenas 365 municípios brasileiros (6,6% do total do país) declararam possuir Conselho de Promoção da Igualdade Racial. No Estado do Rio de Janeiro, 24 municípios (26,1% do total de municípios fluminenses) declararam ao IBGE a existência desse Conselho. Dentre eles destacamos Armação dos Búzios, Campos e Macaé, por estarem na área de atuação do PEA-TP.

O Conselho de Campos foi instituído em 2010, é paritário, de natureza consultiva, deliberativa e normativa e de atuação moderada, dado que se reuniu 9 vezes nos 12 meses anteriores à pesquisa. Os Conselhos de Armação dos Búzios e de Macaé foram instituídos em 2014, mas conforme MUNIC 2019 (IBGE) indica, estão inativos. Ambos declararam ao IBGE, em 2019, não terem realizado nenhuma reunião no período de referência, apesar da natureza consultiva do Conselho de Macaé, e da natureza consultiva, deliberativa e fiscalizadora do Conselho de Armação dos Búzios.

Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais

Esse Conselho tem por finalidade possibilitar a participação social na formulação das políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais “que se identifiquem como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, garantindo que suas tradições culturais, religiosas, econômicas e territoriais sejam preservadas”¹¹

Segundo MUNIC 2019 (IBGE), apenas 17 municípios brasileiros declararam a existência desse Conselho, dentre eles Maricá, no Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ Site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>. Acesso em 17 set. 2021.

O Conselho Municipal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Maricá foi instituído em 2018, é paritário, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e fiscalizadora, possui um total de 40 conselheiros que se reúnem frequentemente (foram realizadas 12 reuniões no período de referência da pesquisa).

Conclusão

O Grupo de Trabalho, equipe que responde pela autoria deste capítulo, se debruçou a pesquisar a temática dos Conselhos Municipais, tendo em vista mais do que uma aderência ao PEA-TP, a inerência ao assunto enquanto conhecimento a ser trabalhado junto aos Núcleos de Vigília Cidadã, do geral (teórico-conceitual) ao particular, voltado para futuros estudos de caso que podem se desdobrar em ações específicas em prol da participação e do controle social.

Os Conselhos espelham os ares da abertura democrática no Brasil da década de 1980, mas há lacunas entre a estruturação pela legislação e a operacionalização nos municípios ao longo dos últimos decênios. No entanto, é preciso reconhecer os avanços existentes e as muitas possibilidades imanentes. Conforme Ronconi et al. (2011, p. 52), ainda que a literatura venha apontando os limites dos Conselhos, eles “[...] têm sido um espaço de encontro entre o Estado e a sociedade civil e podem ser considerados canais institucionalizados de participação social; uma forma de controle social no qual a sociedade pode participar e controlar os rumos das políticas públicas sociais”.

As informações levantadas com base nas referências e nos dados de MUNIC (IBGE) permitem analisar os aspectos que revelam o desenvolvimento dos Conselhos Municipais e apontar a caracterização por tipologias, levando-nos às inferências quanto ao nível de atuação. Quanto aos dados, Ronconi et al. (2011, p. 53) alertam sobre os Conselhos constituídos para o cumprimento de dispositivos legais, mesmo que possam se fazer presentes em números, podem não apresentar a efetividade na sua atuação.

Por fim, a instituição de Conselhos Municipais gestores representa um avanço na atuação direta da sociedade civil na concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Entretanto, fatores como o teor democrático do governo local, as dimensões territoriais e populacionais municipais, a cultura associativista, dentre outros, influenciam o grau de participação possível de ser alcançado. Dessa forma, é preciso muita atenção para que a participação, por meio dos Conselhos, não seja fragilizada por problemas de composição (paridade, representação/representatividade e equidade) e capacitação para a operacionalização dessas instituições participativas.

Referências

- AVRITZER, Leonardo. A Qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação: Mapeando o Debate. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Diálogos para o Desenvolvimento. Vol. 7. Brasília, DF: IPEA, 2011, p. 13-25.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas. Vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p. 43-64.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 50, nº 3, 2007, p. 443-464.
- AZEVEDO, Nilo Lima; CAMPOS, Mauro Macedo; LIRA, Rodrigo Anido. Por que os Conselhos não funcionam? Entraves federativos para a participação popular no Brasil. Dilemas. *Rev. Estud. Conflito Controle Social*. Rio de Janeiro. Vol. 13, n.º 2, 2020, p. 439-461. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/21870/20868>. Acesso em 23 ago. 2021.
- AZEVEDO, Sérgio de e ANASTASIA, Fátima. Governança, “Accountability” e Responsividade. *Revista de Economia Política*. Vol. 22, nº 1 (85), 2002, p. 82-100.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.
- BRASIL. Decreto nº 1.946 de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº 10.257 de 2001. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads>
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

estatisticas/multidominio/meio-ambiente/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=downloads

BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.

BRASIL. Lei nº 8.142 de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm.

BRASIL. Lei nº 9.478 de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). Guia de orientação para a criação e implementação de Órgãos, Conselhos e Planos de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir/Guia_de_criacao_de_orgao__coselhos_e_planos_de_promocao_da_igualdade_racial.pdf. Acesso em 25 ago. 2021

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da Estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CORTES, Soraya Vargas. As Diferentes Instituições Participativas Existentes nos Municípios Brasileiros. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. Diálogos para o Desenvolvimento*. Vol. 7. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 137-158.

FARIA, Cláudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. Desenho Institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação*. Diálogos para o Desenvolvimento. Vol. 7. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 125-136.

- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. *Ciências Sociais Unisinos*, 42 (1), 2006. p. 5-11. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008/3184. Acesso em 25 ago. 2021.
- INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Secretaria de Ambiente e Sustentabilidade. Governo do Estado do Rio de Janeiro. ICMS Ecológico: Secretaria do Ambiente e Inea divulgam resultado. Rio de Janeiro: Inea, 18 ago. 2021. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/icms-ecologico-secretaria-do-ambiente-e-inea-divulgam-resultado/>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- MARTINS, Marcelo Feijó; MARTINS, Simone; OLIVEIRA, Adriel Rodrigues e SOARES, Jéferson Boechat. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. *Revista do Serviço Público Brasília*, 59 (2), 2008. p. 151-185. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/144>. Acesso em: 23 Ago. 2021.
- PIRES, E. L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Vol. 8, n.º 2. 2007. p. 155-163. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/h3J57crWWybsP78tMqGDyKm/?format=pdf&lang=pt#:~:text=O%20desenvolvimento%20territorial%20C3%A9%20o,MULLER%3B%20VERDI%2C%202006>). Acesso em: 30 ago. 2021.
- PUTNAM. Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of the American community*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.
- PUTNAM. Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RONCONI, Luciana Francisco de Abreu; DEBETIR, Emiliana; DE MATTIA, Clenia. Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Potenciais Espaços para a Coprodução dos Serviços Públicos. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, v. 14, n.º 3, 2011. p. 46-59. Disponível em: https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/380/pdf_170. Acesso em: 26 de ago. 2021.
- SALLES, Helena de Motta. AZEVEDO, Nilo Lima de Azevedo. Democracia, gestão participativa e patrimônio cultural: o caso do Conselho Municipal de Juiz de Fora. In: AZEVEDO, Paulo Ormindo David de; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs.). *Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, IAB - BA, 2013. p. 151-176.
- TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos e a Construção da Democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselheira In: RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). *Políticas Culturais, Democracia & Conselhos de Cultura*. Apresentação Albino Canelas Rubim. Salvador: Edufba, 2010. p. 27- 50.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Economia do Conhecimento*. São Paulo: Autonomia Lite-

rária, 2018.

VEIGA, J. E. Nem Tudo é Urbano. *Cienc. Cult.* Vol. 56, Nº. 2. São Paulo. 2004. p. 26-29. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200016. Acesso em: 02 de set. 2021.

WAMPLER, Brian. Que Tipos de Resultados Devemos Esperar das Instituições Participativas? In: PIRES, Roberto Rocha (Org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação. Diálogos para o Desenvolvimento.* Vol. 7. Brasília, DF: IPEA, 2011, p. 43-52.

Capítulo 3

Percursos de uma ideia por meio da reflexão e da discussão até a sua textualização

Maria da Consolação Lucinda
Náthani Siqueira Lima
Paulo Emílio Machado de Azevedo
Simone Rodrigues Barreto
Sílvia Alicia Martínez
Suely Fernandes Coelho Lemos

Introdução

Este capítulo intenciona apresentar as motivações, constituição e ações até aqui desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho 1 — GT1, intitulado Engajamento para a Vigília Cidadã — a partir do desafio da busca de significação e entrosamento das pesquisas da Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), que integra o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

Foram constituídos três grupos de trabalho. Dentre eles, dois focaram a linha de pesquisa n.º 1 do Plano de Trabalho da Fase III do PEA-TP: “Rendas petrolíferas, controle social e vigília cidadã”. O outro grupo, que reúne os autores deste capítulo, focou a linha n.º 2, descrita no Plano de Trabalho como “Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental”. Trata-se, pois, de uma linha cuja abordagem e resultados incidem sobre a ação pedagógica do projeto.

Inicialmente, o GT1 traçou como objetivos de suas ações: promover o diálogo entre as pesquisas da linha n.º 2 do PEA-TP; buscar aprofundar conceitos que melhor revelem e sustentem os seus caminhos; significar os seus objetivos, resguardando sua autonomia e perspectivas; incentivar produções coletivas e ampliar o potencial de contribuição que elas podem dar às ações do PEA-TP e ao PEA-BC.

Em seu escopo considera-se que a ação pedagógica, com base na educação

ambiental crítica e na educação popular, reveste-se de importância para a qualificação dos sujeitos da ação educativa (SAEs) para a prática cidadã que, por vezes, requer o enfrentamento da volatilização do espaço público e resulta de processos contínuos de mobilização e estímulo à participação. A informação e o conhecimento desempenham importante papel nos processos de democratização, e as ações educativas são fundamentais em contextos em que a atuação da sociedade civil no diálogo com o Estado é valorizada e requerida.

Neste capítulo, portanto, serão apresentados os propósitos do GT1 — “Engajamento e Vigília Cidadã” — no decorrer de sua constituição como espaço de troca de ideias; compartilhamento de conhecimentos e de busca dos conceitos que melhor revelam os sentidos dos percursos trilhados pelas pesquisas da linha n.º 2 do PEA-TP; seus significados e contribuições na definição da relação entre os SAEs e o PEA-TP e, ainda, a trajetória e os aspectos concernentes às reflexões e discussões relacionadas à definição dos conceitos a serem apropriados como elementos de articulação das pesquisas.

A partir da análise em profundidade do termo permanência e do seu potencial de situar o sentido que melhor revelasse a realidade vivenciada no PEA-TP, outros conceitos foram surgindo e alargando o entendimento daquela que o grupo de trabalho percebia como a melhor opção conceitual para a ancoragem dos objetivos das pesquisas. A dinâmica de trabalho foi orientada pelas contribuições trazidas ao longo dos encontros *online* do GT e construída com base no referencial bibliográfico que se ampliava conforme as análises ganhavam profundidade.

Buscou-se respaldo teórico na literatura científica e em documentos que foram embasando as discussões à medida que os conceitos iam se delineando. Dentre os autores consultados estiveram: Deleuze e Guatari (1995); Reis (2016); Coulon (2017); Castel (1997,1998); Hobsbawn (2013); Bauman (2001); Gantos (2016, 2019); Bourdieu (1979) e Freire (2014). Legislações foram consultadas, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Resolução CONAMA n.º 404/2010 e documentos produzidos pelo próprio PEA-TP.

Os diálogos e debates acerca dos usos, sentidos e significados dos conceitos e dos seus desdobramentos mostraram a necessidade de um direcionamento, porém sem que isso conduzisse, necessariamente, a um centro ou a uma convergência. As confluências e mesmo as convergências foram importantes, mas igualmente o foram as multiplicidades e potencialidades em termos do delineamento dos temas próprios dos estudos e dos enfoques das questões pesquisadas por cada integrante do GT1.

O capítulo está estruturado em tópicos que revelam a organização e o de-

envolvimento do trabalho. O primeiro, intitulado “Conceitos em discussão”, apresenta de modo introdutório um convite à reflexão a partir da sociologia do pertencimento e propõe um alargamento das bordas que foram se traçando ao longo do levantamento bibliográfico, das eleições e definições dos temas para além de um pragmatismo teórico-conceitual. É o alargamento das margens e dos significados que incorpora e amplia concomitantemente outras percepções semânticas, enfatizando uma gramática das vozes dos SAEs no âmbito dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs). Esse percurso é associado, de modo alusivo, à imagem de uma árvore e de suas partes, para um dimensionamento dos saberes que nelas coexistem, assim como alguns conflitos entre os conceitos, até a representação em forma de rizoma, em que todas as partes se interpenetram e revelam o teor interdisciplinar em que são analisados.

Neste primeiro tópico estão retratados os diálogos profundos a partir do conceito de “Permanência – tempo cronológico e espaço simbólico e afiliação/desafiliação – ser membro”. Neste momento se faz um detalhamento da análise dos termos em destaque, situando-os em campos do conhecimento e teórico-conceituais afins.

O conceito de “Engajamento e desengajamento nos processos coletivos e individuais” focaliza o termo engajamento e assinala sua semântica e origem etimológica. Situa o termo em alguns campos do conhecimento, destacando as ciências sociais e as políticas, assim como as artes e a comunicação. Destaca-se que essas apropriações conduzem ao entendimento do termo no sentido do compromisso com algo, daí a necessidade de se fazer um percurso dos conceitos buscando uma significação que atendessem ao contexto em que se situam os SAEs do projeto

Na discussão sobre engajamento foi dado destaque para os tipos “Engajamentos cívico, ‘livre associativismo’ e político”. Essa análise expandiu e aprofundou a compreensão sobre o conceito de engajamento a partir de duas variantes de seu uso em estudos com foco na transição democrática. Uma dessas variantes é o “engajamento cívico” ou “engajamento cidadão” e a outra é denominada “livre associativismo”. Propôs-se uma definição da primeira variante na perspectiva dos membros dos NVCs, considerando a caracterização do perfil desses sujeitos e sua relação com as ações educativas do projeto. Salienta-se a potência da livre associação para fazer valer interesses individuais e/ou coletivos da cidadania para influenciar o processo de tomada de decisões públicas.

Ainda sobre esse conceito, aspectos relativos à mensuração dos níveis de engajamento foram evidenciados. Essa discussão tratou da apropriação do termo engajamento e de seu uso como ferramenta conceitual útil para a discussão so-

bre a vinculação dos SAEs à proposta de vigília cidadã (VC) e a compreensão do engajamento dos sujeitos dos processos formativos desenvolvidos no âmbito do PEA-TP. A mensuração, no contexto do projeto, pode ajudar a refletir para além dos níveis de engajamento, à proposta de VC, contribuindo para um mapeamento de seus desdobramentos no âmbito do controle social das receitas petrolíferas para além da circunscrição dos NVCs.

A “Geoafetividade e afiliação” foram conceitos agregados e considerados relevantes, pois correspondem à realidade vivenciada nos NVCs desde a Fase II do projeto. Eles trouxeram contribuições de vários estudos que se aproximaram das relações entre identidade e identificação. Neste estudo, destacou-se o termo neotribalismo e a ênfase de tal noção nas novas redes das sociedades de massa no pós-modernismo. Assinalou também a sua relação com um entendimento do tempo como sinergia entre o arcaico e o desenvolvimento tecnológico. Em tais redes, o engajamento é movido por condições enfrentadas pelo sujeito contemporâneo e por lacunas decorrentes de situações tais como desemprego, invisibilidade, desamparo, desfiliação etc., predispondo-o a outras formas de familismo.

O segundo tópico, intitulado “Engajamento para a vigília cidadã”, sugere uma aproximação entre o conceito de VC, de acordo com o sentido desenvolvido no âmbito do PEA-TP, com o de engajamento. Além das convergências observadas, na atuação em rede e na formação de capital simbólico, identifica algumas matrizes das contribuições apropriadas nas reflexões e discussões do GT1. Destaca o enfoque da teoria do capital social e salienta alguns fatores significativos que se relacionam com a disposição à participação e ao vínculo a determinado grupo.

O terceiro tópico apresentou, de modo breve, a “convergência das pesquisas da linha 2 do PEA-TP e o engajamento”. Nesse momento dos diálogos, o GT1 se inclinou para o entendimento de que o conceito de engajamento, conforme aprofundado na linha de estudos referenciada, foi o que melhor se apresenta como revelador das relações que são construídas no âmbito do PEA-TP. As considerações que finalizam o capítulo apresentam em síntese o desafio de se buscar de forma coletiva a definição de conceitos que reverberou em todas as pesquisas da linha 2 e o campo fértil em que se transformaram as reflexões a partir da busca do conceito mais representativo das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos da ação educativa do projeto.

Conceitos em discussão

Em busca de um conceito que fortaleça e integre as pesquisas da linha nº 2 do PEA-TP, estudos e discussões interdisciplinares conduziram a caminhos de análise, os quais buscamos traduzir nestes escritos. Ao introduzir as formas de aborda-

gens, partimos de uma reflexão com base na sociologia do pertencimento e, após a devida revisão de literatura sobre conceitos que delimitam a esfera desse texto – permanência, filiação, desfiliação, engajamento -, propõe-se a partir de então um transbordar. Isto seria o mesmo que dizer sobre a necessidade de atravessar as bordas, a fim de trazer outras contribuições que possam ampliar os significados desses mesmos conceitos (compreendendo-os enquanto parte de acontecimentos por vir) e ou deixar nascer distintas percepções semânticas desta gramática das vozes presentes nos sujeitos da ação educativa dos NVCs.

Tomando como primeira referência os conflitos internos que habitam a moradia destes conceitos, foi preciso, pois, (re)abrir ou mesmo escancarar as janelas dispostas frente aos seus respectivos jardins. Neles, aparentemente encontramos uma série de pequenos arbustos e, também, gramíneas espalhadas sobre a pequena flora. Estes apresentam potencial de abertura ao semear uma experiência ecológica dos saberes. Por outro lado, nesses elementos que a compõem, a figura inicial de uma árvore nos alude trazendo duas dimensões: a primeira, de raiz; a segunda, de copa. É sobre a última delas que chama maior atenção este breve ensaio, sem, todavia, desprezar conhecimentos que coexistem na primeira das dimensões supracitadas.

Em Deleuze & Guattari (1995), esta abertura pode ser representada pela perspectiva rizomática – o rizoma é antes de qualquer coisa uma proposição à construção do pensamento, sem que os conceitos apareçam em hierarquia ou engessamento, tampouco fixados a um eixo (central). Isto é, um núcleo de poder onde todo e qualquer outro conceito está submisso a tal centro. Deste modo, o rizoma, ao invés de se preocupar com uma unidade, sugere multiplicidades, diálogos, encontros, permeabilidades, podendo, por sua vez, ser melhor visualizado numa disposição cartográfica. Numa só expressão, o rizoma é a própria cartografia ou seu mapa de multiplicidades (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

Portanto, se a árvore-raiz em seu modelo arborescente ou decalque pressupõe um centro de poder, especificamente, uma única forma de agência e ou genealogia; na contramão do mesmo é possível avistar na copa, uma construção flexível, aberta e ancorada no real. Mais que isso, desmontável e sujeita a frequentes e ininterruptas modificações. Distintamente do modelo que sempre volta ao ponto de origem, a perspectiva rizomática sugere múltiplas entradas. Porém, mesmo assim, como já mencionado, entende-se que o primeiro modelo não deve ser de todo desprezado e ou anulado de análise, uma vez que tais propostas se justapõem tantas vezes com mais ou menos força para um dos seus lados.

É, pois, considerando a importância de amplificar a residência e os canais ou

cômodos que constituem a casa dos conceitos, ainda assim não reforçar a condição binária tão presente nos argumentos, que encontramos motivações para também criar outros conceitos. Estes que nas suas envergaduras passam a partir de então a corroborar na análise, possibilitando novos enfrentamentos e, sobretudo, ‘des-territorializando’¹ a produção de conhecimento. Sabemos que a Educação é um movimento permanente; leia-se: permanentemente de mudanças.

Permanência – tempo cronológico e espaço simbólico

Nesse abrir as janelas e deixar florescer conceitos que entre si pavimentam a trajetória, em curso, da pesquisa da linha nº2 do PEA-TP, iniciamos por retratar as reflexões impulsionadas pelo termo permanência, que surgiu como provocador das discussões. Os estudos sobre permanência foram motivados pelo anseio de evitar possíveis entendimentos que pudessem vincular o termo da referência que a ele tem sido atribuída pela escola formal, tendo em vista que a ação pedagógica desenvolvida pelo projeto se situa no campo da educação não formal e se pauta nos princípios da Educação Ambiental Crítica e na Educação Popular.

Nos debates buscou-se analisar em profundidade conceitos que tem sido atribuídos ao termo permanência e, neste ponto da reflexão, partimos do seu sentido etimológico que, com base no dicionário Michaelis *online*², do latim vulgar “permanescere”, significa: “continuar sendo, permanecer existindo; conservar-se, ficar”. Também em Amora (2000), permanecer é: “conservar-se ou persistir no mesmo estado ou qualidade, sem mudança; preservar; persistir”. E a permanência: “ação de permanecer; estado de permanente; estabilidade; perseverança, constância” (AMORA, 2000, p. 537). O termo é utilizado em diferentes campos, em relação ao contexto histórico, por exemplo, ele está relacionado às práticas que são exercidas ao longo do tempo de forma ininterrupta, na compreensão de ideias e valores e que auxiliam no entendimento dos fatos protagonizados pelos seres humanos em sua trajetória civilizatória.

Na educação, o termo tem sido explorado pela educação formal e servido como parâmetro de observação da produtividade e da qualidade revelada nos índices estatísticos a que a educação formal é submetida no contexto nacional e internacional. Nesse caso, a permanência exige políticas públicas sociais e educacionais que favoreçam o permanecer no percurso escolar e não se constitui foco deste

1 O conceito de “desterritorialização” é um dos propostos, dentre tantos, por Deleuze & Guattari (1995).

2 Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/permanecer>. Acesso em 5 de julho de 2021.

estudo. No campo da educação não formal, o conceito de permanecer se entrelaça a outros sentidos imbricados com aspectos filosóficos, políticos e educacionais. Nesse tipo de educação, o objetivo é qualificar os SAEs para a participação com vistas à transformação social de situações concretas de sua realidade vivida e sugere outros entendimentos de permanência que ultrapassam o estar presente.

Nos estudos de Reis (2016) sobre permanência, encontramos uma boa análise sobre o ato de permanecer, quando nos remetemos aos membros dos NVCs - sujeitos da ação educativa desenvolvida pelo projeto. A autora assim destaca, “[...] A permanência traz uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um” (REIS, 2016, p. 74). Nesse entendimento, a permanência ultrapassa o ato de permanecer como um simples ficar, sentido de duração na ação educativa num tempo cronológico, para ser entendida a partir do desejo de transformação pela constância num outro espaço simbólico, numa outra perspectiva de existência.

Afiliação/desafiliação – ser membro

A filiação ou afiliação, assim como a desafiliação ou desafiliação foram conceitos analisados numa procura por aprofundamento de significados que de forma mais precisa pudessem definir a relação entre os SAEs e o PEA-TP.

Para análise do termo afiliação recorreremos a Coulon (2017), que assevera que antes de tudo é necessário compreender o sentido de ser membro, que assim define: “Ser um membro é conhecer detalhadamente todas as sutilezas das relações sociais, é compartilhar as evidências do mundo em que se vive, é dominar e compartilhar de maneira ativa a linguagem natural e comum do grupo em que se vive”. (COULON, 2017, p. 1244).

O autor ainda defende que “ser membro é poder produzir objetivamente o saber de senso comum de sua sociedade ou de seu grupo, é possuir esse conhecimento ‘vulgar’ que nos permite, simultaneamente, compreender e produzir o fenômeno cotidiano da ordem social” (COULON, 2017, p. 1244). Esta afirmação nos remeteu à reflexão de que ser membro do NVC é produzir com os demais SAEs os conhecimentos necessários para a ação do controle social e poder participar de modo qualificado e coletivo das ações cotidianas do núcleo e da gestão pública. Nesse estágio ele então poderia ser considerado afiliado, pois compreende os sentidos das informações e da ação proposta; se compromete com as ações práticas; busca o conhecimento exigido e busca qualificar o diálogo.

O conceito de afiliação, segundo Coulon (2017) foi por ele utilizado para

designar, “o processo pelo qual alguém adquire um estatuto social novo” (COULON, 2017, p. 1247). Para o autor “A afiliação constrói um *habitus* [...], que permite que o reconheçamos como tal, que o insere em um universo social e mental com referências e perspectivas comuns e, como a permanência da categorização é a condição de todo laço social, com a mesma maneira de categorizar o mundo” (COULON, 2017, p. 1247).

A respeito da relação do conceito de afiliação com o de *habitus*, os autores Carneiro e Sampaio (2011) destacam que “Da mesma forma que o sujeito se mobiliza para novas aprendizagens, ele também carrega, em parte, um antigo *habitus*, referência à noção desenvolvida por Pierre Bourdieu, que defende que o sujeito tende a reproduzir um sistema de condições objetivas das quais é produto” (CARNEIRO; SAMPAIO, 2011, p. 58). Sendo assim, a ação educativa se realiza no diálogo entre os conhecimentos novos e os do senso comum próprios dos sujeitos, cuja visão de mundo revela suas condições objetivas de vida, num processo de afiliação ou filiação. É importante observar que o modo como os sujeitos compreendem o papel de membro do NVC, como reagem a novos espaços de diálogos e como se inter-relacionam em prol da proposição de ações coletivas, pode revelar seu grau de afiliação.

Até aqui pendíamos por considerar que o termo afiliação/filiação guardava forte relação com o conceito que buscávamos, uma vez que na observação participante no PEA-TP, a hipótese parecia caminhar para um movimento de filiação, isto porque acredita-se que a afiliação/filiação é elemento central da coesão social em torno dos interesses e/ou necessidades dos grupos sociais que participam dos NVCs. A filiação assim entendida, envolve conceitos como o de participação, cooperação, trocas culturais, descoberta de valores que agregam e conduzem para a efetividade da ação para o controle social.

Já o termo desafiliação/desfiliação foi cunhado por Robert Castel, cuja obra chegou ao Brasil em 1998. Embora atrelado a estudos sobre a relação do indivíduo com o trabalho, nos despertou para uma possível aproximação com as relações no campo da educação. A partir da leitura de Castel (1997, 1998) percebemos que a desafiliação, que passaremos a chamar de desfiliação, surge em situações que resultam em profundas vulnerabilidades, e que estas são decorrentes de transformações ocorridas no mundo do trabalho, e que desencadeiam processos de desligamentos tanto em relação ao trabalho como das redes relacionais nele construídas, desembocando num “isolamento relacional” (CASTEL, 1997, p. 23).

Segundo o autor, “[...] existe uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas que cobrem um indivíduo diante dos acasos da existência” (CASTEL, 1998, apud

MIGUEL, 2015, s/p). Da mesma forma, essa correlação também se evidencia em outras instituições como a família e a educação, em situações em que os indivíduos desfiliaados são excluídos do convívio social e de direitos. Acerca do conceito de exclusão, segundo Castel, citado por Miguel (2015), a desfiliação é mais penosa que a exclusão, tendo em vista que “O conceito de desfiliação [...] pretende demonstrar a tendência ao enfraquecimento, ou a ruptura dos laços sociais que ligam o indivíduo à sociedade” (MIGUEL, 2015, s/p), ou seja, ele não é apenas excluído ou desligado, mas se torna invisibilizado.

Ao apontarmos que os processos de desfiliação também ocorrem na educação, nos pautamos na compreensão de que as relações nessa instituição, assim como no trabalho, exigem interação social e oportunizam redes de relações sociais que determinam o lugar dos indivíduos nessas instituições e no mundo. O afastamento da ação educativa pode ser aquele que vulnerabiliza e promove o isolamento de todas as discussões e conhecimentos que podem contribuir para uma vida social digna.

Ao observarmos a relação que os membros dos NVCs estabelecem com o projeto e, analisando a participação, tanto em relação à frequência, como as contribuições que trazem para a propositura de ações, entendemos que o afastamento dos membros, quando ocorre, não é fruto do desligamento imposto, nem do rompimento das redes de relações construídas, elas são fruto de situações reais de vida por vezes temporárias, ou frustração de expectativas em relação à equivocada compreensão do seu papel como membro de um NVC.

Engajamento e desengajamento nos processos coletivos e individuais

Ainda refletindo filiação e desfiliação, na intenção de abarcar o termo mais próximo da permanência nas pesquisas da Linha 2 do PEA-TP, as discussões do grupo de pesquisa amadureceram e direcionaram os estudos para outros conceitos, deparando-se com o termo engajamento. Nesse aspecto, é importante voltar-se à raiz semântica dessa palavra e considerar o dicionário Houaiss (2004), que apresenta como definição para o termo o empenhar-se, comprometer-se, participar ativamente ou ainda dedicar tempo. Sabe-se que etimologicamente o termo vem do francês medieval *engagier*, de *en gage*, significando *en*: “fazer”, mais *gager*: “compromisso, garantia”, implicando o uso de engajamento em campos das ciências sociais, das políticas, das artes e da comunicação, mas sempre conduzindo seu entendimento para o compromisso com algo. Nesse caso, é necessário percorrer alguns conceitos até sua possível significação no contexto dos SAEs do PEA-TP.

Antes disso, faz-se necessário observar que engajamento no campo das

artes, por exemplo, segundo Bastos (2020), citando Sartre (1948), sugere “o escritor ‘engajado’, tendo consciência de que a palavra é ação: sabe que desvendar é mudar e que não se pode desvendar senão tencionando mudar”. Já no campo das ciências sociais, Eric Hobsbawm (2013) aborda o valor positivo do engajamento para a disciplina científica. Para o marxista, os intelectuais engajados podem ser os únicos “dispostos a investigar problemas ou assuntos que o resto da comunidade intelectual não consegue considerar” (HOBSBAWM, 2013, p. 188). Percebe-se que o uso da expressão engajamento tem a ver com o comprometimento político e ideológico de sujeitos somados à prática na busca pela transformação social, intelectual ou social.

O termo também é usado frequentemente de forma hegemônica no campo do trabalho, com uso corporativo, e até no campo digital já no século XXI, a partir do uso das ferramentas das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) como o alinhamento mais capitalista entre instituições, suas marcas e seus públicos. O Relatório Anual de Engajamento Digital do Consumidor, de 2010, “define engajamento como interações frequentes que fortalecem as relações emocionais, psicológicas ou físicas entre o consumidor e a marca” (TOALDO; RODRIGUES, 2015, p. 5).

Nessa busca, faz-se necessário considerar engajamento e seus conceitos nessa discussão, contrastando-o com desengajamento, mas aproximando-se da Educação Ambiental (EA) nos movimentos sociais e de instituições participativas nos padrões de ação coletiva como o PEA e sua relação com a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.

Sabe-se que a Política Nacional de Educação Ambiental (Pnea)³ não se volta especificamente à relação entre o sujeito e o processo educativo. A Resolução CONAMA n.º. 404/2010⁴, que regulamenta a PNEA no que diz respeito a campanhas, ações e projetos de EA, não faz referência à continuidade do processo ou do sujeito no processo, mas, em contraposição, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concebe que os PEAs não têm um fim em si mesmos, ao contrário, devem orientar para a “participação social qualificada de grupos afetados por empreendimentos, nas tomadas de decisão que interferem no meio ambiente e na sua qualidade de vida” (IBAMA, 2019) e, apesar de definir a avaliação permanente do PEA como uma regra, não faz menção à participação contínua do sujeito no processo.

3 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

4 <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622>

Nesse caso, o Programa Nacional de Educação Ambiental – Pronea⁵ orientou para a adoção de uma perspectiva da EA que buscasse “superar assimetrias nos planos cognitivos e organizativos, já que a desigualdade e a injustiça social ainda são características da sociedade [...]” e também elencou como um de seus princípios a continuidade e permanência do processo educativo. Em síntese, esses documentos não tratam diretamente da ótica do indivíduo a respeito do processo educativo no âmbito do PEA. Nessa busca, este grupo de pesquisa deparou-se com o conceito de engajamento trazido pelo Inea (2019) a respeito da EA que muito se aproxima do termo “permanência” na educação formal.

No entanto, num processo que busque uma Educação Ambiental crítica, é importante que os temas sejam trabalhados de forma que propiciem o fortalecimento do exercício da cidadania e estimulem a participação crítica, propositiva e construtiva de novos caminhos, promovendo a transformação humana a partir da compreensão das estruturas de poder desta sociedade e estimulando a responsabilidade e o **engajamento individual e coletivo** nas decisões sobre o lugar onde se vive⁶.

Partindo do pressuposto de que a continuidade – e o sucesso - do processo educativo está intimamente ligada à continuidade do sujeito, foi considerado que o conceito de “engajamento” ou do pressuposto “engajamentos individuais em causas coletivas” poderia ser utilizado, por analogia, para definir os sujeitos que participam mais e por mais tempo do PEA.

A concepção de engajamento para o INEA (2014), no contexto da EA crítica, passa por aspectos do fortalecimento do exercício da cidadania e estímulo à participação crítica, propositiva e construtiva de novos caminhos, promovendo a transformação humana a partir da compreensão das estruturas de poder desta sociedade e estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo nas decisões sobre o lugar onde se vive.

Já o desengajamento, termo empregado por Bauman (2001) se apresenta muito similar à desfiliação utilizada por Castel (1998), ambos se associando ao campo do trabalho e à relação indivíduo/trabalho/sociedade como um duplo processo de desligamento: ausência e isolamento.

Bauman (2001) ao utilizar o termo desengajamento na sua obra *Modernidade Líquida*, o faz no contexto do capitalismo em tempos de uma modernidade que o

5 <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>

6 <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>

autor define como “líquida” e que se apresenta numa outra ordem social. Segundo o autor, “o derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais” (BAUMAN, 2001, p. 11). A metáfora sólida se refere às rígidas e definitivas estruturas e formas das coisas e das relações, ao passo que a fluidez do líquido é o que melhor define “[...] o estágio presente da era moderna” (p. 08).

Para o autor, “Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos o momento da modernidade fluida, é o elo que entrelaça as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro”. (BAUMAN, 2001, p. 13). Nesse contexto, os poderes que, segundo o autor, antes estavam nos sistemas, na política, “desceram do nível ‘macro’ para o nível ‘micro’ do convívio social”. Nesse cenário, a “responsabilidade pelo fracasso cai principalmente sobre os ombros dos indivíduos” (p. 15).

Nesse modelo de modernidade (líquida), os poderosos desejam o transitório enquanto os da base da pirâmide lutam para que suas frágeis posses se tornem um pouco mais duradouras.

O autor defende que:

A desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva, é recebida muitas vezes com grande ansiedade e lamentada como ‘efeito colateral’ não previsto da nova leveza e fluidez do poder cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo. Mas a desintegração social é tanto uma condição quanto um resultado da nova técnica do poder, que tem como ferramentas principais o desengajamento e a arte da fuga. Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade. E são esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem (BAUMAN, 2001 p. 23).

Essa modernidade, a partir de Bauman tem seus reflexos em todos os aspectos e sentidos da vida dos indivíduos. Em relação à organização do trabalho e às

formas do desempenho laboral, os trabalhadores e trabalhadoras tornaram-se as peças mais “dispensáveis, disponíveis e trocáveis do sistema econômico” (p. 191).

Assim como em Castel a desfiliação é mais ultrajante que a exclusão, em Bauman os laços duradouros entre os seres humanos, no processo de desengajamento é igualmente penoso e difícil. Sobre isso Bauman defende que “a percepção do mundo, com seus habitantes, como um conjunto de itens de consumo, faz da negociação de laços humanos duradouros algo excessivamente difícil”. O autor analisa que “esforços produtivos requerem cooperação [...] É a cooperação que transforma os esforços diversos e dispersos em esforços produtivos” (p. 206-207). Essa análise nos remete ao PEA-TP em sua ação de engajar e enraizar os SAEs em processos pedagógicos como recurso para mover esses sujeitos para ações coletivas e participativas no controle social.

O PEA-TP entende que para a luta qualificada exige-se conhecimento e para tanto dedica-se à ação educativa para a participação nas ações de formação para o controle social. Engajamento e filiação nessa análise parece que são faces de uma mesma moeda, aquela que mantém os sujeitos unidos no engajamento da luta na qual se filiaram por livre escolha.

Engajamentos cívico, “livre associativismo” e político

Aprofundando-se um pouco mais no termo engajamento, é preciso abordar algumas variantes do termo. A primeira é o “engajamento cívico” ou “engajamento cidadão”, que compreende o envolvimento espontâneo e individual do cidadão para acessar dados e informações na esfera pública.

Segundo Freire (2014), engajamento cívico tornou-se mais proeminente nas décadas de 1980 e 1990, período marcado pela transição democrática em diversos países da América Latina e Europa. Fiorina (2001) entende o engajamento cívico como as atividades voluntárias que as pessoas exercem em suas comunidades, locais de trabalho, igrejas e demais contextos sociais (FIORINA, 2001, p. 5). A autora enfatiza que essas atividades variam de acordo com seus graus de politização (FIORINA, idem), de maneira que muitas delas podem ou não estar associadas a políticas públicas empreendidas pelo Estado. O termo ainda, em alguns casos, acaba sendo usado como sinônimo de participação social.

Considerando essa definição na perspectiva dos membros dos NVCs, é possível reconhecer dentre eles espontaneidade da participação nas ações educativas do projeto. A característica diversa no perfil desses sujeitos tem demonstrado, até aqui, elemento de grande potencialidade. A diversidade existente é atenuada por comportamentos afetivos, colaborativos e solidários nas construções coleti-

vas e ações com vistas ao amadurecimento para o exercício do controle social. Percebe-se que esses elementos têm sido importantes para o engajamento tanto no nível individual como no grupo, mesmo entre aqueles que não estão ligados a outros grupos ou associações.

Outro aspecto relevante sobre o engajamento, com base em Pavan et al. (2020), é que seu conceito pode ser compreendido como a participação ativa do cidadão na comunidade, a fim de melhorar suas condições, antecedendo a participação política. A maior parte das atividades de engajamento dos cidadãos pode ser classificada como não política ou semipolítica, ou seja, não diretamente destinada a influenciar parlamentares e chefes do poder executivo em assuntos de grande importância para a comunidade.

A segunda variante trazida é o “livre associativismo”, termo utilizado por Freire (2014) para considerar a fase em que o cidadão deixa de envolver-se individualmente para compor grupos, associações cujos objetivos de lutas são os mesmos. Tal conceito passa pela livre associação para fazer valer interesses individuais e/ou coletivos do cidadão, buscando, em última instância, influenciar o processo de tomada de decisões públicas. É a capacidade de associação autônoma dos cidadãos em torno de objetivos comuns, tendo como pré-requisito a confiança entre as pessoas do grupo como uma variável essencial para a manutenção do livre associativismo e para o resguardo da democracia de maneira mais ampla. (FREIRE, 2014)

Nesse sentido, o associativismo envolve participação, solidariedade, união e cooperação por objetivos comuns. Em um contexto mais amplo, o associativismo é então a livre organização de pessoas que buscam sanar necessidades coletivas ou mesmo realizar objetivos e alcançar metas comuns a todos. E de forma mais específica, o associativismo diz respeito a uma prática social de organizar associações, que reúnem pessoas físicas ou jurídicas, que se representam mutuamente diante dos interesses de todos os envolvidos.

Ainda sobre o associativismo, Luchamann (2014), citando outros autores, entende que as assertivas a respeito da importância democrática das práticas associativas estão ancoradas na compreensão de que, para além do direito individual de associação, o associativismo preencheria de forma substantiva uma boa quantidade de requisitos considerados fundamentais para estabelecer uma sociedade democrática. Dentre as menções feitas pela autora, destacam-se:

[...] por sua capacidade de defender as demandas dos grupos mais vulneráveis e excluídos (Cohen, 1999); pelo caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público (Putnam,

1996); por denunciar as relações de poder; ou, ainda, por promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas. (LUCHMANN, 2014, p. 162)

Nesse caso o engajamento passa pela institucionalidade vista na composição dos conselhos municipais, estaduais e outras frentes que compõem a sociedade. A ocupação das cadeiras por essas instituições promove e amplia o debate para a tomada de decisões que afetam o coletivo, tais como o orçamento participativo, programas e convênios governamentais.

Para Carlos (2015), nas duas últimas décadas, é notória a institucionalização de formas diversas de participação e representação, como orçamentos participativos e conselhos gestores, que incentivaram o engajamento de movimentos sociais e atores da sociedade civil na esfera estatal, seja na elaboração e monitoramento de políticas públicas, seja na sua gestão e implementação. Ao citar Avritzer (2008), o autor defende que “essas instituições participativas (IPs) constituem ‘formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas’” (AVRITZER, 2008, apud CARLOS, 2015, p. 83). Segundo o autor, “esse conceito permite a compreensão e a análise conjunta dos diferentes processos institucionais mediante os quais cidadãos interferem em decisões, implementação de políticas públicas” (CARLOS, 2015, p. 83).

Observando essa variante, também é possível identificar esse perfil nos participantes nos NVCs. Muitos desses indivíduos integram movimentos específicos e são associados a coletivos e lideranças comunitárias, entre outros. Também se percebe que a ação educativa desenvolvida no PEA-TP vem qualificando seus sujeitos para a percepção crítica da realidade que os circunda e para diálogos necessários com instâncias de poder. Muitos membros de NVCs já ocupam espaços públicos de debates e tomadas de decisões políticas de seus municípios, tais como associação de moradores, cadeiras em conselhos comunitários, reuniões de Câmaras de Vereadores, dentre outros.

A última variante do termo engajamento é o político. Nesse caso, entende-se esse conceito como a busca constante da efetiva participação política na sociedade. O engajado politicamente é aquele que está ciente da sua condição como cidadão e do seu poder de transformação social. É aquele que se atenta ao que está acontecendo ao seu redor e nas tomadas de decisão que afetam o seu convívio coletivo dentro dos grupos sociais. Nesse caso, o agir politicamente vai além do voto eleitoral ou ainda, da participação de estruturas partidárias e governamentais.

De acordo com Pizzorno, apud Ribeiro e Borba (2015), esse é o nível da consciência de classe, uma abordagem da participação política como fenômeno multidimensional que entende o engajamento político dos indivíduos como produto da identidade política compartilhada junto aos seus pares na sociedade e se constitui como “uma das mais ambiciosas construções teóricas até hoje identificadas no âmbito de uma teoria da participação” (RIBEIRO, BORBA, 2015, p. 19).

Aspectos relativos à mensuração dos níveis de engajamento

Ao reconhecermos a polissemia do conceito de engajamento, e tendo destacado alguns usos e sentidos de sua apropriação em campos das ciências sociais, das políticas, das artes e da comunicação, buscamos aproximá-lo às proposições relativas à ação pedagógica desenvolvida pelo PEA-TP. Portanto, o termo foi explorado na perspectiva da educação não formal e pautado nos princípios da Educação Ambiental Crítica e da Educação Popular que fundamentam o projeto.

O fio condutor deste tópico é a reflexão sobre a apropriação do termo como uma ferramenta conceitual para discutir a vinculação dos SAEs à proposta de VC, estabelecendo uma relação com outros usos do termo, notadamente nas formas de incorporação de cidadãos e movimentos sociais na deliberação sobre políticas. Nesta direção, faz-se necessário dizer que os usos e sentidos que nos interessam vão na direção de compreender o engajamento dos sujeitos dos processos formativos desenvolvidos no âmbito do PEA-TP, em especial os seus desdobramentos. Dito de outro modo, interessa-nos saber a ressonância que o engajamento exerce sobre a proposta de vigília cidadã (VC) e o efeito que produz em termos de uma participação qualificada no controle social sobre a aplicação das receitas petrolíferas nos municípios designados como exploradores e produtores de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Ao analisar aspectos recentes da participação no Brasil, focalizando o período que denomina “pós-Constituição de 1988”, Avritzer (2013, p. 18) procura retratar de que forma iniciativas de participação popular têm se consolidado no território nacional. Afirma que o modelo de participação, vinculado às gestões do período sob seu escrutínio e referidas a um projeto político partidário majoritário, esgotou-se.

Tal afirmação é produtiva para a nossa reflexão, pois oferece uma possibilidade de alargamento da compreensão sobre a participação a partir da indicação do que foi excluído do modelo em superação. A análise de Avritzer pondera que, além da ênfase na participação nas chamadas instituições políticas, tal modelo dei-

xou de fora as políticas de infraestrutura e meio ambiente. O surgimento de “uma nova fase na participação”, já em voga e se desenvolvendo, é antecipado pelo autor, que a localiza “em torno da ideia de sistema de participação”.

Antes de explorar esta última ideia parece necessário lembrar a conformação do projeto no âmbito da educação ambiental crítica e que ele “situa seu acionar na geografia e nos grupos sociais” vulneráveis, impactados pelas atividades e operações de petróleo e gás nos municípios da área de influência desta Bacia” (GANTOS, 2016, p. 27). O conceito de engajamento trazido pelo INEA (2019) reforça e orienta acerca da importância dos vínculos associativos para o exercício da cidadania e o estímulo à participação crítica. E emerge dessa relação entre comportamento e processos educativos uma reconfiguração da experiência social e política de indivíduos e grupos sociais.

Assim, a essa ideia de sistema de participação nos remetem as convergências e possibilidades de articulação na perspectiva dos vínculos e pertencimentos associativos dos SAEs. Em termos objetivos, o engajamento desses sujeitos na VC e a permanência nos NVCs, além do caráter voluntário, dependem das condições de possibilidade para uma efetiva participação, a exemplo da disponibilidade e do interesse individual e / ou coletivo.

No plano subjetivo, destacam-se as motivações que ensejam as movências que contribuem para que os sujeitos desejem ou não ocupar os espaços que lhe são oportunizados para interagir com outros, fazer-se representar e sentir-se identificado para além da satisfação de interesses objetivos, pessoais ou grupais.

No tocante aos rendimentos do conceito no debate sobre filiação e permanência dos SAEs, a reflexão contribuiu para situar o projeto na perspectiva em que Avritzer (2013) realiza suas análises. Na visão do autor, houve um esgotamento das formas consideradas de participação até a promulgação da Constituição de 1988. O conceito e objetivos da VC que sustentaram a criação dos NVCs, parecem não conformar uma modalidade convencional de participação, considerando-se a classificação das modalidades de participação propostas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA, 2013). Seu surgimento se vincula a uma política pública e se constitui a partir de parâmetros derivados da condicionalidade requerida para o Licenciamento Ambiental na Bacia de Campos. Destaca-se que os princípios ambientais incluídos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reconhecem o Direito Ambiental como sendo um bem coletivo.

Sobre os NVCs e a problematização a respeito da constituição de uma instituição participativa não convencional, o seu potencial para ampliar a democratização do governo é indiscutível, sendo, portanto, referência para uma atuação

cidadã que visa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. A discussão pública sobre os processos de distribuição e aplicação dos *royalties* e participações especiais é, nesta direção, um requerimento na efetivação de direitos. Igualmente, está em sintonia com a afirmação do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A adesão voluntária dos SAEs ao projeto e o engajamento à proposta de VC os qualifica como dinamizadores da “coletividade que deve defender e preservar as presentes e futuras gerações” (Artigo 225 da Constituição federal de 1988).

O aspecto diferencial do controle social da aplicação dos recursos provenientes das rendas petrolíferas, na classificação de formas e modalidades de participação, deve-se a sua condição subsidiária do processo Licenciamento Ambiental. O engajamento dos SAEs a esta proposta tem como contrapartida o acesso a dados, informações e conhecimentos das “estratégias coletivas de qualificação e articulação nas comunidades vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás natural” (GANTOS, 2016, p. 27).

Outro aspecto a ser destacado concerne à contribuição trazida pela proposta de VC quanto ao incremento de uma base participativa naqueles contextos em que movimentos, associações e outros espaços de participação foram identificados, assim como a formação de bases de participação nas localidades com número reduzido ou inexistente de organizações e de pessoas envolvidas na interação entre sociedade civil e governo.

Ao se referir ao nível de engajamento de movimentos sociais no âmbito das instituições participativas, Carlos (2015) enumera como critérios de mensuração a densidade, a diversidade, a durabilidade e a deliberação. A respeito do primeiro destes critérios, a densidade, o que está em questão é a quantidade de instituições em que se inserem o movimento e, no caso do projeto, seria o NVC. Nas discussões feitas por Avritzer (2013, IDEM) identificamos semelhante relação, embora a referência aqui destacada seja Ribeiro. A instituições apontadas por este autor são: orçamento participativo, conselhos gestores, fóruns ou conferências setoriais, comissões ou comitês, programas e convênios governamentais. Em uma apreciação inicial podemos assinalar que, no percurso da terceira fase de execução do projeto, o orçamento participativo tem sido tematizado nos eventos de mobilização comunitária, oportunizando a apropriação acerca do sentido e da importância do mesmo. Destaca-se, de modo mais específico, que muitas desses eventos estão disponíveis em um dos canais que o PEA-TP administra nas redes sociais. E é também importante considerar que o projeto busca mitigar os níveis de desinformação e que essa busca constitui a tônica do debate.

No segundo critério de mensuração, é a pluralidade ou variedade das áreas de políticas públicas e de formatos de participação institucionalizada que vão dar o tom do engajamento. Se partirmos da conformação do PEA-BC e o plano em que o projeto se situa, três grandes áreas das políticas se destacam, a saber, aquela relativa ao Meio Ambiente e, no desdobramento das condicionalidades do Licenciamento Ambiental, aquelas relativas à Educação e à Saúde. Acompanhando essa caracterização, a participação institucionalizada se refere aos conselhos gestores, assim como os fóruns e conferências setoriais das referidas áreas políticas.

O terceiro critério de mensuração identifica a continuidade ou a interrupção da inserção em instituições públicas e possibilita avaliar a relação entre essa permanência e a intensidade do engajamento nas agências dos governos. É de se notar que esse critério remete a uma linha temporal longitudinal. Não diz respeito apenas ao recorte temporal, mas sobretudo demanda dados consistentes para que tanto a avaliação quanto a comparação sejam garantidas. Dados relativos aos membros dos NVC, categorizados a partir das anteriores e atuais fases de execução do projeto, documentados e identificados nos registros institucionais com o título “quem somos nós”, oferecem um ponto de partida consistente para essa mensuração.

O quarto e último critério destacado refere-se à liberação e à possibilidade de sustentar posições e propostas em arranjos participativos em face dos representantes governamentais e de efetivamente deliberar nesses espaços como um elemento que qualifica seu nível de engajamento institucional. Na reflexão sobre o engajamento no âmbito PEA-TP e da configuração da proposta da VC, esse critério traz indicações quanto aos desafios que representa para a sua prática pedagógica. A metodologia praticada “promove o desenvolvimento progressivo do PEA em etapas formativas consecutivas dispostas ao longo de 24 meses”, ou seja, essas etapas formativas não são lineares (GANTOS, 2016, p. 31). Daí, no contraponto da reflexão sobre o engajamento, e devido ao que representa em termos empíricos, emerge a preocupação com o desengajamento.

A efetivação de engajamentos dos SAEs é um fator que promove a probabilidade dos resultados e garantias do êxito do projeto, daí a relevância de pensar critérios que possibilitem a sua mensuração, como parte de processos avaliativos. A mensuração dos níveis de engajamento pode ser útil na identificação de impactos sobre o desempenho das ações educativas e também das questões relacionadas com os desengajamentos.

O engajamento requer uma consciência sobre a cidadania naqueles termos mencionados por Arendt (2015) quando fala do exercício da cidadania em uma

democracia. A autora menciona a possibilidade de os cidadãos se mobilizarem e se expressarem no espaço público e, ainda, conforme a referência aos seus tipos, engajamento refere-se à capacidade de envolvimento nas tomadas de decisão que afetam o convívio coletivo dentro dos grupos sociais.

Geoafetividade e afiliação

Dentre tantos teóricos que se aproximaram das relações entre identidade e identificação, merece um tratamento espacial o sociólogo francês Michel Maffesoli, o qual assina um tratado pós-moderno dos costumes, conforme a leitura do clássico “O tempo das tribos” (2002). Nele, a formação das tribos é situada pela necessidade de *ex-tase*, de projetar-se. Assim, uma reunião pode ser ao mesmo tempo vulgar ou banal, por uma face e produtiva, por outra. O neotribalismo – termo utilizado para se distinguir do tribalismo evidenciado nos anos 1970 – enfatiza as novas redes nas sociedades de massa, caracterizado pelo cerne das relações sociais no pós-modernismo; tempo entendido como uma sinergia entre o arcaico e o desenvolvimento tecnológico (HALL, 2001).

Avançando sobre o tema, tanto para Canclini (1995) quanto para Sarlo (1994), as tribos se apresentam como formas de socialização, de acesso aos bens de consumo, informação e alternativas à perda de expectativas em relação às instituições tradicionais responsáveis pela socialização e formação moral (sobretudo dos jovens). Aquelas que lhes ensinavam normas de convivência social – a escola, a igreja, a família –, além das autoridades tradicionais e o mercado de trabalho.

Na evidência da incapacidade das macropolíticas sociais e culturais em dar respostas à multiplicidade policultural, as tribos vêm se instalando nos centros urbanos, compensando a atomização e a desagregação das cidades, negligenciada por tais macropolíticas e, oferecendo a participação em grupos. Desse modo, funcionam como referências simbólicas, suplências aos aparatos políticos e culturais que se tornaram obsoletos. O que se busca nas tribos é, dentre outros motivos, certa estabilidade em um universo simbólico, que antes era garantida pela vigência de uma moral que entrou em crise via suas instituições tradicionais.

Portanto, o engajamento nestas teias é movido também pela condição de desamparo em que se encontra o sujeito contemporâneo, que vai, pois, fomentando um novo “familismo amoroso” (REIS, 1995); isto é, a exposição de uma lacuna que vai desde o desemprego, passando pelo abandono, a invisibilidade, o desencorajamento, a desfiliação (CASTEL, 1997), entre outras, até chegar a uma determinada lacuna afetiva.

Mas, as tribos também são as distintas linhagens de um mesmo movimento.

Se se desidentificam por um lado, permeiam identificações por outro. Não obstante, qualquer discórdia ou desvio é motivo de rivalidade, haja vista que invoca o lado narcísico dos detalhes. Nesta interface, o consumo (de roupas, de marcas, de logomarcas, de rebeldias e adereços), bem como a produção de símbolos se mostra como fundamental, pois se exhibe no status de artifício a instituir diferenças – ser diferente de alguns sendo “igual” a outros (SIMMEL, apud SOUZA; ÖELZE, 1998). Assim, uma causa comum para a formação desses grupos também pode ser entendida na garantia da sobrevivência dos próprios egos.

Aparece nestes dispositivos um pressuposto a servir de base para a eclosão destas novas redes de sociabilidade: o ambiente (e as sinapses culturais forjadas a partir daí). Tais redes estão configuradas tendo como referencial três regiões simbólicas: a estética; a ética e o costume, que serão aqui analisadas ainda que de forma breve.

a) A estética

A primeira das regiões denota o valor emocional que se contrapõe à racionalidade (progresso, futuro) da modernidade. Na nova saturação da *matriz*⁷, o grupo de espírito nômade é uma espécie de “comunidade emocional”, nos termos *weberianos*, que compartilha um sentimento comum produzindo, ao mesmo tempo, um laço social forte e efêmero. Tal instabilidade está implícita na própria característica da nova configuração, visto que não há nada mais instável que o sentimento. O sentido da coletividade é amplificado desse vivenciar e sentir em comum onde a participação só tem validade na presença do grupo. Aparece aí o componente múltiplo do “eu”, ou a potência impessoal da proxemia – a informalidade da “teia” de relações sociais.

Há nesta região um sentimento induzido pelo ambiente (cotidiano) promovendo consequências não desprezíveis de criação. Traduz uma “inflação de sentimento” suscitada pelo ambiente – singularizar-se imitando o trajar, o linguajar, a ideologia. Uma imitação furiosa ou instinto que impulsiona “a fazer como os outros” e comungar de uma paixão coletiva que supera o princípio de individualismo da era moderna. Tal emoção coletiva cimenta um conjunto, constituindo uma aura estética da solidariedade – a estética do sentimento. Abre-se para o outro, singularizando o local e a proxemia onde se representa o destino comum ou comunidade de destino: estabelece-se um laço entre a aura estética (*matriz*) e a experiência ética. Tal estética comum serve de receptáculo à expressão do “nós”. O sujeito da

7 Maffesoli revela que Foucault e Thomas Kuhn disseram o mesmo sobre “matriz”, revelando a necessidade de aceitar a efemeridade das coisas, mas chamaram o termo de “paradigma” e “episteme”.

ação, principal ator do ambiente, enfronha-se em um sujeito coletivo, ampliando seu número de adeptos em função de um componente empático não racional, o que significa dizer que, ao privilegiar a função emocional seguida dos mecanismos de identificação e participação, isso não traduz, necessariamente, uma formação de identidade, mas uma identificação pela simpatia. Portanto, é compreensível que muitas vezes os integrantes de um grupo não racionalizem porque participam deste cimento social e podem até mesmo mudar de lado ou de grupo, se assim se (re) identificarem.

b) A ética

A experiência ética, a segunda região do tribalismo, é o laço afetivo, a atitude compartilhada. O espaço favorece uma estética e produz uma ética, uma “lei do meio” que propicia um conformismo estreito entre seus membros – o “grupismo”. O termo sublinha uma forma de doação: “a força desse processo de identificação que possibilita o devotamento graças ao qual se reforça aquilo que é comum a todos” (p. 23).

Emerge daí a pulsão de estar junto e a partilha sentimental de valores, lugares ou ideais; afinal, todo conjunto social possui um forte componente de sentimentos vividos em comum: vai de uma sensibilidade local para atingir uma estrutura de “aldeia global”. A ética é o cimento que articula o sentimento que vai da sensibilidade local ao todo do “corpo social”. Neste sentido, o autor afirma que “é porque existe proximidade, [...] é porque existe a partilha de um mesmo território (seja ele real ou simbólico) que vemos nascer a ideia comunitária e a ética que é o seu corolário” (p. 24).

c) O costume

Completando o tripé das regiões do tribalismo está o costume: a naturalização dos modos de convivência representados na vida quotidiana - a vida de todos os dias. O costume ou *habitus* (BOURDIEU, 1979) é evidenciado pelo não dito, o laço misterioso que limita e delimita o estar junto naquela comunidade, permitindo-lhe reconhecer-se como aquilo que é.

O costume, por assim enfatizar, é o mediador da vida social, trazendo um componente natural e cultural dessa comunicação simultaneamente objetiva e subjetiva. Todavia, mesmo que a proxemia dê conta dessas duas dimensões, é a compreensão do costume como fato cultural que pode notabilizar a vitalidade das tribos urbanas. Afinal, “o ideal comunitário de bairro ou aldeia age mais por contaminação do imaginário coletivo do que por persuasão de uma razão social” (p. 27).

Elucidadas partes dessas dinâmicas, convergimos nossos olhares para a “sacralização das relações sociais”, nos termos *durkheimianos*, donde a inscrição local, a espacialização e os mecanismos de solidariedade constituiriam tal sacralidade: “existe uma centralidade subterrânea informal que assegura a perdurância da vida em sociedade” (p. 05). É desta sinergia que emerge a ligação entre proximidade e solidariedade, produzindo uma resposta de participação e privilegiando o corpo coletivo, bem como o cimento de sociabilidade. E é daí que a reunião entre pares produz a festa do presente e conduz ao (re) aparecimento do divino social, onde o divino é oriundo das realidades quotidianas.

Neste sentido, o costume serve para concretizar a dimensão ética de toda sociabilidade. O espírito dionísíaco (revigorado) dá o tom do novo *ethos* (“contrato social”), possibilitando a produção simultânea de outro “corpo social” que aparece na saturação das instituições modernas mais atuantes como igreja, família e escola.

Na esteira desta reflexão surge outra perspectiva: o político, que remete à egrégora - a arena pública. Neste ponto, pode-se recorrer a Mateus, um dos evangelistas da Bíblia Sagrada, onde encontra-se: “Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (MATEUS, 18:20). Retomando o divino social, aparece marginalmente a ideia de Egrégora; conjunto de vibrações coletivas que resulta da soma das energias mentais, físicas e emocionais provenientes de duas ou mais pessoas reunidas em grupo. Do grego *egrégorein*; etimologicamente, vigília, trata-se de energia concentrada da coletividade que se unem para cuidar, existindo, pois, em todos os agrupamentos, seja nas mais simples formas de associação humana. Assim, os *egrégores* foram caracterizados, por exemplo, na Literatura, como os vigilantes, anjos caídos ou grandes espíritos⁸.

Adentrando na historicidade das reuniões coletivas, outro termo de origem grega aparece como forma de demonstrar a evolução dos espaços de se fazer política: a Ágora⁹, lugar de reunião, era um espaço livre, o qual os cidadãos cos-

8 O conceito de poderes egegoriais tem raízes na cultura grega antiga e oriental. Foi, por exemplo, apresentado no Livro de Enoque. Adiante, o termo/conceito encontraram caminho em outras línguas. O *Manuscrito Encontrado em Saragoça*, escrito em francês por Conde Jan Potocki apresenta o termo “Egrégoras”, referindo-se aos “mais ilustres dos anjos caídos”. O termo também foi citado pelo poeta Victor Hugo em *La Légende des siècles* («A Lenda dos Séculos»). A palavra grega *εγρήγορο* quer dizer “Vigilante/Vigias”, termo usado no Livro de Enoque para fazer referência a grandes espíritos, semelhantes a anjos (BAYARD, 1985).

9 Derivada do termo grego *ἀγορά*: “assembleia” ou “lugar de reunião”, derivada de *ἀγείρω*, “reunir”. Incide a ideia de que significa a reunião de qualquer natureza e geralmente empregada por Homero como uma reunião geral de pessoas. A ágora foi uma parte essencial da constituição dos primeiros estados gregos.

tumavam frequentar como forma de ocupação da *polis*; ideia ilustrada de esfera pública e do espaço público por excelência¹⁰, da cultura e política da vida social dos gregos – o espaço da cidadania, símbolo da democracia direta (ateniense), onde os cidadãos exerciam a voz e o direito ao voto. Nela, também, lugar a servir aos santuários religiosos e atividades de entretenimento, como festas, jogos e teatro.

Avançando sobre essas narrativas, uma vez que é no e para o presente que se vive este estado de sociabilidade (MELUCCI, 2001), este “sujeito-grupo” (apontado no texto), que pensa também a partir do outro, participa de um enorme investimento emocional. Defende, pois, sua “comunidade” remontando uma perspectiva política, ora centrada no local, no território. Este cenário polifônico, entende da necessidade de enxergar outras formas de fazer política – uma “prática doméstica” do homem político, de se “ocupar da casa”; convergência com o diálogo presente na arena pública.

É então que face à descrença na política tradicional, emerge a prática do localismo (dos territórios), onde os atores sociais, caracterizados enquanto sociedade civil, passam a se ocupar do bairro, das ruas em que vivem e na organização da vida local, fiscalizando, elaborando, pressionando, identificando problemas e produzindo “novas instituições” ou núcleos. Independentemente da moral que carregam, cumprem o papel de sociabilidade das novas configurações sociais: criar resistências às formas já instituídas e dominantes, rompendo com as estruturas cristalizadas/naturalizadas de poder; aspecto imanente de transgressão da ordem vigente.

Analisando os documentos produzidos pelo PEA-TP, tais como relatórios das atividades desenvolvidas junto aos NVCs, e observando os diferentes motivos pelos quais os participantes se reúnem, aparece uma questão que precisa ser aprofundada na medição de seu impacto: a afetividade ou uma geoafetividade, na invenção de conceitos. Neste sentido, lembrando alguns dos aspectos debatidos pelos autores acima e tomando por base a etnografia realizada na Fase II, pode-se interpretar que há nos NVCs um forte condicionamento em se imaginar estes espaços e seus interlocutores enquanto ‘família’. Eis que, se aqui redimensionamos o texto numa Introdução para uma Sociologia do Pertencimento, vislumbram-se aspectos que quando tratados com a devida relevância, podem servir de termômetro à compreensão sobre identificação (e não, necessariamente identidade), participação, mobilização e maior engajamento nos NVCs. É, portanto, considerando tais imbricações que apresentamos ao leitor mais um novo conceito: *afiliação* – o sentimento de pertencer a uma família ampliada por estéticas, éticas e costumes que vão além da premissa biológica.

10 Ver mais em Habermas (1996) e Dewey (1917).

O Projeto Territórios do Petróleo, através da representatividade de seus NVCs e os sujeitos da ação educativa (*os grandes espíritos egrégios*), atua no limiar (ou na multiplicação) entre o compartilhar das três regiões simbólicas descritas e a urgência de se impor enquanto ser político. Nas dimensões que o atravessam, ensaiam a produção de um espaço sempre em processo, rizomático, na movência ou permanência de “tornar-se” (DOEL, 1999). A Educação; faltou dizer, a Educação Popular, é um movimento permanente, porém de coreografia inacabada. Dance-mo-la na travessia das bordas sem temer os abismos!

Engajamento para a vigília cidadã

Na tentativa de aproximar o conceito de vigília cidadã cunhado no âmbito do PEA-TP com o de *engajamento* então exposto, pode-se encontrar convergências, especialmente em dois pontos específicos, que são: a atuação em rede e a formação de capital simbólico.

O conceito de engajamento, sob o enfoque da teoria do capital social, propõe que, dentre outros, a formação de redes de confiança é um fator causal e/ou condicional para que o indivíduo se disponha à participação social e permaneça assim disposto, como membro de um determinado grupo. A confiança poderia ter esse efeito na medida em que reduziria as incertezas em relação aos outros indivíduos envolvidos na ação coletiva, o que ensejaria em uma perspectiva individual sugestiva de menores custos de participação (FREIRE, 2014).

Aliada à teoria do capital social, portanto, está a teoria da escolha racional, que indica que a predisposição para o engajamento está atrelada à análise de custos e benefícios que o indivíduo faz ao ponderar a inserção em algum grupo. Embora para alguns autores a confiança interpessoal não seja capaz, por si mesma, de impulsionar o engajamento político do indivíduo, não há dúvidas sobre a sua contribuição para estimular a continuidade dessa participação. Assim, deve-se considerá-la como um elemento aglutinador, que, somado a outros de natureza subjetiva, pode ajudar a descortinar variáveis do engajamento político (FREIRE, 2014).

Nessa perspectiva, considera-se a concepção de Bourdieu, para quem o capital social é “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de interconhecimento e de interreconhecimento [...]” (BOURDIEU, 1988, p. 67).

Lima (2001) explica ainda que o capital social pode assumir diversas formas, como, por exemplo, obrigações e expectativas, confiabilidade das estruturas, canais de informação e normas sociais. As obrigações e expectativas são elementos das relações interpessoais que dependem da confiança no meio social (estruturas)

de que serão cumpridas. Já a informação é uma forma de capital social porquanto inerente às relações, e deve estabelecer um processo dialógico entre os sujeitos envolvidos, fortalecendo assim a base para a ação social. Assim, as normas seriam as instituições capazes de reger as relações estabelecidas com base nos demais elementos.

Converge aí a noção de VC, “um dispositivo social que, uma vez constituído nos municípios selecionados, espera-se que possa gerar nos sujeitos da ação educativa uma inter-relação física e virtual em rede, aproximando-os pela partilha de informações, experiências e rituais comuns” (GANTOS, 2016, p. 34). E ainda, “propõe o exercício de compartilhar a informação aumentando o capital simbólico dos sujeitos da ação educativa” (GANTOS, 2016, p. 34).

Percebe-se que esse conceito, cunhado especialmente no cerne do PEA-TP, traz a noção de inter-relação em rede, tanto quanto de capital simbólico. Especificamente em relação à formação de redes, é palpável a aproximação com a perspectiva dada pela teoria do capital social na análise do engajamento, na medida em que esses agrupamentos favorecem o fortalecimento dos laços que ligam os indivíduos em coletividade e, também, os seus interesses em comum. Assim, os custos da participação em coletivos mais confiáveis são menores, favorecendo o engajamento individual a partir do coletivo.

Não por outro motivo, a VC, entendida como uma formulação metodológica de ação coletiva comunitária, se forma sobre dois pilares principais: reunião, caracterização, análise e mapeamento de informações; e a difusão, comunicação e partilha dessas informações em rede, partindo de dispositivos locais, os NVCs. Esses Núcleos, formados por indivíduos identificados a partir de um elemento em comum: os impactos causados pela exploração do petróleo e gás, foram capazes de promover o sentimento de pertencimento nos sujeitos participantes. São um “conjunto de pessoas diferentes vinculadas por objetivos comuns, cujas relações se fundem numa série de papéis interligados numa interação coletiva que é territorializada” (GANTOS; MARTINEZ, 2019, p. 219).

A ideia da confiança interpessoal assentou-se na vivência dos próprios sujeitos da ação, o que se percebeu na elaboração do terceiro livro do PEA-TP, em especial no capítulo que aborda as “Reuniões ordinárias: motor para a consolidação dos NVC”, que teve como autores socioeducadores e equipe técnica do PEA-TP e organizado por Gantos (2019), onde cada NVC contribuiu com afirmações que ratificam a importância dos achados da teoria do capital social. Do referido livro destacamos os seguintes depoimentos: “Os encontros possibilitaram o estreitamento de vínculos entre educandos e educadores, possibilitando uma relação

ainda mais horizontal e de confiança [...]” (REGO, et al., 2019, p. 82); um membro morador do Açú assim se expressou: “Aqui no NVC é assim, sempre uma família, e família é unida em tudo e com todos. As diferenças ficam da porta para fora, a harmonia entra em comunhão e o afeto se aflora” (p. 87); também foi possível observar em, “Como uma família, tudo entre nós é acordado de forma que todos se sintam contemplados, pois buscamos o bem coletivo” (p. 88); “[...] aprender e compartilhar conhecimentos e saberes e adquirir confiança e companheirismo dentro do Núcleo – tudo isto foi conquistado pelo NVC [...]” (REIS; CARVALHO, 2019, p. 100). E, ainda:

O que para uns seria um espaço só para discutir royalties tornou-se na prática algo muito maior, uma verdadeira família. [...] Nessa luta, conquistamos autonomia, confiança, somos integrantes e buscamos integrar novas pessoas. [...] O PEA-TP superou as expectativas e foi além, não só cumprindo uma obrigação legal, mas também proporcionando um ambiente onde se criaram laços [...] (REGO, et al., 2019, p. 89/90).

É de se notar também que não apenas a confiança entre os indivíduos pode promover o engajamento no âmbito dos NVC, mas também junto às instituições envolvidas no PEA-TP, como a Petrobras, o Ibama e, especialmente, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), como se viu também na edição do terceiro livro nos seguintes comentários: “A presença da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), por intermédio de seus pesquisadores, foi apontada como um fator de relevância no processo formativo” (REIS; CARVALHO, 2019, p. 96) e “Orgulho de estar sendo valorizado por pessoas/professores da Universidade. Em ver que há essa troca de conhecimento entre os pesquisadores e a população” (RIBEIRO; CESÁRIO; LEITE, 2019, p. 122).

Se, portanto, a confiança interpessoal pode ser vista como fator causal e/ou condicional para o engajamento, o fortalecimento dessas redes por meio da atuação dos Núcleos de Vigília Cidadã e das instituições que instrumentalizam o PEA-TP pode contribuir para o aumento do capital social e, conseqüentemente, do capital simbólico, em que pese este ser, “na verdade, um efeito da distribuição das outras formas de capital em termos de reconhecimento ou de valor social, é poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (CAMPOS; LIMA, 2018, p. 110).

As redes de confiança iniciadas nos NVC se expandem para além desses grupos, alcançando também as comunidades de origem dos sujeitos que os inte-

gram ou mesmo outros espaços de participação social, como audiências públicas e conselhos de políticas públicas. Seus membros destacam a importância das ações educativas do PEA-TP na construção de conhecimentos partilháveis com a comunidade e na incidência política, que deu frutos diversos, como intervenções em políticas públicas orçamentárias, por exemplo, como relata o NVC de Rio das Ostras:

Recentemente, podemos citar a experiência exitosa de mobilização autônoma do grupo que culminou com o ingresso de cinco integrantes no Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo de Rio das Ostras. Isso nos leva à conclusão de que as Reuniões Ordinárias e a formação que o projeto contempla vêm impactando o exercício da cidadania dos membros do NVC e produzindo resultados concretos e efetivos nas ações de participação social (SOUZA; CARVALHO; VASCONCELLOS, 2019, p. 108).

Sem dúvidas, sob esse prisma, os NVC, por meio da vigília cidadã, vêm cumprindo o seu objetivo, especialmente para “formação e inclusão de novos atores na até hoje restrita discussão pública sobre os royalties do petróleo na Bacia de Campos” (GANTOS, 2016, p. 33). E isso, como já se afirmou, está diretamente relacionado com a potencialização do capital simbólico tanto dos grupos quanto dos sujeitos considerados individualmente, o que contribui para a relação que se faz entre a noção de engajamento na perspectiva das teorias do capital social e da escolha racional e a proposta do PEA-TP, que fomenta a

organização e fortalecimento de vínculos entre os participantes do NVC e reflexões críticas voltadas à realidade local, além de todos terem adquirido ganhos pessoais, tais como: a desinibição, o autoconhecimento enquanto cidadãos com direitos e deveres e o aumento da autoestima, em que nós percebemos como pessoa (REGO et al., 2019, p. 84).

O engajamento para a vigília cidadã, portanto, considera a convergência de motivos, sejam de aspectos subjetivos ou pautados na confiança interpessoal, que levam o indivíduo a participar do PEA-TP e cuja característica principal é a voluntariedade. Assim, os Territórios do Petróleo funcionam como instrumento facilitador do acesso a informações e formação de habilidades necessárias para aproximá-lo das arenas públicas de decisão, em quaisquer âmbitos de atuação: municipal,

estadual e federal, e possibilitar sua incidência nos processos políticos a partir da potencialização das redes de confiança e do capital simbólico.

Convergência das Pesquisas da Linha 2 do PEA-TP e o Engajamento

As bases teóricas e discussões do grupo num diálogo intenso e produtivo alicerçaram a opção por definir o engajamento para a vigília cidadã como conceito mediador e catalizador dos objetivos das pesquisas propostas na linha 2.

O esforço na busca por um conceito para o qual convergissem os objetivos das pesquisas não foi simples e exigiu abertura ao diálogo entre diferentes convicções e sentidos. O termo engajamento não foi dado de modo apriorístico, simultâneo ou consensual. Ele exigiu leituras aprofundadas por caminhos que tangenciaram e, por vezes, envolveram em maior ou menor profundidade a sociologia, a filosofia, a semântica, a arte, a política e a educação ambiental crítica.

O princípio da autonomia, entretanto, foi relevante e garantidor da riqueza das contribuições dos diferentes percursos das pesquisas; percepções sobre a realidade e seus efeitos sobre a ação educativa desenvolvida pelo PEA-TP junto aos SAEs para o exercício da vigília cidadã qualificada.

A partir do conceito de engajamento outros olhares puderam ser direcionados às pesquisas, tendo em vista que a intenção foi ampliar o horizonte de sentidos necessários à proposição de trajetórias de formação, tendo a qualidade da participação social e do protagonismo dos sujeitos como objetivo final.

Os diálogos entre os pesquisadores da linha, em torno de um conceito que agregasse os objetivos da movência para o engajamento dos sujeitos na ação educativa do projeto e na vigília cidadã, refletiram seu envolvimento e comprometimento em contribuir não apenas com o PEA-TP, mas com o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos por meio dos seus resultados.

Considerações finais

O desafio aceito pelo GT constituído por pesquisadores da linha 2 do PEA-TP, de buscar um conceito que revelasse a convergência das pesquisas individuais em torno de um propósito comum — contribuir para a assertividade da ação educativa em seu objetivo de qualificar e munir de informações os sujeitos da ação educativa para o exercício do controle social sobre a gestão dos royalties e participações especiais pelo poder público de modo a garantir direitos sociais à população impactada pela exploração do petróleo e gás natural na BC —, gerou importantes reflexões que ultrapassaram os limites disciplinares e promoveram abertura para novos paradigmas e visões conceituais.

O termo permanência estimulou os diálogos em torno da implicação e seus usos em ações no campo educacional, a partir de uma possível inadequação em projetos da educação não formal inspirada nos princípios da educação popular. Nas primeiras discussões entraram em debate também os conceitos de afiliação e desfiliação, termos utilizados no contexto do trabalho, mas que guardam aproximações com o campo educacional.

Em visita às produções científicas de diferentes campos do conhecimento, como a sociologia do pertencimento, a antropologia, a educação, dentre outros, os consensos foram se desenhando em torno do conceito de engajamento, aprofundando-se nos tipos de engajamento cívico, “livre associativismo” e político, bem como nos aspectos relativos à mensuração dos níveis de engajamento.

Além do aprofundamento dos conceitos a partir da literatura, também os olhares sobre o campo das pesquisas enriqueceram e deram maior clarividência aos sentidos revelados pelos sujeitos participantes dos núcleos em sua relação com o PEA-TP. Nessa observação foi possível analisar como a geoafetividade e afiliação florescem como possíveis aspectos relevantes e que fortalecem o sentido de engajar-se. Uma análise a partir das experiências de cada pesquisador com o campo, nesta ou em fases anteriores, reforçaram a percepção de que o conceito de engajamento para a vigília cidadã abarca e melhor se aproxima da realidade dos NVCs.

Nesse campo fértil de buscas e reflexões se fortaleceu e melhor se delineou a relação entre o conceito de engajamento e o da vigília cidadã impresso por Gantos (2016) na concepção do PEA-TP. Nesse estágio dos estudos o grupo de trabalho dos pesquisadores da linha nº 2 se intitula “Engajamento para a vigília cidadã” e passa a imprimir tal conceito às suas produções, como aquele que catalisa e medeia os objetivos das pesquisas em torno dos possíveis sentidos e contribuições com os quais se comprometem.

Referências

AMORA, A.S. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 7 ed., São Paulo: Saraiva, 2000.

ARENDT, H. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

AVRITZER, L. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p. 43-64, disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/SXb5hxxKDHgM3Y9YMvRgMzN/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 05 jul. 2021.

AVRITZER, L. Experiência democrática, sistema político e participação popular. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

- BAYARD, J.-P. *Os Talismãs: Psicologia e poderes dos símbolos de proteção*. São Paulo: Editora Pensamento, 1985.
- BOURDIEU, P. *La Distincion: critérios y bases sociales del gusto*. México: Taurus, 1979.
- BOURDIEU, P. **Os três estados do capital cultural**. In: Nogueira MA, Catani A, (org.). *Escritos de Educação*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes; 1998.
- BASTOS, P.N. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. *Matrizes*. v. 14 - n° 1. São Paulo - Brasil p. 193-220. jan./abr. 2020. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/157540/160692>> acesso 10 jul. 2021.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BIMBER, B. Information and political engagement in America: the search for effects of information technology at the individual level. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 53-67, 2001.
- CAMPOS, P.H.F.; LIMA, R. C. P. Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n° 167, p. 100-127, jan./mar. 2018.
- CANCLINI, M. *Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- CARLOS, E. Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 30 n° 88. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/k8sNWd8Drjt-7f9LHwSXSWMp/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 13 jul. 2021.
- CARNEIRO, ASC. and SAMPAIO, SMR. Estudantes de origem popular e afiliação institucional. In: SAMPAIO, SMR. org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 53-69. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>> acesso em 05 jul. 2021.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, R. A Dinâmica dos Processos de Marginalização: da vulnerabilidade a “desafiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.
- COULON, A. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação Pesquisa**. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out. /dez., 2017.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DEWEY, J. et al. *Creative Intelligence: Essays in the Pragmatic Attitude*. Nova York: H. Holt, 1917.
- DOEL, M. *Poststructuralist Geographies: the diabolical art of spatial science*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

FIORINA, M.P. Parties, Participation, and Representation in America: Old Theories Face New Realities. American Political Science Association. 2001.

GANTOS, M.C. **“Territórios do Petróleo”: uma experiência de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás no Brasil.** In GANTOS, Marcelo Carlos (Org.). Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2016.

GANTOS, M.C.; MARTINEZ, S. A. **Os Núcleos de Vigília Cidadã: conceitos e concretizações.** In GANTOS, Marcelo Carlos (Org.). Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019.

HABERMAS, J. *Droit et démocratie: entre faits et normes.* Tradução do alemão de Rainer Rochlitz e Christian Bouchindhomme. Paris: Gallimard, 1996.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. *A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari.* GEOgraphia, 4(7), 7-22, 2009.

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOBSBAWM, E. Sobre história. São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2013.

HOUAISS, da Língua Portuguesa. Organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e banco de dados da Língua Portuguesa – 2ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Guia para elaboração dos programas de educação ambiental no licenciamento ambiental federal. Brasília: Ibama, 2019. Disponível em: <<http://ibama.gov.br/phocadownload/licenciamento/publicacoes/2019-Ibama-Guia-para-Elaboracao-dos-Programas-de-EA-no-LAF-.pdf>> acesso 29 jun. 2021.

INEA. Instituto Estadual do Ambiente. Educação ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública/Instituto Estadual do Ambiente-Rio de Janeiro: INEA, 2014. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>> acesso em 01 jul. 2021.

LIMA, J.C. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho**, edição 17, 09 dez. 2001.

LUCHMANN, L.H.H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 29 n° 85. 2014. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/2014%20-%20luchmann%20-%20abordagens%20tericas%20do%20associativismo.pdf>> acesso em 13 jul. 2021.

MAFFESSOLI, M. *O Tempo das Tribos - o declínio do individualismo nas sociedades de massa.* Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MELUCCI, A. *A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

- MIGUEL, R. As Reflexões de Robert Castel sobre os Conceitos de “risco” e “vulnerabilidade social”. **VII Jornada Internacional de Políticos** Públicas 25 a 28 de agosto de 2015. Cidade Universitária – UFMA/São Luiz – MA Brasil.
- PAVAN, J. N. S. et al. Estudo do engajamento do cidadão na participação de ações de mandatos eletivos no Legislativo brasileiro: análise do uso de political techs. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 18, p. 525-542, 2020.
- REGO, A. P. E. de A., et.al. Campos dos Goytacazes e São João da Barra: a diversidade como aliada ao controle social. In: GANTOS, Marcelo Carlos (org.). *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ. EdUENF, 2019.
- REIS, L. S. dos; CARVALHO, R. N. de. Quissamã e Carapebus: a comunicação dialógica no processo educativo dos municípios de Quissamã e Carapebus. In: GANTOS, Marcelo Carlos (org.). *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ. EdUENF, 2019.
- REIS, E. P. *Desigualdade e solidariedade uma releitura do ‘familismo amoral’ de Banfield*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 29, ano X, outubro: 35-48, 1995.
- REIS, D. B. O Significado de permanência: explorando possibilidades a partir de Kant. In: Carmo, G. T. **Sentidos da permanência na educação: o anúncio de uma construção coletiva**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política na América Latina. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.
- RIBEIRO, E. A., BORBA, J. e HANSEN, J. R. “Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes”, em: *Rev. Serv. Público Brasília* 67 (4) 497-523 out/dez 2016. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262>> acessado em 16 jul. 2021.
- RIBEIRO, G.; CESÁRIO, M. C.; LEITE, M. da C. P. Arraial do Cabo e Cabo Frio: a educação socioambiental e seus desafios. In: GANTOS, Marcelo Carlos (org.). *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ. EdUENF, 2019.
- SABIONI, M.; FERREIRA, M. A. M. Marcelo José Braga, Fernanda Maria de Almeida. Contextos (in)adequados para o engajamento cidadão no controle social, em: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 50(3):477-500, maio/jun. 2016, disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/4NHZCW7zSrZTVQB5Zc9q3vh/?format=pdf&lang=pt>> acesso em 9 jul. 2021.
- SARLO, B. *Cenas da Vida Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- SOUZA, J.; ÖELZE, Berthold (Orgs). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998.
- SOUZA, L. M. de; CARVALHO, N. da S.; VASCONCELLOS, F. A. de. Rio das Ostras e

Macaé: a diversidade como aliada na vigília cidadã. In: GANTOS, Marcelo Carlos (org.). Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos *royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ. EdUENF, 2019.

TOALDO, M. M., & RODRIGUES, A. Iribure. (2015, setembro). Interação e engajamento entre marcas e consumidores/usuários no Facebook. Trabalho apresentado no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129814/000973728.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> -acesso em 08 jul. 2021.

TOMIKASI, K. “Educação, engajamento e comportamento político”, em: Jornal da USP, 15/09/2017, disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/educacao-engajamento-e-comportamento-politico/>> acesso em 09 jul. 2021.

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/permanecer>. Acesso em 22 jul. 2022.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso 24 jul. 2022

<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=622> . Acesso 24 jul. 2022

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso 22 jul. 2022

<http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso 22 jul. 2022.

PARTE II

120

Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo

Gerenciamento e manutenção dos NVCs em tempos de pandemia: desafios, adaptações e aprendizados

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

A parte II dessa publicação traz cinco capítulos que têm como tema comum o aprendizado da equipe, adquirido um tanto à força, em termos de municiar os Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs) de condições para atuar em meio ao cenário de crise sanitária e de isolamento causados pela pandemia de covid-19. Sempre escritos a muitas mãos, os capítulos abordam as ferramentas e estratégias de comunicação; os registros sistematizados da incidência política nos Núcleos; o permanente esforço de formação da equipe; as práticas de avaliação e ainda o gerenciamento de processos no contexto potencialmente caótico da emergência sanitária global.

O capítulo 4, que abre a seção, tem como título “Espaço virtual e comunicação transmidiática: a construção coletiva na comunicação visual”. Descreve e analisa o quanto o Projeto Territórios do Petróleo conseguiu avançar na agenda — estabelecida desde seus inícios, na Fase I (2014-2016) — de instauração de um ecossistema comunicativo (SOARES, 2002) voltado para diminuir a assimetria de informações sobre as rendas petrolíferas e os temas correlatos. Do ponto de vista do PEA-TP, os grupos vulneráveis aos impactos da cadeia produtiva do petróleo e gás precisam se municiar de informação qualificada para, por assim dizer, equilibrar o jogo na disputa com os diferentes atores em torno da apropriação dos royalties e participações especiais alocados nos orçamentos municipais. O texto descreve a construção de diversas peças de comunicação de forma colaborativa, envolvendo os designers Marcus Cunha e Miguel de Araújo Lopes — autores do capítulo

— bem como as equipes de campo e os cidadãos engajados nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC).

No capítulo 5, o foco está na elaboração de um instrumento para monitorar e avaliar objetivamente o que constitui, por assim dizer, a alma dos NVCs na Fase III do projeto: a incidência política. A Matriz de Incidência Política, tornada instrumento central na gestão do PEA-TP, surgiu de uma necessidade prática e de uma reflexão coletiva e orgânica sobre os melhores caminhos para registrar as participações em espaços decisórios e as articulações dos Núcleos com outros atores da sociedade civil e do próprio licenciamento ambiental federal de petróleo e gás. A leitura do capítulo permite acompanhar cada passo relevante dessa construção e verificar a preocupação da equipe em aprimorar continuamente a ferramenta.

No capítulo 6, o tema é a formação continuada da equipe no contexto das interações quase exclusivamente remotas, próprio da pandemia de covid-19. Um dos pilares do processo descrito foi a realização de reuniões semanais de alinhamento e troca de experiências envolvendo toda a equipe técnica. Outro aspecto fundamental, também descrito, é o dos seminários de formação continuada desenvolvidos para qualificar teoricamente a equipe e exercitá-la na prática de ferramentas metodológicas participativas. A definição dos temas se deu a partir da identificação do que mais se discutia nos NVCs. Esse diagnóstico levou ao desenho dos seis seminários, que versaram sobre (a) Conflitos socioambientais e estratégias para a mediação; (b) Educação popular no contexto da gestão ambiental pública e o papel dos(as) educadores(as) populares; (c) Controle social do orçamento público municipal; (d) Gestão Ambiental Pública, a crise ambiental e suas implicações; (e) Limites e possibilidades da Gestão Ambiental Pública (GAP) e (f) Rendas petrolíferas e participação social. Duas partes do capítulo 6 são, ainda, dedicadas aos temas da comunicação interpessoal aplicada ao acompanhamento da equipe e da capacitação no uso da Língua Portuguesa.

O capítulo 7, assinado por cinco autoras, é dedicado aos processos de avaliação das atividades desenvolvidas pelo projeto. O escopo são as atividades da Fase III (2020-2023), mas o tema é caro ao PEA-TP desde que ele começou existir. Como escrevem as cinco autoras desse capítulo, os procedimentos de avaliação se fundam em um caráter processual e contínuo e têm presente o compromisso próprio de quem executa parte de uma política pública.

Fechando a parte II desse livro, o capítulo 8 — “O gerenciamento dos

processos no âmbito do PEA-TP em tempos de pandemia”, com quatro autoras(es) — traz um pouco dos bastidores da gestão de um projeto que precisa se harmonizar entre as distintas culturas institucionais do órgão ambiental, da empresa licenciada e da universidade executora, além da fundação responsável pela administração dos recursos. Esse lugar peculiar ocupado pelo PEA-TP e por alguns de seus congêneres vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás se tornou ainda mais singular em função de todo o plano de trabalho ter sido elaborado sem considerar o evento surpreendente da pandemia e suas restrições ao convívio presencial.

Ao folhear os capítulos da parte II, é possível travar um contato com a experiência concreta de aplicar a teoria que embasa o PEA-TP ao cenário de surpresas e sobressaltos — também de sofrimentos e de superações — que marcou esses inesquecíveis anos de pandemia.



Capítulo 4

Espaço virtual e comunicação transmidiática: a construção coletiva na comunicação visual

Marcus Vinícius dos Santos Cunha
Miguel de Araujo Lopes

Introdução

O ecossistema comunicativo do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) tem como objetivo disponibilizar um ambiente transmidiático com suportes físicos e digitais, para manter em funcionamento e oferecer aos sujeitos da ação educativa (SAE) e à população em geral, atividades pedagógicas e informativas, produtos e serviços desenvolvidos no contexto definido pelo PEA como vigília cidadã, método que “busca oportunizar aos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) ferramentas e conhecimentos para diminuir a assimetria informacional e comunicacional existente sobre o tema nos grupos sociais definidos como impactados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC” (GANTOS, 2019).

O ecossistema comunicativo é um conceito que surge inicialmente em J. Martin-Barbero e é corroborado por Soares (2002), onde a comunicação ocorre em ambiente transmidiático com narrativas complementares e mesmo redundantes, em múltiplos suportes de forma ininterrupta, criando diversas perspectivas para o tempo e o espaço onde ocorre a comunicação.

A narrativa transmidiática do PEA-TP faz uso de uma multiplicidade de plataformas que desde seu início busca mitigar a desinformação sobre rendas petrolíferas e formas de controle social. Na Fase I, com o objetivo de sensibilizar e tornar conhecido o tema pelas comunidades mais atingidas pelos impactos, essa narrativa era predominantemente uma perspectiva do corpo acadêmico e técnico do projeto aos SAE sobre essa temática, com uma participação ainda incipiente deles no

processo. Mas, mesmo nesse início de processo formativo, pode-se observar uma apropriação dos significados e saberes pelos SAE quando em um grupo de profissionais é feita a seguinte definição da educomunicação:

É uma metodologia que propõe a construção de ambientes comunicativos democráticos e produção colaborativa de conteúdos utilizando os recursos tecnológicos disponíveis e reforçando o senso crítico dos sujeitos. (SMIDERLE, 2019).

Durante a Fase II ocorreu a consolidação dos SAE em grupos já funcionais integrados aos seus espaços de operação: os dez NVCs municipais. A partir desse momento, foi se consolidando o ecossistema comunicativo do PEA-TP com o aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação e ampliação da participação dos SAE nesses instrumentos. Tal apropriação ocorria por meio da narrativa nos boletins digitais, da inserção de registros dos seus olhares no Banco de Imagens, do protagonismo nas oficinas, da discussão coletiva sobre a identidade visual dos núcleos e do diálogo sobre o conteúdo de outros componentes do ambiente transmidiático, como o totem multimídia.

A Fase III do PEA-TP prevê a consolidação desse processo de educomunicação com a construção de estratégias metodológicas de comunicação popular, discutidas e idealizadas pelos SAE com mediação informacional do corpo técnico do projeto, auxiliando na divulgação das ações do PEA-TP e de disseminação de informações sobre a gestão das rendas petrolíferas, democratizando a discussão.

Assim, o ecossistema comunicativo é concebido tendo em vista a necessidade de desenvolver ferramentas, peças e produtos informacionais que permitam aos SAE se apropriarem dessas narrativas e, a partir delas, em processo dialógico e participativo, criarem suas próprias formas de expressão.

Breve panorama sobre a participação social na construção coletiva das peças de comunicação

As mudanças promovidas pela pandemia de covid-19 demonstraram ainda mais a necessidade de se repensar os instrumentos de disseminação da comunicação. Na comunicação visual isso não seria diferente. Os suportes e canais foram alterados e ajustados, os recursos audiovisuais foram reconsiderados e a participação social nesses processos ficou ainda mais acentuada. No caso do PEA-TP, os SAE se apropriaram dessas ferramentas visuais de uma forma considerável, trazendo aos técnicos de campo e à gestão do projeto demandas por recursos visuais, as quais eles acreditavam ser viáveis quando aplicadas às peças de comunicação do projeto.

As peças de comunicação podem ser entendidas como uma ferramenta muito importante no campo da comunicação visual, visto que podem ser trabalhadas de forma isolada sem a necessidade de uma grande contextualização ou campanha visual prévia, o que se torna uma vantagem nesse processo. A participação popular dos SAE na idealização e desenvolvimento dessas peças foi fundamental para entendermos a real necessidade do campo.

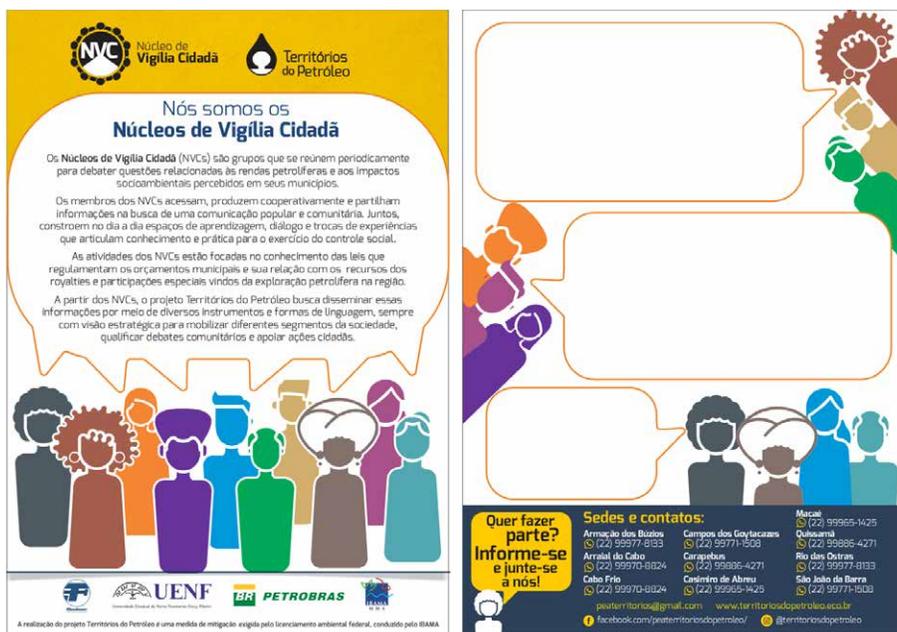
A construção coletiva de uma identidade visual que refletisse os participantes dos NVCs surge ainda na Fase II do PEA-TP quando o núcleo de Rio das Ostras apresenta uma proposta de logotipo para ser utilizado pelo grupo local. Esta iniciativa cria a oportunidade para um debate envolvendo todos os NVCs, com uma dinâmica de rodadas de apresentação onde os participantes de todos os municípios avaliaram a proposta sugerida e concluiu-se pela relevância de uma identidade que os representasse coletivamente. A identidade visual resultante desse processo responde tanto a uma visão geral, assinando somente NVC, como se individualiza aos núcleos municipais. Seu design foi feito para dialogar como a identidade geral do projeto, facilitando um discurso e minimizando uma possível resistência institucional.

O planejamento de produção das peças de comunicação previstas no plano de trabalho do PEA-TP tem entre as suas metas a impressão de material de divulgação específico para a mobilização pelos NVCs em suas comunidades. Sendo assim, elabora-se um projeto gráfico que reflita o referencial educacional no qual o ecossistema comunicativo do PEA-TP se alicerça, tendo como referência a experiência bem-sucedida da identidade visual dos núcleos e a demanda apresentada pelos membros de terem protagonismo com o conteúdo apresentado.

O design gráfico é delineado para atender a essas expectativas, com uma peça de comunicação no formato de um folheto informativo, uso de uma linguagem visual que representa a diversidade social dos participantes, um texto construído coletivamente por e para todos os NVCs sobre o papel dos núcleos. Para possibilitar que cada município possa se apropriar do produto para suas demandas locais, o seu design reserva caixas de textos em branco, onde os núcleos possam inserir pequenas informações, a depender da atividade que divulgarão em suas respectivas localidades.

Novamente se aplica a metodologia da dinâmica de rodadas municipais, agora por reuniões de modo remoto em videochamadas, onde a proposta gráfica do folheto informativo é apresentada para os 10 municípios. As observações, rascunhos e propostas dos SAE compiladas de forma coletiva e participativa nas conversas nortearam o projeto gráfico para que refletisse fielmente o que foi concebido pelos sujeitos. A metodologia aplicada foi muito bem recebida pelos grupos e o resultado final pode ser visto a seguir:

Figura 1: Folheto informativo dos Núcleos de Vigília Cidadã



Fonte: Produção do PEA-TP.

O plano de trabalho da Fase III do PEA-TP discrimina na meta 6 a ação e realização de Eventos de Mobilização Comunitária, onde busca-se proporcionar espaços de mobilização comunitária para a divulgação das ações do projeto junto à comunidade. Neste processo, os próprios SAE se estimularam e trouxeram sugestões de recursos visuais que desejavam ver retratados. Esse processo ocorreu de maneira horizontal, envolvendo a equipe e o campo. O caminho foi simples: as discussões sobre a divulgação do evento se iniciavam nas reuniões ordinárias, junto ao NVC, logo em seguida os técnicos locais traziam a demanda para a equipe de gestão e audiovisual, e a partir daí se iniciavam as reuniões de alinhamento para a construção dessas peças.

O intercâmbio de informação entre a equipe técnica e o NVC se deu de diversas formas, tais como reuniões por videochamada, aplicativos de mensagens instantâneas (como WhatsApp e Telegram) e por e-mail. Um ponto que vale ser destacado foi a procura por ilustrações que retratassem a real necessidade da comunidade. Nesse processo, os SAE participavam ativamente dessa ação, promovendo discussões qualificadas sobre a comunidade, fazendo croquis e ensaios para o dia do evento.

Veja abaixo dois exemplos de cartazes produzidos para o Evento de Mobilização Comunitária de Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes. Em Rio das Ostras o tema da discussão foi “Orçamento e cidadania” e a imagem destacada no cartaz foi produzida pelo próprio NVC. Já em Campos dos Goytacazes, o tema principal da reunião foi “Saúde e saneamento básico no orçamento público municipal”, onde o conceito do cartaz de divulgação foi idealizado pelo NVC e executado pela equipe de audiovisual. Vale ressaltar que ao final da produção, o cartaz volta para o NVC discutir se estão de acordo ou se será preciso realizar ajustes.

Figura 2: Cartazes de divulgação dos Eventos de Mobilização Comunitária de Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes



Fonte: Produção do PEA-TP.

As peças de comunicação das Reuniões Comunitárias, cuja finalidade é promover o debate ampliado sobre os temas de interesse dos NVCs nas comunidades dos próprios membros (meta 5 no plano de trabalho), também seguiram o mesmo exemplo dos Eventos de Mobilização Comunitária. Inicialmente a equipe de audiovisual produzia essas peças com ilustrações mais genéricas, de forma a contemplar mais localidades com a mesma ilustração. Entretanto, com o passar do tempo,

a equipe técnica e o próprio NVC viu a necessidade de retratar essas localidades com imagens que fossem significativas e que expressassem os problemas enfrentados nessas localidades, estreitando ainda mais os laços entre a equipe técnica do projeto e os comunitários, reforçando o protagonismo dos SAE.

Figura 3: Alguns exemplos de cartazes das Reuniões Comunitárias



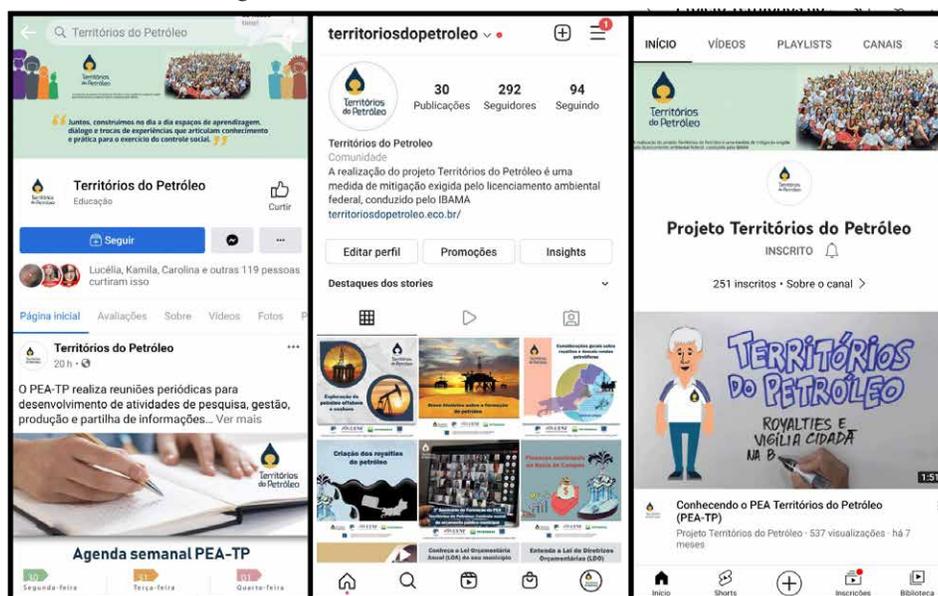
Fonte: Produção do PEA-TP.

Outra demanda que já estava sendo levantada desde a Fase I do projeto era a publicação das redes sociais do PEA-TP. Atualmente, passamos boa parte do nosso tempo conectados de certa forma com a internet e muito desse tempo é dedicado às interações que as redes sociais nos proporcionam, que de certa forma, acabam nos influenciando no nosso dia a dia. Sendo assim, a relação entre as pessoas e a forma de adquirir informações vem mudando de maneira significativa, algo que ficou ainda mais perceptível com a chegada da pandemia, que nos afastou do

contato físico diário e nos deixou apenas com as relações virtuais. Seguindo essa linha, os SAE junto com os técnicos do projeto também perceberam essa mudança na comunicação e estão a todo momento se atualizando, interagindo e engajando o NVC e a comunidade por meio de ações mais informais proporcionadas pelas redes sociais.

Com o desenvolvimento da Fase III percebemos que os métodos convencionais de divulgação das ações do projeto já não faziam sentido. Com a chegada da pandemia isso ficou ainda mais explícito, visto que já não adiantava colocar um cartaz num espaço físico se a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) instruía as pessoas a ficarem em casa. Assim, uma boa promoção pelas ferramentas que as redes sociais dão, como *lives* e vídeos no canal do YouTube, além de publicações constantes no Instagram e Facebook e cartazes de mobilização enviados pelo WhatsApp, pode fazer a informação chegar a mais pessoas com comodidade, facilidade e familiaridade, possibilitando uma mobilização mais efetiva. Os próprios comunitários reforçam que tanto o Instagram, quanto o Facebook serviram como um forte instrumento de mobilização para as ações do projeto. Isso já exemplifica o poder mobilizador que essa ferramenta traz.

Figura 4: Redes sociais do PEA Territórios do Petróleo



Fonte: Produção do PEA-TP.

Neste contexto, o papel aglutinador e mobilizador das redes sociais no projeto e da participação coletiva na construção das peças de comunicação vêm sendo apontados por diversos técnicos de campo como marcas constitutivas fundamentais no processo de mobilização comunitária. Isso explicita por que todo o processo de construção e elaboração dessas peças por parte dos SAE introduz uma reflexão que seja capaz de problematizar o seu papel social e o sentido da comunicação para a constituição das suas localidades, levando em consideração não apenas suportes tecnológicos digitais como instrumento mobilizador e as peças de comunicação produzidas por eles, mas também buscando compreender problemáticas locais por eles enfrentadas tendo a comunicação como caminho.

O site e o banco de imagens do PEA Territórios do Petróleo como instrumentos no auxílio de perpetuação da memória visual do projeto

O site do PEA-TP (hospedado na *url* territoriosdopetroleo.eco.br) une informação visual e verbal, interatividade e uma extensa galeria de vídeos e fotos que proporciona ao navegante uma experiência completa. Nele, é possível encontrar conteúdos e notícias das ações realizadas nos municípios, saber mais sobre o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), ter acesso às mais variadas publicações já produzidas antes e também acessar a agenda de atividades do projeto. Sendo assim, o site funciona como um grande veículo de informação, que contempla vários assuntos e concede ao navegante múltiplas possibilidades de aquisição de conhecimento.

Neste íterim, de forma sintética, os “bancos de dados” podem ser entendidos como uma coleção de dados interligados entre si e organizados para fornecer determinado tipo de informação. No PEA-TP esse “banco de dados” se traduz em um “banco de imagens”, que une dados imagéticos e informações complementares com o propósito de organizar imagens dos mais diversos modos, possibilitando o acesso a essas coleções de imagens, combinadas aos metadados (uma espécie de ficha catalográfica digital que agrupa dados de forma organizada para fazer sentido e gerar conhecimento).

O banco de imagens do PEA-TP surge desde a Fase I do projeto e se destaca pelo caráter pioneiro entre os demais PEAs, pois permite o armazenamento de imagens, serviço de busca de arquivos com recursos avançados e sistematização de dados de forma qualificada e ágil. Esse instrumento não só funciona como repositório de informação para a pesquisa, como também contribui para a perpetuação

da memória visual do projeto, uma vez que une a imagem das ações desenvolvidas durante as fases do projeto às informações complementares como local, data, fotógrafo, breve descrição, título do evento e assunto.

Considerações finais

A metodologia de educomunicação do PEA Territórios do Petróleo almeja um ecossistema comunicativo como uma plataforma participativa para: potencializar a ação comunicativa dos NVC, refletir o protagonismo dos seus membros na definição das ferramentas de diálogo, e evidenciar o conhecimento construído por eles nas ações de formação do projeto.

A convergência das narrativas, saberes e produtos de comunicação faz do ecossistema comunicativo um componente fundamental no processo de comunicação do PEA-TP, tanto como instrumento político de expressão dos SAE, quanto como referência para instituições e gestores públicos sobre o eixo temático das rendas petrolíferas, seus impactos e formas de controle social.

Ao dialogar com a produção de conhecimento dos SAE, o ecossistema comunicativo, em suas diversas linguagens, possibilita uma estratégia de apropriação dos meios que viabilizam um processo de afirmação social. Quando visto dessa maneira, esse ambiente poderá significar para os SAE o exercício da comunicação como uma ferramenta de cidadania. O discurso resultante desse processo e, por conseguinte, a criação de uma narrativa comunitária se revelará uma forma de expressão cidadã ao refletir os habitantes dessa territorialidade.

Referências

- BRASIL. *Programa de Educomunicação Socioambiental*. Série Documentos Técnicos – 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005.
- GANTOS M.C. A Vigília Cidadã, um método em construção. In: GANTOS M.C. (org.). *Experiências e reflexões sobre a Vigília Cidadã para controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 33-46.
- PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: *Lumina*, v. 1, n. 1, 5 jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em 01 out. 2021.
- PERUZZO, C. M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à Comunicação popular e comunitária. In: *Revista Famecos*, 24(1). 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.1.24207>. Acesso em: 01 out. 2021.
- PINHEIRO. T. *Design Thinking Brasil: empatia, colaboração e experimentação para pessoas, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SMIDERLE, C. G. S. M. Educomunicação do dia a dia da Vigília Cidadã. In: GANTOS, M.C. (Org.). *Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo*: ações para controle social dos royalties. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 155-164.

SOARES, I. de O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In: *Comunicação & Educação*, São Paulo, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37012>. Acesso em: 01 out. 2021.

Capítulo 5

Matriz de incidência política como instrumento de monitoramento de controle social

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Carolina de Oliveira Siqueira

Marcus Vinícius dos Santos Cunha

A ação pedagógica do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) tem seu acionar embasado na perspectiva da construção coletiva de agentes sociais atuantes e participativos na esfera política municipal e regional. O resultado que vislumbra ser alcançado está na construção de grupos comunitários com capacidade de diálogo qualificado nos espaços decisórios em seus territórios de moradia. A partir do exercício de cidadania política que se estabelece por meio das atividades dialógicas e formativas grupais concretamente efetuadas nas Reuniões Ordinárias dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs), espera-se que os(as) comunitários(as) tenham capacidade de manufaturar coletivamente estratégias de enfrentamento ou processamento dos problemas, dos conflitos e das disputas em que estão inseridos(as).

Os encontros grupais periódicos que acontecem nas sedes municipais são ocasião de sucessivas atividades formativas com a perspectiva de fortalecer a participação qualificadas dos NVCs. É nos encontros quinzenais que os(as) membros(as) se reúnem para debater criticamente os problemas concretos em seus cotidianos e, a partir de estudos coletivos, observam as similaridades que frequentemente ocorrem em termos da ausência de políticas públicas em diferentes áreas. Tais reuniões são embasadas por conteúdos advindos de pesquisas que a equipe técnica realiza, a partir das demandas comunitárias previamente apresentadas, sempre com o foco nas estratégias de enfrentamento coletivo. Por isso, as ações formativas rastreiam, por meio de diferentes metodologias participativas, a compreensão pública sobre as rendas petrolíferas e a articulação comunitária para

acessar os dispositivos de controle social, conforme explicitado desde os primeiros documentos do PEA-TP.

[...] os royalties tendem a representar um dos temas que mais interessam a todos os grupos sociais. [...] sua transcendência e complexidade necessitam ser abordadas no campo da EA [Educação Ambiental] de forma consorciada a ações estruturadas para promover a compreensão pública deste processo e fomentar a emergência de estratégias eficazes de articulação comunitária para efetivar dispositivos de controle social sobre os recursos financeiros das participações governamentais provenientes do empreendimento petrolífero. (GANTOS *et al.*, 2013, p.1)

É com base e fundamento em tais encontros e debates que as ações políticas dos(s) membros(s) dos NVCs são fortalecidas ou até mesmo iniciadas. A reflexão grupal sobre as rendas petrolíferas nos cofres públicos municipais mobiliza e engaja diferentes agentes sociais para um objetivo comum: exercer o controle social por meio da vigília cidadã. Conhecer, monitorar e incidir no orçamento público municipal têm sido o mote dos encontros entre os(as) membros(as) dos NVCs. Ao longo da trajetória coletiva dos Núcleos, identificou-se a necessidade de incluir na incidência que os grupos vêm costurando e praticando a busca de qualificar a transparência orçamentária dos municípios.

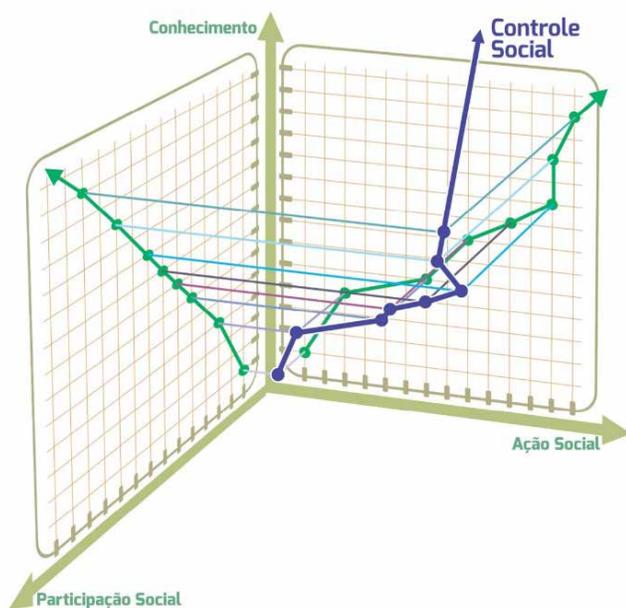
A democratização da informação sobre os recursos financeiros das participações governamentais foi sempre uma aspiração do PEA-TP ao estruturar os objetivos e metas expressos nos planos de trabalho das três fases desenvolvidas até o momento. A mitigação da desinformação sobre essa receita municipal foi sempre entendida como aspecto básico de alinhamento às diretrizes da Nota Técnica (NT) CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10 - Programas de Educação Ambiental, que define “Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás” (BRASIL, 2010).

Esse documento é balizador para a proposição de ações educativas no âmbito da mitigação dos impactos negativos no meio socioeconômico na esfera do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, conduzido pelo Ibama, em todo o território brasileiro. Ele apresenta diferentes linhas de ação complementares para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental. Dentre elas, há uma específica que prevê o debate ampliado a respeito dos royalties e participações especiais do petróleo —na qual as ações produzidas no escopo do PEA-TP estão inseridas.

[...] apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal. (BRASIL, 2010, p.5).

É importante apontar que o controle social no escopo das ações do PEA-TP é entendido como o poder que esses grupos engajados nas ações do projeto têm de incidir nas decisões dos governantes no que tange à aplicação das rendas petrolíferas no orçamento público municipal. Sob essa perspectiva, para exercer o controle social os(as) membros(as) atuam na interseção ou resultante de três eixos ou vetores: a participação social, a ação social e o conhecimento¹, como se representa graficamente por meio do gráfico 1.

Gráfico 1: Representação gráfica das dimensões do exercício do controle social na perspectiva do PEA-TP.



Fonte: Elaboração dos autores com base no Plano de Trabalho do PEA-TP (PETROBRAS/UENF, 2019).

¹ Para o suporte teórico e conceitual de boa parte das iniciativas relatada nesse capítulo, a equipe do Projeto Territórios do Petróleo contou com a colaboração do professor Roberto Dutra Torres Junior, então membro da equipe de pesquisa.

A transposição gráfica acima tem o intuito de demonstrar a correlação dos três eixos — conhecimento, participação social e ação social — com o controle social no âmbito do projeto. Indica-se o eixo do Conhecimento como estruturante e sugere-se que a progressão combinada dos três eixos resulte na ascensão do eixo resultante, que representa o controle social.

Assim, o gráfico pretende demonstrar as etapas percorridas para a projeção da incidência do PEA-TP no seu esforço para os NVCs alcançarem níveis mais elevados de controle social. O eixo do conhecimento é transversal aos demais por qualificar a incidência política dos grupos e envolve distintas áreas afetas à aplicação dos recursos públicos, tais como o ciclo orçamentário, legislações diversas, políticas públicas — conforme exposto no Plano de Trabalho da Fase III do projeto (PETROBRAS/UENF, 2019).

Cabe mencionar que os temas e conceitos debatidos nos espaços pedagógicos do PEA-TP propiciam a apreensão de conhecimentos por vezes não percebidos pelos próprios políticos profissionais, o que só reforça o quanto são fundamentais para a população lutar pela defesa de seus direitos. Por isso, o eixo do conhecimento é também estruturante para a concretização da Vigília Cidadã nos municípios de abrangência, inserindo na arena de disputa política os grupos afetados pelos impactos negativos da cadeia produtiva de óleo e gás, com maior capacidade organizativa e argumentativa.

Como base no gráfico 1 se pode observar como a ação social e a participação social não andam dissociadas entre si. Na perspectiva do projeto, a ação social se caracteriza a partir dos comportamentos e das atividades dos(as) membros(as) dos NVCs orientados “para incidir direta (por ela mesma) ou indiretamente (contribuindo para que outras ações incidam) sobre o uso das rendas petrolíferas” (PETROBRAS/UENF, 2019, p.3), fortalecendo os mecanismos de controle social. Sendo assim, são as práticas desenvolvidas pelos membros cotidianamente em seus municípios que buscam alcançar o controle social das rendas. Como exemplos podemos citar: Reuniões Comunitárias, abaixo-assinados, grupos de estudos sobre o orçamento público, protocolos no e-sic, propostas enviadas para inclusão nos Planos Plurianuais (PPA), nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outros.

Já a participação social é compreendida no projeto como a inclusão da comunidade afetada, contemplada pelo projeto, nas arenas de controle social abertas à ação social desses grupos e de suas lideranças. Essas arenas são os mecanismos institucionais, espaços formais de incidência política, onde os

processos de controle social podem ser estabelecidos de maneira mais transparente e democrática. Como exemplo de participação social podemos citar a conquista da condição de membro(a) de conselhos de políticas públicas, a participação em audiências públicas e em sessões da Câmara Municipal. Dessa forma, a participação nestes espaços amplia o poder dos grupos sociais sobre as decisões dos(as) governantes no uso e na distribuição das rendas petrolíferas nas políticas públicas municipais.

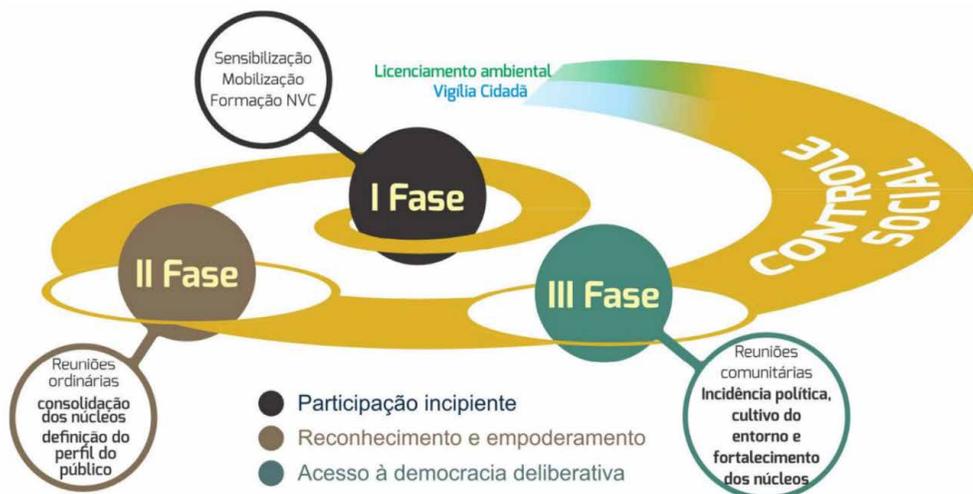
Cabe ainda ressaltar que, estando os territórios em questão inseridos em uma democracia deliberativa, a incidência política nos espaços decisórios está diretamente ligada ao nível de transparência das ações governamentais. No contexto do PEA-TP:

A democracia deliberativa não se fundamenta em um ponto de observação universal e neutro capaz de lançar luz sobre todas as ações governamentais, mas sim da observação situada e parcial de cada grupo sobre outro. Democratizar o controle social exige, nas arenas da democracia, abrir possibilidades de observação mútua, o que passa, necessariamente, por empoderar fundamentalmente grupos vulneráveis com recursos para este exercício” (PETROBRAS/UENF, 2019, p. 3).

O amadurecimento desse debate no PEA-TP se deu de forma gradual, como seria de se esperar, pois o projeto se constituiu em etapas que envolveram a sensibilização e mobilização da comunidade, o envolvimento e engajamento para a constituição e consolidação dos NVCs e só então as ações de incidência política com proposições coletivas para melhoria de suas vidas e construções de estratégias de enfrentamento dos impactos negativos provocados pelos grandes empreendimentos na região.

As etapas metodológicas estão alicerçadas em atividades participativas que visam propiciar a autonomia e o protagonismo dos grupos no exercício da cidadania. A participação construtiva das fases do projeto por parte dos(as) membros(as) dos NVCs caminhou gradualmente possibilitando o amadurecimento e a coesão grupal para a solidificação dos grupos organizativos para além das ações tuteladas pelo PEA-TP. Diante disso, destaca-se que as fases do projeto se retroalimentam num movimento circular de fortalecimento das ações pedagógicas, da participação cidadã e da coesão dos grupos, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Representação visual dos processos de retroalimentação verificados ao longo das diversas fases do PEA-TP.



Fonte: Elaboração dos autores com base no Plano de Trabalho do PEA-TP (PETROBRAS/UENF, 2019).

Na Fase II do projeto, a partir da evolução e do desenvolvimento da identidade e da maturidade dos NVCs, a solicitação da realização de ações mais direcionadas para intervenção nos espaços de decisão foi cada vez mais significativa por parte dos(as) membros(as). Assim, por meio da articulação com outros projetos de educação ambiental (PEAs) e com a sociedade civil organizada, iniciaram-se as ações em busca de incidir politicamente nas decisões do poder público municipal no que tange às políticas públicas. Com o desenvolvimento do projeto nesse âmbito, por meio de análises conjuntas elaboradas pelos comunitários participantes, pela equipe executora, pela empresa operadora e pelo órgão ambiental, foram sendo construídas outras propostas de ação. Essas propostas refinaram os objetivos do projeto na construção participativa do Plano de Trabalho da Fase III (2020-2023) e previram a incidência política como uma de suas metas.

Foi ainda na Fase II (2017-2019) que se iniciou o debate sobre a forma pela qual a equipe iria acompanhar o progresso dos(as) membros(as) nessas etapas da qualificação do conhecimento e da ação em busca do controle social. Estava claro que seria necessário construir instrumento que permitisse monitorar os processos em curso nos dez municípios, traçar comparativos e subsidiar estratégias de intervenção. E não apenas isso: esse instrumento poderia materializar os resultados do processo

pedagógico de qualificação do debate público e da capacitação dos(as) membros(s) para a intervenção política almejada pelo projeto.

A motivação para desenvolver um instrumento capaz de monitorar a vigília cidadã nos municípios fluminenses produtores de petróleo na Bacia de Campos passou ainda pelas provocações e exigências que o Ibama, órgão ambiental responsável pelo procedimento administrativo do licenciamento ambiental federal de óleo e gás no Brasil, salientava à equipe executora do projeto. Era preciso apresentar de forma sistêmica as ações desenvolvidas no escopo das atividades do PEA-TP alinhadas aos indicadores qualitativos, contribuindo com uma avaliação mais qualificada pelo órgão competente.

Foi assim que a primeira versão do instrumento de monitoramento, o qual denominamos de Matriz de Incidência Política, foi construída. A Matriz de Incidência Política é um instrumento de monitoramento das diferentes ações de incidência políticas dos NVCs, que visa acompanhar e registrar as participações em espaços decisórios, as ações sociais concebidas pelos grupos e articuladas com outros grupos da sociedade civil organizada. Um rascunho ainda tímido do que viria a se tornar, na Fase III do PEA-TP. Ressalta-se que esse instrumento é resultado de várias mãos, fruto de um processo coletivo com tentativas e erros. Naquele primeiro momento, a matriz buscava identificar o município onde ocorrera a incidência; o período; a esfera de atuação (política pública alvo da ação); e o tipo de incidência social — ou seja, se era direta (ação social) ou indireta (participação social), como podemos observar na figura 2.

Figura 2: Versão inicial e rudimentar da Matriz de Incidência Política.

Município	Data/ Período	Esfera de atuação	Incidência direta (Ações sociais)	Incidência indireta (Participação social)
São João da Barra	14 de maio de 2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	X	1) Participação na Audiência pública do GNA Gasoduto dos Goytacazes (Gasog); 2) Dois membros do NVC vão às sessões da Câmara de Vereadores e passam para o grupo o que está sendo discutido;
Macaé	2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	X	1) Participação de membros do NVC nas Sessões na Câmara Municipal de Macaé.

Município	Data/ Período	Esfera de atuação	Incidência direta (Ações sociais)	Incidência indireta (Participação social)
Casimiro de Abreu	2017/2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	1)Planejamento e realização da reunião comunitária Assentamento Sebastião Lan Gleba II; 2) Planilha inspirada na LOA que filtra os recursos royalties;	X
Rio das Ostras	2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	X	1) Participação de membros no Conselho municipal de Planejamento e Orçamento Participativo e repasso das atividades nas reuniões do NVC; 2) Participação de membros no Conselho Municipal de Meio Ambiente e repasso das atividades nas reuniões do NVC;
Armação dos Búzios	Fev/2018 até a presente data 27/08/2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	1)Planilha dos recursos royalties previstos na LOA/2018 2) Análise crítica do Lei Orgânica Municipal e do Plano diretor para instrumentizar o debate sobre os programas do PPA.	X
Quissamã	Janeiro à Outubro de 2018	Políticas de participação (PPA, LOA, LDO, Conselhos etc.)	1) Solicitação de e-sic geradora de Discussão sobre gastos públicos referentes as rendas petrolíferas, em Reunião Ordinária do NVC	X

Fonte: Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP).

Naquela primeira versão se buscaram registrar as ações desenvolvidas pelos(as) membros(as) em consonância com os objetivos e metas da Fase II. Entretanto, foram identificadas fragilidades em seu preenchimento: algumas ações não foram devidamente registradas, o que significou a perda de dados necessários para um monitoramento adequado e a subestimação dos resultados desenvolvidos naquela fase — inclusive porque a construção do instrumento teve início no final do período. Outro problema identificado foi a forma como o instrumento foi estruturado, que não facilitava a análise e deixava a desejar na especificação/qualificação dos dados. Por fim, a última dificuldade significativa apresentada foi a da apropriação, pela equipe, do novo instrumento e dos novos conceitos que esse monitoramento exigia.

Na Fase III do projeto (2020-2023), com a inserção das incidências políticas como uma de suas metas e o amadurecimento da discussão por parte de equipe executora, o instrumento de monitoramento foi revisitado e remodelado coletivamente para atender as novas necessidades. Deste modo, com a colaboração de membros da equipe de pesquisa², a coordenação e a equipe de gestão reestruturaram o instrumento, criando um formulário de incidência política que detalha as informações que devem ser preenchidas pela equipe de campo, como pode ser observado na figura 3.

Figura 3: Reprodução de parte do Formulário de Incidência Política na versão vigente na Fase III do PEA-TP

FORMULÁRIO DE INCIDÊNCIA POLÍTICA		
<p>OBS: Preencher um por atividade ocorrida e marcar a caixa de seleção com um "X" (Questões 1 à 6 - preenchimento obrigatório para todos os tipos de atividades)</p>		
<p>1- Dia em que ocorreu a atividade:</p>		
<p>2- Município em que a atividade ocorreu:</p>		
<p>1 <input type="checkbox"/> Armação dos Búzios</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Arraial do Cabo</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Cabo Frio</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Campos dos Goytacazes</p> <p>5 <input type="checkbox"/> Carapebus</p> <p>6 <input type="checkbox"/> Casimiro de Abreu</p> <p>7 <input type="checkbox"/> Macaé</p> <p>8 <input type="checkbox"/> Quissamã</p> <p>9 <input type="checkbox"/> Rio das Ostras</p> <p>10 <input type="checkbox"/> São João da Barra</p> <p>11 <input type="checkbox"/> Outros: _____</p>	<p>4- Quais políticas públicas foram o centro da discussão?</p> <p>4.1 Meio Ambiente <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>4.2 Educação <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.3 Saúde <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>4.4 Segurança <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.5 Saneamento Básico <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.6 Mobilidade Urbana <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.7 Orçamento Público (PPA, LOA, LDO) <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.8 Rendas Petrolíferas <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.9 Cultura <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.10 Direitos da Mulher <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.11 Moradia e Habitação <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.12 Assistência Social <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.13 Segurança Alimentar <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.14 Agricultura Familiar <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>4.15 Outras <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p>	
<p>3- Quais conhecimentos/temas embasaram esta incidência política?</p> <p>3.1 Educação Ambiental Crítica <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.2 Licenciamento Ambiental <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.3 Controle Social <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.4 Rendas petrolíferas <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.5 Direitos Constitucionais <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.6 Orçamento Público (PPA, LOA, LDO) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>3.7 Outros: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>		<p>5- Tipo de atividade</p> <p>1 <input checked="" type="checkbox"/> Participação Social (questões 7 e 8)</p> <p>2 <input type="checkbox"/> Ação Social (questões 9 e 10)</p> <p>3 <input type="checkbox"/> Articulação (questões 11 e 12)</p> <p>4 <input type="checkbox"/> Atividade formativa (questões 13 a 15)</p>
<p>6- A atividade se desdobrou em alguma outra atividade? (Preencher o campo 13- OBSERVAÇÕES em caso afirmativo)</p> <p>1 <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>2 <input checked="" type="checkbox"/> Não</p> <p>Qual? _____</p>		

Fonte: Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP).

² Registra-se a colaboração especial dos bolsistas pesquisadores Marlon Gomes Ney e Joseane de Souza.

Dois tipos de formulários foram estruturados. Um deles, voltado para o acompanhamento individual e contínuo, trata da participação e das incidências individuais — realizadas por um(a) membro(a) do NVC —, como por exemplo um(a) membro(a) do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Para evitar o superdimensionamento das incidências e participações em encontros periódicos, faz-se um acompanhamento para verificar desde quando aquele(a) agente social desempenha esse papel, cruzando essa informação com a atuação no NVC de seu município. O segundo formulário é usado para monitorar as ações realizadas pelo NVC entendido como sujeito coletivo, mesmo que de forma articulada a outros grupos da sociedade civil organizada.

As questões especificadas no formulário para a identificação da incidência política realizada pelos(as) membros(as) do NVC estão divididas em seis partes centrais: 1) Políticas públicas que foram alvo de incidências e conhecimentos mobilizados para sua implementação; 2) Identificação do tipo de incidência e seus desdobramentos; 3) Qualificação da participação social realizada; 4) Qualificação da ação social realizada; 5) Qualificação da articulação entre PEAs realizada; e 6) Qualificação das ações formativas de que participaram. Cabe observar que o formulário é constituído quase em sua totalidade por perguntas fechadas, tendo como perguntas abertas apenas a data, a especificação dos desdobramentos e sua última questão, que se refere à descrição da incidência política realizada.

A escolha por um formulário de questões fechadas, com respostas pré-determinadas, se deu justamente para facilitar a construção de um banco de dados e permitir análises tanto quantitativas como qualitativas. Outro objetivo considerado foi a possibilidade de comparação dos dados colhidos e o cruzamento para uma análise mais aprofundada, por meio da aplicação das informações no software de estatística aplicada, *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

O formulário é preenchido mensalmente pelos(as) técnicos(as) que trabalham no campo. Cada formulário corresponde a uma incidência política realizada. Os(as) técnicos(as) anotam as incidências que estão acompanhando junto aos(as) membros(as) do NVC durante o mês, tanto as individuais como as coletivas, e registram no formulário, qualificando os dados. É importante ressaltar que são listadas apenas as incidências efetivamente associadas, de algum modo, aos processos pedagógicos desenvolvidos no PEA-TP; quem aponta se houve essa contribuição institucional não é o(a) técnico(a) do projeto, mas o(a) membro(a) do NVC envolvido.

Voltando às questões do formulário, as duas primeiras perguntas localizam a data e o local onde ocorreu a incidência, como se pode observar no quadro 1. Uma observação importante sobre a informação do município é que esse formulário foi desenvolvido na época da pandemia, em plena vigência das reuniões e atividades no modelo remoto. Muitas instituições e espaços de decisão política passaram a realizar suas atividades de forma remota, dando acesso à população com internet. Isso fez com que independentemente do município em que o(a) membro(a) estivesse, ele(a) poderia participar, o que possibilitou que membros(as) participassem de atividades fora do seu município de residência.

Quadro 1: Formulário da Matriz de Incidência Política - data e local.

1. Data em que ocorreu a atividade	2. Município em que a atividade ocorreu
	<input type="checkbox"/> Armação dos Búzios
	<input type="checkbox"/> Arraial do Cabo
	<input type="checkbox"/> Cabo Frio
	<input type="checkbox"/> Campos dos Goytacazes
	<input type="checkbox"/> Carapebus
	<input type="checkbox"/> Casimiro de Abreu
	<input type="checkbox"/> Macaé
	<input type="checkbox"/> Quissamã
	<input type="checkbox"/> Rio das Ostras
	<input type="checkbox"/> São João da Barra
	<input type="checkbox"/> Outros:

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

Como já expusemos, o primeiro bloco significativo de informações trata dos conhecimentos que os membros tiveram que mobilizar para participar da (ou realizar a) incidência que está sendo descrita. Com essa pergunta queremos (a) identificar quais informações qualificadas pelo PEA-TP contribuíram para o desempenho do(a) membro(a) na esfera pública, auxiliando na incidência, ou mesmo (b) identificar os conhecimentos que requeiram aprofundamento do debate para auxiliar, quando for o caso, no desdobramento das ações realizadas.

Já a quarta pergunta tem o objetivo de identificar que políticas públicas estavam no centro da incidência realizada. Isto possibilita ter ao longo do tempo um panorama dos principais interesses e necessidades dos grupos, percebendo o foco de atuação de cada NVC.

Quadro 2: Matriz de Incidência Política, questões sobre conhecimentos e políticas públicas envolvidos.

3. Quais conhecimentos/temas embasaram esta incidência política?	<input type="checkbox"/> Educação Ambiental Crítica
	<input type="checkbox"/> Licenciamento Ambiental
	<input type="checkbox"/> Controle social
	<input type="checkbox"/> Rendas petrolíferas
	<input type="checkbox"/> Direitos constitucionais
	<input type="checkbox"/> Orçamento público (PPA, LOA, LDO)
4. Quais políticas públicas foram o centro da discussão?	<input type="checkbox"/> Outros
	<input type="checkbox"/> Meio Ambiente
	<input type="checkbox"/> Educação
	<input type="checkbox"/> Saúde
	<input type="checkbox"/> Segurança
	<input type="checkbox"/> Saneamento básico
	<input type="checkbox"/> Mobilidade Urbana
	<input type="checkbox"/> Orçamento público (PPA, LOA, LDO)
	<input type="checkbox"/> Rendas Petrolíferas
	<input type="checkbox"/> Cultura
	<input type="checkbox"/> Direitos da Mulher
	<input type="checkbox"/> Moradia e habitação
	<input type="checkbox"/> Assistência Social
	<input type="checkbox"/> Segurança alimentar
	<input type="checkbox"/> Agricultura familiar
<input type="checkbox"/> Outras	

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

O segundo bloco diz respeito à caracterização do tipo de incidência e se ela é desdobramento de outras ações ou mesmo se ela se desdobrara posteriormente. Com essas questões pretendem-se rastrear as ações, verificando se elas estão gerando resultados ou se são ações pontuais que, apesar de envolverem os grupos, não alcançam mudanças concretas. Também por meio dessa questão é possível identificar o caminho que se percorreu até chegar ao objetivo final, mostrando as dificuldades e percalços para conseguir incidir sobre a política pública pretendida.

Esse é o último bloco geral do formulário; a partir dessas questões, o(a) técnico(a) vai ser direcionado a preencher somente aquelas que se referem ao tipo de incidência realizada. Sendo assim, se a incidência política realizada for uma participação social, o(a) técnico(a) deve preencher as questões 7, 8 e 16. Se for uma ação social, preencherá as questões 9, 10 e 16. No caso da articulação, serão as questões 11, 12 e 16. Por fim, se for uma atividade formativa, serão as questões de 13 a 16.

Quadro 3: Matriz de Incidência Política - tipos de atividade e desdobramentos.

5. Tipo de atividade	<input type="checkbox"/> Participação social
	<input type="checkbox"/> Ação social
	<input type="checkbox"/> Articulação
	<input type="checkbox"/> Atividade formativa
6. A atividade se desdobrou em alguma outra atividade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
6.1 Esta atividade é desdobramento de outra?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

Os tipos de participação social selecionados são os principais e buscam abranger vários tipos de espaços decisórios, pois, quanto melhor identificado, menor a probabilidade de haver o item “outros”, fazendo que o dado fique mais claro e qualificado. Já na categoria de participação busca-se identificar se a participação está organizada ou não — ou seja, se ela parte de apenas um(a) membro(a), sendo individual, ou se já está organizada de forma coletiva pelo grupo, demonstrando um engajamento dos(as) membros(as) como um todo. Além disso, identifica se foi convidado(a) a estar nesse espaço representando institucionalmente o projeto e ainda se teve alguma participação que foi fomentada pela equipe técnica.

Quadro 4: Matriz de Incidência Política - tipo e categoria de participação social.

7. Qual tipo de participação social ocorreu?	<input type="checkbox"/> Reunião
	<input type="checkbox"/> Audiência pública
	<input type="checkbox"/> Reunião de Conselho Municipal
	<input type="checkbox"/> Sessões de Câmara Municipal
	<input type="checkbox"/> Reunião Colônia/Associação de Pescadores
	<input type="checkbox"/> Reunião Associação de Moradores
	<input type="checkbox"/> Reunião sindicato de trabalhadores
	<input type="checkbox"/> Reunião comitê de bacia hidrográfica
	<input type="checkbox"/> Outros
8. Qual foi a categoria de participação social?	<input type="checkbox"/> Institucional (representante projeto)
	<input type="checkbox"/> Comunitária/Grupal (NVC)
	<input type="checkbox"/> Individual
	<input type="checkbox"/> Equipe técnica

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

Nas questões 9 e 10 são qualificadas as informações sobre ação social, identificando os tipos de ações desempenhadas pelos(as) membros(as) e os grupos sociais que as fomentaram, visto que nem sempre é o NVC, apesar de eventualmente ter um papel protagonista nela. Cabe observar que as opções desses itens foram ampliadas, porque ao longo da Fase III algumas ações até então não oferecidas como opção ganharam destaque e, por isso, não poderiam ficar escondidas no item “outros”. Entre elas destacamos: proposição para o PPA, LDO, LOA; abaixo-assinado; e E-sic.

Quadro 5: Matriz de Incidência Política - tipos de ação social e atores envolvidos.

9. Qual tipo de ação social ocorreu?	<input type="checkbox"/> Reunião comunitária
	<input type="checkbox"/> Simpósio/palestra
	<input type="checkbox"/> Proposição de lei de iniciativa popular
	<input type="checkbox"/> Ação popular/ação civil pública
	<input type="checkbox"/> Proposição para o PPA, LDO, LOA
	<input type="checkbox"/> Abaixo-assinado
	<input type="checkbox"/> E-sic
	<input type="checkbox"/> Protocolo / Ofício de solicitação ao poder público
	<input type="checkbox"/> Outras
10. A partir de que atores partiu a ação social?	<input type="checkbox"/> NVC (grupal)
	<input type="checkbox"/> Entre PEAs
	<input type="checkbox"/> Associação de Moradores
	<input type="checkbox"/> Colônia / Associação de Pescadores
	<input type="checkbox"/> MST/MTST
	<input type="checkbox"/> ONG
	<input type="checkbox"/> Grêmio/coletivos estudantis
	<input type="checkbox"/> Sindicato de trabalhadores
	<input type="checkbox"/> Coletivos de gênero
	<input type="checkbox"/> Movimentos quilombolas e antirracistas
	<input type="checkbox"/> Membro do NVC
<input type="checkbox"/> Outras	

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

Em relação à articulação, o monitoramento é realizado a partir dos critérios construídos considerando a importância de analisar os diferentes níveis de articulação. Na visão do PEA-TP, a articulação se baseia no interesse comum que indivíduos e/ou grupos manifestam de maneira espontânea ou

estimulada e que leva gradualmente a um engajamento em determinada causa ou incidência política. Nesse sentido, a articulação é entendida como o processo de envolvimento, integração e fortalecimento dos grupos sociais inseridos em projetos socioambientais, movimentos sociais ou instituições públicas e/ou privadas, com objetivos compartilhados para ações coletivas de melhoria da gestão ambiental do território.

A análise coletiva da equipe executora do PEA-TP culminou na concepção de dois níveis de articulação com etapas complementares e necessárias para uma ação comunitária coletiva. O primeiro nível, o de aproximação, se relaciona com o cultivo do entorno entre os(as) membros(as) dos NVCs e os(as) demais comunitários(as) ou grupos da sociedade civil organizada, como é o caso dos outros projetos de educação ambiental. O objetivo dessa aproximação é conhecer as agendas de interesse e os métodos de trabalho bem como verificar a possibilidade de fortalecimento dos grupos, por meio de ações integradas. O segundo nível, colaborativo, envolve uma articulação mais integrada, com objetivos comuns claros e definidos para o alcance dos resultados concretos de acesso a políticas públicas. A conceituação dos níveis de articulação é apresentada a seguir e aprofundada no capítulo 13. O nível chamado *aproximação* significa uma articulação como parte do cultivo do entorno exercido no âmbito dos NVC, onde os representantes dos outros PEAs são reconhecidos como parte de uma comunidade que compartilha os mesmos princípios e possui a mesma finalidade. O nível designado como articulação *colaborativa* tem em vista a ação e a participação social propriamente ditas, podendo tratar-se de reunião, reflexão, planejamento e produção de ações conjuntas com finalidade definida dentro dos objetivos dos respectivos planos de trabalho.

Assim, as questões relacionadas ao monitoramento das articulações dos NVCs buscam caracterizar (a) que tipo de atividade foi desenvolvida junto aos outros PEAs e grupos organizados; (b) em qual categoria de articulação ela se encontra, acompanhando o processo de ação colaborativa; e (c) de que forma ela tem fortalecido a comunidade para incidência nas políticas públicas. Cabe ainda observar que entre as categorias *Interação/aproximação* e *Participação social conjunta*, há a categoria *Conhecimento/formação*, que contempla aquelas atividades formativas desenvolvidas em parceria para os públicos dos diferentes PEAs envolvidos. Entre os exemplos, podemos citar os grupos de estudos e trabalho formados pelos PEAs junto à comunidade para a apropriação de conteúdo e construção das propostas do Plano Plurianual.

Quadro 6: Matriz de Incidência Política - tipos de articulação.

11. Qual tipo de articulação ocorreu?	<input type="checkbox"/> Reunião
	<input type="checkbox"/> Seminário ou palestra
	<input type="checkbox"/> Audiência Pública
	<input type="checkbox"/> Reunião de Conselho Municipal
	<input type="checkbox"/> Sessões da Câmara Municipal
	<input type="checkbox"/> Reunião Colônia/Associação de Pescadores
	<input type="checkbox"/> Reunião Associação de Moradores
	<input type="checkbox"/> Reunião Sindicato de trabalhadores
	<input type="checkbox"/> Reunião Comitê de Bacia Hidrográfica
<input type="checkbox"/> Outra	
12. A atividade de articulação foi de que tipo?	<input type="checkbox"/> Interação/aproximação
	<input type="checkbox"/> Conhecimento/formação
	<input type="checkbox"/> Participação social conjunta

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

O bloco apresentado no Quadro 6 foi acrescentado no segundo ano da Fase III. A princípio a participação em atividades formativas estava incluída no bloco de participação social, mais especificamente na questão 7. Porém, com a participação ativa em diversos espaços formativos e o desenvolvimento da discussão sobre as categorias da matriz, percebeu-se que esse item estava alocado erroneamente e por isso falseava e superestimava o resultado referente à participação social. Por isso, foram acrescentadas as questões 13, 14 e 15, destinando um espaço próprio para a formação.

Cabe ainda observar que a questão 14, que se refere às atividades formativas desenvolvidas por outros PEAs, entrou neste bloco de atividades formativas porque nem sempre elas são realizadas de forma articulada e com o conhecimento dos demais PEAs. Além disso, muitos(as) membros(as) fazem parte de outros projetos e, por isso, participam de formações variadas, que são importantes de serem identificadas neste processo.

Quadro 7: Matriz de Incidência Política - atividades formativas.

13. Qual tipo de atividade formativa o membro do NVC participou?	<input type="checkbox"/> Seminários ou palestras
	<input type="checkbox"/> Simpósios
	<input type="checkbox"/> Grupos de estudos
	<input type="checkbox"/> Congressos
	<input type="checkbox"/> Cursos
	<input type="checkbox"/> Lives

	<input type="checkbox"/> Webinários
	<input type="checkbox"/> Outros
14. Esta atividade formativa foi promovida por outro PEA?	<input type="checkbox"/> Sim: qual?
	<input type="checkbox"/> Não
15. Principal tema abordado na atividade formativa	<input type="checkbox"/> Educação Ambiental Crítica
	<input type="checkbox"/> Licenciamento Ambiental
	<input type="checkbox"/> Meio ambiente
	<input type="checkbox"/> Controle Social
	<input type="checkbox"/> Rendas petrolíferas
	<input type="checkbox"/> Direitos constitucionais
	<input type="checkbox"/> Orçamento público (PPA, LOA, LDO)
	<input type="checkbox"/> Educação
	<input type="checkbox"/> Saúde
	<input type="checkbox"/> Segurança
	<input type="checkbox"/> Saneamento básico
	<input type="checkbox"/> Mobilidade urbana
	<input type="checkbox"/> Cultura
<input type="checkbox"/> Direitos da Mulher	
<input type="checkbox"/> Moradia e habitação	
<input type="checkbox"/> Assistência Social	
<input type="checkbox"/> Outras	
16. Descrição da atividade e observações	

Fonte: Elaboração dos(as) autores(as).

A questão 16 possibilita que o(a) técnico(a) possa descrever qualitativamente a incidência realizada, expondo detalhes que são fundamentais para o acompanhamento e posterior análise, visto que a maioria das questões é fechada. Assim a última questão tem em vista que nenhuma informação relevante seja perdida.

Após o preenchimento do formulário por parte dos(as) técnicos(as) do campo, a equipe de gestão analisa o documento, identificando se há alguma incongruência ou informação que não foi devidamente preenchida. Depois de tudo devidamente conferido, ocorre o preenchimento da base de dados da Matriz de Incidência Política no SPSS, conforme figura 4.

Figura 4: Reprodução de tela do programa SPSS com dados da Matriz de Incidência Política inseridos.

	DiadaAtividade	NVC	Município	TemEduAmb	TemLicAmb	TemContrSocial	TemRendPetrol	TemDirConst	TemOrcPub	TemOrcut
1	04-Sep-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
2	07-Oct-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
3	30-Oct-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
4	19-Nov-2020	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
5	29-Jan-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
6	25-Feb-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
7	26-Feb-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
8	12-Mar-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
9	31-May-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
10	31-May-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
11	28-Jun-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
12	13-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
13	22-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
14	29-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15	16-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
16	20-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
17	27-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
18	01-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
19	06-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
20	27-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
21	29-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
22	30-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
23	25-Oct-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
24	29-Oct-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
25	03-Nov-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim

	DiadaAtividade	NVC	Município	PoliMeioAmb	PoliEduc	PoliSaude	PoliSeg	PoliSane	PoliMobi	PoliOrca	PoliRendaPetro
1	04-Sep-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	
2	07-Oct-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
3	30-Oct-2020	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
4	19-Nov-2020	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
5	29-Jan-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
6	25-Feb-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
7	26-Feb-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
8	12-Mar-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
9	31-May-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
10	31-May-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
11	28-Jun-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
12	13-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
13	22-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
14	29-Jul-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
15	16-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
16	20-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
17	27-Aug-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
18	01-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
19	06-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
20	27-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
21	29-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
22	30-Sep-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
23	25-Oct-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
24	29-Oct-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não
25	03-Nov-2021	Armaç...	Armação de...	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP).



Na base de dados da matriz, cada formulário se torna uma linha da planilha, por meio da codificação numérica, transformando os diversos documentos em apenas um que contém todas as informações. Isto permite, como já citamos, o cruzamento de dados para uma análise mais aprofundada das informações, que vem auxiliando significativamente o PEA-TP no monitoramento das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados. Além disso, o instrumento auxilia no processo pedagógico de reconhecimento dos avanços ocorridos ao longo dos dois anos da Fase III por parte dos(as) próprios(as) membros(as) dos NVCs, o que contribui para fortalecer o seu engajamento e a percepção de que é possível alcançar resultados concretos quando germinam da organização social e de uma ação coletiva qualificada.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: Ibama, 2010.

GANTOS, Marcelo Carlos; MAGALHÃES, Aldo de Brito; SILVA, Michelle Nascimento Weissmann da; RIBEIRO, Carolina Caetano. Programa Plataformas de Cidadania. Justificativa para atuação na Linha de Ação B. Rio de Janeiro: Petrobras, fev. 2013. Disponível em: https://territoriosdopetroleo.eco.br/wp-content/uploads/2021/06/9_linha-b_justificativa_territorios-do-petroleo.pdf. Acesso em: 05 ago. 2022.

PETROBRAS/UENF. Plano de trabalho da Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Rio de Janeiro: Petrobras, set. 2019. Disponível em: <https://territoriosdopetroleo.eco.br/wp-content/uploads/2021/06/Anexo-1.1A-PlanoTrabalhoFase-III-Territorios.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

Capítulo 6

Formação continuada da equipe: processos pedagógicos do PEA-TP e suas finalidades na era da interação humano- computador

Introdução

O projeto político-pedagógico do PEA-TP é resultado da construção coletiva e processual, a partir do envolvimento de todos os atores sociais inseridos nas ações educativas. O fundamento teórico e metodológico alinha-se às orientações pedagógicas do Ibama (2005), que preconiza a educação crítica e emancipatória dos sujeitos da ação educativa, com vistas a estimular a análise sobre a realidade vivenciada. Ao mesmo passo, alinha-se aos princípios da educação popular, com o direcionamento pedagógico que valoriza a horizontalidade dos saberes, das trocas de experiência e dos conhecimentos científico, empírico e popular. O embasamento analítico se respalda nos estudos freirianos de modo a facilitar o desenvolvimento das habilidades para a participação política cidadã, em busca de estratégias coletivas para melhoria de suas vidas, apoiadas em ações concretas com incidência na gestão ambiental pública.

É neste contexto que a formação de equipe se materializa no PEA-TP: em espaços dialógicos e horizontais, de trocas de conhecimentos e experiência, com vistas ao despertar crítico para a realidade socioambiental. Assim, o presente capítulo tem como objetivo apresentar esses espaços formativos de equipe desenvolvidos pelo PEA-TP, a saber: a Reunião Semanal de Equipe, o Seminário de Formação Continuada de Equipe, as reuniões e atividades de acompanhamento dos bolsistas, e a Capacitação de Português para escrita de documentos e relatórios.

6.1 Reunião Semanal de Equipe: um espaço de formação crítica e construção de estratégias através do processo de ação-reflexão-ação

Michelle Nascimento Weissmann da Silva
Carolina de Oliveira Siqueira

“Mas, se os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o que fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação.” Paulo Freire

O processo formativo continuado da equipe técnica é o alicerce das ações desenvolvidas no âmbito do projeto. É prática pedagógica fundamental do PEA-TP, que parte do princípio de que a equipe também é “sujeito da ação educativa” no fazer da educação ambiental crítica — visto que a educação ambiental crítica tem a perspectiva freiriana como principal influência teórica para o desenvolvimento de suas ações. Isso significa admitir que a construção do saber se estabelece em diálogo e troca constante entre educando(a) e educador(a) — neste caso, entre a comunidade afetada pelos impactos negativos da exploração e produção de petróleo e gás e os(as) técnicos(as)/bolsistas responsáveis por pautar as reflexões no projeto de educação ambiental, além dos(as) especialistas convidados(as) para contribuir com o aprofundamento teórico da equipe executora. Ou seja, o aprendizado é e será permanente e continuado entre todas as partes envolvidas.

Também significa afirmar que o processo educativo tem como objetivo o desvelamento da realidade. Em outras palavras, pretende proporcionar o distanciamento da realidade em que se encontra para realizar um movimento de análise crítica dela, podendo observar e compreender sob outros prismas (mediados pelas teorias) as relações dos seres humanos com o mundo. A educação, a partir dessa perspectiva, é um ato político que busca promover a consciência de si, transformando os sujeitos para que eles interfiram no contexto em que estão inseridos. Este é o movimento de ação- reflexão que está na base de todas as ações pedagógicas do projeto e que segue os preceitos

firmados no documento “Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (2005).

O processo de Educação Ambiental se torna eficaz na medida que possibilite ao indivíduo perceber-se como sujeito social capaz de compreender a complexidade da relação sociedade-natureza, bem como de comprometer-se em agir em prol da prevenção de riscos e danos socioambientais causados por intervenções no ambiente físico natural e construído como determina a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) e o Decreto 4.281/02 que a regulamenta (IBAMA, 2005, p. 3).

Assim, buscando possibilitar essa instrução crítica que promova uma atuação qualificada da equipe técnica, o PEA-TP tem a formação continuada da equipe como meta estabelecida em seus planos de trabalho desde a sua primeira fase. Trata-se de uma ação estruturante do projeto, para capacitação e intervenção qualificada em todas as demais metas e ações previstas. Neste sentido, as diversas atividades que visam à formação de equipe têm por objetivo propiciar a apropriação dos temas, conceitos, metodologias e ferramentas que embasam as ações pedagógicas. Ao longo das três fases de atuação do projeto¹, as metodologias utilizadas neste espaço formativo foram, em sua maioria, elaboradas coletivamente em um ambiente dialógico que implicou em uma melhora qualitativa na atuação dos(as) seus técnicos(as).

6.1.1 – Estruturação dos espaços formativos do PEA-TP e sua centralidade para a prática

Os primeiros espaços formativos implementados no PEA-TP desde a primeira fase foram os Seminários de Formação Continuada de Equipe, que se inserem como meta nos planos de trabalhos e consistem em um evento de imersão com duração de 40h, com a presença de palestrantes e instrutores(as) especializados(as) no debate central proposto para cada formação. O Seminário busca instrumentalizar a equipe não apenas nos debates teóricos, mas também na sua aplicação a partir de metodologias participativas e de ferramentas pedagógicas que busquem realizar a transposição didática das discussões levantadas junto aos sujeitos da ação educativa que contemplam

¹ A Fase I do PEA-TP ocorreu no período de 2014 a 2016. A Fase II se deu de 2017 a 2019, enquanto a Fase III teve início em 2020 e está em curso durante a elaboração deste livro, em 2023.

os Núcleos de Vigília Cidadã e as comunidades afetadas pelos impactos negativos da cadeia produtiva de petróleo e gás.

Posteriormente, durante a Fase II do projeto, verificou-se a necessidade de implementar a Reunião Semanal de Equipe como mais um espaço formativo e de nivelamento da equipe atuante nos dez municípios de abrangência do PEA. Com perfil itinerante, para possibilitar que toda a equipe conheça os territórios de atuação do PEA-TP, tem periodicidade semanal, como bem indica o nome, e reúne toda a equipe técnica, com a participação da equipe de bolsistas. O principal objetivo dessa reunião é promover a reflexão e análise sobre as ações que estão sendo implementadas diariamente no campo, para nivelar a equipe, planejar coletivamente as ações e pensar em estratégias para enfrentar os desafios e demandas que surgem. Além disso, essa reunião possibilita o intercâmbio de experiências entre os profissionais que atuam nos dez municípios.

Na Fase III do projeto foram instituídos a capacitação em português e o acompanhamento e orientação continuada dos bolsistas de extensão comunitária do PEA-TP atuantes como agentes mobilizadores. Tendo em vista que a produção documental, além de ser exigência para comprovação do cumprimento das condicionantes de licença, é importante instrumento de registro e de publicização das ações do PEA, a capacitação em português visou à melhoria na construção dos documentos, trabalhando a clareza, a coerência e a exposição analítica da equipe nos relatórios e demais documentos.

É importante observar que a equipe que compõe o quadro técnico do PEA-TP é e sempre foi formada por profissionais de diversas áreas de atuação e com formações e graus de escolaridade distintos. Essa diversidade é compreendida como uma potencialidade, visto que proporciona uma abrangência e uma troca de conhecimentos muito importante para implementar ações e para traçar estratégias de atuação junto à comunidade. Porém, também é um desafio pedagógico para buscar caminhos didáticos que dialoguem com distintos graus de conhecimento, ainda mais quando acrescido pela especificidade de conhecimentos necessários para promover o acompanhamento dos orçamentos públicos e da aplicação das rendas petrolíferas, que é a linha de atuação do projeto.

Por isso, os variados espaços formativos buscam propiciar o diálogo plural, que garanta a compreensão de todos sem que se perca a qualidade crítica e formativa do debate. Durante a implementação da Fase

III do projeto, o desafio de estabelecer esses espaços formativos plurais, seguindo os preceitos da educação popular, foi ainda maior, pois o PEA-TP iniciou suas atividades em meio à pandemia de covid-19. Foram muitas as dificuldades de adaptação do projeto para o formato de atividades on-line, visto que ele foi escrito e pensado para a realidade presencial.

A proposta pedagógica do PEA-TP sempre incluiu as novas tecnologias com importante papel para a disseminação da informação, para facilitar o acesso à informação pelo público direto e indireto do projeto e para a ampliação do conhecimento pela aproximação com ferramentas digitais. Entretanto, foi a pandemia da covid-19 que impulsionou seu uso com maior frequência e propriedade. Assim, foi preciso pensar estratégias que dessem conta de continuar realizando as atividades formativas de forma remota, e para tal foi necessário o uso de diversos aplicativos, programas e recursos. Esse foi outro grande desafio enfrentado no contexto do processo pedagógico, pois foi preciso primeiro viabilizar a apropriação das novas mídias e tecnologias em curto prazo de tempo e testá-las para depois utilizá-las juntos aos sujeitos da ação educativa.

Desta forma, as atividades formativas também cumpriram esse importante papel de espaço para apropriação das novas mídias e tecnologias, bem como de produção de material de apoio e suporte para realizar a introdução da comunidade às diferentes mídias, nesta fase imprescindíveis para a implementação do projeto, mediante o distanciamento social. Foram mais de 20 aplicativos, plataformas ou ferramentas digitais utilizadas pela equipe do PEA-TP que possibilitaram a aplicação de metodologias participativas à realidade virtual. Essas metodologias, além de serem apresentadas nas reuniões semanais de equipe, promovendo a troca de estratégias e soluções cotidianas para o desenvolvimento das atividades neste novo enquadramento, foram também inventariadas, estruturando um acervo que fica disponível para a consulta da equipe do projeto e de outros atores sociais interessados nesse debate.²

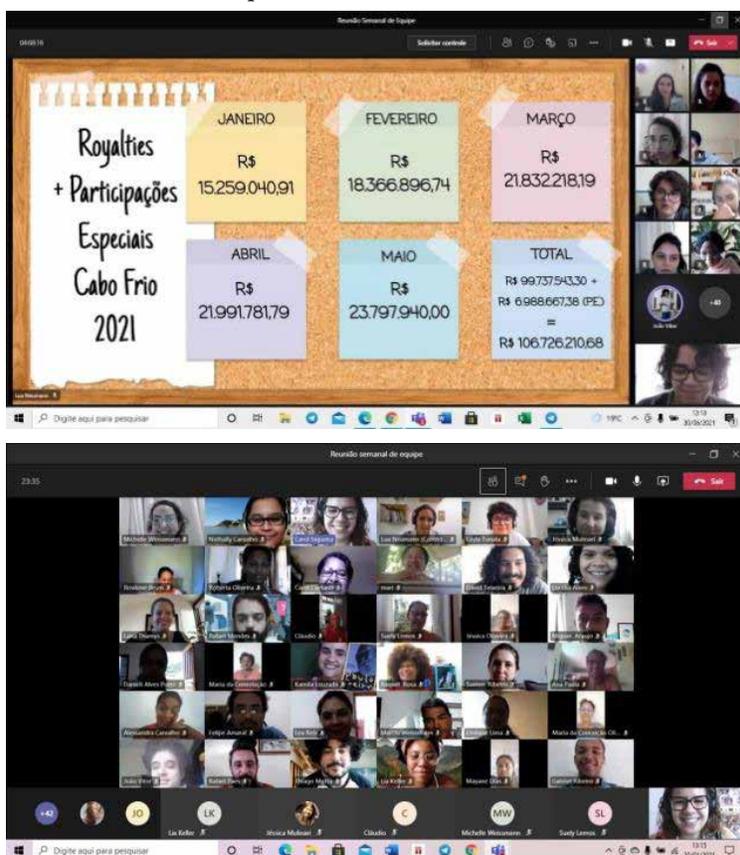
Neste sentido, os espaços formativos têm centralidade no processo coletivo de implementação e condução do Plano de Trabalho do PEA-TP. Busca-se que sejam horizontais, dialógicos, de trocas e de análise crítica e ainda que propiciem constantemente a avaliação das ações e o planejamento das estratégias para atingir metas e intervir na realidade das comunidades.

² Este produto será publicado em formato de e-book e em formato impresso para ser disponibilizado para consulta.

6.1.2 – A Reunião Semanal de Equipe

A Reunião Semanal de Equipe surge a partir da legítima preocupação de evitar que as ações do projeto fossem implementadas nos municípios de abrangência de forma desintegrada. Como a dimensão territorial é ampla, com alcance em dez municípios, é preciso ter atenção para que as ações desenvolvidas junto aos sujeitos da ação educativa sejam realizadas respeitando as especificidades de cada grupo, mas com o mesmo foco de atuação no contexto do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC). Por isso esse espaço, além de fortalecer o processo formativo e de orientação dos(as) técnicos(as), foi pensado para acontecer com uma frequência que facilitasse a interação e o nivelamento da equipe, visto que o PEA-TP é composto por grande quantitativo de técnicos(as) e bolsistas.

Foto 1 e 2: Prints de tela das reuniões semanais de equipe realizadas remotamente. Arquivo do PEA-TP (2021).



Pensando no processo de ação-reflexão-ação e em qualificar a prática educativa, estabeleceram-se os encontros semanais de equipe com o principal objetivo de propiciar um espaço para refletir a prática e, conseqüentemente, possibilitar um fazer crítico com capacidade de interferir no conhecimento da comunidade atendida pelo projeto, de modo que ela possa incidir sobre suas realidades.

É preciso que fique claro que, por isto mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão e ação se dão simultaneamente (FREIRE, Paulo, 1970, p. 72).

Neste sentido, as reuniões semanais atendem a esse processo analítico da realidade a partir do escopo teórico-conceitual que embasa a atuação do PEA-TP. Assim, os temas que eram pautados nas reuniões emergiam sempre da prática e do desenvolvimento das ações do projeto, algumas vezes provocados pelos(as) técnicos(as) e outras vezes pela coordenação de campo e/ou pedagógica mediante a condução das metas e objetivos do plano de trabalho. Algumas das questões norteadoras dos debates foram: como mobilizar a comunidade, principalmente mediante o distanciamento social? Como realizar mediação de conflitos? O que são metodologias participativas e como implementá-las no modelo virtual? Como realizar o controle social das rendas petrolíferas no orçamento público municipal? É possível melhorar a transparência dos municípios? Quais são os preceitos da educação ambiental crítica e da educação popular?

A partir dos temas geradores extraídos dessas questões, eram realizados grupos de estudos e seminários, bem como atividades práticas por meio de metodologias participativas que dessem conta de pensar a prática e estabelecer estratégias de enfrentamento da realidade e de implementação das ações do projeto. Os temas centrais abordados durante as reuniões foram: o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e a Política Nacional de Meio Ambiente; os impactos da produção e exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos; rendas petrolíferas; educação popular e educação ambiental crítica; conflitos ambientais no Brasil; controle social do orçamento público municipal; gestão ambiental pública; e metodologias participativas. Uma exposição panorâmica dos temas pode ser observada no quadro 1:

Quadro 1: Temas, períodos e documentos mobilizados nas Reuniões Semanais de Equipe do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo na Fase III (2020-2023).

Tema	Período	Textos/documentos
Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo	Setembro/20	Plano de Trabalho/ Cronograma de atividades/ Justificativa para atuação na linha B/ Documentos produzidos na Fase II
Os impactos da exploração de petróleo e gás e as comunidades impactadas	Setembro/20	“Diagnóstico Participativo do PEA-BC” (2012)
Programa de Educação Ambiental	Setembro/20	Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº01/10 e site do PEA-BC
O papel e a natureza dos projetos de educação ambiental	Setembro/20	Vídeo da Formação de Equipe da Fase II - José Quintas e Frederico Loureiro
Política Nacional do Meio Ambiente	Setembro/20	Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Política Nacional do Meio Ambiente
Constituição Federal de 1988	Setembro/20	Constituição Federal
Rendas petrolíferas	Setembro/20	Apresentação com informações da legislação e de pesquisa – Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle
Metodologias, aplicativos e ferramentas virtuais	Novembro/20	Levantamento, teste e treinamento em diversos aplicativos
Educação Crítica como prática libertadora – base teórica para educação ambiental crítica	Dezembro/20 Janeiro e Fevereiro/21	“Primeiras Palavras” – Paulo Freire
		Livro “Pedagogia do Oprimido” – Paulo Freire

Tema	Período	Textos/documentos
Conflitos ambientais no Brasil	Fevereiro e Março/21	“Conflitos ambientais no Brasil” - Henri Acselrad
		“Conflitos socioambientais no século XXI” – Henri Acselrad
Educação Popular	Abril e Maio/21	“Educação popular” - Carlos Rodrigues Brandão
		“Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum” - Moacir Gadotti
Oficina de escrita de relatório	Maio/21	Material elaborado pelo Professor e Pesquisador Thiago Eugênio Lorêdo Bêta
Educação Ambiental Crítica	Maio e Junho/21	“A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da EA?” – Philippe Layrargues
		“A educação ambiental enquanto medida mitigadora do licenciamento: o exemplo da Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG/DILIC/IBAMA)” – Mônica Serrão e Gilberto Mendonça
		“A práxis educativa na gestão ambiental pública” - Noa Magalhães (2015)
Orçamento público	Junho, Julho e Agosto/21	“O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988” - Osvaldo Maldonado Sanches
		Fontes de dados diversas de cada município: site da prefeitura, TCU, site de transparência municipal
		“Cartilha Cidadãos em Ação - Orçamento Público”
		Livro “Planejamento, Orçamento e Gastos das Políticas Públicas” - Sol Garson

Tema	Período	Textos/documentos
Curso Básico de Gestão Ambiental	Setembro/21	“O Pescarte e as concepções estruturantes da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública” – José Quintas
		“Possibilidades e limites da ciência e da técnica” - Carlos Walter
		“Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental” - Henri Acselrad
		“Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território” - Sérgio Jatobá; Lúcia Cidade; Glória Vargas
Apresentação dos resultados das pesquisas	Agosto e Setembro/21	Dados e informações produzidos pelos pesquisadores do PEA-TP
Orientações e nivelamento de equipe	Contínuo – mensalmente	Dados e informações produzidos pelo PEA-TP
Inventário de Metodologias participativas	Contínuo – mensalmente	Dados e informações produzidos pelo PEA-TP
Avaliação das atividades desenvolvidas	Contínuo – mensalmente	Dados e informações produzidos pelo PEA-TP

Fonte: Elaboração das autoras.

Assim, ao longo do primeiro ano da Fase III (setembro de 2020 a setembro de 2021) foram realizadas 41 reuniões semanais de equipe, com a participação de 78 técnicos, bolsistas, pesquisadores ou professores. Além disso, foram apresentadas e inventariadas 67 metodologias participativas aplicadas pelos técnicos nas atividades desenvolvidas pelo PEA-TP nos dez municípios de abrangência. O Inventário de Metodologias Participativas tem sido fundamental, pois facilita a construção do fazer pedagógico dos técnicos, pensando, apresentando e criando metodologias que possibilitem o desenvolvimento das habilidades para participação política cidadã dos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã e da comunidade que participa das ações do projeto.

6.1.3 – Considerações finais

A reunião semanal de equipe, desde que foi iniciada, se consolidou em um espaço estratégico para a formação, o nivelamento e, sobretudo, a organicidade das ações metodológicas do projeto em vista da grande extensão territorial de atuação. Foi pensada para ser um momento de reflexão coletiva sobre as experiências vividas com os dez NVCs constituídos nos municípios de abrangência do projeto, tendo como principal objetivo evitar que os caminhos percorridos por cada grupo alcançassem destinos descolados dos objetivos do PEA-TP no contexto do PEA-BC.

Os princípios da dialogicidade, horizontalidade e coletividade sempre estiveram presentes como alicerces nos debates suscitados para a apropriação do conhecimento da equipe executora. Isso ocorreu tanto para a acomodação do aprendizado teórico, como para a reflexão das ações desenvolvidas, a adaptação de trabalho produtivo visando à produção documental, o planejamento das ações educativas, a mobilização comunitária e a execução das atividades pedagógicas. A estrutura metodológica da Reunião Semanal de Equipe gestou uma ordenação orgânica para a realização desses encontros, que possibilitou o amadurecimento da equipe executora e resultou, ao longo do tempo, em um espaço tático para as ações do projeto. Com o experimento da reunião, esse espaço ganhou forma e conteúdo que vem desempenhando o importante papel de viabilizar a sistematização do pensamento e a sustentação analítica da práxis da equipe, por meio de diferentes olhares a partir das diferentes atribuições e responsabilidades.

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

IBAMA. Orientações pedagógicas do Ibama para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2005.

6.2 Seminário de formação continuada: etapa de qualificação da equipe técnica do PEA-TP

Danieli Alves Porto
Suelen Ribeiro de Souza
Thamiris Menezes de Souza
Natalia Lima Netto

A realização dos seminários de formação continuada, segundo o plano de trabalho da Fase III, tem por objetivo “promover aprofundamento teórico sobre temas centrais do PEA-TP, assim como reflexão e prática no uso de ferramentas metodológicas participativas para subsidiar processos educativos adequados aos objetivos do PEA e seus grupos sociais” (PEA-TP, 2017), correspondendo à meta 4 do referido plano. Ademais, as formações buscam qualificar a equipe técnica nos assuntos relevantes para o desenvolvimento das ações junto às comunidades, de modo a auxiliá-las no exercício do controle social e na mitigação da desinformação acerca das rendas petrolíferas.

Sendo assim, esses seminários foram pensados, desde a Fase I, como parte integrante do plano de trabalho, com o intuito de preparar a equipe técnica para atuar no campo. Nesta fase tem-se a proposta de executar seis seminários para a qualificação da equipe, e foram realizados três até o momento, neste ano I. Essa seção será dedicada à apresentação das temáticas abordadas nos seminários, bem como a seu processo de planejamento e execução.

A delimitação dos temas

Partindo da premissa de que os seminários de formação continuada da equipe objetivam qualificar a equipe nos temas que são pertinentes ao desenvolvimento das atividades do campo, buscou-se inicialmente investigar com a equipe os temas que mais apareciam nas Reuniões Ordinárias com os integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC).

A escolha dos temas se deu por meio da discussão com a equipe técnica e entre os técnicos e membros do NVC, sendo as seguintes temáticas identificadas à época: conflitos ambientais; impactos ambientais; mediação de conflitos; rendas petrolíferas; orçamento público; educação popular; perfil do educador popular; participação social; controle social; e gestão ambiental pública.

A partir do conhecimento das questões mais pertinentes ao campo, foi pos-

sível pensar na organização e distribuição dos temas a serem abordados, sendo necessário fazer algumas unificações, conforme o exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Temáticas dos seminários de formação de equipe e período de realização

Temas	Período de realização
Conflitos socioambientais e estratégias para a mediação	Março de 2021
Educação popular no contexto da gestão ambiental pública e o papel dos (as) educadores (as) populares	Mai de 2021
Controle social do orçamento público municipal	Agosto de 2021
Gestão Ambiental Pública, a crise ambiental e suas implicações	Outubro de 2021
Limites e possibilidades da Gestão Ambiental Pública (GAP)	Dezembro de 2021
Rendas petrolíferas e participação social	Março de 2022

Fonte: elaboração das autoras.

Após o levantamento dos temas, iniciou-se a discussão do planejamento dos seminários, desenhados no plano de trabalho para acontecer presencialmente em formato de imersão. No entanto, nesta fase do PEA, deparamo-nos com o desafio de pensar um evento em formato on-line, em decorrência da pandemia do coronavírus, com atividades práticas e teóricas para um público heterogêneo, composto de aproximadamente 80 pessoas. Na sequência, apresenta-se a experiência dos seminários realizados ao longo do ano I da Fase III.

O planejamento do seminário: navegando em um novo horizonte

Os seminários de formação continuada de equipe começam a ser desenhados com no mínimo dois meses de antecedência. Este tempo é necessário para dar conta da produção dos materiais e documentos necessários ao desenvolvimento das atividades, a saber: detalhamento da formação; material de estudo (seleção de textos e preparação de estudos dirigidos); e produtos para a execução das atividades práticas pensadas pela equipe pedagógica (imagens; painéis; *cards* explicativos; orientações, entre outros).

O planejamento envolve diálogo constante entre a equipe pedagógica e a coordenação, a fim de alinhar os objetivos e expectativas para cada temática a

ser discutida. Nesse contexto, inicia-se com a construção do documento norteador, elaborado coletivamente pela equipe e discutido com a coordenação, chamado de detalhamento. Ele nos permite delimitar as propostas de debate para, então, buscar pelos profissionais que trabalham com a temática do ponto de vista teórico e prático.

Neste momento, as coordenações envolvidas no planejamento pensam e discutem os nomes dos profissionais a serem convidados para o evento. Contamos também com o auxílio dos pesquisadores do projeto na indicação de possíveis palestrantes, de acordo com a sua experiência com a temática.

Após a definição dos nomes, são preparados o e-mail de apresentação e convite informando aos profissionais a proposta de trabalho do PEA-TP e quais as expectativas com o evento e a sua participação. A pandemia do coronavírus e a necessidade de distanciamento social gerou uma demanda por um novo formato de atividade, no qual todos os contatos são mediados pela plataforma *Microsoft Teams*.

Assim, após o contato inicial e aceite, são organizadas rodadas de apresentação e discussão on-line para que haja um alinhamento entre os envolvidos. Esses encontros proporcionam uma maior organização e sintonia, que garantem a boa condução do evento, principalmente, em decorrência do formato.

Nas reuniões de alinhamento, conversamos sobre o caráter heterogêneo do público do projeto, que abarca desde professores pesquisadores da Uenf até representantes das comunidades e instituições envolvidas na execução do plano de trabalho. Diante disso, faz-se necessário pensar uma estratégia metodológica que atenda os diferentes perfis nos diversos momentos do evento.

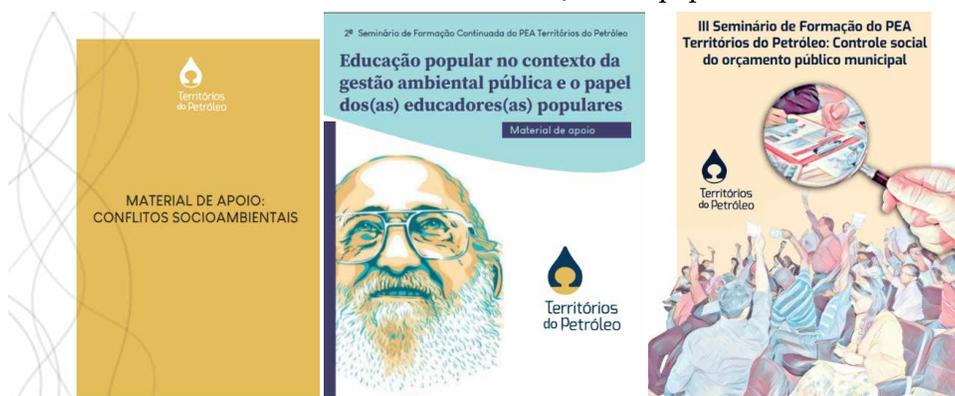
Neste momento, a plataforma utilizada pelo projeto, a *Microsoft Teams*, também é apresentada aos convidados, bem como são passadas algumas dicas de ambientação naquele espaço. Apesar de a plataforma ter uma interface bem semelhante às outras, é comum que os convidados solicitem essa orientação por não a conhecerem. Além disso, é possível compartilhar com eles a expertise em relação às ferramentas digitais, que facilitam o trabalho remoto e que fomos descobrindo e aprendendo ao longo da execução das atividades desta fase.

A pandemia trouxe diversos impactos para a sociedade, seja no campo pessoal, com as perdas, incertezas e a própria covid; seja no plano político, com a crise sanitária que vem sendo minimizada e mal-conduzida. Além desses impactos, no campo profissional, foi necessário se reinventar e pensar em novas estratégias para alcançar os objetivos e cumprir as metas propostas e pensadas muito antes de imaginarmos que uma pandemia poderia surgir.

No entanto, o PEA-TP vem alcançando alguns saldos positivos, especialmente no que concerne aos palestrantes convidados para os seminários de formação de equipe. Diferentemente das outras fases, foi possível contactar profissionais de referência nas áreas discutidas, justamente por não haver a necessidade de deslocamento, como ocorre nos momentos presenciais. Agora, o contato foi estabelecido a partir de diferentes cidades e cenários.

Em continuidade, paralelamente aos contatos, a equipe pedagógica realiza o levantamento de referenciais teóricos concernentes à temática da formação por meio da base de dados do *Scielo*, *Google Acadêmico*, entre outros. Os materiais levantados (artigos científicos, artigos de revista, livros, capítulos de dissertações e teses) são compilados em apostilas, impressos e organizados num só volume e enviados à equipe antes do início do seminário. A Figura 2 apresenta a capa das apostilas utilizadas nos três primeiros seminários de formação realizados nesta fase.

Figura 1 - Registro fotográfico da capa dos materiais de estudo utilizados nos seminários de formação de equipe



Fonte: acervo do PEA-TP

Ademais, esses materiais são utilizados para a realização do estudo prévio nas reuniões semanais de equipe, que também compõem a etapa de formação continuada da equipe do PEA. Na ocasião, os materiais dos profissionais convidados e outras referências na área são estudados com o intuito de qualificar o debate que será estabelecido no seminário.

No momento do planejamento, nos dedicamos a pensar minuciosamente os detalhes da programação do seminário que, por conta do formato on-line,

foi reorganizado de três para cinco ou seis dias, dependendo da profundidade da temática abordada.

Além do mais, a equipe pedagógica planeja e estrutura todas as atividades práticas de sua competência, montando o roteiro e os materiais necessários. Algumas informações são enviadas previamente aos participantes para que eles possam se preparar para acompanhar uma semana de intenso estudo e trabalho, como será apresentado na próxima subseção.

A execução do evento

As atividades referentes aos seminários se desdobram em dois momentos: teórico e prático, que proporcionam aos participantes um melhor aproveitamento e maior fixação dos conteúdos trabalhados, uma vez que a articulação entre a teoria e a prática possibilita o intercâmbio de conhecimento de forma contextualizada.

Acerca do momento teórico, além de contribuírem para o aprofundamento das temáticas, os participantes trazem as suas experiências, que enriquecem a equipe e facilitam a realização da transposição didática para os sujeitos da ação educativa.

A participação dos palestrantes é fundamental para estimular a equipe a realizar debates, questionamentos e ter o momento de sanar as dúvidas, pois somente a imersão em materiais didáticos não daria conta de solucionar as inquietações. Nos seminários de formação, os palestrantes têm adotado uma estratégia metodológica, chamada “dedo de prosa”, que consiste na explanação da temática com a intervenção da equipe. Nesse viés, a cada tópico trabalhado, o palestrante realiza uma pausa e abre espaço para perguntas e reflexões de modo que a construção do conhecimento ocorra de forma dialógica e colaborativa.

No que tange às atividades práticas, estas são elaboradas tanto pelos palestrantes, que organizam as atividades concernentes a sua temática, quanto pela coordenação pedagógica, que formula os estudos dirigidos e desenvolve atividades lúdicas para fomentar a criatividade da equipe técnica.

As atividades práticas são realizadas em grupos, divididos por municípios, duplas de municípios de atuação, função ou grupos mistos. Isso favorece a interação entre todos os membros da equipe. Desse modo, as atividades têm como objetivo promover a colaboração entre as equipes, consolidar os conteúdos trabalhados nas palestras e discutir e pensar de forma crítica os temas abordados.

Ademais, todas as atividades são pensadas com um propósito pedagógico e sua execução pelos participantes perpassa toda a formação. Nesse sentido, iremos nos

ater aqui a descrever as atividades práticas elaboradas pela coordenação pedagógica.

No que diz respeito às atividades práticas, elaboradas pela equipe pedagógica, tem-se as atividades “Painel dos conflitos socioambientais” “Quem sou eu no conflito socioambiental?”, “O que você sabe?”, “Qual o perfil do educador popular”, “Caracterizando o educador popular” e “Meu bairro legal”.

As atividades “Painel dos conflitos socioambientais” e “Quem sou eu no conflito socioambiental?” foram realizadas durante o primeiro seminário de formação continuada em mediação de conflitos. Para a execução da primeira, os participantes foram divididos por município.

Os grupos receberam um painel pré-elaborado na plataforma on-line *Padlet*, com as seguintes questões: *O que os participantes entendem por impacto socioambiental?*; *O que entendem por conflito socioambiental?*; *O que entendem por problema socioambiental?*; *Cite um conflito socioambiental vivenciado no município*; e *Cite uma experiência vivenciada, relativa à mediação de conflitos* (no município ou NVC).

Os participantes tiveram que preencher suas percepções sobre essas questões. O objetivo foi mapear a percepção da equipe acerca dos conflitos e realizar um levantamento das experiências vivenciadas no PEA-TP. Essa atividade proporcionou discussões proveitosas e uma rica troca de experiências entre as equipes dos municípios.

Para a realização da atividade “Quem sou eu no conflito socioambiental?”, foram sorteados dez membros da equipe do PEA-TP, contemplando os agentes de mobilização e os técnicos sociais do campo e da gestão. Eles, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, encenaram um diálogo envolvendo conflitos socioambientais e os agentes envolvidos. O intuito da atividade foi instigar os demais participantes a descobrirem quais eram os agentes em questão e os conflitos representados. A atividade gerou debates interessantes acerca dos atores sociais representados e seus papéis, sendo, assim, bem recebida pelos participantes.

As atividades “O que você sabe?”, “Qual o perfil do educador popular?” e “Caracterizando o educador popular” foram realizadas durante o Seminário de Formação Continuada em Educação Popular. A atividade “O que você sabe?” buscou identificar a percepção da equipe do PEA-TP acerca da educação popular e do educador popular no contexto da gestão ambiental pública. Para tanto, os participantes foram divididos em grupos e construíram apresentações das suas percepções a respeito das características da educação popular; do educador popular; e do papel do educador popular no contexto da educação ambiental crítica praticada na gestão ambiental pública. Os participantes realizaram as apresentações utilizando diferenciadas ferramentas digitais, como a plataforma digital *Padlet*, demonstrando a apropriação, por parte da equipe, de novas ferramentas.

A atividade “Qual o perfil do educador popular?” teve o objetivo de refletir sobre a pluralidade de perfis dos educadores populares. Os participantes realizaram o preenchimento de um *card* previamente disponibilizado pela equipe pedagógica e que simulava uma rede social.

A equipe foi dividida em grupos mistos e recebeu uma quantidade de *cards* para analisar os perfis descritos e construir uma equipe fictícia de consultoria em educação ambiental, cuja contratação eles deveriam defender por meio de uma apresentação lúdica. Cabe destacar a criatividade da equipe na execução da atividade, sendo realizadas as mais diversas formas de apresentação, variando entre esquetes teatrais, apresentações em *PowerPoint*, entre outras.

Na atividade “Caracterizando o educador popular”, os participantes foram divididos em grupos de acordo com a função desempenhada no projeto. O intuito foi o de facilitar a compreensão a respeito do papel do educador popular do PEA-TP, considerando a vivência de cada grupo. Para a execução dessa atividade, os participantes foram orientados a retomar a atividade “O que você sabe?”, a fim de avaliar as suas respostas iniciais com ênfase na questão: *Qual é o papel do educador popular no contexto da educação ambiental crítica praticada na gestão ambiental pública?*

Neste momento, os grupos deveriam ter embasamento não só nos conhecimentos prévios, mas também naqueles aprendidos durante a formação, buscando refletir sobre o seu papel enquanto educador no âmbito do projeto.

Após a realização da atividade, os participantes apresentaram os resultados em plenária, isto é, para toda equipe. Essa atividade, juntamente com a atividade “Educador popular, quem é você?”, elaborada pelo professor Renato Pontes, dobrou-se na construção colaborativa de um conceito de educador popular para o PEA-TP.

A atividade prática, “Meu bairro legal”, foi realizada durante a Formação em Participação Social no Orçamento Público Municipal. Seu objetivo foi o de analisar e discutir as formas de intervenção no orçamento público.

Para a execução da atividade, foram elaborados *cards* com a representação gráfica de uma cidade fictícia dividida em sete bairros. Os participantes foram divididos em cinco grupos mistos e dois grupos de pesquisa. Cada grupo misto ficou responsável por um bairro da cidade fictícia, que já continha um problema socioambiental pré-definido.

Na sequência, foi pedido aos grupos mistos que pensassem em formas de acompanhar e intervir no orçamento público municipal, com o intuito de solucionar os problemas apresentados nos bairros. As ideias foram sintetizadas em apresentações para a plenária.

Nos grupos da pesquisa, os pesquisadores do PEA-TP foram divididos por linhas de pesquisa, a saber: 1) “Rendas petrolíferas, controle social e vigília cidadã”; e 2) “Educação popular, metodologias participativas e avaliação no licenciamento ambiental”, e convidados a discutir como a pesquisa de cada um, realizadas no âmbito deste projeto, poderiam contribuir para o processo de intervenção nos problemas elencados na cidade fictícia.

A proposta foi incentivar este grupo a pensar questões técnico-científicas para agregar nas abordagens dos grupos mistos. Foram realizadas as apresentações e discussões dos resultados da atividade proporcionando muita reflexão e aprofundamento.

Considerações finais

Os seminários de formação de equipe promovidos pelo PEA-TP têm proporcionado à equipe a ampliação dos conhecimentos e o aprimoramento de suas práticas educativas, que são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades com os sujeitos da ação educativa.

Desse modo, a despeito do modelo remoto, a equipe tem se adaptado de forma positiva às ferramentas tecnológicas, nas quais as atividades têm sido realizadas de forma criativa, elevando a qualidade das formações.

A equipe tem se dedicado e vem se superando a cada evento, sobretudo no que concerne à habilidade de utilizar novos recursos tecnológicos para transpor didaticamente os conceitos aprendidos. Além de demonstrar comprometimento com o trabalho e o projeto, este aspecto é de extrema pertinência para o projeto, especialmente em tempos de isolamento social.

Nesse viés, os seminários de formação continuada têm possibilitado a instrumentalização da equipe para que as atividades junto ao campo ocorram de forma efetiva. Logo, faz-se importante destacar que as metodologias utilizadas pela equipe pedagógica estão fundamentadas nos princípios da educação popular, que tem como objetivo promover uma educação com o povo e para o povo, respeitando o seu legado cultural, de modo que a educação seja emancipadora (FREIRE, 2019).

Referências

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 70 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 253 p.

6.3 Comunicação interpessoal como ferramenta para o acompanhamento da equipe: análise técnica sobre o desempenho dos bolsistas do PEA-TP

Laira Thamys de Araujo Silva

O processo pedagógico da formação continuada, na equipe do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), na prática³, ultrapassa a formalidade e metas estabelecidas a partir das atividades que são propostas no Plano de Trabalho do projeto. No processo administrativo de um projeto, acompanhar e avaliar o desempenho das ações realizadas é uma prática necessária de monitoramento e controle da equipe, que possibilita identificar, a tempo, a necessidade da tomada de decisões sobre determinadas ações.

Após os primeiros meses de funcionamento da Fase III no formato remoto, para além das demandas institucionais e do campo, foi identificada também a necessidade de reorganizar a equipe técnica para que fosse possível atender a nova dinâmica de mediação, adaptação e interação entre as equipes. Segundo o Plano de Trabalho da Fase III do PEA-TP, “o perfil dos profissionais envolvidos é interdisciplinar, abrangendo áreas do conhecimento que se relacionam com os temas centrais e transversais ao foco do projeto.” (PETROBRAS/UENF, 2019, p. 19). É importante considerar que, para além da equipe técnica (celetistas), o projeto é composto, na atual fase, por bolsistas de diversas categorias, a saber: 2 consultoria (gestão ambiental e revisão textual), 20 pesquisa (pesquisador, pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica), 3 apoio técnico (designers gráficos) e 10 (agente de mobilização); totalizando, portanto, 35 bolsistas.

Considerando a quantidade de bolsistas, a diversidade de tipos e categorias e a necessidade de manter sempre niveladas as informações e as deliberações entre eles, fez-se necessário o fortalecimento da **comunicação interpessoal** entre as equipes. Segundo Carvalho (2009), no relacionamen-

³ Parte dessa prática foi facilitada de ser observada após a adoção do formato de trabalho remoto, que precisou ser adotado em grande parte desta fase (setembro de 2020 a fevereiro de 2022) devido à pandemia de covid-19.

to, a comunicação tem um papel importante, pois ajuda a esclarecer problemas, resolver conflitos e expressar sentimentos. A abertura de acesso à comunicação entre os membros da equipe é muito importante para o bom desempenho e produtividade dos integrantes, permitindo esclarecer dúvidas, apresentar soluções e definir ações, pois “as pessoas não atuam isoladamente, mas por meio de interações com outras pessoas para poderem alcançar seus objetivos” (CHIAVENATO, 2010, p. 115). Nesse sentido, se é almejado conseguir alcançar objetivos e metas através de pessoas, é possível deduzir que o centro do processo administrativo é o ser humano e a forma como ele conduz e resolve as situações.

No que compete ao processo de acompanhamento, análise e relato do progresso geral desempenhado pelos bolsistas, representado no Quadro 1, dentre os principais benefícios de manter esclarecimentos sobre a quem (integrantes) ou a o que recorrer (ferramenta) estão os de permitir que as partes interessadas entendam a situação atual do projeto, reconheçam as ações adotadas para abordar quaisquer problemas de desempenho e tenham visibilidade sobre a situação futura (PMBOK, 2017, p. 105). Tal processo permite que se alcance um bom desempenho nas atividades ao longo da fase.

Fornecer os instrumentos apropriados para relatar o progresso e situação do projeto permite que a equipe que desempenha determinada atribuição e a equipe que acompanha esse processo realizem um acompanhamento justo e eficaz.

Os relatórios institucionais⁴, por exemplo, se diferem de acordo com as atividades categorizadas. No relatório trimestral do bolsista, os responsáveis expõem suas atividades individuais, como participações ou colaborações em reuniões do PEA-TP; metas e produtos realizados; resultados alcançados e expectativas para as próximas etapas. Percebe-se, portanto, que o relatório é apenas uma das maneiras de acompanhar o desempenho e desenvolvimento dos bolsistas. Na categoria da pesquisa, por exemplo, o acompanhamento também é realizado quinzenalmente, a partir de reuniões que ocorrem regularmente e permitem conduzir orientações sobre os procedimentos burocráticos; informes e repasses sobre as atividades do PEA-TP; alinhamento das atribuições e metas; atualização sobre os resultados obtidos, esclarecimentos de dúvidas em geral e planejamento de ações.

4 Esse instrumento de acompanhamento será melhor detalhado na próxima seção.

Quadro 1: Esquema de acompanhamento, por categoria de bolsa

Categorias de bolsistas, distribuídos por equipes de trabalho	Tipos de bolsa	Instrumentos de monitoramento	
		Institucional (formal)	Interpessoal (informal)
Equipe da Pesquisa	Pesquisador; Pós Doc. Doutorado; Mestrado; Iniciação Científica.	Relatório Trimestral do Bolsista; Controle de publicação/ participação do bolsista; Reunião quinzenal da pesquisa; Grupos de Trabalho (GTs).	Supervisão da coordenação geral do PEA-TP; Informes e solicitações técnicas, via e-mail; Dicas, dúvidas e esclarecimentos, entre os membros da equipe, via grupo no <i>Whatsapp</i> .
Bolsistas de Mobilização	Agentes de Mobilização	Relatório Trimestral do Bolsista: acompanhamento mensal	Supervisão dos técnicos sociais dos municípios (T4); Informes e solicitações técnicas, via e-mail; Dicas, dúvidas e esclarecimentos, entre os integrantes da equipe, via grupo no Telegram.
Equipe audiovisual	Apoio Técnico (Designer gráfico)	Relatório Trimestral do Bolsista	Informes e solicitações técnicas, via e-mail; Dicas, dúvidas e esclarecimentos, entre a equipe, via grupo no Telegram.
Consultoria	Gestão ambiental e revisor textual	-	Supervisão da coordenação geral do PEA-TP; Informes e solicitações técnicas, via e-mail.

Fonte: Elaborado pela autora da seção 6.3.

Se por um lado o acompanhamento pode ser realizado, em parte, por meio da comunicação interpessoal contínua, por outro lado, as ações são confirmadas

somente quando documentadas e comprovadas. Por essa razão, o relatório é considerado um instrumento tão importante e necessário para a gestão e fiscalização do projeto. Nesse caso, tal relevância também é depositada na maneira com que a equipe conduz e se apropria das informações sobre as ações, refletindo inclusive na precisão das revisões feitas nos documentos, possibilitando que a revisão documental ultrapasse a identificação sobre os itens exigidos. Assim, é possível que ocorra uma análise crítica mais verídica e menos limitada.

Em conclusão, entende-se que o processo de comunicação interpessoal, por meio da escuta e participação direta entre os integrantes da equipe, permite direcionar o replanejamento e ajustes, quando necessários, para solucionar possíveis problemas de desempenho.

Referências

- CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. *Relacionamento Interpessoal: como preservar o sujeito coletivo*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à Teoria das organizações*. São Paulo: Manole, 2010.
- PMI. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos*. Guia PMBOK. 6.ª ed. Chicago: Independent Publishers Group, 2017. Disponível em: <https://dicasliderancagp.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Guia-PMBOK-6%C2%AA-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.
- PETROBRAS/UENF. Plano de trabalho da Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos. Rio de Janeiro: Petrobras, set. 2019. Disponível em: <https://territoriosdopetroleo.eco.br/wp-content/uploads/2021/06/Anexo-1.1A-PlanoTrabalhoFase-III-Territorios.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2022.

6.4 Capacitação de português: qualificação para o aprimoramento dos relatórios e escrita da equipe do PEA-TP

Emilane Pinheiro da Cruz Lima
Thaynara Moreira Botelho
Eliza de Souza Silva Araújo

A capacitação de português, iniciada no mês de junho de 2021, foi pensada primeiramente para as pessoas envolvidas na escrita e/ou revisão de relatórios, no entanto, devido ao interesse dos demais, foi ampliada para todos da equipe. Metodologicamente, os encontros foram organizados e separados por “dupla de municípios” e por “equipes da gestão/pedagógico e bolsistas”.

Os encontros aconteciam uma vez ao mês e tinham duração aproximada de quatro horas. O aperfeiçoamento da escrita é importante para que a qualidade dos documentos produzidos cada vez mais reflita o intenso trabalho de estudo e dedicação da equipe. De acordo com Valezi, Tardelli e Nascimento (2018), os relatórios possuem a função de descrever ações e/ou objetos e expõem discussões referentes aos resultados obtidos em atividades técnicas.

Há que se destacar que no caso do PEA-TP, esses textos possuem a finalidade de dar visibilidade às atividades desenvolvidas no âmbito do licenciamento ambiental. Os relatórios do referido projeto descrevem e analisam criticamente as ações e resultados alcançados nas atividades de trabalho desenvolvidas pela sua equipe. Esses documentos são organizados e sistematizados para que possam ser dirigidos aos seus leitores.

Dentre as funções destes documentos, destacam-se: 1) evidenciar — para a sociedade e as instituições condutoras, fiscalizadoras e financiadoras do projeto — as ações realizadas; 2) utilizar as informações para a elaboração de documentos científicos referentes aos projetos de educação ambiental; 3) divulgar as ações, atividades, processos e produtos; 4) elaborar documentos internos técnicos e avaliativos.

É destacável a importância da elaboração do documento supracitado na prática cotidiana da equipe técnica do Territórios do Petróleo. O processo de escrita e o seu aperfeiçoamento, proporcionado nos encontros da capacitação de português, as revisões comentadas disponibilizadas, bem como a aproximação e trocas com os relatores permitiram que a qualidade dos materiais

aumentasse. É relevante sinalizar também que esses espaços proporcionam partilhas de experiências e trocas de aprendizados entre as equipes. A divisão dos encontros por grupos foi interessante pois proporcionou um maior engajamento e possibilidade de participação de todos os presentes.

O processo reflexivo, proporcionado por essas conversas, contribuiu para que houvesse melhora na elaboração desses documentos. Conforme sinaliza Freire (1987, p. 08): “a reflexividade é a raiz da objetivação”. A objetivação é importante e aconselhável pelo Manual de Redação da Presidência da República: “ser objetivo é ir diretamente ao assunto que se deseja abordar, sem voltas e sem redundâncias. Para conseguir isso, é fundamental que o redator saiba de antemão qual é a ideia principal e quais são as secundárias” (BRASIL, 2018, p. 18).

A capacitação de português desenvolvida na Fase III do PEA-TP teve por objetivo primordial a melhora da escrita para a redação dos documentos do projeto, no entanto, buscou-se também aperfeiçoar a escrita de cada participante de uma forma mais profunda. Neste sentido, trabalhamos a leitura crítica, a interpretação de textos, assim como diversas estratégias de estímulo à criatividade, elemento indispensável quando se empreende qualquer tipo de escrita.

A seguir, destacamos particularidades dos tipos de relatórios produzidos no PEA-TP e abordamos as metodologias utilizadas nos encontros de capacitação. Ao fim deste texto, pontuamos os resultados percebidos ao longo do processo, atentando à trajetória cognitiva, nos quais, mais do que o resultado, a experiência vivida e significada apresenta possibilidades de conexão com a leitura, interpretação e produção de textos.

Escrita de relatórios: a busca por objetividade, informatividade e criticidade

No processo formativo, a equipe vivencia a escrita de relatórios, que constitui um processo pedagógico. De caráter narrativo, esse tipo de documento permite registrar, por meio de textos expositivos, as atividades desenvolvidas e as metodologias empregadas para dialogar com o campo. Durante a escrita, o relator faz um exercício de retomar a atividade, elencando seus objetivos e temas, assim como as principais discussões e resultados. É possível também fazer comentários através dos quais o autor demonstra criticidade, indo além da informatividade.

De modo geral, o relatório que registra as atividades desenvolvidas pelo PEA-TP possui uma estrutura conforme consta no Quadro I. No entanto, algumas ativida-

des requerem adequação dos itens composicionais, a saber: as reuniões comunitárias, as extraordinárias e as articulações, as quais são registradas por período, relativo ao mês/cronograma, e não por atividade realizada. Sendo assim, esse tipo de relatório, com informações consolidadas, possui espaço no relato para descrever cada atividade de modo individual. Em contrapartida, os demais itens são elaborados de maneira genérica, abordando o conjunto de ações desenvolvidas naquele período.

Quadro I: Plano Geral do Relatório de Atividades do PEA-TP

Itens composicionais	Definição
Sumário	Apresenta os tópicos e suas páginas
Identificação	Identifica o tipo de evento, a localidade/município, a data e o horário da atividade
Participantes	Lista o nome das pessoas que participaram da atividade
Identificação das pessoas que conduziram e das que participaram das principais falas ao público	Nomeia as pessoas que mediarão o encontro
Motivos da realização do evento	Explicita os objetivos da atividade desenvolvida
Tema	Cita o assunto central discutido
Relato	Contém as principais informações acerca do desenvolvimento da atividade, como as discussões e decisões tomadas pelo grupo, além de trazer a mediação da equipe e relatar a resolução de problemas, as sugestões e a avaliação
Resultados	Retoma os objetivos da reunião avaliando a efetividade das ações desenvolvidas
Pendências e deliberações	Pontua os objetivos que estavam previstos e que não foram contemplados, as demandas que surgiram e não foram finalizadas, e as decisões tomadas pelo grupo
Análise sucinta	Apresenta a reflexão crítica das discussões que ocorreram com base nos objetivos e metas previstos no Plano de Trabalho do PEA-TP
Apêndices	Apresenta as fotos e as listas de presenças

Fonte: Elaborado pelas autoras da seção 6.4.

Como este tipo de redação exige emprego da linguagem formal, de acordo com as normas gramaticais da língua portuguesa, destaca-se a busca e o aprimoramento da escrita. Desta forma, o estudo e o aprendizado são frequentes no cotidiano da equipe. Durante o processo de escrita/revisão dos relatórios é possível realizar a práxis, ou seja, a ação sobre a reflexão da ação anterior, principalmente na seção de Análise Sucinta.

Nesse item, faz-se uma reflexão crítica de modo articulado com as ações e metas do projeto. Aqui, tem-se a oportunidade de expor, de modo argumentativo, as percepções acerca da atividade desenvolvida. Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987, p. 29), pontua que “... a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica”. Assim, torna-se clara a importância de se pensar criticamente as ações objetivando uma prática cotidiana de acordo com as teorias que nos servem de base.

Além disso, por meio dos relatórios faz-se o acompanhamento do desenvolvimento das ações ao longo do tempo, visto que os resultados não são imediatos. Isto é fundamental a fim de se observar o encadeamento das ações, sua efetividade e replanejar/adequar as atividades. A partir desse exercício, há uma reformulação dos instrumentos empregados, com produção de novas metodologias, renovando as práticas. Isto tornou-se ainda mais evidente e necessário no período pandêmico, no qual as metodologias precisaram ser repensadas e adequadas ao modelo virtual.

Estes fatores atrelados à escrita dos relatórios vão além do simples registro de informações, pois contribuem para a qualificação da equipe, uma vez que a escrita demanda o uso de competências comunicativas que vão além de transcrições de pautas, acordos e descrição de atividades. Sendo assim, cabe salientar o papel do PEA-TP na formação de profissionais capacitados para atuação nos projetos de educação ambiental, uma vez que há uma escassez de cursos voltados para a área. Desprende-se um esforço, durante o andamento das ações, para a formação do educador socioambiental. Desta maneira é possível vivenciar a educação como processo que se (re)faz constantemente na práxis (FREIRE, 1987).

O relatório assume também uma função administrativa essencial, a fim de prestar conta dos gastos do dinheiro público que é aplicado no PEA-TP. Além disso, o documento tem o papel de publicizar as ações do projeto, tornando disponível o relato das atividades realizadas para quem desejar acessá-lo.

Por fim, salienta-se a função sociocomunicativa desse documento, que permite divulgar as ações desenvolvidas e os resultados. Sendo assim, o relatório constitui-se um instrumento semiótico. Desta forma, considera-se que o relator adquire um papel social ao elaborar um texto desse gênero, preocupando-se com a figura do leitor (VALEZI, TARDELLI e NASCIMENTO, 2018).

Capacitação de português: os encontros

O curso de capacitação de português foi pensado levando em consideração as necessidades da equipe do Projeto Territórios do Petróleo na Fase III. A demanda por um trabalho direcionado para a melhora da escrita foi uma necessidade observada ao longo das fases anteriores; o que gerou a oportunidade de um trabalho específico nesse sentido. O principal objetivo almejado no processo de capacitação foi o de oferecer ferramentas de dinamização e aprimoramento para a produção textual dos principais documentos do projeto. Buscou-se, além disso, oportunizar uma melhora geral na escrita da equipe e na relação de cada pessoa com a atividade.

Em diversos momentos deste livro, são abordados os desafios e mudanças impulsionadas pelo contexto de pandemia, que nos apresentou dificuldades, aprendizados e nos exigiu uma capacidade criativa de adaptação. Tal contexto ilustra a velocidade das mudanças que ocorrem na sociedade e a necessidade de que as teorias e filosofias da educação também apresentem novos caminhos para que seja possível agir e transformar o presente.

Uma abordagem que orientou toda a preparação do curso de capacitação de português e escrita desenvolvido no PEA-TP foi a noção de **multimodalidade**. Para definir multimodalidade, Early, Kendrick e Potts (2015) explicam a complexidade dos possíveis caminhos para o uso criativo da linguagem. Separando-se as partes da própria palavra, é possível observar que ela faz referência a múltiplos “modos” por meio dos quais utilizamos a linguagem para construir sentido.

As possibilidades da nossa imaginação e criatividade são múltiplas, logo, recorreremos a gestos, recursos visuais, linguagem oral, linguagem escrita, audição, tato e outros recursos para expressar aquilo que queremos dizer. Neste sentido, a língua torna-se apenas um componente do processo comunicativo, que é composto de variados recursos utilizados na construção de sentido. Apesar da noção de multimodalidade ter nascido no campo da Linguística, ela dialoga com as mais diversas disciplinas e práticas por sua adaptabilidade e caráter multidisciplinar.

A perspectiva multimodal nos auxilia a compreender os processos linguísticos como imbricados e complexos universos que se retroalimentam. Assim, não é possível pensar a escrita dissociada da oralidade, de recursos visuais e de outras modalidades comunicativas utilizadas no processo de construção de sentido. Com base nesse entendimento, buscou-se adotar uma perspectiva multimodal nas preparações dos encontros de capacitação de português e escrita da equipe do PEA-TP.

Para desenvolver tal perspectiva em consonância com as demandas do grupo, o primeiro passo foi a aplicação de um formulário de avaliação das necessidades dos técnicos. A partir das respostas, buscou-se desenvolver uma metodologia

dialógica e prática, observando múltiplos caminhos para a escrita e abordando exemplos de variados gêneros textuais no processo, incluindo propostas mais específicas e voltadas para a escrita de documentos do projeto, além de momentos para trabalhar as dificuldades linguísticas pontuais segundo sugestões da equipe.

Um dos pontos principais que foi levado em consideração na preparação do material dos encontros foi a função da palavra e a relação de cada indivíduo com ela, pensando-a como lugar primeiro de onde partimos para desenvolver a escrita. Como Brandão (1986) destaca, a palavra é um dos principais instrumentos de trabalho do educador popular. Pensar sobre a palavra e seus sentidos pode nos levar a trabalhar a criticidade e desenvolver a capacidade de interpretação do meio em que atuamos. Brandão pontua ainda que a educação popular acolhe modelos de prática diversos, sendo um campo no qual se valoriza a diferença de maneira criativa. Nota-se aqui, uma aproximação entre os conceitos de **educação popular** e o de **multimodalidade**. Ambos não definem modelos únicos e caminhos metodológicos fixos, mas diversas possibilidades para se pensar o trabalho com a educação e com a língua.

Como Early, Kendrick e Potts (2015) pontuam, perspectivas como a multimodalidade, para além da linguagem, ampliam nossa capacidade de compreensão das relações sociais, logo, atuam diversificando a nossa compreensão de mundo e aprofundando nossas interpretações sobre os elementos que o compreendem. Assim como a educação popular “reorganiza” nossa noção primeira do que seria educação e de em quais espaços ela se encaixa, a multimodalidade amplia nossa visão sobre a língua, a comunicação e a construção de sentido. Desta forma, em nossos encontros de capacitação, buscamos integrar esses saberes e práticas, no intuito de aprimorar a escrita dos documentos do PEA-TP, mas também a escrita de uma forma geral, o que envolve a relação afetiva de cada indivíduo com essa prática em sua vida.

Podemos ressaltar alguns exemplos de como esse processo ocorreu dentro dessas duas perspectivas. Uma atividade marcante que pode ser citada como exemplo para a finalidade de refletir sobre a escrita de maneira pessoal, foi um pequeno parágrafo de apresentação que compartilhamos no primeiro encontro de capacitação. O parágrafo continha espaços para que cada participante preenchesse com suas respostas individuais e dizia: “Eu sou _____ e para mim escrever é _____. Pouca gente sabe que eu _____. Um dos meus sonhos é _____ e um livro que adorei ler foi _____”.

Esta atividade muito simples levou os participantes a compartilharem suas histórias pessoais e suas inseguranças e dificuldades no processo de escrita, que muitas vezes envolviam dramas vividos nos anos escolares. Foi marcante perceber como os participantes sentiram o acolhimento necessário para expor até mesmo,

em alguns casos, condições diagnosticadas de dificuldades de aprendizagem. Foi gratificante perceber a diversidade de talentos, perspectivas, experiências e histórias dos participantes, ficando evidente a interação e cooperação diária no desenvolvimento das ações do PEA-TP.

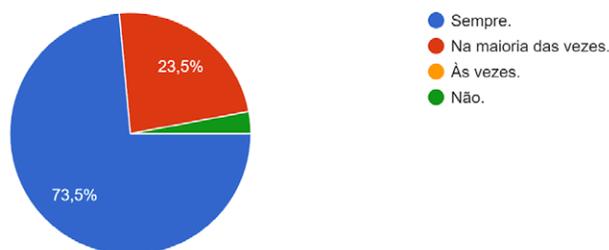
Em outros momentos, trabalhamos com aspectos normativos da língua como ortografia, pontuação, uso de acento grave, concordância nominal e verbal. Também abordamos pontos formais relacionados à produção textual, como construção de parágrafos, particularidades da análise sucinta, registro de memória, e estruturação de diferentes tipos de relatórios do PEA-TP.

A interação entre os participantes foi intensa e interessada. No processo de troca que estabelecemos, criou-se um ambiente seguro para que os participantes compartilhassem as dificuldades que sentiam. Com base nesse retorno, foram também trabalhadas estratégias para leitura, interpretação e composição de textos, no intuito de tornar a escrita um processo mais dinâmico, rotineiro e prazeroso para cada membro do projeto. Nesse processo de aprendizagem, facilitadora, organizadoras e participantes puderam ofertar e receber aprendizados de extrema importância para o desenvolvimento da sua própria escrita. Assim, fortalecemos a prática da troca, que pretendemos manter no constante trabalho de aprimoramento da escrita, tendo em vista todas as finalidades para as quais a usamos em nossa vida.

A fim de constatar a percepção da equipe a respeito dos encontros de capacitação e das devolutivas da gestão a partir da revisão dos relatórios, foi aplicado um *Google Forms*. Dessa forma, com base em perguntas direcionadas, podemos observar que o processo empregado na qualificação da equipe com o propósito de melhorar a escrita de relatórios e demais documentos do PEA-TP teve resultado positivo, conforme demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Resposta dos participantes à avaliação sobre a capacitação de português
Você considera que a participação da gestão, a revisão e a capacitação de português são ações que têm te auxiliado no seu processo de escrita de relatórios e documentos do PEA-TP?

34 respostas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Do ponto de vista das autoras deste subitem, que fazem parte da equipe de gestão e que lidam com os documentos produzidos pelos técnicos, os resultados da capacitação foram importantes, pois, além da melhora na qualidade da produção de documentos, os encontros proporcionaram momentos de trocas de experiências, de vivências e de aprendizados entre os participantes. A partir das devolutivas que tivemos pela escrita no chat das reuniões, nas falas explicitadas na capacitação, por meio das respostas ao formulário e pelas conversas em outros momentos com os participantes, avaliamos que a referida capacitação e as devolutivas sobre a revisão de relatórios contribuíram com o processo dialógico explicitado por Freire (1987).

Além de momentos prazerosos de troca de experiências, bem como de exposição de questionamentos e pontos de vista, os encontros foram percebidos como importantes momentos de aprendizagem, nos quais todas as pessoas envolvidas ganharam novos conhecimentos e refletiram acerca de como aplicar estratégias para melhora de sua própria escrita e para consolidação do hábito de leitura no seu dia a dia.

Referências

- BRANDÃO, Carlos R. *Educação popular*. 2.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. *Manual de Redação da Presidência da República*. 3.^a ed. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf> Acesso em: 5 ago. 2021.
- EARLY, Margaret; KENDRICK, Maureen; POTTS, Diane. Multimodality: out from the margins of English language teaching. *In: Tesol Quarterly*, vol. 49, nº 3, setembro, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/tesq.246> Acesso em: 5 ago. 2021
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17.^a ed. 23.^a Reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALEZI, S. C. L.; TARDELLI, L. S. A.; NASCIMENTO, E. L. O gênero relatório técnico-científico: contribuições para seu ensino. *Revista L&E Linguagem e Ensino*, v. 21, n. 1, 2018, p. 241-272. ISSN: 1983-2400. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15156> Acesso em: 20 ago. 2021.

Capítulo 7

Reflexões e práticas avaliativas na Fase III do PEA-TP

Thamiris Menezes de Souza
Danieli Alves Porto
Natalia Lima Netto
Suelen Ribeiro de Souza
Silvia Alicia Martínez

Introdução

Como o título indica, este breve capítulo é dedicado à publicização das atividades avaliativas da Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP). As ações são realizadas e as reflexões tecidas considerando que o Territórios do Petróleo é um projeto de educação ambiental executado a partir de uma exigência legal do Ibama à Petrobras, devido à necessidade de licença própria para a realização das suas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Portanto, o PEA-TP configura uma política pública e na sua execução busca-se o alinhamento com as diretrizes do Ibama, pensadas para a educação ambiental crítica no âmbito do licenciamento ambiental federal.

Sendo o PEA-TP parte de uma política pública, é imprescindível a avaliação para o acompanhamento de suas ações, no intuito de identificar se os objetivos e indicadores propostos estão sendo alcançados com qualidade. Além da avaliação interna do projeto, por sua parte, o Ibama, enquanto órgão ambiental federal, é o responsável por realizar a avaliação do projeto, por meio da fiscalização e acompanhamento das ações desenvolvidas, bem como dos resultados alcançados.

Nessa conjuntura, o processo avaliativo do PEA -TP se fundamenta nos preceitos da avaliação processual e contínua, permeando todas suas fases e visa acompanhar, por meio de indicadores qualitativos, o desenvolvimento das ações promovidas pelo projeto.

Essa modalidade de avaliação investiga de forma sistemática o desenvolvimento de programas sociais com o propósito de: medir a cobertura do programa social; estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária; e, principalmente, acompanhar seus processos internos. Seu objetivo é detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para sua reprogramação, através do registro de eventos e de atividades [...]. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 980).

Ainda de acordo com Costa e Castanhar (2003), a avaliação de políticas públicas consiste em um processo sistemático e objetivo, fundamental para alcançar os resultados e metas propostos, bem como fornecer subsídios para identificar ações que necessitam de reformulação e ou intervenção, de modo a obter a efetividade social. Carvalho (2003) coincide e salienta que esse tipo de avaliação de políticas públicas auxilia na identificação de problemas e na formulação, implementação e análise das intercorrências ao longo de sua execução.

Este acionar avaliativo não é exclusivo da Fase III. Ao longo da sua trajetória, o PEA-TP tem realizado a avaliação de suas atividades de forma permanente, as quais foram abordadas em produções anteriores (MARTINEZ; BRITO, 2019; BATISTA; MARTINEZ; BRITO, 2019; WEISSMANN; GANTOS, 2019; LEMOS; GUIMARAES, 2019; LIMA; MARTINEZ, 2019; GANTOS; MARTINEZ, 2016) e enumerá-las excederia os limites e os objetivos deste texto.

Apesar das continuidades com as práticas avaliativas das fases anteriores, cumpre destacar que a terceira fase do PEA está sendo desenvolvida em um contexto muito diferenciado. Devido à pandemia de covid-19, o processo avaliativo tem ocorrido de forma remota, assim como a totalidade das atividades do projeto, demandando a incorporação de novas ferramentas metodológicas. Mesmo em uma situação bastante dramática e singular que a humanidade está vivendo, a receptividade e a adaptação a este novo formato virtual, tanto da equipe de campo quanto dos sujeitos da ação educativa, tem sido positiva, inclusive estimulando a criatividade da equipe de campo, o que é fundamental para motivar a comunidade e, assim, alcançar os resultados desejados.

A seguir se enumeram sucintamente os processos avaliativos desenvolvidos nos primeiros anos da Fase III. Posteriormente, o capítulo centrará a reflexão nos resultados alcançados até o momento com as avaliações dos três seminários de formação da equipe realizados.

Multiplicidade nas avaliações permanentes

Assim como em fases anteriores, as avaliações possibilitam acompanhar as atividades, estratégias pedagógicas, metodologias e outros aspectos que contribuem para a qualidade do desenvolvimento do PEA Territórios do Petróleo, sobretudo no que diz respeito ao monitoramento das ações realizadas.

O processo avaliativo pode estar no âmbito interno ou externo ao PEA, ou seja, pode ser realizado pelo próprio projeto (interno) ou por outro agente ou instituição (externo). No campo interno, as avaliações são desenvolvidas durante as reuniões com os Núcleos de Vigília Cidadã (NVC); as Reuniões Comunitárias; nas reuniões semanais de equipe; nos Seminários de Formação de Equipe (SFE); nas reuniões do inventário; e nas Oficinas Microrregionais de Avaliação com o NVC e as Avaliações Anuais do projeto, que estão previstas para ocorrer no final dos Anos I e II desta Fase III e são executadas principalmente pela equipe técnica do PEA, mas os respondentes principais são os integrantes do NVC.

Essas avaliações internas buscam, por meio de seus resultados, nortear e reorientar, sempre que necessário, as ações e atividades desenvolvidas no PEA-TP, com vistas ao melhor andamento do projeto, como defendido por Carvalho (2003).

No que se refere ao campo externo, apesar das avaliações serem realizadas por outros agentes, o PEA também contribui com o processo avaliativo, inclusive, disponibilizando dados para análise. Isto é o que ocorre com o Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis). Esse Plano possui como objetivo construir um histórico dos projetos de educação ambiental existentes na Bacia de Campos, bem como analisar os seus desenvolvimentos, tendo como base as normativas do Ibama.

No quadro 1 apresentado a seguir foi realizada uma síntese das atividades desenvolvidas / em desenvolvimento.

Quadro 1 - Avaliações permanentes da Fase III do PEA-TP

Atividades de avaliação	Ferramentas de coleta de dados*	Âmbito**	Equipe técnica responsável
Reuniões com o NVC	Definida pela equipe do PEA-TP	Interno	Equipe de campo
Reuniões Comunitárias	Definida pela equipe do PEA-TP		Equipe de campo
Reuniões semanais de equipe	Diálogo e observação		Coordenação de campo

Atividades de avaliação	Ferramentas de coleta de dados*	Âmbito**	Equipe técnica responsável
Seminários de formação continuada de equipe	Formulário	Interno	Equipe pedagógica
	Avaliação oral		
	Autoavaliação		
Reunião do Inventário	Formulário		
Oficinas microrregionais de avaliação com o NVC	Definida pela equipe do PEA-TP	Interno	Equipe pedagógica
Avaliação anual do projeto (Encontro Regional)	Definida pela equipe do PEA-TP	Interno	Coordenação de campo
Parmis***	Formulário	Externo	Equipe pedagógica e Coordenação de campo

* As ferramentas de coleta de dados apresentadas na tabela são as predominantemente utilizadas nos eventos descritos, que estão sendo compiladas no inventário de práticas pedagógicas. No entanto, para cada evento, em cada município elas podem ser adaptadas de acordo com a metodologia utilizada para melhor atender ao seu objetivo.

** Interno: avaliação realizada e respondida pela equipe técnica do PEA-TP e pelos sujeitos da ação educativa nas reuniões e eventos; externo: avaliação elaborada pela equipe do projeto Parmis e respondida pela coordenação do PEA-TP, com suporte da equipe técnica, e pela Petrobras.

*** Parmis: Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais.

Fonte: elaboração das autoras.

As avaliações, como comentado anteriormente, são instrumentos importantes para repensar a prática pedagógica. Ao longo da Fase I as atividades avaliativas foram essenciais para a delimitação de outras propostas, que facilitaram a discussão entre os integrantes da equipe técnica e destes com os membros do NVC.

Assim, como adiantado na introdução, o próximo item tem como foco discutir os resultados alcançados com as avaliações dos seminários de formação até o momento realizados, abordando as metodologias de avaliação que fazem uso de formulário; avaliação oral; e autoavaliação.



Avaliação dos Seminários de Formação de Equipe já executados

Ao todo, o projeto prevê a realização de seis Seminários de Formação de Equipe (SFE) durante a fase em curso do PEA-TP (Fase III). Até o período de escrita deste livro, foram realizados três seminários, nos quais executaram-se diferentes formas de avaliações processuais.

De forma mais geral, pode-se dizer que as avaliações realizadas durante os SFE possuem duas naturezas, que chamaremos aqui de conteudista e processual. Para as avaliações conteudistas a equipe pedagógica planejou atividades nas quais os participantes refletem acerca dos conceitos aprendidos na formação e como praticá-los nas ações do projeto.

Já as avaliações processuais, que serão abordadas aqui, buscaram compreender como os participantes perceberam o evento, em outras palavras, o quanto o seminário foi proveitoso para o seu desenvolvimento profissional dentro do PEA-TP e o que poderia ser feito para melhorar esses espaços de formação.

A coleta de dados para esta avaliação conta com duas etapas: o preenchimento, por parte da equipe do PEA, de um formulário avaliativo pré-elaborado; e uma avaliação oral coletiva, realizada ainda dentro do espaço da formação. Além disso, a partir do 2º SFE, abriu-se espaço para que os participantes pudessem realizar uma autoavaliação. Estas etapas serão melhor abordadas a seguir.

Formulário avaliativo

O formulário avaliativo utilizado nos SFE tem sido elaborado na plataforma digital *Wufoo*¹. Após elaborado, o formulário pode ser compartilhado e preenchido por meio de um *link* gerado pelo site. As respostas são retornadas em formato de planilha e, posteriormente, são analisadas.

Optou-se por realizar uma avaliação anônima para que os participantes (técnicos e bolsistas do projeto) se sentissem mais à vontade em expor suas opiniões. Nesse sentido, os respondentes não identificam seus nomes, cargos ou e-mails.

A estrutura básica do questionário conta com quatro perguntas quantitativas e três qualitativas. As questões quantitativas são avaliadas com a marcação de 1 a 5 estrelas, que possuem os seguintes códigos: 1. Péssimo; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Bom; e 5. Ótimo. Esses códigos podem ser consultados pelos respondentes ao clicar no “ponto de interrogação” ao final de cada pergunta. Observe um exemplo de questão quantitativa na Figura 1.

¹ A plataforma *Wufoo* pode ser acessada por meio do endereço <https://www.wufoo.com/>.

Figura 1 - Exemplo de pergunta quantitativa do formulário avaliativo do *Wufoo*

* Como você avalia o seminário de formação de equipe de maneira geral? ?



Fonte: elaboração própria, a partir da plataforma *Wufoo*.

As perguntas qualitativas solicitam que os respondentes descrevam os pontos positivos da formação, bem como os pontos que precisam de melhorias e as sugestões.

A Tabela 1 a seguir, relaciona o nome dos três seminários realizados até este momento da Fase III do PEA-TP, com seu período de realização, o número de participantes e de respondentes dos formulários.

Tabela 1 - Relação de Seminários realizados na Fase III do PEA-TP com número de participantes e respondentes das avaliações

Seminários	Período de realização	Número de participantes	Número de respondentes	Percentual de respondentes
Conflitos socioambientais e estratégias para a mediação	23 a 26/3/2021	72	49	68%
Educação popular no contexto da gestão ambiental pública e o papel dos(as) educadores(as) populares	3 a 7/5/2021 e 12/5/2021	82	34	41%
Controle social do orçamento público municipal	10 a 13/8/2021 e 18/8/2021	74	49	66%

Fonte: elaboração própria.

Faz-se importante explicar que a diferença observada entre o número de participantes e de respondentes dos SFE se dá porque, para compor a lista de participantes, consideram-se as pessoas que estavam presentes em ao menos um dia de evento, enquanto o formulário avaliativo é aplicado no penúltimo dia (o último dia de evento tem sido dedicado apenas às avaliações orais)².

² Os/as bolsistas são convidados/as a participar dessa fase da avaliação, mas nem sempre há possibilidade em função da carga horária mais reduzida deles(as).

Além disso, os palestrantes e a equipe organizadora também são contabilizados como participantes, apesar de não responderem à avaliação. Outra explicação possível para o menor quantitativo de respondentes ao formulário relativo à avaliação do 2º SFE diz respeito a uma atualização na ferramenta utilizada para a elaboração do questionário, o que gerou erros durante a resposta de alguns dos participantes. Assim, de acordo com o apresentado na Tabela 1, obtiveram-se 49, 34 e 49 formulários para análise, referentes aos 1º, 2º e 3º SFE, respectivamente.

i) Análise e apresentação dos dados dos formulários

Neste tópico a ênfase recai na análise dos formulários avaliativos e na discussão de como a sua observação reorienta continuamente a prática executada pela equipe do PEA-TP. Para isso, será realizado um paralelo entre as respostas quantitativas e qualitativas, utilizando estas últimas para aprofundar a análise dos dados coletados.

Como mencionado, de maneira geral, foram realizadas quatro perguntas quantitativas, a saber: 1. *Como você avalia o seminário de formação de equipe de maneira geral?*; 2. *Como você avalia a divisão de tempo do seminário de formação de equipe?*; 3. *Como você avalia o conteúdo das palestras?*; e 4. *Como você avalia as metodologias utilizadas no seminário de formação de equipe?* As respostas estão detalhadas, respectivamente nas Tabelas 2, 3, 4 e 5.

Tabela 2 - Relação comparativa entre as respostas para a pergunta quantitativa 1 nos três SFE

Pergunta 1: Como você avalia o seminário de formação de equipe de maneira geral?

Categoria	1º SFE		2º SFE		3º SFE	
	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo
Ótimo	33	67,3%	30	88,2%	45	91,8%
Bom	16	32,7%	4	11,8%	4	8,2%
Regular	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ruim	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Péssimo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	49	100%	34	100%	49	100%

Fonte: elaboração das autoras.

De acordo com a tabela acima, pode-se observar que a equipe avaliou positivamente (ótimo e bom) todos os três seminários realizados. Nenhum participante considerou os eventos regulares, ruins ou péssimos. Além disso, destaca-se que o número relativo de pessoas que ponderou que os seminários foram ótimos foi aumentando gradativamente de 67,3% no 1º SFE para 91,8% no último seminário. Esse retorno mostra que os caminhos seguidos até aqui têm sido satisfatórios e devem ser mantidos, o que quer dizer que a avaliação processual e a reorientação do trabalho têm apresentado resultados efetivos.

Partindo para a pergunta 2, que abordou a divisão de tempo do seminário de formação de equipe, pode-se observar na Tabela 3 que 53,1% dos participantes a considerou como positiva (ótimo e bom) no 1º SFE.

Apesar de ser observado um baixo quantitativo de pessoas que consideraram esse aspecto de forma negativa (4%) (ruim e péssimo), essa questão apareceu na avaliação oral, fator que levou a equipe pedagógica a tentar melhorá-lo.

Tabela 3 - Relação comparativa entre as respostas para a pergunta quantitativa 2 nos três SFE

Pergunta 2: Como você avalia a divisão de tempo do seminário de formação de equipe?

Categoria	1º SFE		2º SFE		3º SFE	
	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo
Ótimo	10	20,4%	24	70,6%	19	38,8%
Bom	16	32,7%	10	29,4%	25	51,0%
Regular	21	42,9%	0	0,0%	4	8,2%
Ruim	1	2,0%	0	0,0%	1	2,0%
Péssimo	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	49	100%	34	100%	49	100%

Fonte: elaboração própria.

Nesse sentido, as ações tomadas para otimizar o tempo da formação foram agrupar e integrar algumas metodologias, diminuindo assim o número de atividades durante o evento. Isso permitiu reordenar a distribuição de carga horária para os palestrantes, para as atividades de debate em grupo e de apresentação em plenária. Os resultados positivos

puderam ser observados logo no evento seguinte (2º SFE), no qual obteve-se 100% de *feedbacks* positivos (ótimo e bom) nesse quesito.

Para o 3º SFE, nota-se uma pequena queda de *feedback* positivo, com apenas 2% dos respondentes considerando negativamente a divisão do tempo do seminário e 8,2% considerando regular. Com a análise das respostas qualitativas pôde-se compreender que isso se deu devido ao fato de o tema do 3º SFE ter sido mais denso que os demais e, por isso, a equipe ponderou a necessidade de mais tempo para explanação do conteúdo por parte dos palestrantes e para a realização das atividades práticas.

Quanto aos temas das palestras, eles são escolhidos de acordo com o perfil do projeto, consultando os membros da equipe acerca de quais assuntos são considerados prioritários, pertinentes e necessários para serem aprofundados com eles, tendo em vista a sua atuação no campo junto à comunidade.

Já a fim de avaliar se os conteúdos das palestras têm atendido às necessidades da equipe, foi perguntado como o grupo avalia este tópico. A Tabela 4 mostra que essa dinâmica tem obtido sucesso, visto que houve apenas respostas positivas e com número relativo crescente ao comparar os três seminários realizados.

Tabela 4- Relação comparativa entre as respostas para a pergunta quantitativa 3 nos três SFE

Pergunta 3: Como você avalia o conteúdo das palestras?

Categoria	1º SFE		2º SFE		3º SFE	
	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo
Ótimo	43	87,8	32	94,1	47	95,9
Bom	6	12,2	2	5,9	2	4,1
Regular	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ruim	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Péssimo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	49	100,0	34	100,0	49	100,0

Fonte: elaboração própria.

Cabe destacar que em nenhum seminário houve respostas medianas (regular) ou negativas (ruim e péssimo) a este respeito. Em conversa interna, a equipe

pedagógica ponderou que a execução remota dos seminários, ocorrida devido ao momento de pandemia de covid-19, possibilitou a participação de pessoas referenciais em suas áreas para palestrar, o que no formato tradicional teria sido mais difícil. Esse ponto é positivo, a despeito do cansaço das equipes, com muitas horas pendentes das atividades virtuais.

Ainda acerca dos palestrantes, para cada seminário foram realizadas diversas reuniões prévias, o que permitiu um planejamento mais afinado. Essa estratégia foi importante e exitosa, tendo sido destacada como ponto positivo pela equipe, como observado nos seguintes trechos: “a escolha dos professores” e os “conhecimentos [foram] passados de forma clara”.

O último ponto do questionário a ser aqui discutido, indaga sobre a opinião dos participantes a respeito das metodologias utilizadas. As respostas podem ser observadas na Tabela 5. Importa explicitar que na avaliação do 1º seminário essa pergunta estava fragmentada entre as metodologias utilizadas pelos palestrantes e pela equipe pedagógica. Assim, o resultado apresentado na tabela é a média obtida entre ambas as questões.

Tabela 5 - Relação comparativa entre as respostas para a pergunta quantitativa 4 nos três SFE

Pergunta 4: Como você avalia as metodologias utilizadas no seminário de formação de equipe?

Categoria	1º SFE		2º SFE		3º SFE	
	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo	Número Absoluto	Número Relativo
Ótimo	30	61,2%	28	82,4%	41	83,7%
Bom	17	34,7%	6	17,6%	8	16,3%
Regular	2	4,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ruim	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Péssimo	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total	49	100%	34	100%	49	100%

* Para o 1º Seminário de Formação de Equipe, a tabela acima apresenta o resultado para a média de duas questões, a saber: *Como você avalia as metodologias utilizadas pelos palestrantes?*; e *Como você avalia as metodologias utilizadas pela equipe pedagógica?*

Fonte: elaboração própria.

Como pode-se observar, novamente não houve respostas negativas (ruim e péssimo). Os participantes mostraram satisfação com as metodologias utilizadas durante os seminários. Analisando as questões discursivas, podemos dizer que parte desta crescente satisfação (de 61,2% de respostas ótimas no 1º SFE para 83,7% no 3º SFE) pode ser atribuída às conversas prévias com os palestrantes; enquanto outras partes se referem às dinâmicas de grupo, que possibilitam o trabalho conjunto entre participantes de diferentes equipes; bem como às atividades práticas ligadas ao exercício do trabalho; e o contato com novas ferramentas.

Ressalta-se aqui que, além do aprofundamento das questões quantitativas, as questões qualitativas trazem elogios e, outros aspectos que os participantes consideraram positivos, negativos e sugestões de melhoria. Daqueles que ainda não foram abordados neste texto, os elogios e pontos positivos se referem à organização do evento; à escuta sobre esta avaliação por parte da equipe pedagógica a cada seminário; à ambientação musical da plataforma virtual durante os períodos de intervalo; aos espaços culturais e à participação, dedicação e comprometimento da própria equipe.

Os aspectos negativos sinalizados, de modo geral, evidenciaram algum imprevisto ocorrido no evento e a necessidade de adequação de alguma atividade para atendê-lo.

Já as sugestões trazidas pelos técnicos majoritariamente se relacionam com os imprevistos ocorridos. Outras propõem melhorias para a organização do evento. A viabilidade de todas elas são discutidas internamente e, se possível, essas sugestões são postas em prática.

ii) Avaliação oral: reflexão sobre a ação

O PEA-TP possui como prática a realização de reuniões semanais de equipe. Elas ocorrem todas às quartas-feiras e possuem o intuito de ser um espaço de alinhamento, estudo e reflexão sobre as ações desempenhadas.

Nesse sentido, planejou-se utilizar esses espaços para efetivar o último dia dos SFE, para serem realizadas as avaliações orais. Dessa forma os participantes possuem alguns dias após a discussão do conteúdo de cada seminário para refletirem acerca da formação e da avaliação preenchida via formulário.

Neste íterim, a equipe pedagógica, por sua parte, também realiza análise interna do evento avaliando os aspectos do planejamento que deram certo, aqueles em que houve falhas e o que poderia ser melhorado, assim como a participação da equipe. Quanto aos formulários, todas as questões são analisadas.

A fim de proporcionar uma devolutiva à equipe, discutem-se os aspectos considerados mais pertinentes ou que apareceram com maior frequência, assim como as sugestões que já possuem respostas ou planejamento em andamento. Com isso, é possível aprofundar o debate, trazer novas contribuições ou reafirmar o que fora apresentado anteriormente.

Cabe destacar que este é um espaço aberto e não obrigatório de conversa, o que significa dizer que os participantes se manifestam espontaneamente acerca de seu ponto de vista sobre qualquer aspecto da formação, incluindo os momentos preparatórios e as próprias avaliações.

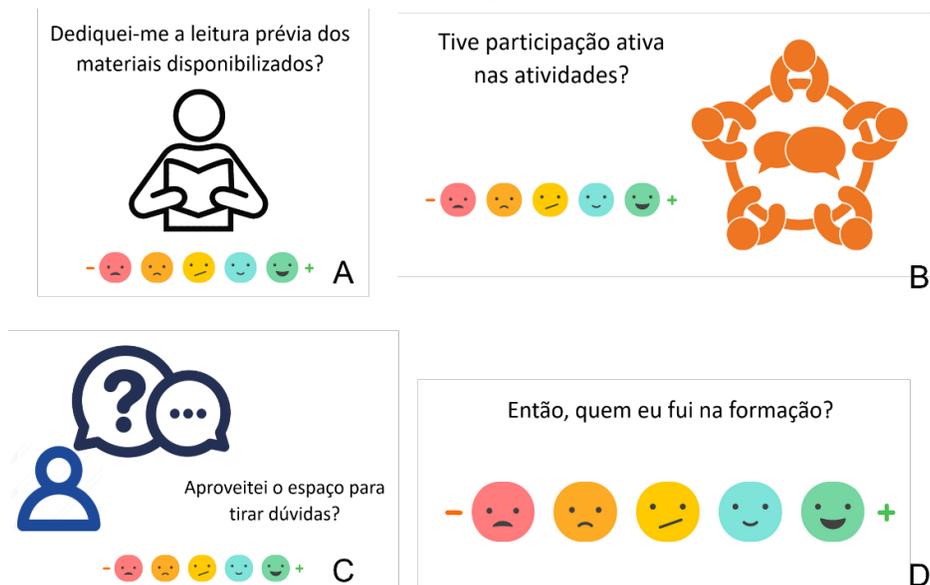
iii) Autoavaliação: reflexão e debate

A pedido dos participantes, a partir do 2º SFE foi implementado um espaço para autoavaliação, a fim de que as pessoas pudessem refletir acerca de seu comportamento e comprometimento durante o seminário. Portanto, no 2º SFE foi incluído um campo no próprio formulário com tópicos para reflexão. No último seminário, esse momento foi organizado e apresentadas oito sentenças, por meio da ferramenta *PowerPoint*. Essas sentenças foram estruturadas da seguinte maneira:

- i) Dediquei-me à leitura prévia dos materiais disponibilizados?;
- ii) Consegui prestar atenção nas palestras?;
- iii) Tive participação ativa nas atividades?;
- iv) Aproveitei o espaço para tirar dúvidas?;
- v) Cumpri os horários estabelecidos?;
- vi) Evitei distrações, como a utilização de redes sociais?;
- vii) Evitei outros comportamentos que me tirassem o foco da atividade?;
- viii) Então, quem eu fui na formação?

Os *slides* com cada uma das sentenças sequencialmente apresentadas foram programados com música de fundo e com tempo de exposição suficiente para que a equipe pudesse refletir acerca de sua participação. Esse momento também foi pensado para ser individual e sigiloso. No entanto, era possível manifestar-se depois do período de autoavaliação. A Figura 2 exemplifica alguns *slides* utilizados.

Figura 2 - Slides utilizados para a autoavaliação do 3º Seminário de Formação de Equipe



A, B, C e D: *slides* com sentenças de reflexão utilizadas na autoavaliação do 3º Seminário de Formação de Equipe.

Fonte: elaboração própria.

Em face do apresentado, cabe destacar que o momento de autoavaliação foi interessante para a reflexão dos participantes, sendo inclusive levantada a importância de pensar a atuação no evento para encontrar pontos de melhoria, buscando sempre uma participação qualificada.

Considerações finais

A avaliação é parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem. Nesse caminho, o Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) desenvolve ações pautadas na educação ambiental crítica que, segundo Layrargues (2006), consiste em um processo educativo eminentemente político, que tem por objetivo o desenvolvimento do senso crítico dos educandos acerca dos riscos e conflitos socioambientais nos quais estão inseridos.

Neste capítulo, pode-se refletir sobre a importância dos processos avaliativos para o desenvolvimento de uma prática pedagógica qualificada e

embasada nos princípios da educação popular, onde o objetivo principal é o aprendizado do educando, especialmente por conta do momento global de pandemia da covid-19 vivenciada na Fase III.

A pandemia da covid-19 colocou esta fase em um rol diferente das anteriores, onde o contato entre a equipe técnica e o NVC passou a ser mediado pelas mídias sociais. Os desafios percebidos para desenvolver atividades remotamente também se manifestam nas formações de equipe. Por esse motivo, é imprescindível ter em mente o caráter de política pública ocupado pelo PEA e, com isso, a necessidade de avaliação contínua de suas ações.

Sendo assim, as avaliações realizadas ao longo da Fase I foram de suma importância para a reflexão da prática pedagógica e, conseqüentemente, da reestruturação das atividades, buscando atender sempre que possível as demandas dos educandos.

As avaliações realizadas nos seminários de formação continuada da equipe do PEA-TP, além de possibilitarem o desenho de novas propostas, também permitem à equipe organizadora pensar em metodologias que podem ser levadas para a prática cotidiana do campo, sempre adequando-as à realidade do NVC.

Deste modo, pode-se afirmar que, em meio à necessidade de adaptação de novas formas de trabalho, os processos avaliativos processuais e contínuos desenvolvidos na Fase III alcançaram resultados satisfatórios, permitindo a reorientação da prática e a análise de efetividade das direções tomadas, como defendido por Costa e Castanhar (2003) e apresentados anteriormente.

Referências

- BATISTA, Danielle Nogueira; BRITO, Carmem Imaculada de; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Ações avaliativas e percepções sobre a aprendizagem no PEA Territórios. In: GANTOS, Marcelo Carlos (organizador). **Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. p. 181-198 – (Coleção Educação e Ensino).
- CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, p. 185-197, 2003.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Brazilian Journal of Public Administration*, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.



LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação; In: Quintas, J.S (Org). **Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ª ed. Brasília: Edições Ibama, 2006.

LEMOS, Suely Fernandes Coelho; GUIMARÃES, Viviane Colodette. A avaliação na ação educativa do PEA-TP. In: GANTOS, Marcelo Carlos (coordenador). **Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. p. 337-358.

Lima, Náthani Siqueira; Martínez, Silvia Alicia. A avaliação do PEA-TP enquanto política pública. In: GANTOS, Marcelo Carlos (coordenador). **Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties** [recurso eletrônico]. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. p. 361-377.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BRITO, Carmem Imaculada de. Avaliação, revisão, reinvenção: o permanente aprendizado do Projeto Territórios. In: GANTOS, Marcelo Carlos (organizador). **Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. p. 167-180 – (Coleção Educação e Ensino).

WEISSMANN, Michelle Nascimento; GANTOS, Marcelo Carlos. A avaliação como termômetro da ação e bússola para o planejamento. In: GANTOS, Marcelo Carlos (organizador). **Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. p. 199-204 – (Coleção Educação e Ensino).



Perspectivas teóricas e vivências em tempos de pandemia: participação cidadã e rendas petrolíferas na Fase III do Projeto Territórios do Petróleo

Capítulo 8

O gerenciamento dos processos no âmbito do PEA-TP em tempos de pandemia

Ana Carolina Caetano Ribeiro
Deyse da Silva Nascimento
Marcio Nascimento Weissmann da Silva
Roberta Kelly da Silva Oliveira

Fazer a gestão de um projeto consiste em um conjunto de ações e ferramentas utilizadas para planejar, executar e monitorar todas as etapas. Todo esse processo exige habilidade, técnica e impõe desafios, uma vez que pode ser necessária a adoção de estratégias para correção de rumos visando o alcance dos objetivos propostos.

O gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto com o propósito de atender aos seus requisitos. O gerenciamento de projetos envolve a implementação de ações que visam a planejar, executar e controlar diversas atividades para alcançar os objetivos especificados (ENAP, 2014, p. 12).

As ações do PEA-TP são balizadas por normas do órgão ambiental e seguem um Plano de Trabalho aprovado. Na realização do projeto, além da empresa licenciada, estão envolvidas a universidade, responsável pela execução, e a fundação, responsável pela gestão dos recursos. Essa articulação por si só já se torna, naturalmente, complexa devido às diferentes habilidades, competências e responsabilidades das instituições envolvidas, mas esse desafio se tornou bem maior com o advento da pandemia de covid-19.

O plano de trabalho para a fase atual do PEA-TP, a Fase III, foi elaborado em um contexto em que não havia pandemia e nenhuma restrição de contato social, portanto, foram planejadas atividades presenciais. Com a pandemia, o mundo precisou se adequar à nova realidade e o PEA-TP não ficou isento. As ações precisaram ser adequadas para o modelo remoto em respeito às orientações sanitárias de prevenção da contaminação e disseminação da covid-19. Para isso, muitos esforços, de todas as partes, foram empreendidos.

O grande desafio enfrentado pela equipe de apoio à gestão desde o início da Fase III tem sido o desenvolvimento do trabalho remoto e todas as suas implicações. Como as atividades do PEA-TP começaram durante a pandemia, foram necessárias várias adequações para que fosse estabelecida uma rotina de trabalho. O primeiro obstáculo foi a escolha da plataforma a ser utilizada para a comunicação e realização de videoconferências. Testes foram realizados durante a fase de adaptação ao formato remoto para verificar qual plataforma atenderia de fato as demandas do projeto, entre elas, a realização de reuniões online síncronas com todos os membros da equipe e sujeitos da ação educativa, compartilhamento de arquivos e telas.

Diante da realidade imposta pela pandemia, surgiram algumas dificuldades para realização do suporte ao trabalho da equipe de campo, que também se estenderam aos comunitários. O distanciamento físico, problemas de queda de energia, instabilidade da conexão de internet, adaptação à plataforma escolhida e a falta de mobiliário adequado em casa; além do fato de ter que conciliar o *home office* com a vida pessoal, condições essas, diferentes das disponíveis no escritório das sedes do projeto.

A necessidade do afastamento social provocou mudanças na forma de organização e planejamento das atividades operacionais e gerenciais. Todos os processos foram revistos, desde o ato da contratação da equipe, visando a segurança de todos os envolvidos. A gestão de logística, por exemplo, foi repensada de maneira que atendesse ao campo, com objetivo de estruturar e executar todo o plano de trabalho, sem comprometimento dos prazos. Ademais, os cuidados foram mantidos para atendimento à equipe, com entrega de equipamentos e materiais, além de demandas de RH, na maioria das vezes, em suas residências.

Tendo em vista que todas as ações e objetivos do projeto são pensados para viabilizar a participação dos sujeitos da ação educativa, público-alvo do PEA-TP, foi realizado um levantamento inicial para verificar a necessidade de cada um dos membros dos NVCs. A partir desse levantamento, foram identificadas as demandas e realizou-se a concessão de aparato digital e tecnológico por meio do empréstimo gratuito de smartphones e chips com pacote de dados para os comunitários. Visando a segurança de todos, a logística foi realizada com a entrega dos itens nas respectivas residências.

Diante dos desafios apresentados e das incertezas frente ao cenário mundial da pandemia de covid-19, como auxiliar o gerenciamento de um processo público de origem legal e de extrema importância para a vida das pessoas? Como contribuir, num “novo normal”, para o alcance dos objetivos propostos para uma realidade presencial?

Gestão da equipe

Iniciar as atividades da Fase III em plena pandemia de covid-19 impôs à coordenação do PEA-TP, imediatamente, um dos principais desafios dentro desse cenário mundial: fazer a gestão de pessoas, e nesse caso, à distância. Ter uma gestão eficiente da equipe é uma importante estratégia para realização das ações previstas e dentro dos prazos estabelecidos. Essa já não é uma tarefa fácil quando realizada em modelo presencial. Tendo em vista a atuação do PEA-TP em 10 municípios, em formato remoto, o desafio se tornou ainda maior.

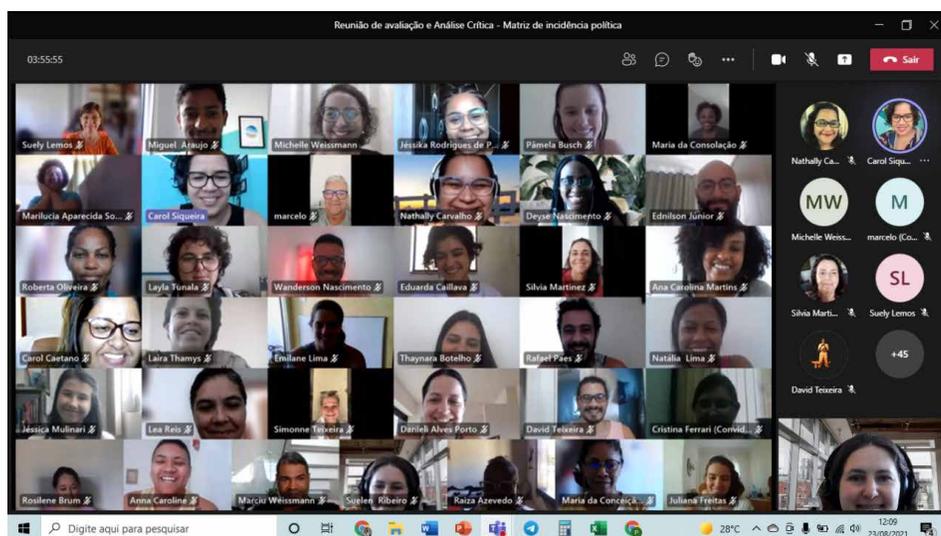
De acordo com Soviensi & Stigar (2008), fazer a gestão de pessoas é promover a participação, capacitação, envolvimento e desenvolvimento do Capital Humano, ou seja, das pessoas que compõem uma organização, uma equipe. Somadas a isso, estão bases importantes para essa gestão, como motivação, comunicação, trabalho em equipe, identificação e estímulo das habilidades e competências.

Dentre as responsabilidades compartilhadas entre as instituições envolvidas na execução das atividades do PEA-TP está a gestão da equipe. Nesse caso, a fundação e a universidade são corresponsáveis. A universidade, com responsabilidade técnica, desenvolve atividades relacionadas à seleção, orientação, avaliação de desempenho funcional e comportamental, capacitação e qualificação dos técnicos e bolsistas. A fundação, com responsabilidade administrativa, realiza a contratação e faz a gestão documental observando as questões legais e trabalhistas, sendo também responsável pelo acompanhamento do pessoal nas atividades relativas à preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

Uma das primeiras ações da coordenação foi identificar uma ferramenta de trabalho remoto que permitisse a interação básica entre os membros da equipe, composta por 77 pessoas. Cada um dos 10 municípios onde atua o PEA-TP possui uma equipe composta por 3 pessoas, para cada dois municípios existe um profissional responsável pela articulação e integração. O projeto conta ainda com uma equipe de apoio à gestão e uma equipe pedagógica. No total, o projeto conta com 41 técnicos celetistas. Dentre os bolsistas estão 10 Agentes de Mobilização, um em cada município, com a função de mobilizar a comunidade local, dar apoio à elaboração e à realização das ações sociais e dar apoio à equipe técnica municipal. Outros 26 bolsistas estão distribuídos em diferentes categorias relacionadas, principalmente, à pesquisa.

A figura 1 exemplifica o uso da plataforma *Microsoft Teams*, com a qual a equipe realiza suas atividades diárias, se reúne semanalmente para a formação continuada e participa dos Seminários de Formação. Essa ferramenta permite a criação de salas específicas que permitem a organização e o acompanhamento das atividades. Para cada equipe foi criada uma sala virtual, assim como a sala geral para a reunião semanal de todo o grupo e as salas para eventos específicos.

Figura 1 - Print ilustrativo da utilização da Plataforma *Microsoft Teams* na quarta etapa da Reunião de Análise Crítica do primeiro ano de atividades da Fase III do PEA-TP com a participação da equipe técnica, bolsistas e convidados.



Fonte: *Microsoft Teams*.

A equipe técnica do PEA-TP possui a característica de ser diversificada, com profissionais de diferentes áreas do conhecimento e em diversos níveis de formação. O processo formativo continuado da equipe precisa contemplar a todos e, por isso, existe um acompanhamento muito próximo da coordenação de campo e da equipe pedagógica. A equipe técnica de apoio à gestão é responsável pela recepção, integração e nivelamento conceitual de cada novo integrante. A formação semanal da equipe é feita em conjunto com a equipe pedagógica. Essa metodologia de trabalho tem apresentado excelentes resultados, formando uma equipe cada vez mais preparada para atuar junto às comunidades de seus municípios.

As reuniões semanais com toda a equipe, para além do processo formativo, têm por objetivo a troca de experiências entre os municípios e a orientação sobre o

desenvolvimento das ações para acompanhamento e encaminhamentos necessários dados pela coordenação. Para maior aproximação com o dia a dia das equipes, são realizadas reuniões frequentes com os técnicos de nível 4, responsáveis pelas duplas municipais, com a equipe de apoio à gestão e com a equipe pedagógica. Essas reuniões são estratégicas na resolução de questões mais críticas do processo, incluindo aquelas mais específicas de cada município. Como já mencionado anteriormente, toda essa gestão, no período da pandemia de covid-19, tem sido feita remotamente.

Para auxiliar a gestão, algumas ferramentas foram elaboradas. Algumas são utilizadas desde as fases anteriores, outras foram criadas a partir do desafio do trabalho remoto. Aqui, merece destaque a Matriz de Atribuições, uma planilha que lista as principais atividades da Fase III do PEA-TP e as relaciona com o profissional responsável, seu substituto e os demais envolvidos. Essa ordenação permite organizar o trabalho de forma mais clara e objetiva, garantindo que todas as atividades planejadas sejam atendidas. Vale ressaltar que, apesar dessa organização, a equipe trabalha articulada e as frequentes reuniões de nivelamento conceitual buscam dar um panorama de todo o processo permitindo a atuação dos técnicos em várias demandas de acordo com a necessidade do projeto.

Fazer a gestão de uma equipe, em qualquer tipo de organização, não é uma tarefa simples e no PEA-TP não é diferente. Por isso, as coordenações de campo, pedagógica e técnica, realizam acompanhamento frequente e bem próximo às equipes, ainda que em formato remoto. É importante ter atenção e escuta sensível para as orientações necessárias com vistas à motivação, comunicação efetiva, realização do trabalho em equipe, identificação e estímulo das habilidades e das competências de cada integrante.

Monitoramento das ações previstas e realizadas

No apoio à gestão do PEA-TP, são desenvolvidas algumas práticas com o intuito de dar o suporte necessário à equipe de campo para a realização das atividades, assim como aprimorar o processo contínuo de acompanhamento das metas e ações, controle e sistematização dos documentos e produtos, e a gestão de meios e materiais.

O monitoramento sistemático realizado pela equipe de apoio à gestão é uma ferramenta gerencial importante, pois possibilita aos coordenadores acompanhar o desenvolvimento do processo e verificar se tudo está caminhando conforme o planejamento inicial, como também permite que seja realizada uma avaliação situacional e objetiva de todo o projeto. Além de auxiliar na tomada de decisão, uma vez que propicia o levantamento de informações sobre a eficácia das ações.

O acompanhamento das metas e ações do PEA-TP é executado de forma con-

tínua, com base no cronograma do projeto, presente no Plano de Trabalho para a operacionalização da fase corrente. O cronograma é a peça principal de uma engrenagem que funciona alinhada para o alcance dos objetivos propostos e cumprimento dos prazos. Por meio dele, é possível realizar uma análise do todo, como também, nortear o planejamento e desenvolvimento das ações.

Além do cronograma, outra ferramenta importante para o gerenciamento das ações é a agenda, principal instrumento de controle dos eventos. Por meio dela, são sistematizadas, de forma integrada entre as equipes municipais e a equipe de gestão, as atividades que compõem o Plano de Trabalho. A agenda é construída considerando vários aspectos, dentre eles o atendimento aos prazos previstos no cronograma, a disponibilidade das comunidades envolvidas e as agendas de outros PEAs em realização nos municípios, de forma a evitar a sobreposição das ações. Periodicamente, a agenda é enviada ao órgão ambiental e às instituições envolvidas no processo informando data, horário e local de realização das atividades para possibilitar a participação e o acompanhamento. A dinâmica do projeto implica atender a comunidade e, por isso, muitas vezes o planejamento precisa ser readequado. Essa dinâmica reflete ajustes e atualizações da agenda, que são devidamente comunicados às instituições.

Pensando numa melhor gestão dos recursos previstos para a operacionalização do projeto, foi desenvolvido o Sistema PEA-TP, que tem como proposta ser uma ferramenta de planejamento das atividades, com a identificação dos recursos disponíveis, solicitação de compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento de estoque, além de fornecer um banco de dados com informações dos participantes das atividades e dos prestadores de serviços. O software possibilita o controle dos processos e a interação entre a equipe técnica, responsável pela execução das ações, e a equipe administrativa, responsável pela gestão dos recursos. É importante ressaltar que, em funcionamento, o sistema se torna um instrumento de auxílio à manutenção da saúde financeira do projeto.

Controle do fluxo dos documentos prévios e produtos

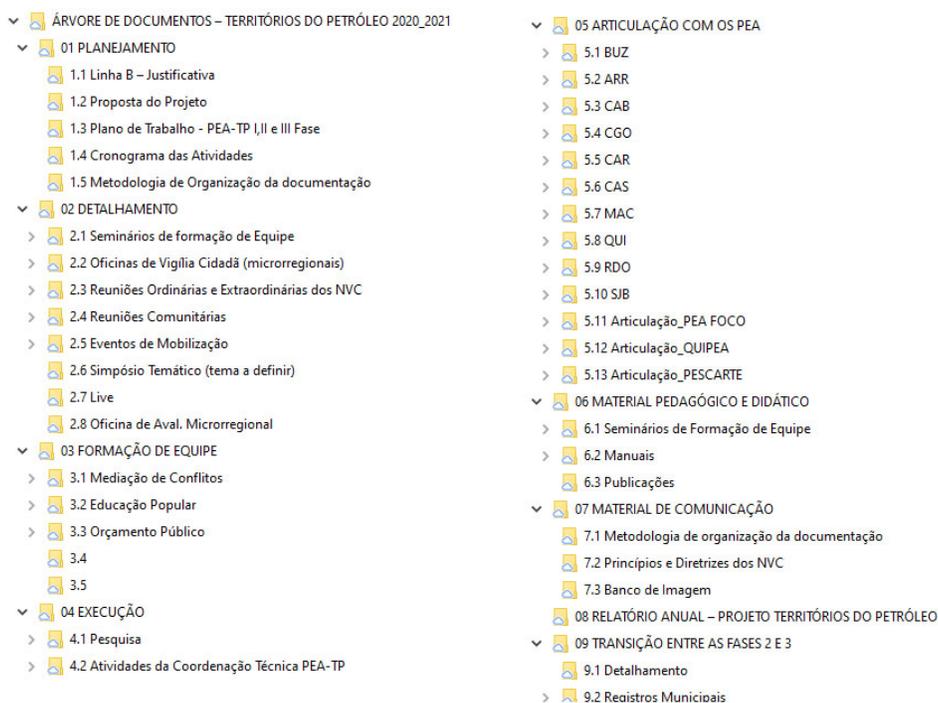
No âmbito do PEA-TP, a gestão dos documentos se dá por meio de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, utilização, avaliação e classificação, visando facilitar o acesso e o armazenamento de informações.

Com o intuito de facilitar a administração, estruturação, classificação e armazenamento dos documentos físicos e digitais, foi elaborado um Manual de instruções denominado “Metodologia de Organização da Documentação Técnica” que visa propiciar uma visão geral dos procedimentos que envolvem a sistematização de toda a documentação produzida ou recebida no desenvolvimento do PEA-TP, apresentando as políticas de guarda e armazenamento, assim como orientando os

responsáveis e os demais parceiros operacionais envolvidos que, no desempenho de suas atividades, necessitam consultar e/ou tutelar os documentos do PEA-TP. Neste sentido, o manual de Metodologia de Organização da Documentação define uma política de armazenamento, detalhando os locais e as categorias usadas para a organização, além de orientar os usuários quanto à consulta dos documentos técnicos.

Todas as evidências e documentos eletrônicos referentes às ações e metas executadas pelo PEA-TP são organizados e subdivididos por ordem cronológica de realização das atividades, em uma estrutura composta por pastas e subpastas denominada “ÁRVORE DE DOCUMENTOS – TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO”, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 - Print ilustrativo da estrutura da Árvore de Documentos do PEA-TP 2020-2021



Fonte: Equipe de design do PEA-TP

A metas que, por sua natureza, comportam grande volume de evidências e documentos apresentam seus conteúdos aglutinados em pastas e subpastas nomeadas com as siglas dos municípios de abrangência do PEA-TP (Tabela 1) e o ano de execução da ação, de modo que sempre fique visível a que se referem os documentos inseridos.

Tabela 1 - Siglas dos municípios de abrangência do PEA-TP

MUNICÍPIO	SIGLA
Armação dos Búzios	BUZ
Arraial do Cabo	ARR
Cabo Frio	CAB
Campos dos Goytacazes	CGO
Carapebus	CAR
Casimiro de Abreu	CAS
Macaé	MAC
Quissamã	QUI
Rio das Ostras	RDO
São João da Barra	SJB

Fonte: Documentos do PEA-TP.

Este acervo foi elaborado para fornecer uma visão geral das informações e dos documentos gerados no desenvolvimento de cada Fase corrente do PEA-TP, sendo alimentado periodicamente e atualizado anualmente para a sistematização da documentação. O reservatório abrange a documentação técnica digital apresentada por pastas e o índice que descreve sua estruturação e a classificação por assunto dos documentos finais armazenados, que seguem as orientações presentes na Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10. O armazenamento dos arquivos digitais na árvore de documentos que será enviada para o Ibama só ocorre após as revisões técnicas e a elaboração da versão final.

Com a implementação do Drive, criou-se um ambiente controlado, que consiste em um repositório para arquivos eletrônicos que demandam gerenciamento do uso compartilhado dos usuários. Os documentos eletrônicos recebidos e/ou gerados pelo PEA-TP são arquivados de acordo com o padrão interno de siglas para nomeação de arquivos eletrônicos. Essa padronização facilitou a organização e a localização dos documentos técnicos. Por questões de segurança, o acesso ao Drive é concedido de acordo com a função que cada membro da equipe exerce. Ao iniciar as suas atividades junto ao projeto, o integrante cria um e-mail para uso institucional, com o qual é realizado o compartilhamento do repositório.

Um instrumento essencial para o controle do fluxo dos documentos pro-



duzidos antes e após a realização das atividades é a chamada “Planilha de Processos”. Por meio dela, é realizado o monitoramento dos prazos para a produção, tramitação, revisão e armazenamento das pautas das reuniões com a comunidade, detalhamentos e relatórios das atividades diversas.

Tanto a pauta, quanto o detalhamento, são documentos prévios que apresentam informações gerais das atividades, produzidos com antecedência à data de realização. Os relatórios das atividades são os produtos que apresentam as informações e análise sucinta das ações desenvolvidas conforme a Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/10. Esses documentos são produzidos pela equipe técnica de campo e revisados pela equipe do apoio à gestão, que processa as informações, analisa e os normatiza.

A logística como instrumento de manutenção do PEA-TP

A logística ao longo dos séculos sempre esteve associada às atividades militares. A necessidade de suprir as tropas militares com alimentos, medicamentos, munições e equipamentos gerava a formação de um organizado aparato bélico cujo êxito dependia, muitas vezes, do grau de seu planejamento logístico. As organizações militares já haviam compreendido a necessidade de se ter um planejamento logístico rápido e eficiente, mas foi somente em meados do século passado que as organizações empresariais se preocuparam com esta questão.

Até pouco tempo atrás, o foco da logística empresarial fixava-se nos canais de distribuição diretos. Os fluxos de gerenciamento dos bens e informações decorrentes do ponto de controle das atividades não recebiam a devida atenção, pois se tratava de um volume que representava apenas uma fração do volume de distribuição direta. No entanto, recentemente, a logística de gestão tem sido vista como uma potencial fonte de diferencial competitivo para as empresas, tendo em vista que suas atividades não se limitam apenas ao escoamento dos produtos. Suas ações são desenvolvidas de forma racionalizada, o que possibilita o planejamento, a coordenação e a execução de um processo de controle de todas as atividades reduzindo os custos.

Para a abordagem logística no PEA-TP, assim como em qualquer outra organização, deve-se considerar os aspectos inerentes ao setor, de forma a subsidiar uma implementação adequada de suas ferramentas e constituir-se assim um sistema logístico. Analogamente, a logística “interna” do projeto é chamada de logística de gestão e possui importantes particularidades, por exemplo, a logística está ligada e é demasiadamente influenciada pela organização e realização do trabalho do campo. Acredita-se que o gerenciamento dessas ativida-

des só pode ser alcançado de forma eficiente, se houver uma ação conjunta e integrada entre todos os agentes envolvidos na execução do PEA-TP.

Num sentido mais amplo, a logística do PEA-TP está voltada a atender toda a demanda administrativa e técnica tornando possível a realização das atividades da maneira planejada. Esse planejamento exige a utilização de ferramentas diversas, como planilhas para o controle da frota de veículos, gestão de materiais e equipamentos, além de organização, armazenamento e distribuição.

Fazer o controle da frota de veículos requer, por exemplo, o monitoramento diário do consumo de combustível, o acompanhamento da quilometragem, da manutenção e revisão dos carros, tudo isso por meio de planilhas que são alimentadas e atualizadas frequentemente. Ademais, para garantir a segurança e cumprimento de questões legais referentes à legislação de trânsito, se faz necessário manter sistematizada a documentação dos condutores, acompanhando o prazo de validade das Carteiras Nacionais de Habilitação.

Além do Sistema PEA-TP, outros instrumentos são utilizados para a gestão dos materiais e equipamentos. O controle e a distribuição dos materiais são realizados com o auxílio de planilhas que informam o quantitativo, a descrição do material, o destinatário e outros dados que permitem a elaboração da rota buscando a eficiência e economicidade de tempo e custos na realização da logística. Em relação aos equipamentos, é importante ressaltar que estão organizados no Drive, em pastas específicas, as cópias digitais dos termos de responsabilidade de uso, que são assinados pela equipe técnica e dos contratos de comodato assinados pelos comunitários. Esses documentos possibilitam a gestão do uso dos equipamentos, com o intuito de garantir a preservação do patrimônio.

Considerações finais

Ante o exposto, apesar dos desafios impostos pela pandemia de covid-19, o processo de gestão se adequou ao “novo normal”, e pode-se considerar que todo o planejamento realizado desde o início da Fase III do PEA-TP contribuiu para a efetivação desse processo público, levando em consideração, principalmente, o atendimento à comunidade, público-alvo das ações educativas.

O planejamento, antes feito para o formato presencial, foi adequado e reflete uma dinâmica de ajustes, com o objetivo de atender às demandas das equipes e das comunidades. A gestão da equipe tem apresentado resultados satisfatórios, que evidenciam que o processo está seguindo o curso correto. As ferramentas de monitoramento do processo se mostraram eficientes até o mo-

mento, tendo em vista que os objetivos e prazos têm sido atendidos conforme planejado.

Por fim, pode-se concluir que mesmo com a Fase III ainda em curso e com a instabilidade provocada pelo cenário pandêmico atual, a gestão conseguiu cumprir com o papel de auxiliar o alcance dos objetivos e metas. Sabe-se que, adiante, novos desafios poderão surgir, mas é importante ressaltar que a gestão do PEA-TP estará atenta e preparada para buscar soluções e se adequar, sempre que necessário.

Referências

BRASIL. *Ministério do Meio Ambiente. Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº. 01/10.*

Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-ENAP. Diretoria de Comunicação e Pesquisa. *Gestão de Projetos*. Módulo 1: Contextualização. Brasília, DF, 2014.

SOVIENSKI, Fernanda; STIGAR, Robson. Recursos Humanos X Gestão de Pessoas. In: *Gestão, Revista Científica de Administração*. v. 10, n. 10, jan./jun., 2008.

PARTE III



Os capítulos da Parte III deste livro foram construídos coletivamente pela equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo e os integrantes de seus dez Núcleos de Vigília Cidadã.



NVC Campos dos Goytacazes

Bruno Vinícius Ferreira de Souza
Claudia Maria dos Santos Souza Barreto
Francielle Manhães da Silva Batista
Jocielma Manhães da Silva Batista
Letícia dos Santos Martins
Maria Clara dos Santos Barreto
Michel Cecílio Silva de Moraes
Saturnino Rodrigues da Silva

NVC São João da Barra

Eliane Menezes de Souza
Eliane Ribeiro Almeida de Oliveira
Franciane do Amaral Toledo
Jéssica Barbosa de Almeida
Jeferson Barbosa de Almeida
Jonathan Ribeiro da Silva
Julia Nunes da Silva Azevedo
Juliana Pereira de Freitas
Leila Rocha de Almeida
Maria de Fátima Barreto da Costa Conceição
Rayane Barbosa de Almeida
Renata Leandro de Sousa Almeida
Rosângela Conceição Ferreira da Silva

NVC Carapebus

Edilson Batalha
Clarim Moura
Sumara Zulo
Lurdes Amaral
Ricardo Santana
Priscila Vasconcelos
Cleiuza Souza
Jadilson Corrêa
Bryan Ávila

NVC Quissamã

Andrea da Conceição
Cristina da Silva
Eliane Boa Morte
Francine Barcelos
Geralda Alves
Gilçara Carvalho
Irinice Cunha
Janaína Pessanha
Jocélia Pavuna
Lilaf de Souza Centeio
Luciana da Silva
Luciana Ribeiro
Marcus Germano
Regina Coeli
Vilton dos Anjos

NVC Rio das Ostras

Alberto Carlos Paula de Souza
Eliane Barbosa e Silva
Fernanda Carolina Andrade da Silva
Karolaine Souza Silva
Oscar Alberto Valli
Pedro Barbosa de Carvalho
Rosileia Queiroz Valadão
Sara Domiciano de Jesus Gaspar
Thaís Martins Azevedo
Wilson Eigi Iwasa

NVC Macaé

Grazielle Heguedusch dos Santos Almeida Pereira
Janne Lis Heguedush de Santis
Pedro Paulo Nunes Rodrigues Pimentel
Rúben Pereira
Lulia Resgalla
Sandra Saturnino do Couto de Paula

Francisco Carlos Fernandes
Soares
Paulo Jorge da Costa Bocorni
Andressa Reis
Katiane Malaquias Pires
Cláudia Márcia Viana da Silva
Vanessa de Souza Santana

NVC Armação dos Búzios

Elizabeth Fernandes Teixeira
Izabella Ferreira da Paixão
Jaqueline dos Santos de Souza
Jefferson dos Santos de Souza
Marcos Santos da Silva
Maria Amélia Melo de Carvalho
Maria Augusta Leite de Santana
Miguel Diógenes da Silva
Tailaine dos Santos de Sousa
Ferreira
Viviane Souza da Silveira

NVC Casimiro de Abreu

Adriana Macedo de Oliveira
Daniella Maria José Ferreira de
Freitas
Edson do Nascimento Antunes
Elizabeth Porto da Silva Rangel
Irene Alves de Mello
Ivone de Souza Gonçalves dos
Santos
João Victor da Silva Soares
Jorge Mello
Lucas Canejo Azevedo Francisco
Lúcia Helena Reis Assunção
Magno Luís Oliveira Costa
Luiz Carlos Maciel (colaborador)
Niecio Prata da Silva (colaborador)

NVC Arraial do Cabo

Alexandre Sampaio

Angélica Ribeiro
Chirley Cardoso
Cleusa Rocha
Deoclécio Amorim
Edgar Costa
José Antônio Freitas
Laurinda Magalhães
Lucia Almeida
Nelson Cordeiro
Reilza Weber
Sebastião Ribeiro
Sandra Fonseca
José Hélio Nunes (in memoriam)

NVC Cabo Frio

Alcinea Gama,
Altair de Oliveira
Ana Carolina Oliveira
Beatriz Lima
Eli da Costa Cardoso
Eliana Ferreira
Joanita Carmem
Lorena Almenara
Josias dos Santos
Joyce Peroba
Luana Mota
Lucas Rosindo
Marcos André Leal
Margarida Alves
Naiure Baitinga
Orfeu de Souza
Orlando Pacheco
Raiure Baitinga
Rodrigo Mota

PARTE III

Saberes e perspectivas plurais: os pontos de vista dos sujeitos da ação educativa

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

A parte III deste livro agrupa cinco capítulos dedicados ao registro e à análise das experiências de vigília cidadã e controle social vivenciadas nos dez municípios incluídos no Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP). Cada capítulo contém o relato de uma dupla de municípios que compartilha certa proximidade geográfica e a atuação de um ou mais técnicos(as) do projeto. Conforme a natureza do PEA, esse intercâmbio entre os Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) deve ocorrer não apenas entre municípios vizinhos, como também entre todos os integrantes da rede. Evidentemente, esse *dever ser* é uma construção árdua — tijolo por tijolo, e não uma conquista rápida e mágica —, em uma espécie de artesanato institucional. Essa construção pressupõe outra, anterior, que é a da identidade individual de cada grupo.

Em meio às ações desenvolvidas na Fase III (2020-2022), há sinais bastante visíveis de que os Núcleos de Vigília Cidadã, formalmente constituídos ao final da Fase I (2014-2016), efetivamente se reconheceram como instância dotada de identidade própria. Sem significar uma oposição ou distanciamento, nota-se uma distinção entre um “nós” (o NVC propriamente dito, entendido como o grupo de cidadãos voluntários arregimentados pelo projeto) e um “eles” ou “vocês” (o Projeto Territórios do Petróleo, concebido como o conjunto das suas equipes técnica, de pesquisa e de coordenação). Recorrendo a uma comparação didática, é como uma criança que aprendeu a andar sozinha e não precisa mais da mão de nenhum adulto para caminhar — ainda

que isso ainda não signifique propriamente uma emancipação. Portanto, a primeira construção parece bastante madura.

Quanto à articulação e à atuação em rede, muitos passos têm sido dados, mas a maturidade completa parece ainda estar no horizonte. Ao que tudo indica, trata-se de um processo em curso, que se vale de vários aspectos do desenho institucional do PEA-TP para avançar. Um desses aspectos é o arranjo metodológico de delimitação das microrregiões, que reúne três ou quatro municípios (Sul: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio; Centro: Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras; e Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã e São João da Barra) e propicia vislumbrar os problemas e as potencialidades intermunicipais, confluindo no fortalecimento dos laços. Outro aspecto é aquele em que o encontro entre membros de todos os Núcleos é não apenas realizado, mas ritualizado e celebrado. Esse foi o caso do 2º Simpósio Temático Controle Social, Rendas Petrolíferas e Impactos Socioambientais, realizado de primeiro a 03 de julho de 2022, em Campos dos Goytacazes (RJ), e do 3º Encontro Regional, ocorrido de 05 a 07 de agosto de 2022, em Macaé (RJ). Com acertos e com erros, como é próprio de toda empreitada humana, esses eventos previstos no calendário propiciam condições para fluir a interação em rede. Outro dispositivo voltado para fomentar a interação é a atuação conjunta entre duplas de municípios. É justamente essa articulação que constitui uma espécie de *coluna vertebral* da parte III deste livro, ao apresentar relatos coletivos — elaborados por grupos de até oito técnicos, em cooperação com os membros de seus respectivos NVCs — acerca do que pulsa nas cinco duplas de municípios do projeto Territórios do Petróleo.

O capítulo 9 tem como título “Reuniões Ordinárias: reflexões sobre a experiência dos municípios de Carapebus e Quissamã” e é assinado por Pâmela Busch, Ednilson Gomes, Laudirlea dos Reis, Victória Troncoso, Alessandra Carvalho, Raiza Azevedo e Mayane Dias. No relato, os autores dividem com o leitor os desafios da condução dos trabalhos nos dois Núcleos (agravados pelo cenário de isolamento social causado pela pandemia de covid-19) e as estratégias para sua superação. Para além de todo o aprendizado exigido com relação ao uso das ferramentas digitais, a perseverança de cidadãos que vivem na zona rural foi muitas vezes testada — e aprovada — por intempéries que simplesmente faziam cair o sinal de internet.

O capítulo 10, intitulado “Participação social no contexto da pandemia: potencialidades e desafios”, Ana Carolina da Silva de Souza Martins, Jéssika

Rodrigues de Paula e Rafael Paes da Silva de Souza, foca os Núcleos de Campos dos Goytacazes (RJ) e São João da Barra (RJ). O texto traz à reflexão pública as formas encontradas pelos membros dos NVC para exercer a participação social no contexto das restrições da pandemia. A partir da metodologia “Chuva de ideias”, os técnicos recolheram e compilaram percepções dos sujeitos da ação educativa a respeito do tema. Na organização do material recolhido, as equipes municipais se valeram da criação de cinco eixos: i) Saúde mental e sua influência na participação cidadã; ii) Desafios; iii) Potencialidades; iv) Consolidação dos NVC; v) Expectativas para o retorno das atividades presenciais.

No capítulo 11 — “Reuniões Comunitárias em tempos de pandemia: experiências e vivências no modelo remoto” —, destacam-se as Reuniões Comunitárias de Casimiro de Abreu (RJ) e as de Macaé (RJ). Seus autores são Lucélia Alves de Lima, Rosilene de Paula Brum, Vanessa Aparecida Macedo Boucinha, Wanderson do Nascimento Souza, Nathally da Silva Carvalho, David Teixeira da Silva, Marilucia Aparecida Soares e Juliana Pereira de Freitas. As Reuniões Comunitárias foram pensadas pela equipe técnica e membros dos NVCs ainda na Fase II para permitir, no período seguinte, o transbordamento dos saberes adquiridos nos Núcleos para as comunidades de seu entorno. Em virtude da pandemia, muitas dessas reuniões foram realizadas no formato remoto. Em Casimiro, relatam os autores, todos os membros do NVC local conseguiram participar e contribuir de forma ativa para a construção dos debates propostos. Em Macaé, as Reuniões Comunitárias foram percebidas como momentos preciosos de escuta oferecidos a moradores e lideranças que se sentem esquecidos pelo Poder Público. A despeito de toda a ansiedade para *falar*, compartilhando os conhecimentos adquiridos, o grupo teve a sabedoria de também *ouvir*. Ao que tudo indica, isso foi importante para o estabelecimento da confiança que permitiu a busca de soluções compartilhadas, como a proposta de revitalização do Ceasa de Macaé, afinal entendida como possível instrumento de geração de renda e de integração regional.

No capítulo 12, de autoria de Jéssica Mulinari Mota, Lia Keller Ferreira da Costa, Lucimara Martins de Souza, Marcela Araujo Amorim, Maria da Conceição Pavão Leite de Oliveira, Olívia Garcia da Silva Santos e Wender de Castro Carvalho Araujo, o tema é “Eventos de Mobilização Comunitária: as experiências de Rio das Ostras e de Armação dos Búzios”. Embora com objetivos próprios, os Eventos de Mobilização Comunitária se assemelham

às Reuniões Comunitárias no sentido de disseminar para além dos NVCs o aprendizado adquirido pelos cidadãos engajados no projeto. Os temas preferenciais foram orçamento público municipal, transparência e aplicação das rendas petrolíferas.

Já o capítulo 13 tem como título “As experiências e expectativas dos Núcleos de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo e Cabo Frio nas Reuniões de Articulação do PEA-TP”, com a autoria de Ana Paula Pascoal, Eduarda Caillava, Gabriel Araújo, Gabriel Ribeiro, Ingrid Jibsqi, João Vitor Oliveira e Layla Poubel Tunala. O texto trata da busca de sentido prático para uma orientação incisiva do órgão ambiental, que é a articulação entre os diversos projetos de educação ambiental vinculados ao mesmo programa de educação ambiental. Segundo os autores, foi possível identificar entre os membros dos NVCs, a partir da experiência das reuniões de articulação entre PEAs, indícios de uma visão mais ampla do contexto social e político em que estão inseridos.

A leitura dos capítulos que compõem a parte III propicia uma visão panorâmica da atuação dos Núcleos de Vigília Cidadã, que são a alma do projeto Territórios do Petróleo, e aterrissagens em aspectos particulares relevantes para a compreensão do todo. Fica o convite!



Capítulo 9

Reuniões Ordinárias: reflexões sobre a experiência dos municípios de Carapebus e Quissamã

Pâmela Busch
Ednilson Gomes
Laudirlea dos Reis
Victória Troncoso
Alessandra Carvalho
Raiza Azevedo
Mayane Dias¹

Introdução

No Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo, o conceito de informação é de extrema relevância, visto o objetivo de diminuir a falta de conhecimento acerca das rendas petrolíferas nos municípios impactados pela indústria de petróleo e gás da Bacia de Campos. Segundo o Plano de Trabalho da Fase III, entende-se informação como conhecimentos organizados adquiridos por meio de dados, que são referência sobre royalties e participações especiais. Ademais, como esses repasses implicam nas contas públicas municipais.

Assim, as Reuniões Ordinárias (RO) do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) são espaços de troca de informações, reflexão e aprendizado, nos quais o grupo se qualifica pesquisando sobre o ciclo orçamentário municipal, passando a compreender um pouco da linguagem técnica. Além disso, os membros constroem estratégias de ação, tanto individuais, como coletivas para sua comunidade, com base nas in-

¹ A partir deste capítulo, apresentam-se textos produzidos de maneira coletiva, os quais os técnicos do PEA-TP escreveram em cooperação com os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã. No início desta seção, estão listados os integrantes de cada NVC que participaram nesse processo.

formações obtidas, também buscando dialogar sobre os momentos abertos à participação popular e cidadã no processo decisório do município, como audiências públicas e conselhos.

A pandemia de covid-19 que intercorre mundialmente fez com que as atividades passassem a ocorrer de forma virtual. As reuniões seguem acontecendo quinzenalmente, todavia, com o horário reduzido de quatro, para duas horas, de forma a assegurar o bem-estar dos participantes frente à tela. Essa mudança não refletiu desânimo por parte dos grupos, que se mantém assíduos participando das RO.

Para mais, a pandemia se constituiu como um grande desafio, visto que os membros do NVC não tinham grande familiaridade com as ferramentas virtuais de reunião, muitas vezes nem mesmo um aparelho que as comportasse. Para isso, o projeto se mobilizou para oferecer aparelhos e chips, enquanto a equipe técnica pensou em formas de introduzir os membros do NVC ao mundo digital. Foram confeccionados materiais com prints de tela e vídeos para guiar os comunitários a adquirir as ferramentas, e, após o envio desses materiais, a equipe ofereceu todo suporte na explanação acerca de sua utilização. Assim, os grupos conseguiram se consolidar unidos, mesmo face às adversidades, superando barreiras para continuar aprendendo a fim de exercer cidadania ativa em seus municípios.

Para atingir o objetivo do controle social de forma qualificada, várias práticas pedagógicas de caráter crítico, dialógico e horizontal foram construídas e testadas ao longo do processo educativo das fases anteriores, conforme destaca o Plano de Trabalho.

A equipe técnica buscou, mesmo de forma virtual, levar ferramentas e metodologias dinâmicas e didáticas para as reuniões e contou com a troca de informações entre os técnicos dos dez municípios de abrangência do TP para o melhor desenvolvimento das atividades. Ademais, contou com a colaboração dos próprios NVCs, que sempre estiveram dispostos a participar, mesmo com algumas adversidades como mau tempo e instabilidade de conexão. As condições climáticas em Quissamã e Carapebus se tornaram um obstáculo, visto que diante de chuvas, ventos e dias nublados, a conexão de internet se perde, considerando serem municípios do interior do estado do Rio de Janeiro e grande parte dos moradores serem de zona rural. Mesmo assim os grupos se mantiveram constantes nas RO, o que permitiu o estudo de assuntos como gestão e orçamento público, royalties e o planejamento das Reuniões Comunitárias.

Durante as Reuniões Ordinárias também foi explicitado ao grupo como realizar o acesso às ferramentas de transparência para solicitação de esclarecimento sobre orçamento no município, ação que alguns faziam somente de forma presencial no protocolo junto à prefeitura, aliando os conhecimentos obtidos nas fases anteriores do projeto, com o atual momento virtual. Os membros do NVC tam-

bém passaram a participar de reuniões de conselhos e audiências públicas virtuais.

As reflexões realizadas, troca de conhecimentos, fortalecimento das identidades dos membros do núcleo de vigília e busca por aprender novas formas de incidir politicamente dentro dos municípios fizeram com que as Reuniões Ordinárias se mantivessem, na Fase III, como um espaço estimulante e substancial, como parte da vida dos comunitários.

1. Experiência no município de Carapebus

Online *versus* presenciais

Não sei se vou ou se volto.

Se insisto ou se desisto.

Se terá sinal ou se procurarei incansavelmente.

Somente posso garantir, que a saudade é muito grande.

Queria abraçar, beijar, amar

Mas como antes.

Como ainda não podemos,

Vamos saciando nossa sede

Vendo todos pela rede.

Lourdes (NVC representante da comunidade de Ubás)

Por meio desse poema, escrito por uma membra do NVC de Carapebus, se iniciam as reflexões acerca das RO. Para os membros, as reuniões são importante fonte de troca de conhecimento, socialização e oportunidade de colocar em prática as estratégias de mudança que almejam para o seu município. As afirmações são unânimes no que diz respeito às suas experiências diante da participação nas RO. As reuniões trazem avanços no processo de desenvolvimento da cidadania, em que o participante pode expressar suas ideias coletivamente e dialogar sobre suas reflexões, encontrando assim, um ponto comum para que o grupo desenvolva suas atividades e alcance seus objetivos. Bryan, representante da comunidade do Centro afirma: “As reuniões trazem de positivo toda a experiência e informações na qual não tínhamos acesso até a chegada do projeto no município”. A representante Cleilza adiciona:

Então, para mim as reuniões são de suma importância para nos orientar em relação ao desenvolvimento do município. Através das reuniões, conseguimos

compreender melhor quais meios podemos usar para melhoria no geral e assim compartilharmos com nossa comunidade para que juntos possamos fazer algo para melhorar (Cleilza, representante da comunidade de Rodagem).

Como citam os membros, a chegada do projeto no município foi de grande importância no fortalecimento da cidadania. As reuniões são um dos caminhos, entretanto em 2020 os encontros do núcleo sofreram uma importante alteração. Acostumados a reuniões presenciais, em que aproveitavam o momento para conversar, se abraçar, falar sobre questões relacionadas ao seu cotidiano e da realidade do município, o grupo viu esses momentos se transformarem em distanciamento e ausência do toque e do “calor humano” mencionado por todos como uma característica simbólica do núcleo.

Enquanto o Brasil enfrenta uma pandemia, que nenhum membro poderia prever, estes precisaram modificar sua maneira de se relacionar e de participar das atividades. As ações exercidas pelo NVC sempre foram de extrema importância no que tange ao desenvolvimento da participação cidadã.

Pairou no ar uma indagação: como continuar, se não há meios de se reunir presencialmente e discutirem estratégias de enfrentamento para as questões que envolvem seu município? Nesse ponto, contaram com o apoio do Projeto Territórios do Petróleo, que forneceu celulares e chips para que não deixassem de se reunir como grupo. A equipe técnica municipal iniciou a mobilização e capacitação para o uso de novas ferramentas para as reuniões virtuais, uma vez que muitos não tinham acesso ou familiaridade com as ferramentas digitais. Dessa forma, diante das adversidades pandêmicas, o que para outros seria desestimulante, para o NVC de Carapebus foi um meio de aprender a utilizar as plataformas virtuais e diante disso, expandiu essa participação para outros canais de conhecimento. Como é possível ver na fala de um membro:

O mundo vive um processo de transformação tecnológica e a pandemia nos mostrou que o Brasil ainda tem muito que avançar nessas questões. Está sendo uma experiência muito boa para mim, hoje participo de lives não somente do projeto, mas também de outros grupos que lutam por uma causa socialista como o movimento negro. Através do projeto Território do Petróleo, eu iniciei essa transição saindo do presencial para o virtual (Jadilson Correa, representante da comunidade de Ubás).

Mesmo com o entusiasmo de continuar, mobilizar e participar ativamente das reuniões, vieram à tona as questões técnicas, como falta de acesso à rede, insta-

bilidade de conexão, problemas relacionados com o mau tempo e instabilidade do fornecimento de energia elétrica no município. Todos esses foram desafios que o grupo precisou enfrentar para que pudesse se manter participativo e mobilizando novos membros para comporem o NVC.

As reuniões, além de todo o papel citado anteriormente, possuem um caráter formativo e informativo para seus membros: é onde conseguem encontrar apoio para estar cientes dos recursos financeiros que são distribuídos no município. Mesmo com dificuldades, reconhecem que as reuniões *online* são mais ágeis e possibilitam um maior acesso às informações em tempo real (basta abrir o site e compartilhar a informação que se discute no momento). Mais ferramentas e metodologias diferenciadas estão sendo apresentadas nesse momento e a divulgação dessas informações está cada vez mais rápida.

Muito bom, nesses tempos de pandemia, continuar com as atividades do projeto de forma virtual, para que não haja desmobilização. Não tem muita diferença. O conteúdo das atividades é o mesmo, só não temos o calor humano (Priscila, representante da comunidade do Fundão).

Mesmo com tantos pontos positivos, o NVC não deixa de comparar as reuniões online com as presenciais. Sente falta do contato ao vivo, e mesmo as virtuais sendo com horário reduzido, se tornam cansativas pelo formato em si. Todavia, as dificuldades estão sendo superadas por todos, pensando sempre na continuação do grupo e nos benefícios para o município que o núcleo unido e fortalecido pode trazer.

Levar informação ao grupo e novos conhecimentos, formando novos cidadãos. Isso fortalece o grupo e os bairros impactados. Força de ir além, ensina a pôr em prática o que aprendemos (Ricardo, representante da comunidade de Itaquira).

Em 2021, as Reuniões Ordinárias iniciaram uma nova fase. Mesmo com seu caráter informativo, em que capacitações para o fortalecimento do grupo foram oferecidas pelo projeto, as reuniões foram importante estratégia para o planejamento das Reuniões Comunitárias (RC). Por meio das RO, metodologias, ferramentas, temas, estratégias de mobilização e divisão de tarefas foram realizados para o bom desenvolvimento das RCs. Além disso, houve momentos de avaliação, em que os membros levantaram pontos de melhoria para que as RC ficassem ainda mais convidativas e alcançassem seus objetivos.

O núcleo se mantém forte e unido, apesar das adversidades enfrentadas nesse período pandêmico no país. Ainda repetem suas frases emblemáticas, como “juntos somos mais fortes”, “estamos aqui para o que der e vier” e “somos uma família”.

Diante do exposto, mencionam-se algumas outras falas dos membros do NVC, no que diz respeito à importância das RO para suas vidas em grupo, em comunidade e individualmente, para que se possa ilustrar essa relevância através de suas palavras:

Acredito que cada ator participante do Projeto Territórios do Petróleo (NVC) se encoraja a refletir a sua participação individual e coletiva no processo de desenvolvimento do seu município. As Reuniões Ordinárias, sejam individual ou coletivamente, são o momento no qual cada participante se expressa de maneira espontânea, colocando suas dúvidas e, ao mesmo tempo, as tirando também, tendo em vista que é um processo de educação e cidadania (Jadilson, representante da comunidade de Ubás).

No Territórios do Petróleo foi onde eu aprendi a reclamar meus direitos, como correr atrás para reivindicar o que eu tenho direito no município em qualquer repartição pública. Eu faço parte do Territórios desde quando começou, praticamente sou um fundador! Eu quero falar a realidade, o Territórios é uma escola, onde têm professores, gente de conhecimento, onde a gente pode aprender, perguntar e puxar nosso conhecimento em cima das leis ambientais, sociais, municipais. Tudo aquilo que nós temos conhecimento, coisas que não são feitas, mas podemos correr atrás para reivindicar. O Territórios do Petróleo é muito bom, uma excelente escola para quem quer trabalhar e passar a conhecer da política social. (Clarim, representante da comunidade de Fundão).

Por fim, pode-se dizer que o núcleo vive e sente essas experiências das Reuniões Ordinárias em suas vidas comunitárias e comuns, pois levam essas trocas de conhecimento para além da sede e do projeto. Vivenciam como parte de suas vidas. Uma troca riquíssima, de sabedoria, conhecimento, modo de vida, visão de mundo e acima de tudo, diálogo e construção coletiva.

As Reuniões Ordinárias são importantes para o desenvolvimento das atividades do grupo, mas acima de tudo, para o crescimento individual. Eu não costumava falar muito, era calado e não conseguia expressar minhas ideias. Hoje eu participo de qualquer reunião, dentro e fora do projeto, e consigo expor o que penso e ouvir a ideia do outro, contribuindo para uma

construção de grupo (Edilson, representante da comunidade de Sapecado).

Este capítulo finaliza com um poema enviado por uma de suas membras, em que ela demonstra o carinho e cuidado com o núcleo, além de deixar a marca de Carapebus como um núcleo artístico e envolto em poesia.

Memórias!

Memórias de reuniões onde ressaltam o dever e o direito de cada cidadão são apenas memórias que vêm e que vão.

Memórias de muitos saberes que capacitam muita gente.

Memórias que traduzem sentimentos em palavras mostrando a força e a raça da gente, é uma luta frequente em que há altos e baixos, mas bola para a frente.

Memórias, ah são apenas memórias de um povo que clama por mudança, mas sem força, chora, sofre calado sendo esmagado pelos donos do poder.

Memórias, sabe o que me lembra?

Lembra de que fomos envolvidos por uma cegueira branca que nos foi acometida, mas agora nos foram abertos os olhos e ouvidos para o que nos foi proibido.

Mais, que memórias!

Em minha memória ecoa a saudade de tempos que nos foram roubados e que talvez não voltem mais apenas por enquanto, restando somente a doce e boa velha lembrança de memoráveis lembranças.

Memórias inesquecíveis, que pararam nações do mundo inteiro e nos fizeram como cidadãos aprender a inovar e a ter garra de lutar para sobreviver, apenas sobreviver.

Ah! Memórias onde as dificuldades são menores que as vitórias, pois a união supera tudo para conquistar o impossível.

Sumara Zulo (representante da comunidade do Centro).

2. Experiência no município de Quissamã²

Devido às características essencialmente rurais, Quissamã é um município que possui grandes dificuldades de comunicação e locomoção nas localidades, principalmente nas que ficam a 15 km ou mais de distância do centro urbano, como no caso

² Os(as) autores(as) vinculados(as) ao NVC de Quissamã preferiram não expor os nomes dos(as) entrevistados(as) como forma de deixá-los(as) completamente à vontade, ainda que o espírito crítico seja uma constante no cotidiano do núcleo e na atuação de seus membros

de Machadinha e Barra do Furado. (BARRETO et al., 2019). Mesmo com essas limitações, o NVC, formado em sua maioria por adultos moradores da zona rural, comunidades quilombolas e de pescadores, sempre se manteve ativo nas Reuniões Ordinárias presenciais realizadas nas fases anteriores (REIS; CARVALHO, 2019).

A percepção dos participantes a respeito das ROs e sua importância para a coletividade mostram que todos valorizam a troca de informações e interação com pessoas que têm o mesmo interesse e o aprendizado a respeito dos royalties, do controle social e dos direitos do cidadão. Além desta percepção, destaca-se a possibilidade de levar esse aprendizado para dentro das próprias comunidades. No âmbito individual, os ganhos também são perceptíveis, como pode ser observado na fala de uma participante: “Antes eu não sabia nada. Eu via de um jeito, até a minha vida pessoal mudou depois do projeto, eu vejo com outros olhos. Uma maneira de se defender melhor, sabe?”, complementando que “Até a comunicação, assim, com as outras pessoas eu melhorei, sem aquele impedimento para falar. Eu fiquei mais solta para falar, aquela timidez que a gente tinha e não tem mais”.

Sobre a experiência das reuniões durante a Fase II, Reis e Carvalho (2019) destacam as palavras “conhecimento” e “aprendizado” como sendo as que melhor representavam as vivências no projeto. Já na Fase III, podemos acrescentar “superação” e “adaptação” a essas vivências, já que as condições impostas pela pandemia reforçaram a importância do conhecimento e do aprendizado em um contexto de adaptação ao formato digital. Um desafio a ser superado tanto pelos técnicos do projeto, quanto pelos membros do NVC. Para quem estava acostumado com as reuniões presenciais, momentos de encontros e compartilhamento de informações, mas também de afetos, não foi fácil se adaptar a essa nova realidade, embora tenham entendido que “é uma maneira de o projeto não ficar totalmente parado”, como afirma uma integrante, evitando a desmobilização dos membros do NVC.

“Presencial é diferente, você senta, conversa, se olha, se entende. [À distância] fica complicado, não tem contato com quem mora longe, não pode cumprir, todo mundo fala ao mesmo tempo”, ressalta uma participante, cujos anseios foram observados de forma unânime na fala de todos os membros. Além disso, existem também os problemas técnicos, relacionados à dificuldade usar smartphones e internet. Sobre estes obstáculos, uma das participantes afirma ter “dificuldade na internet, telefone descarrega, sinal muito ruim, passa de semana sem sinal, trabalhava lá perto [da sede], então conseguia participar presencialmente”, enquanto outra, em relato semelhante, aponta as “vezes que o áudio falha, a internet cai e a gente perde algumas informações”.

Aqui, é interessante evidenciar a percepção dos membros novos, ou seja, aqueles que não tiveram a vivência das reuniões presenciais. Para eles, os encon-

tros virtuais foram importantes e permitiram uma aproximação e integração com os membros mais experientes. Nas palavras de uma participante, “eu me sinto como se estivesse próximo de todos, perto de todos, sou muito bem recebida, minhas dúvidas são esclarecidas, somos um grupo bem bacana!”

Por outro lado, alguns membros também destacaram que o novo formato permitiu um aprendizado sobre o uso de tecnologias que poderá ser usado para continuar estudando e buscando informações, afirmando que “a dificuldade foi que no começo, a primeira e a segunda reunião eu estava destreinado, mas da quarta em diante eu já estava treinado, então eu ficava de olho para não perder a hora. Depois que a gente está aprendendo a mexer no telefone, ficou bem melhor, não teve mais dificuldade”, enquanto outra participante relata que gostou dessa nova descoberta e das possibilidades de aprender coisas novas, destacando, inclusive, que a equipe deu muito suporte nesse aprendizado. Além disso, poder acompanhar as reuniões de casa também foi destacado por alguns como um ponto positivo, já que muitas vezes ter que cuidar dos filhos ou dos afazeres domésticos eram impeditivos para a participação.

Os problemas de acesso à internet representam um grande desafio desta etapa. “As dificuldades são muitas, mais a pior delas é a falta de internet”, afirma uma moradora de Machadinho, localizada na zona rural do município. Em diversos momentos, os participantes relatam que os moradores não são muito ativos no uso de tecnologias e redes sociais, logo, “está mais difícil pra chamar gente nova, só participa quem já estava”. Mesmo com o empréstimo de aparelhos celulares e chips com internet para facilitar o acesso, alguns participantes tiveram dificuldades. De acordo com um relato, “tem gente que guardou e nunca usou, por que não sabe usar... se fosse na sede seria ao contrário”. Além disso, o acesso à internet no município também é influenciado pela questão climática, pois como enfatizou uma participante, “a rede nem sempre está excelente... se chover dá ruim, se o tempo estiver ventando, estiver nublado, pode dar ruim também”.

Em suas falas, os anseios vinham acompanhados de uma saudosa lembrança dos encontros presenciais, destacando as conversas, a aproximação entre as comunidades, as brincadeiras e os momentos de descontração que ocorriam durante o lanche. Além disso, também se lembravam dos trabalhos de campo que permitiam que os moradores conhecessem melhor o cotidiano e os problemas de cada localidade. “O pessoal de um bairro fez a visita no outro, Machadinho foi em Barra do Furado, a gente se comunicava melhor”, relembra um membro, enquanto outra relata “Andei por essas praias, essas matarias, para mim foi muito bom. Andei muito, muito, muito! Eu lembro de tudo!”.

Das lembranças do passado para as expectativas do que ainda está por vir,

o retorno das atividades presenciais foi unanimidade entre os participantes. “A minha expectativa é voltar logo para o presencial, para voltar a fazer nossas atividades normalmente, pois todas que eu já participei foram muito importantes para o nosso crescimento”, “a minha expectativa é que o projeto continue e que passe logo essa pandemia para voltarmos para o presencial, e com isso voltar a fazer o Campo Exploratório e trazer novas pessoas para o grupo”, “quando voltar a gente vai ficar bem mais à vontade” e “Tá difícil, eu não tô gostando não. Eu faço para não perder vocês de vista. Eu amo o Territórios!”, afirmam em suas falas.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, o número de participantes nas RO indica que estas não representaram uma barreira para a participação: enquanto na Fase II a média de participantes nas RO foi de 10 pessoas, a Fase III manteve uma média de 9 membros por reunião, ou seja, uma redução muito pequena. Do total de membros, apenas uma pediu afastamento das atividades durante o período remoto, devido à dificuldade para utilizar o celular, mas deixando claro que retornaria às atividades presenciais.

Com base nesses relatos, fica perceptível que o Núcleo de Vigília Cidadã de Quissamã assumiu uma postura de comprometimento com o projeto e superação das dificuldades, atravessando este momento de crise com coragem e responsabilidade. Logo, espera-se que o retorno das atividades presenciais traga ainda mais integração e crescimento para todos os participantes, e que todas as expectativas criadas neste período possam ser atendidas e superadas, buscando sempre estimular o aprendizado e a autonomia dos participantes.

Considerações finais

As Reuniões Ordinárias são, além de um espaço formativo, um lugar de acolhimento e troca de experiências entre os membros. Ademais, são oportunidades que o grupo encontra para compartilhar as questões relacionadas aos impactos da indústria do petróleo e gás, não só nas suas localidades, como também nos municípios como um todo.

Pode-se observar que na vida de todos os membros do NVC, o período de pandemia gerou um desafio e uma insatisfação, visto que os afastou dos encontros presenciais que tanto prezavam, dos momentos de troca e afetos enquanto tomavam café no intervalo. Esses momentos são muito lembrados durante as Reuniões Ordinárias. Muitos são os pedidos de retorno para a sede, em que a equipe precisa lembrá-los de que a segurança de todos está em primeiro lugar e, com isso, só será possível voltar de forma segura e responsável. A ânsia pelo retorno é compreensível e compartilhada também pela equipe técnica, todavia, todos con-

cordam que precisam se manter protegidos. A partir dessa visão, os membros do NVC conseguiram se reinventar.

Com o suporte dos técnicos, aquilo que era dificuldade (a tecnologia) foi se tornando um aliado para a participação do grupo nas reuniões. A tecnologia passou a fazer parte do NVC assim como as reuniões presenciais faziam e essa afirmação se faz concreta a cada encontro, em que o comparecimento da maior parte dos grupos é garantido.

O NVC continua também no formato remoto, seguindo seu documento norteador das atividades, “Princípios e diretrizes do NVC”, no qual reforça os valores de amizade, humildade, respeito, por exemplo, fechando os microfones após falarem, e “levantando a mão” para pedir a vez de falar, bem como acolhendo novos membros que ingressaram nesse período, após a participação em três reuniões.

O propósito das RO é ser um espaço formativo e reflexivo, permitindo o aprofundamento teórico que possibilite o alcance dos objetivos do grupo. Esse propósito vem sendo cumprido, também com a participação de pesquisadores que trazem para as reuniões informações valiosas para munir o NVC de ferramentas que os possibilitem estar qualificados nos espaços de decisão do município.

Esses espaços estão sendo tomados pelos membros do núcleo mesmo virtualmente, que a partir das RO, também começaram a assistir sessões da câmara, audiências públicas e reuniões de conselhos online. Começaram a se apropriar de ferramentas de controle social como o portal da transparência municipal, bem como o E-sic (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), solicitando informações e questionando demandas locais.

Os aprendizados foram vários, impactando positivamente a vida dos membros do núcleo que também puderam utilizar mais a tecnologia em outros espaços e para suas vidas particulares.

A equipe técnica se sente honrada em poder auxiliar os membros do NVC a alcançarem sua autonomia e exercerem seu direito de cidadãos, também de forma virtual. Aguardando que, num futuro próximo, possam estar todos olhando nos olhos pessoalmente durante os encontros.

O conhecimento é algo que não ocupa espaço e ninguém pode roubar. Por mais desafiadora que essa fase tenha sido, a superação e os ganhos que vêm com ela são inquestionáveis. As Reuniões Ordinárias continuam e continuarão sendo espaços de construção coletiva e horizontal de conhecimento e troca de informações para quem deseja um diálogo mais qualificado junto ao poder público do município.

Referências

BARRETO, A. P. T. et al. Territórios em Movimento: Rumo às Comunidades. in GANTOS, M. (Coord.). *Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019, p. 89-108.

REIS, L. S. e CARVALHO, R. N. Quissamã e Carapebus: a comunicação dialógica no processo educativo dos municípios de Quissamã e Carapebus. in GANTOS, M. (Coord.). *Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties*. Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019, p. 91-100.

Capítulo 10

Participação social no contexto da pandemia: potencialidades e desafios

Ana Carolina da Silva de Souza Martins
Jéssika Rodrigues de Paula
Rafael Paes da Silva de Souza

A pandemia de covid-19 alterou significativamente a vida e a rotina do mundo inteiro e não seria diferente em relação à participação social nesse contexto. Audiências públicas que eram presenciais passaram a ocorrer através de plataformas digitais; as Reuniões Ordinárias (RO) dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) que anteriormente ocorriam nas sedes, passaram a ser realizadas em salas virtuais onde passamos a nos ver por meio de pequenas janelas. Esses são apenas alguns exemplos de como a participação social foi afetada nesse contexto.

Antes de trazer a experiência dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) em relação à participação social no contexto pandêmico, consideramos relevante que se explicita o referencial teórico adotado para esse conceito ao longo do capítulo. Segundo Milani (2008):

A participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (provenientes da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa (p. 560).

Concebendo a participação social como um elemento constituinte do exercício da cidadania, este capítulo se dedicará a trazer como os membros dos

Núcleos de Vigília perceberam a alteração desse cenário, ou ainda, quem começou a ocupar esse tipo de espaço na pandemia, além de como perceberam a própria incidência nesses locais dentro da atual configuração de trabalho remoto, em diversos setores.

Durante a Fase II do projeto, os NVCs dos dez municípios nos quais o projeto atua enxergaram a necessidade de avançar nos debates que ocorriam dentro dos núcleos e levá-los também às comunidades que antes estavam presentes por meio de representantes, uma vez que durante as duas fases, os SAE entenderam que os conhecimentos trocados dentro deste espaço necessitavam ser socializados com mais membros da sociedade civil com a finalidade de aumentar tanto a participação quanto o controle social. Porém, com a chegada da crise sanitária, todo esse planejamento foi alterado de forma considerável.

Ao pensar em como se daria a escrita conjunta dos NVCs de São João da Barra (SJB) e Campos dos Goytacazes (CGO), a equipe optou por inserir o tema dentro da RO, contextualizando a importância da participação e contribuição dos membros para a escrita deste capítulo. Pedimos aos integrantes dos dois NVCs: SJB e CGO que nos enviassem contribuições a respeito do que consideram importante de ser registrado nas páginas deste livro em relação à participação social no contexto pandêmico. Através da metodologia “Chuva de Ideias”, as equipes locais estimularam os SAE a trazerem suas percepções a respeito de como foi e está sendo a participação social dentro da crise sanitária e humanitária da covid-19.

Através da plataforma *Padlet*, nesta metodologia, os SAE visualizaram a plataforma e contribuíram com suas percepções a respeito do tema. Outra estratégia adotada para alcançar os membros que não estavam presentes na RO foi a solicitação para que nos enviassem contribuições pelo *WhatsApp* para que dessa forma, todos que desejassem pudessem contribuir.

Ao analisar as respostas e inquietações trazidas pelos SAE, as equipes municipais perceberam que elas se encaixam em cinco eixos narrativos e, por esse motivo, optou por mediatizar a escrita desta seção orientada por esses eixos, a saber: i) Saúde mental e sua influência na participação cidadã; ii) Desafios iii) Potencialidades; iv) Consolidação dos NVC; v) Expectativas para o retorno das atividades presenciais.

Saúde mental e sua influência na participação social cidadã

Uma das falas mais marcantes a respeito do primeiro eixo é como a saúde mental das pessoas foi e está sendo afetada nesse momento e de que forma isso refletiu na participação social, núcleo e no projeto. Algumas falas dos membros dos NVCs traduziram parte das angústias vividas nesses quase dois anos de pandemia, sendo

grande parte delas mais ligadas ao caráter psicológico do que ao caráter físico e concreto. O momento requer preparo psicológico para lidar com as adversidades e a possibilidade constante de contrair a doença, ou mesmo de ver parentes e amigos afetados pela covid-19. Fica evidente não apenas o risco do contágio em si, mas a preocupação e a incerteza do futuro que estão intrinsecamente atrelados à pandemia.

Quanto à participação social, na média eu acredito que esteja muito boa porque é um momento de muitos desafios e muita cautela. Há um esgotamento, um desafio do modelo remoto que é novo pra gente, ele não vem sozinho, vem acompanhado do desgaste mental. Não só o projeto, mas todas as funções e atribuições e trabalhos se transformaram pra esse formato. Então essas demandas causam um **esgotamento**, porque vêm acompanhadas de **preocupação**, de perdas, falta de **perspectiva** de futuro, então tudo isso mexe com a nossa mente e nos adoce. Então assim, o esgotamento é triplo. Ainda mais nesse formato online que provoca a aceleração de conexões. A questão da falta de perspectiva no futuro e as indagações sobre isso nos preocupa muito, e o medo de adquirir essa doença ou perder um ente querido, não saber como sairemos dessa... Esses medos acompanham o novo formato, é um pacote. (Claudia, NVC Campos).

Em relação à participação dos SAE nas audiências públicas, reuniões de conselhos municipais e reuniões de associação de moradores, as opiniões são diversas: há quem considere que esse modelo facilite por um lado e prejudique por outro. Porém, se tratando do eixo da saúde mental, uma integrante do NVC de Campos relatou como se sente ao realizar diversas atividades do seu dia frente a uma tela:

Eu me sinto como um robô, me sinto o Charles Chaplin naquele filme *Tempos Modernos*, fazendo todos os dias as mesmas coisas, no meu caso de frente para o computador. Tenho percebido mais pessoas com doenças relacionadas à saúde mental, como ansiedade, depressão, pânico. Eu sou parte do Conselho de Coletivos Culturais de Campos e o formato *online* facilita um pouco as coisas por não precisar me deslocar, permitindo o acesso mais fácil, porém, mais cansativo (Francielle, NVC Campos).

Complementando o que foi trazido pela colega, uma integrante do NVC de São João da Barra ressaltou como o formato *online* de participação social acaba possibilitando que várias tarefas sejam feitas ao mesmo tempo, o que de alguma

forma otimiza o tempo, mas psicologicamente sobrecarrega. Em sua fala, ela destacou que quando as reuniões ocorrem remotamente, basta clicar para fazer parte, o que é visto como um aspecto positivo, porém se torna também exaustivo.

Outro ponto bastante destacado pelos dois NVCs é a dimensão afetiva que o modelo remoto dificulta que exista. Falando nesse caso, especificamente, do Núcleo de Vigília Cidadã, os SAE discorreram a respeito de como estar na presença física uns dos outros é uma dimensão importante e sobre como esses momentos são cruciais para que se mantenha uma relação afetuosa entre os membros, o que também influencia na manutenção dos SAE dentro dos núcleos.

Desafios

O eixo que se refere aos desafios é um dos que mais gerou colaborações dos membros, algo muito presente na fala de ambos NVCs é o quanto o período pandêmico gerou adversidades para se exercer a participação social, impondo desafios como o afastamento inerente ao formato remoto de reunião e debate. O formato digital também foi apontado pelos SAE como excludente em certa medida, uma vez que nem todas as pessoas possuem condições, tanto no âmbito material de acesso quanto no âmbito das habilidades necessárias para ter autonomia, nessa configuração de participação social.

[...] acredito que nem todos possam porque nem todos têm aparelho digital para estar participando, acesso à internet, não dominam a tecnologia, mesmo sendo simples para algumas pessoas, para outras são complexas, então isso faz com que pessoas também não participem ou se afastem. (Francielle, NVC Campos).

[...] E fora isso tem outros desafios, como é o do acesso à conexão de qualidade, são vários fatores que também devem ser levados em conta, de como isso interfere na nossa participação social. Avalio como uma coisa que está acontecendo no meio de tantos desafios, vejo como positiva por que não houve desistência do projeto, mesmo seguindo um protocolo/um cronograma, mas são vidas né? Não desistir também faz parte, e a preocupação é por ambos os lados, de nós comunitários e por vocês, equipe. (Cláudia, NVC Campos).

Em São João da Barra pudemos acompanhar a busca dos integrantes do NVC por estratégias para uma melhor participação nas reuniões municipais dos diversos Conselhos de políticas públicas e inclusive as audiências

públicas, eventos que foram alvo de queixas relacionadas a sua periodicidade de realização. Segundo apontamentos do grupo, nas RO do NVC, tais eventos vinham ocorrendo por diversas vezes em datas e horários coincidentes, criando dificuldades para uma participação assídua e qualificada da população sanjoanense nesses encontros decisivos para a gestão democrática das políticas municipais.

Diante das dificuldades citadas, com o debate sobre o tema suscitado nas RO do NVC, puderam ser definidas coletivamente as devidas estratégias de ação possíveis ao grupo. Desta forma, solicitaram à equipe técnica local que buscasse articulação com outros grupos interessados, sediados a partir de outros PEAs atuantes no município - na ocasião: PEA Pescarte, NEA-BC e PEA FOCO -, além de organizarem-se na busca por possíveis canais de comunicação com o poder público municipal. Em debate, deliberaram que uma das estratégias seria pleitear a participação na elaboração da agenda municipal a partir do Conselho Municipal de Meio Ambiente, para o qual uma das integrantes do NVC havia sido nomeada, dias antes, como presidente.

O enfrentamento do desafio citado acima traduz-se como um avanço dotado de simbolismo — e também eficácia de ação —, quando paramos para refletir sobre a evolução na incidência política dos integrantes do NVC e a contribuição das atividades do PEA-TP nesse sentido.

Potencialidades

Se por um lado foram apontados diversos desafios, por outro foram identificadas diversas potencialidades proporcionadas pelo formato online de reuniões de Conselhos Municipais, Audiências Públicas, além das próprias reuniões com os NVCs, como as Reuniões Ordinárias e as Comunitárias. Tais potencialidades observadas nas falas dos membros do NVC giraram em torno da maior facilidade de acesso, sendo muito comum nos discursos também o fato da não necessidade de deslocamento até os locais das reuniões. A seguir, encontram-se as falas de alguns membros de ambos os núcleos:

Acredito que o modelo virtual das reuniões possa fazer com que mais pessoas estejam presentes, pois podem assistir no conforto de suas casas, ou até mesmo de outros locais onde conseguem acessar (Francielle, NVC Campos).

Me incentivou a aprender e me esforçar para conhecer as ferramentas e aplicativos (Eliane Oliveira, NVC SJB).

Reuniões online possibilitaram a participação sem precisar fazer deslocamentos devido à dificuldade na mobilidade urbana e outras coisas. Participação melhor devido ao horário, pois não gasta o tempo de locomoção (Rosângela, NVC São João da Barra).

Através de uma pessoa que participa online, outras pessoas que estão no mesmo ambiente participam de forma involuntária (Renata, NVC São João da Barra).

Organização e reinvenção diante do cenário pandêmico. Não utilizou da pandemia para parar e sim buscar outras saídas (Renata, NVC São João da Barra).

Foi desafiador, porém vejo um resultado positivo, pessoas com interesse em lutar por melhorias em seus bairros em toda a cidade e todas as questões que nos levam a entender sobre a divisão dos lucros dos royalties, enfim, o interesse em participar foi positivo, eu acredito que assim que passar essa fase de pandemia teremos um grupo mais fortalecido e com mais vontade de lutar (Jôcielma, NVC Campos).

Nos proporcionou contato com diferentes localidades (Rosângela, NVC São João da Barra).

Eu participei da primeira reunião comunitária através da minha comunidade, gostei tanto que eu precisava obter mais conhecimento de saber qual era o meu lugar no bairro onde moro. Havia uma questão da UBS fechada há 2 anos... enfim hoje sou membro do NVC e a nossa UBS está reabrindo com um atendimento semanal! Conheci pessoas que me enriquecem (Michel, NVC Campos).

O fato de os SAE enxergarem potencialidades tão significativas no modelo remoto de participação social se mostra para nós, da equipe técnica, como um resultado que, a longo prazo e de maneira não prevista ilustra o compromisso do grupo com o exercício da cidadania e com a própria vigília cidadã, conceitos muito trabalhados durante as fases anteriores do projeto, conforme será melhor destacado na seção posterior.

Consolidação dos NVCs

Durante a Fase II de atividades do PEA-TP pudemos acompanhar, mediar e contribuir para consolidação dos NVCs enquanto grupos articulados, ou seja, redes de pessoas dispostas a realizar de forma voluntária a vigília cidadã, almejando o controle social das rendas petrolíferas nos diversos municípios de atuação do projeto. Tal consolidação, um dos principais objetivos da Fase II, pode ser observada por diversos aspectos que vão desde a manutenção de um grupo fixo de moradores de cada município, até outras questões mais subjetivas relacionadas à percepção de evidente progresso qualitativo desses participantes em torno dos principais temas trabalhados nas ações promovidas pelo PEA-TP ao longo da fase citada.

Como observamos, as ações realizadas na Fase II foram fundamentais para a solidificação de grupos concisos envolvendo o público-alvo do projeto. Mesmo diante de adversidades, saídas e chegadas de alguns membros ao longo do tempo, tais grupos resistem e se renovam como agrupamentos de moradores que buscam compreender as questões locais e regionais visando a uma participação cidadã mais qualificada a partir das ações desenvolvidas no âmbito das ações do PEA-TP.

Com o início da Fase III, após longos meses de espera, principalmente em função da pandemia de covid-19, as atividades foram retomadas virtualmente, o que certamente foi motivo de diversos questionamentos e receios por parte desses grupos. Como trouxemos anteriormente, diversos participantes dos NVCs durante a Fase II optaram por não participar das atividades em formato remoto na Fase III, por diversas questões: falta de uma conexão com a internet, falta de familiaridade com equipamentos digitais, falta de estímulo para os encontros virtuais, dentre outros.

Entretanto, mesmo diante das adversidades e do afastamento de alguns integrantes ao longo do percurso, dado o contexto sanitário, há de se valorizar a consolidação de grupos de pessoas — os NVCs — em cada um dos municípios, que se mantêm firmes na luta por acesso aos direitos cidadãos e vigilantes no que se refere às ações do poder público. Para exemplificar tal consolidação, vamos retomar o exemplo dos integrantes do NVC de São João da Barra, já citado neste capítulo.

Alguns integrantes do NVC SJB participam das ações do PEA-TP desde a Fase I do projeto, tendo participado de praticamente todas as ações realizadas, principalmente na Fase II que tinha como meta a consolidação dos NVC. Essas(es) integrantes apresentaram evidente progresso na compreensão crítica das questões municipais ao longo desse tempo, tendo passado a integrar, gradativamente, desde a equipe técnica do PEA-TP no município, até outros postos de grande importância no município no que diz respeito à incidência política.

Atualmente, os cidadãos interessados que se aproximaram do PEA-TP desde o início de suas ações, ansiosos para compreender como reivindicar as melhorias que julgavam importantes ao município, são presenças certas nas diversas associações de moradores da região, nas reuniões de Conselhos municipais e outros eventos relacionados à tomada de decisões políticas no município. Alguns atuam de forma institucionalizada dentro dos conselhos municipais, chegando até mesmo a serem eleitos como presidentes desses espaços, como é o caso do Conselho de Meio Ambiente, presidido por uma integrante do NVC SJB que esteve presente desde a primeira fase do PEA-TP.

Tais percepções, à medida que vamos observando aspectos como esses, que traduzem o progresso desses integrantes no que diz respeito à sua incidência e participação nos processos decisórios dos municípios, ganham evidência nas diversas contribuições das ações desenvolvidas pelo PEA-TP nesses locais. Essas percepções surgem não apenas da observação desses processos de médio prazo, mas também por que aparecem nas falas dos próprios integrantes dos NVCs, como podemos observar a seguir na fala de uma de suas integrantes:

Fiz parte do NVC no início da Fase II, e aqui, a partir das atividades desenvolvidas pela equipe do projeto, pude compreender como atuar na minha localidade. Me afastei por um tempo do grupo exatamente para colaborar na associação de moradores da minha localidade, e hoje, com a associação forte e atuante no município, retornei ao NVC para contribuir ainda mais com a experiência que tenho hoje. Esse aprendizado que comecei a desenvolver a partir da minha entrada no NVC tem sido muito importante para minha atuação como cidadã. (Rosângela, NVC São João da Barra).

Expectativas para a volta às atividades presenciais

Apesar dos integrantes do Núcleo de Campos apontarem alguns aspectos positivos no formato remoto, de maneira geral percebe-se uma preferência ou um anseio pelo formato presencial. Já no NVC de São João se percebe que alguns membros destacaram certa predileção pela configuração *online*. Durante as falas, é possível identificar que a dificuldade na locomoção é um importante fator a ser considerado como um potencial dificultador no processo de participação social dos membros. Tanto em São João da Barra quanto em Campos, esse problema apareceu de forma recorrente. Ainda assim, é unânime o anseio de voltar às atividades presenciais.

Presencial é bom porque o contato próximo, o contato visual é diferencial (Franciane Toledo, NVC SJB).

No presencial a gente tem mais foco, é mais fácil prestar atenção. Em casa geralmente tem algumas coisas que desviam nossa atenção. (Fátima, NVC SJB).

Vai ser muito bom poder fazer nossas atividades em equipe, porém acredito que vai ser muito difícil essa volta presencial pois cada dia a pandemia está pior, principalmente aqui em SJB até para chegarmos na reunião vai ser difícil ser como era, uma condução conjunta (Eliane Oliveira, NVC SJB).

Enquanto equipe técnica é possível identificar como os SAE estão comprometidos e atentos à participação social e à importância disso para que possam reivindicar melhorias para o seu grupo social. Considerando os dois núcleos em relação à inserção dos membros destes nos espaços de natureza consultiva e deliberativa como é o caso de conselhos municipais, associações de moradores e o próprio NVC.

Pelas falas dos SAE durante diversas atividades realizadas, inclusive durante as Reuniões Comunitárias — quando solicitamos que eles descrevessem junto aos comunitários sua relação com o Núcleo de Vigília Cidadã —, não raramente recebemos diversas falas a respeito de como a inserção dentro dos NVCs foi fundamental para despertar sua consciência cidadã. É perceptível nas falas também como há um sentimento de empoderamento amplificado pela ação conjunta, o que corrobora para que os SAE estendam às comunidades e diversos outros espaços que ocupam, os saberes construídos dialogicamente nos núcleos que integram.

Esse discurso presente nos dois NVC possui alto poder mobilizador, o que tem se refletido na chegada de novos membros, vários deles estimulados pelas Reuniões Comunitárias, concebidas desde o planejamento da Fase III como espaços de protagonismo dos SAE. Esse protagonismo, apesar de ter sido atravessado pela pandemia do novo coronavírus, ocorreu e a permanência da maioria dos SAE nos núcleos e a capacidade de mobilizar novos membros demonstram tanto a consolidação dos NVC, conforme mencionado anteriormente, quanto a confiança que os integrantes dos núcleos depositam no trabalho realizado pelo projeto.

Referências

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. RAP-Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, mai./jun. 2008.



Capítulo 11

Reuniões Comunitárias em tempos de pandemia: experiências e vivências no modelo remoto

Lucélia Alves de Lima

Rosilene de Paula Brum

Vanessa Aparecida Macedo Boucinha

Wanderson do Nascimento Souza

Nathally da Silva Carvalho

David Teixeira da Silva

Marilucia Aparecida Soares

Juliana Pereira de Freitas

1. Reuniões Comunitárias em Casimiro de Abreu: potencialidades e desafios dos encontros online

As Reuniões Comunitárias (RCs) fazem parte do conjunto de metas e ações pedagógicas compreendidas na Fase II do Projeto Territórios do Petróleo, e constituem um espaço de mobilização social através da comunicação popular e do compartilhamento de saberes. A expectativa foi de que elas permitissem o aprofundamento da percepção a respeito dos problemas, conflitos e potencialidades vividos em cada uma das comunidades impactadas pela indústria do petróleo. Além disso buscou-se o estreitamento de laços, a consolidação da relação entre a equipe técnica, os membros do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) e os comunitários, que se faz fundamental para o desenvolvimento de ações em busca da mitigação da desinformação relativa às rendas petrolíferas (royalties e participações especiais), nas regiões de atuação do PEA-TP, promovendo aumento da incidência política

no controle social.

Na perspectiva das metodologias participativas, as Reuniões Comunitárias favorecem as experiências de diálogo, em que novas percepções são criadas, por meio das quais, no grupo, o sujeito se sinta fortalecido para buscar sua cidadania e a transformação de sua realidade social. Desse modo, estes encontros propiciaram o aprofundamento da compreensão acerca da realidade vivida pelos grupos das localidades compreendidas nas ações, da mesma forma que favoreceram uma visão ampla da realidade local pelos próprios membros do NVC e a integração entre esses grupos. Esse espaço propiciou aos participantes relatarem suas necessidades e, desse modo, indicarem temas de interesse coletivo a serem abordados nos encontros subsequentes, comumente relacionados a problemas, conflitos e fragilidades enfrentados por eles e que inviabilizam a resolução das contrariedades sociais.

Ao longo das discussões construídas, observou-se coletivamente que o caminho da participação popular mais efetiva, em espaços deliberativos e de tomada de decisão, constituiu uma forma mais eficaz de atuação dos sujeitos da ação educativa em busca dos objetivos pontuados por cada comunidade. Essa percepção por parte dos comunitários e membros do NVC foi ponto comum na maioria dos temas abordados durante o período de RCs e espaços de avaliação da ação, propostos nas Reuniões Ordinárias (ROs) posteriores.

Para que essas contribuições aconteçam e enriqueçam o processo de compreensão dos meandros que envolvem a participação popular qualificada é necessário que os comunitários conheçam previamente o projeto e entendam o espaço das RCs como lugar de debate acerca de sua realidade, principalmente no que se refere ao exercício da cidadania no controle social das rendas petrolíferas, tema de interesse do NVC, para que dessa forma, compreendam a importância de suas contribuições. Posto isto, a mobilização social, almejando a participação da comunidade na ação, foi um componente determinante para a efetividade das RCs. Definida por um dos NVCs, como “o processo de reunir membros de uma comunidade e capacitá-los para lidar com as preocupações e problemas comuns, com ou sem interferência externa”, a mobilização social, no contexto da realização das RCs, se deu pelo exercício de convocar a comunidade, principalmente lideranças comunitárias e pessoas engajadas nas causas sociais locais, a participarem das reuniões.

Por consequência do cenário pandêmico, a articulação foi realizada por intermédio das redes sociais, sendo feito primeiro um levantamento do contato dos comunitários, pela consulta à Agenda Municipal, criada na fase anterior, na agenda pessoal dos integrantes do NVC e dos membros da equipe técnica do PEA-TP

e buscas na rede social *Facebook*. Desta forma era estabelecido o contato inicial, em que o membro da equipe se identificava, fazia uma breve explanação acerca do PEA-TP, seus objetivos, bem como contextualizava a importância da participação popular, sob o aspecto da promoção do reconhecimento da realidade local. Ao perceber o retorno positivo por parte do sujeito da ação educativa (SAE), era realizado o convite para a participação no evento, onde era apresentado o NVC local e seu papel, e conduzido o debate mais efetivo, geralmente referente a assuntos apontados nas reuniões anteriores, acerca da realidade vivida por cada comunidade.

O distanciamento social, devido à pandemia da covid-19, impôs desafios durante a Fase III do PEA-TP. Dentre esses desafios, as Reuniões Comunitárias que estavam previstas para serem presenciais nas localidades, precisaram ser adaptadas para o sistema totalmente virtual. As RCs virtuais foram realizadas pela plataforma *Google Meet*, o que trouxe novos enfrentamentos, tanto para a equipe técnica do projeto, quanto para os sujeitos da ação educativa. Mediante a reflexão coletiva promovida pelos técnicos junto ao NVC foram elencados pontos de análise quanto a esses desafios e potencialidades das RCs executadas sob essas circunstâncias.

O primeiro ponto identificado como potencializador foi a facilidade de circulação de informações por via das redes sociais, principalmente em grupos do *Whatsapp*, por alcançar uma quantidade grande de pessoas com apenas uma mensagem, favorecendo a atividade de mobilização e divulgação de informações necessárias para o acesso à reunião pela plataforma do *Google Meet*, por exemplo. Também foi destacada a ampliação do alcance de pessoas às RCs, em decorrência da facilidade de participação de outros familiares dos comunitários e membros do NVC, que no modo presencial, poderiam não ter interesse em se deslocar para comparecer às reuniões. No entanto, no cenário virtual, dividindo o mesmo espaço físico de suas casas, participavam inicialmente como ouvintes através dos seus dispositivos e terminavam por se envolver nas discussões, desenvolvendo interesse e podendo futuramente participar de maneira efetiva.

A praticidade no acesso à reunião em qualquer lugar, seja em casa, no trabalho ou até mesmo na rua, foi apontada como um outro ponto favorável dessa modalidade, sem que haja a necessidade de deslocamento até a sede do PEA-TP no município. Os participantes puderam contribuir com a atividade no conforto de seu lar, de modo que tal medida oportunizou a comunitários dos bairros, como Arroz, Bairro Industrial, Barra de São João, Medeiros e Palmital estarem presentes. De modo geral, essa modalidade pode viabilizar mais interações entre comunitários que possivelmente encontrariam dificuldade de participar das RCs

na modalidade presencial, como por exemplo, comunitários de Barra de São João atuando mutuamente com os comunitários do Bairro Industrial e percebendo que as dificuldades, às vezes apontadas como específicas dos distritos, de fato ocorrem também em bairros da sede do município.

Essa relação pode facilitar, futuramente, ações conjuntas de demandas semelhantes ou não. Existe pluralidade entre os membros, pessoas de diversos segmentos da sociedade, com conhecimentos que proporcionam troca de saberes e experiências, fundamental para qualquer processo de transformação. Ainda que a modalidade virtual tenha apresentado proveitos quanto à realização e ao engajamento nas RCs, houve apontamentos feitos pelos SAE que apresentam desafios quanto a esse modelo de atuação.

Nesse contexto foram observados desafios concernentes à falta de aptidão de alguns dos comunitários ao manusear as ferramentas tecnológicas, o que dificultou, em alguns momentos, tanto o acesso, quanto o manejo das ferramentas digitais para a efetiva participação do comunitário na reunião. Tendo em vista essas dificuldades, a equipe técnica traçou algumas estratégias para a superação desses contratempos, como o espelho da tela do seu dispositivo para mostrar como eles poderiam manusear as funções da plataforma do *Google Meet*, por exemplo.

A adaptação nessa nova forma de comunicação digital, que para uma grande parcela dos comunitários era uma novidade, gerou inseguranças e dúvidas quanto à manipulação dessas tecnologias. Essas inseguranças — atadas a problemas relacionados à instabilidade do fornecimento de energia elétrica e de rede de internet, a aparelhos de celulares não compatíveis com a plataforma digital em que ocorria a ação e à timidez diante de uma nova forma de interação social — se configuraram como desafios para a realização da atividade. O interesse da equipe era que o máximo de comunitários possíveis comparecessem à reunião e pudessem contribuir no compartilhamento dos seus anseios quanto às demandas sociais de suas respectivas comunidades.

Embora tenham ocorrido impasses em relação aos desafios impostos à configuração da realização da ação, todos os comunitários conseguiram participar de forma ativa e contribuíram significativamente na construção dos debates propostos. De forma que possibilitou a aproximação entre os moradores da mesma comunidade ou comunidades distintas, propiciando a troca de informações inerentes às pautas apresentadas e a articulação de encontros futuros, visando o debate de temas comuns. Além de promover o vínculo entre as pessoas, as RCs contribuíram para a promoção da emancipação social das pessoas envolvidas na ação, de modo a aguçar o exercício da participação social autônoma por meio do olhar

crítico a respeito dos dilemas municipais, expostos pelos comunitários nas RCs, bem como para o incentivo a se manterem mobilizadas na luta por melhorias não só para suas comunidades, mas para o município inteiro. Aos interessados, as RCs possibilitaram o ingresso nos NVCs.

Os temas abordados foram essenciais para disseminar as informações a respeito do que são royalties e participações especiais. O diálogo, produzido à luz do conhecimento exposto pela equipe técnica, foi importante, na medida em que se fizeram perceber e debater as problemáticas locais tendo por base a explanação técnica, propiciando aos comunitários traçarem relação com suas lutas diárias em suas comunidades. Essa troca de saberes proporcionou ao NVC conhecer de maneira mais íntima as pautas de debates das comunidades, e aos comunitários, o conhecimento técnico para que possam ter um debate mais apropriado nos momentos em que forem ocupar espaços de debate, promovendo uma incidência política qualificada.

Mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia da covid-19, as Reuniões Comunitárias foram realizadas na modalidade digital, aproximando os sujeitos da ação educativa das localidades impactadas pela indústria de exploração de petróleo e gás de acordo com o Diagnóstico Participativo PEA-BC com os participantes do NVC. Alinhando temas importantes para o exercício do controle social, como a identificação dos impactos nessas localidades, relacionando com a gestão das políticas públicas e proporcionando novos olhares para a promoção da emancipação coletiva, essa experiência possibilitou vislumbrar perspectivas para futuros encontros, visando à inclusão do maior número de SAE no processo. Visto isso, poderíamos pensar, a título de exemplo, no sistema híbrido, onde as reuniões aconteceriam presencialmente, mas também com a possibilidade de as pessoas participarem de suas casas, abrindo assim, margem para uma maior participação popular e abrangência de novos públicos.

2. Reuniões Comunitárias em Macaé: conhecendo as comunidades e criando laços de pertencimento para o controle social dos royalties e participações especiais.

As Reuniões Comunitárias (RCs) foram idealizadas como um exercício da representatividade dos grupos afetados pela cadeia produtiva de petróleo e gás, com o intuito de possibilitar a ampliação dos debates e da geração, partilha e disseminação de informações sobre os royalties do petróleo na Bacia de Campos – BC. A proposta inicial era a realização de reuniões locais, promovidas pelos

membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVCs), que amplificariam o debate sobre os temas abordados durante os encontros do grupo. Além disso, esperava-se que a proximidade com as comunidades promovesse a percepção sobre a realidade local e permitisse a vocalização das necessidades por parte dos comunitários.

A realização das Reuniões Comunitárias significou um grande desafio para os Núcleos de Vigília. Pensada e idealizada pelos sujeitos da ação educativa na Fase II do projeto, como um momento de “saída das quatro paredes das Reuniões Ordinárias do NVC”, a atividade teve que tomar nova forma com a pandemia da covid-19. Seguindo os protocolos de segurança recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), todas as atividades previstas no Plano de Trabalho da Fase III foram reorganizadas para serem realizadas no modelo remoto, incluindo as Reuniões Comunitárias.

Esta mudança trouxe um certo receio não só por parte da equipe técnica, mas também dos Núcleos de Vigília Cidadã, que idealizaram inicialmente uma ação de imersão e reconhecimento *in loco*. O fator que trazia grandes incertezas para todos era a possível falta que o contato olho no olho, a aproximação e a conexão que somente o modelo presencial, até então único modelo experimentado pelos grupos, pode proporcionar.

Mas os Núcleos, em especial o nosso NVC de Macaé, abraçaram o desafio ao lembrar o sonho de trocar informações e experiências com os comunitários e lideranças dos bairros impactados pela indústria do petróleo. Executadas a partir do mês de abril de 2021, as Reuniões Comunitárias (RCs) se mostraram surpreendentes, não só pelo fato de conseguirmos realizá-las online, mas principalmente, pelos resultados e possíveis frutos que identificamos como muito positivos para nosso grupo e para o projeto como um todo.

Inicialmente as primeiras RCs realizadas foram de apresentação do projeto, do Núcleo e, principalmente, para ouvir os comunitários. Foram momentos preciosos para os membros dos NVC, pois em todas as reuniões os participantes se sentiram acolhidos e falaram sobre as dificuldades enfrentadas em seus bairros, em suas localidades e sobre suas atuações cidadãs no município. Percebeu-se que os encontros significaram um espaço de diálogo para essas pessoas, uma vez que algumas manifestaram interesse em conhecer melhor o Núcleo de Vigília Cidadã. Foi o momento em que se travou e se estabeleceu o início de um vínculo de confiança, tão necessário para o processo de mobilização dessas comunidades e para o controle social dos royalties e das participações especiais.

Podemos perceber e avaliar que as Reuniões Comunitárias foram relevantes para os comunitários porque acreditamos que ter acesso às informações específicas

e de qualidade sobre royalties e participações especiais e o controle social dessas rendas pode ampliar a visão sobre a ação cidadã, sobre a realidade local e, assim, gerar motivação, induzindo a mobilização social em busca de melhorias e mais adequações para comunidades impactadas.

Neste sentido, também acreditamos que a oportunidade de conhecer o PEA Territórios do Petróleo, que é uma política pública do licenciamento ambiental federal, suas atividades e ações voltadas para a mitigação da desinformação sobre as rendas petrolíferas, podem fazer a diferença na vida das pessoas que são mobilizadas, não só porque vivemos isso como Núcleo, mas principalmente porque vimos isso acontecer na prática. Um exemplo claro disso é o de uma comunitária do bairro Virgem Santa, que a partir das RCs começou a frequentar o NVC, tornou-se membra e agora faz parte de alguns Conselhos Municipais da cidade, representando a Associação de Moradores do seu bairro.

O envolvimento dos comunitários foi surpreendente. A escolha feita pelo NVC de realizar uma primeira Reunião baseada no diálogo aberto, priorizando a escuta das comunidades, proporcionou um ambiente de confiança que gerou alguns bons frutos. Pudemos perceber que o grupo estava aberto a falar de seus problemas e fazer reflexões sociais mais profundas sobre suas realidades. Também ficou clara a necessidade de as lideranças estarem em um espaço mais qualificado de discussão sobre a cidade, de pensar não só o bairro, mas o próprio município de Macaé.

Além disso, as primeiras RCs se mostraram espaços em que os comunitários puderam não só desabafar, mas também fazer denúncias de irregularidades ambientais que estavam acontecendo em suas localidades. Isso foi muito importante para nós do NVC, pois como membros pudemos exercitar a escuta, refletir sobre a realidade e, principalmente, testar e colocar em prática nossa capacidade de dialogar e agir junto com as comunidades impactadas pela indústria do petróleo e gás natural. Neste sentido, durante as reuniões, alguns membros do NVC se dispuseram a ajudar com denúncias formais ao Ministério Público frente às irregularidades da administração pública, levando-as também para o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (COMMADS), o que gerou uma averiguação formal no local.

Durante todas as reuniões realizadas no período aqui relatado, foi possível perceber um fator em comum: as lideranças comunitárias e moradores mobilizados se mostraram desanimados mediante o esquecimento de suas comunidades nos processos de investimentos municipais. Foi comum ouvirmos que as pessoas se sentem completamente abandonadas pelo poder público. Muitos, por estarem ativos na luta por melhorias, entendem e percebem seus problemas com bastante

clareza e também percebem a grandeza do desafio que é o acesso às políticas públicas básicas em suas comunidades.

Não se trata, todavia, de uma realidade localizada. Ouvindo as comunidades, pudemos perceber que isso é uma verdade tanto na região urbana, quanto na região rural. Neste sentido, as RCs propiciaram uma visão mais ampliada da realidade do município de Macaé, revelando que os impactos socioambientais nas comunidades rurais e nos bairros urbanos podem ser muito parecidos. Todas as localidades visitadas até o momento da finalização da escrita deste capítulo (Barra de Macaé, Virgem Santa, Lagomar, Novo Botafogo, Nova Holanda e Assentamento Prefeito Celso Daniel) sofrem, por exemplo, com a falta de saneamento básico. Isso já foi descrito no Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos (2012) como um impacto importante relacionado à indústria do petróleo, a chamada pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços, que está intimamente ligada ao processo de migração e inchaço populacional induzidos pelas possíveis oportunidades de trabalho geradas pela indústria. E infelizmente pouca coisa mudou.

Nesse contexto, as Reuniões Comunitárias se tornam mais um instrumento que, como grupo, nos proporcionou levar e trocar conhecimento e informações sobre as possibilidades de mudança da realidade, por meio da participação social organizada. Saber e estar informado sobre os direitos e deveres de todo cidadão é premissa fundamental para o começo de uma ação qualificada, e as RCs têm potencial real para cumprir esse papel.

Mas será que há participação efetiva no modelo remoto? Essa dúvida permeou todo o processo de mobilização e até a execução das Reuniões Comunitárias. Será que uma possível pouca familiaridade dos participantes com o ambiente virtual impediria a participação das pessoas? E mais: será que a falta da interação interpessoal presencial prejudicaria a execução das RCs? De fato, algumas pessoas tiveram alguma dificuldade inicial para entender o *Google Meet*, plataforma escolhida para a realização das atividades, mas a equipe e o NVC estavam atentos e fizeram tutoriais ao vivo de como mexer na plataforma. É bem verdade também que algumas outras pessoas tiveram dificuldades de acesso à internet, mas no geral, as reuniões on-line em Macaé foram bem-sucedidas.

Percebemos que as reuniões online possibilitaram a participação e interação de pessoas que por conta do horário do trabalho, do cansaço e deslocamento talvez não participassem, se fosse presencial. Também analisamos que o modelo remoto fez com que as reuniões fossem mais pontuais, e conseqüentemente mais produtivas. Mas a grande revelação das Reuniões Comunitárias foi poder perceber que a

conexão entre as pessoas vai para além do fator presencial, principalmente por conta da identificação com o grupo e da identificação com os temas e problemas relatados.

É claro que nada substitui o olho no olho, mas os laços de reconhecimento, pertencimento e luta pela dignidade podem ser criados com as Reuniões Comunitárias, independentemente do modelo de sua execução (on-line ou presencial). E esse processo pode depender muito mais das metodologias e temas abordados, do que do formato da reunião. Exemplo disso foram as RCs realizadas na comunidade do Assentamento Prefeito Celso Daniel, na qual realizamos uma primeira reunião de apresentação dialogada, baseada na oralidade e escuta, e conseguimos mobilizá-los para uma segunda reunião, com um tema mais localizado — Orçamento Público —, apresentando inclusive um esquete teatral.

Outro grande ponto positivo observado durante a realização das primeiras Reuniões Comunitárias foi a ampliação do nosso olhar crítico sobre a cidade de Macaé, e a quebra de paradigmas e preconceitos arraigados, que só puderam acontecer depois de ouvirmos e percebermos que as pessoas dos outros bairros vivenciam realidades parecidas com as nossas. É o processo de desvelamento das realidades, que pode gerar identificação e mobilização, para quem sabe uma ação coletiva qualificada.

Mas será que as Reuniões Comunitárias podem de fato ajudar as comunidades em alguma coisa? Aqui chegamos no ponto fundamental de todo o nosso intento com as RCs dentro do PEA-TP: a possibilidade de incentivar uma ação cidadã coletiva e qualificada, para o controle social das verbas petrolíferas. Não é uma tarefa fácil, muito menos pontual. Percebemos que é um processo que demanda aproximação, reconhecimento, estabelecimento de confiança com as comunidades, além de uma série de ações que são recíprocas. Não basta ir, temos de deixar vir também. Precisamos trocar experiências, abrir nossos olhos para as diversas realidades, sempre com o pensamento de união, porque é na percepção da convergência dos impactos sofridos que poderão surgir possíveis soluções compartilhadas — como a revitalização do CEASA de Macaé, que surgiu como possível instrumento de geração de renda e de integração regional.

Acreditamos, portanto, que as RCs são exercícios que podem ajudar as comunidades e a nós do NVC a ampliarmos nossa visão e o reconhecimento das demandas e questões que são convergentes e, a partir disso, poderemos aprender juntos a buscar saídas e soluções para os nossos bairros. Mas para isso precisamos falar e ouvir; levar informação, mas também receber informação. Em suma, é um processo de enriquecimento mútuo de conteúdos pertinentes ao município, que terão sempre os royalties e participações especiais como foco,

bem como estimularão a participação social de todos nós. Porque, afinal de contas, acreditamos que o acesso ao controle social nos eleva a um patamar onde nos posicionamos na tomada de decisão, e para isso precisamos nos aprimorar para conseguir resultados.

Por fim, entendemos e constatamos que as Reuniões Comunitárias são espaços livres de discussões qualificadas, onde as comunidades e suas lideranças poderão criar laços de pertencimento e juntas pensarem suas próprias agendas e pautas, além de buscarem ocupar, com auxílio do Núcleo de Vigília Cidadã, os espaços de participação popular e controle social na gestão pública, especificamente os de royalties e participações especiais. Por isso seguimos nesta trilha da cidadania, vigilantes e atentos, trocando informações, experiências e reflexões, e incentivando todas as pessoas impactadas pela cadeia da indústria do petróleo e gás a participar das Reuniões Comunitárias, a conhecer os Núcleo de Vigília Cidadã e a se juntar a nós para o fortalecimento das nossas ações qualificadas, transformando a Bacia de Campos num lugar melhor.

Capítulo 12

Eventos de Mobilização Comunitária: as experiências de Rio das Ostras e de Armação dos Búzios

Jéssica Mulinari Mota
Lia Keller Ferreira da Costa
Lucimara Martins de Souza
Marcela Araujo Amorim
Maria da Conceição Pavão Leite de Oliveira
Olívia Garcia da Silva Santos
Wender de Castro Carvalho Araujo

Introdução

O Evento de Mobilização Comunitária (EMC) é uma atividade que tem como objetivo divulgar as ações desenvolvidas pelo Projeto de Educação Ambiental - Territórios do Petróleo (PEA-TP), bem como disseminar nas comunidades os conhecimentos construídos a partir das iniciativas deste. Valoriza-se, nesse evento, o processo de aprendizado sobre o orçamento público municipal, a transparência e a aplicação das rendas petrolíferas. Conforme foi demandado pelos Núcleos de Vigília Cidadã na Fase II do PEA-TP, durante a construção coletiva do Plano de Trabalho da Fase III, privilegiaram-se linguagens e metodologias que despertassem o interesse da comunidade, incentivando a participação social.

Para o decorrer da Fase III foram previstos Eventos de Mobilização Comunitária nos dez municípios onde o PEA-TP atua. Este capítulo abordará as experiências da realização desses eventos de forma virtual¹ nos municípios de Rio

¹ Os Eventos de Mobilização Comunitária de Rio das Ostras e Armação dos Búzios foram realizados no formato virtual, devido à pandemia ocasionada pela covid-19, respeitando as orientações de distanciamento social dadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

das Ostras e Armação dos Búzios. Enfatizou-se o planejamento, a mobilização, as perspectivas da equipe técnica e dos membros do Núcleo de Vigília Cidadã sobre o evento, além dos desafios enfrentados e os resultados alcançados.

1. A experiência de Rio das Ostras

Rio das Ostras marcou o início da etapa de realização dos Eventos de Mobilização Comunitária na Fase III do PEA-TP. O evento buscou propiciar um espaço de divulgação das ações do projeto, disseminação de informações sobre a gestão das rendas petrolíferas, o orçamento público, a participação social e o pleno exercício da cidadania.

Desta forma, objetivou-se alcançar e mobilizar diferentes grupos sociais do município, aproximando-os das ações do projeto. Os eventos on-line apresentam a vantagem de conseguir abranger um público maior e de manter a gravação para acesso futuro, contudo a mobilização é um grande desafio.

O Evento de Mobilização Comunitária de Rio das Ostras foi realizado em 13 de maio de 2021 às 19h30, de forma on-line, no canal do *Youtube* do PEA Territórios do Petróleo. Para que o evento ocorresse, houve encontros on-line entre a equipe técnica do PEA-TP, pesquisadores e os membros do NVC para a eleição dos temas e o planejamento da atividade. Deliberações foram feitas pelo grupo de *WhatsApp*, no qual também foram disponibilizadas artes de divulgação e ilustração construídas pelo núcleo.

A escolha dos temas orçamento público e participação social foi natural para o NVC, que tem em seu perfil e sua trajetória de formação, a vivência em espaços de construção coletiva e gestão pública. Segundo o NVC, a gestão participativa dos royalties do petróleo em Rio das Ostras se dá efetivamente na participação da comunidade no Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo (CMPOP). Desta forma, o grupo convidou o presidente do CPMOP, também ex-membro do NVC, para abordar a temática da participação social via conselho e motivar a incidência popular na construção do Plano Plurianual (PPA) do município de Rio das Ostras.

Rio das Ostras, município emancipado há pouco mais de duas décadas, surgiu no impulso da redemocratização. A instituição de muitos conselhos no município é uma conquista da comunidade, que veio no bojo do movimento emancipatório. O NVC valoriza e defende o funcionamento dos conselhos, tal como sua ocupação pelos diferentes setores sociais.

Em suma: a decisão do grupo pelo formato de *live* foi uma forma de divulgar

Conversa reuniram-se remotamente com a equipe técnica para ajustar o roteiro do evento e familiarizar-se com a plataforma *StreamYard*. A mobilização ocorreu remotamente, por meio das redes sociais e do site do PEA-TP. Segundo Fernanda Andrade, uma das membras do NVC que participaram da *live*:

O ensaio foi essencial para definirmos quais seriam as ordens de apresentação e tempo de fala. Contudo foi possível compreender que para alguns integrantes seria o primeiro contato com a plataforma do *YouTube* neste formato de *live* e sendo transmitido ao vivo.

Havia uma tensão na fala, seguida por uma insegurança, que, graças ao ensaio em geral, facilitou o resultado. Foi um momento de alívio que desencadeou um papel divertido, descontraindo, tornando um assunto sério algo simples e fluido.

O evento abrangeu diversas atividades, a saber: 1) abertura com boas-vindas e apresentação do PEA-TP como parte de uma política pública e instrumento legal do licenciamento ambiental federal, bem como seus objetivos; 2) apresentação oral acompanhada de exibição de fotografias da equipe municipal de Rio das Ostras e das atividades do projeto para ilustrar um breve histórico das Fases I, II e III do PEA-TP no município; 3) anúncio dos temas que seriam discutidos no evento e convite aos participantes para fazerem uma breve apresentação pessoal; 4) exibição de vídeo sobre orçamento público produzido pela equipe técnica do PEA-TP para introduzir o tema; 5) exposição das artes produzidas pelo NVC e compartilhamento das experiências do grupo na construção; 6) Roda de Conversa com os participantes para ampliar alguns dos assuntos já introduzidos pelo vídeo e responder perguntas enviadas pelo chat durante o diálogo, além de abordar informações sobre o NVC e demonstrar dados e gráficos sobre o orçamento público dos municípios onde há atuação do PEA-TP, com foco em Rio das Ostras; 7) incentivo à mobilização dos participantes da *live* para conhecer o PEA-TP e compor o NVC, a partir da fala das membras ao compartilhar parte de suas trajetórias e experiências no projeto.

Os principais temas tratados na *live* foram definidos a partir da discussão sobre peças orçamentárias, porém, trazendo um enfoque local. A decisão de convidar pesquisadores da Uenf e o presidente do CMPOP foi proposta na intenção de promover uma discussão qualificada e com espaço efetivo de troca de experiências. Tal objetivo foi alcançado com êxito. O convite ao presidente do conselho foi uma decisão acertada, pois trouxe a voz da comunidade a partir de

sua representação. A fala dos pesquisadores foi assim amenizada com uma ótima composição de conteúdos e formas de expressão com a participação ativa dos membros do NVC. De acordo com a avaliação do núcleo:

A live foi exitosa porque deu espaço a diferentes esferas de representatividade. O NVC não foi expectador passivo, construiu o conteúdo a ser exibido de diversas formas e estruturou uma *live* com uma estrutura participativa e dando voz à comunidade e espaço para interação do público. Amenizou a dureza do tema de forma que a *live* foi balanceada em seus estímulos e linguagens utilizadas.

As manifestações dos expectadores no chat da *live* corroboraram para validar a avaliação feita pelo NVC acerca do evento. Destacamos algumas entre elas, a título de exemplo:

NVC de Rio das Ostras é muito querido e sempre ativo! É um exemplo para todo o Projeto Territórios! (Nathally da Silva Carvalho, da equipe técnica do PEA-TP de Macaé).

Sem participação não haverá ação!!! A comunidade tem que participar!! (Marilúcia Aparecida Soares, integrante da equipe técnica do PEA-TP de Macaé).

Muito importante nós sermos agentes multiplicadores de tudo que está sendo exposto. (Expectadora de Casimiro de Abreu, não identificável no chat do YouTube).

A Secretaria do Tesouro disponibiliza dados abertos da execução orçamentária. (Olívia Garcia Santos, integrante da equipe técnica do PEA-TP de Armação dos Búzios).

O POP [CMPOP] é um conselho essencial para o nosso município! (Marcela Araújo de Amorim, integrante da equipe técnica do PEA-TP de Rio das Ostras).

O CMMPOP é muito importante, no NVC estamos com o Sr. Pedro que é vice-presidente do conselho e sempre traz devolutiva para o núcleo com muita transparência e excelência! (Thais Azevedo, membra do NVC de Rio das Ostras).

Obrigado, Vanderlei. Excelente contribuição ao NVC a partir de sua experiência concreta de atuação como conselheiro. O NVC de Rio das Ostras é uma escola de lideranças. (Marcelo Carlos Gantos, coordenador técnico do PEA-TP).

Muito esclarecedor e cativante a participar mais!! (André Carvalho, expectador de Rio das Ostras)

Parabéns a todos/as participantes. O conteúdo interessa para além da Bacia de Campos. (Maria da Consolação Lucinda, pesquisadora do PEA-TP).

O tempo passou fácil e de forma agradável na escuta dos participantes desta rodada. Parabéns à equipe e membros do NVC que produziram a live. Foi um evento nota 10. (Marcelo Carlos Gantos, coordenador técnico do PEA-TP).

2. A experiência de Armação dos Búzios

O Evento de Mobilização Comunitária de Armação dos Búzios ocorreu ao vivo no dia 06 de setembro de 2021, por meio da plataforma digital *Youtube*, com a duração de 1h40. O tema do Evento de Mobilização Comunitária (EMC) foi “Royalties no Orçamento Público Municipal”, e a escolha desse tema pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) se deu por causa da discussão que vinha sendo realizada nas Reuniões Ordinárias. Essas reuniões promoveram o estudo e o debate sobre as rendas petrolíferas no orçamento público municipal, o que despertou o interesse dos membros em compartilhar essas discussões com a comunidade.

Essa temática também está em evidência no município, devido ao fato de ser este um ano de construção do Plano Plurianual (PPA), o que poderia promover o interesse dos cidadãos para participarem de um evento que trouxesse essa abordagem. O núcleo também entendeu que a necessidade de que esse assunto fosse discutido está relacionada ao sentido de que essa ação divulgue esses conhecimentos, de forma a fortalecer o controle social sobre as rendas petrolíferas no município.

A discussão do NVC sobre como seria abordado esse tema no Evento de Mobilização Comunitária considerou o público diversificado de jovens e adultos envolvidos no processo de aprendizado, partindo do pressuposto de que existem pessoas com diferentes níveis de conhecimento sobre o assunto abordado. O público-alvo das ações do PEA-TP em Búzios são quilombolas, pescadores, marisqueiras, caçaras, moradores urbanos, estudantes, servidores públicos, representantes de sindicatos, participantes de associações de moradores e demais organizações sociais do município. Portanto, sendo notadas as diferenças sociais existentes entre esses grupos, destacou-se a importância de que fossem pensadas metodologias que promovessem o compartilhamento dos saberes a partir de uma linguagem em que todos os envolvidos alcançassem a apropriação dos conhecimentos.

A reflexão crítica sobre a abordagem metodológica do tema foi o principal elemento que orientou os membros na estruturação do evento. Como refletiu uma



membra, havia a necessidade de uma “linguagem adaptada de um tema denso para uma linguagem mais leve, compreensiva para vários níveis de conhecimento”. Tendo isso em vista, a encenação teatral foi escolhida como instrumento que viria a facilitar o entendimento das pessoas que assistiriam ao evento. Desta forma, considerou-se que o teatro proporcionaria essa abordagem mais leve e informal, somando à abordagem técnica e especializada, promovendo maior envolvimento dos comunitários no evento, apesar da densidade própria do tema escolhido.

Após a definição do tema e a sua abordagem, foram definidos outros aspectos da estrutura do evento. Primeiro, foi decidido que haveria a participação dos pesquisadores do PEA-TP, especialistas no tema escolhido, para divulgar informações sobre o orçamento municipal, a transparência pública e a aplicação das rendas petrolíferas. Segundo, considerou-se importante a participação de outros PEAs atuantes no município para somar ao entendimento do público sobre educação ambiental. Terceiro, foi percebida a oportunidade de visibilizar a questão cultural, uma vez que nas Reuniões Comunitárias que o projeto realizou nas comunidades do município houve a aproximação com diversos grupos representantes da cultura local. Então, considerou-se que abrir espaço para apresentar esses grupos sociais poderia fortalecê-los, além de aprofundar a relação deles com o projeto.

O roteiro da encenação foi construído por uma integrante do NVC, com o suporte da equipe técnica, o que proporcionou maior envolvimento do núcleo e valorização dos seus saberes para a execução da atividade. O teatro foi pensado para mediar o evento e buscou retratar um diálogo que evidenciava a atuação do Territórios do Petróleo no município. Considerando essa intenção de introduzir a encenação teatral, o evento obedeceu a seguinte estrutura: a abertura foi realizada pelo teatro, que apresentou o PEA-TP, o NVC e outros PEAs atuantes no município, representados pelo Pescarte e pelo Fortalecimento da Organização Comunitária: Mulheres da cadeia produtiva da pesca artesanal (FOCO); logo após, o teatro introduziu a participação dos pesquisadores do projeto, seguida pela apresentação de um vídeo construído pela equipe técnica sobre os grupos sociais; por último, houve a apresentação de uma música produzida por um membro do NVC.

Sobre o teatro, destacou-se a diversidade do NVC, representada pela integrante adolescente que foi a protagonista do momento. Pela reação do público do evento, o teatro alcançou o seu objetivo principal ao trazer uma linguagem mais compreensível para aquilo que se propôs apresentar, tornando o evento bem orgânico.

Em relação aos pesquisadores, a apresentação contou com a divulgação de diversas informações por meio de gráficos e tabelas, o que facilitou a compreensão das aplicações das rendas petrolíferas. Essas informações suscitaram alguns questionamentos do público no chat do Youtube, durante a realização do evento. Um dos comentários do público afirmou que “esse dinheiro [das rendas petrolíferas] nunca foi bem usado pelos Estados e municípios”. Esses questionamentos dos comunitários permitiram que os pesquisadores esclarecessem certas perspectivas que os cidadãos têm sobre esse assunto, compartilhando algumas reflexões críticas. As informações apresentadas pelos pesquisadores também permitiram que fosse percebido o pouco investimento na cultura, o que endossou a importância de os grupos sociais terem acesso a esses dados, de modo que possam realizar cobranças para maior destinação de recursos para essa área.

Na avaliação dos membros do NVC sobre a fala dos pesquisadores, eles compartilharam que esses dados apresentados são de suma importância para os conselhos municipais, e que eles já têm levado esses dados até esses espaços. No entanto, foi realizada uma crítica sobre a falta de links, durante a apresentação, para que os cidadãos pudessem acessar mais facilmente essas informações.

O vídeo apresentado foi idealizado pela equipe técnica como uma forma de dar visibilidade aos grupos sociais conhecidos nas Reuniões Comunitárias. Ele foi construído com o auxílio dos próprios comunitários, aos quais foram solicitados fotos, vídeos e informações que traduzissem suas comunidades. A Associação das Mulheres Caiçaras, as Marisqueiras da Rasa, os quilombolas da Baía Formosa, o Projeto Bonecas Negras e alguns artesãos de Búzios foram os representantes da cultura local buziana. A própria construção do vídeo promoveu ainda mais a aproximação do projeto com esses grupos, que também estiveram presentes no próprio evento.

A música apresentada no final do evento foi escrita voluntariamente por Jefferson dos Santos de Souza, um membro do NVC que quis prestar uma homenagem ao projeto. Ela trouxe um olhar do membro sobre a importância de questões discutidas sobre o projeto, e se relacionou com o intuito do evento de visibilizar a cultura local, uma vez que ele é um artista de Búzios. A música tem a seguinte letra:

Hey! Você conhece o Territórios do Petróleo? Não? Que pena, tá perdendo muita informação!

Coisas importantes que tu devia saber pra não ser enrolado e nele tem educação

Social e econômica, fiscalização da verba pública, pra onde tá indo seu dinheiro

Pra onde vai cada centavo dos recursos
que é destinado ao povo brasileiro

E se quiser saber passa no NVC, Núcleo de Vigília Cidadã informa a você
Sem custo, taxa ou cobrança. É somente
para te ver crescer

Como cidadão, como ser humano que se importa em como amenizar os danos

Pois tem verba destinada pra cultura e bens duráveis todos somos donos

São os Royalties do Petróleo, na verdade de qualquer minério
Que voltam como benefício pra população, porém tendo critério.

Critérios sérios que fiscalizados devem ser seguidos à risca
Mas se o povo não participa, não sabe, muita coisa se complica

Ainda tem o orçamento público, como é que fica essa questão?
Tudo depende do povo que precisa se envolver, falta participação.

Partir pra ação, acompanhar, pois é um direito não é doação
Lutar pela nação, é melhor ficar ligado e cobrar educação

Territórios do Petróleo com a comunidade

Buscando melhorias pra cidade

Que os mais velhos recuperem a esperança

E os jovens cresçam com dignidade

Algumas críticas foram pontuadas pelos membros do NVC sobre a estrutura do evento, quais sejam: a falta da fala de algum representante ou de um conselheiro do município que tem conhecimento sobre a prática da aplicação das rendas petrolíferas, bem como o pouco envolvimento dos membros do NVC no desenvolvimento do evento. Sobre o pouco envolvimento dos membros do NVC, entende-se que o modelo virtual dificulta a participação de alguns integrantes, tendo em vista suas dificuldades de acesso à internet ou pouca habilidade com a tecnologia.

Apesar de serem poucos os membros do NVC de Búzios que estão se envolvendo na realização das atividades, os que participaram demonstraram comprometimento com a construção do evento, principalmente com a mobilização dos comunitários. Uma das integrantes do NVC afirmou, sobre os comunitários mobilizados, que: “a participação dos comunitários não está sendo quantitativa, mas qualitativa. Os grupos mobilizados são grupos representativos, como as marisqueiras, as caiçaras, quilombolas, servidores, associações, ou seja, são grupos influentes no município”. Além disso, esses grupos são os mais impactados pela indústria de exploração petrolífera, o que expressa a importância dessas ações estarem alcançando-os, e que o projeto tem conseguido abranger seu público-alvo.

Mesmo com todos os desafios de mobilizar os comunitários de Búzios, uma vez que a vulnerabilidade social de alguns grupos impacta na falta de acesso à internet, tem sido possível observar a articulação do projeto com esses grupos sociais. Somando-se à dificuldade de acesso, deve-se considerar o que outro integrante do NVC alertou: com o advento do modelo virtual como a principal forma de realização dos eventos, tem sido percebida uma grande quantidade destes nas redes sociais, o que provoca um excesso de informações e cansaço dos cidadãos. Em meio a todo esse cenário, o evento alcançou até o momento 493 visualizações no *Youtube*, o que pode ser considerado um bom alcance para a atividade construída pelo NVC.

Resultados alcançados por Armação dos Búzios

De forma geral, o Evento de Mobilização de Búzios alcançou os objetivos previstos, uma vez que promoveu a ampliação e democratização de debates sobre os royalties, as participações especiais e o orçamento público. Os dados compartilhados pelos pesquisadores proporcionaram a apropriação, por parte do NVC e dos comunitários, de ferramentas para a incidência política, fortalecendo as capacidades necessárias para o exercício do controle social. A atividade destacou-se pela diversidade do público abrangido, bem como pela diversidade de elementos utilizados para o desenvolvimento da ação.

O vídeo produzido sobre os grupos sociais foi resultado da construção do próprio evento, promovendo: valorização de grupos e pessoas que preservam a cultura local; estreitamento dos laços entre organizações sociais do município e o projeto; visibilidade às narrativas pouco conhecidas sobre a história de Búzios. Esse material contribui na disseminação e divulgação do projeto e de sua atuação junto aos grupos sociais, além de ser um registro importante sobre a ação deles.

Assim como o vídeo sobre os grupos sociais, a música construída pelo membro do NVC promoveu a valorização artística da cidade, bem como traduziu o olhar dos próprios cidadãos que participam das atividades do projeto sobre ele.

O formato de realização do evento a partir da *live* no *Youtube* permite que todos esses produtos apresentados continuem circulando entre os comunitários e alcancem mais pessoas no município, uma vez que a atividade fica registrada virtualmente. A encenação teatral, o vídeo e a música, ainda, são elementos que podem continuar sendo divulgados em outros espaços e ações. Portanto, esses materiais podem ser utilizados como importantes peças de mobilização de cidadãos para os debates desenvolvidos pelo projeto.

3. Uma breve análise sobre as experiências de Rio das Ostras e Armação dos Búzios

É possível destacar algumas similaridades e particularidades no desenvolvimento do EMC entre cada um dos municípios. As atividades refletem o perfil dos NVCs, os talentos de seus membros, as experiências dos grupos e as ações desenvolvidas previamente.

O NVC de Rio das Ostras abriu a rodada dos EMCs e optou por abordar o orçamento público municipal com foco na participação social para incidência no PPA. Para isso, convidou o presidente do CMPOP, também ex-membro do NVC, para dialogar durante o evento e mobilizar a população para colaborar com a construção do PPA municipal. O grupo escolheu construir artes gráficas para ilustrar sua visão e experiência acerca do controle social no município e incentivou a participação de jovens membras durante a roda de conversa. Destacaram assim, elementos muito valorizados pelo NVC: energia participativa da juventude, experiência de vivência em espaços de construção de políticas públicas, necessidade de diálogo de saberes para o exercício qualificado da cidadania.

O NVC de Armação dos Búzios privilegiou a participação de grupos que o núcleo tem mobilizado e dialogado desde as RCs. Compartilhou depoimentos e conhecimentos desses grupos e abriu espaço para manifestações artísticas e talentos do próprio NVC, a fim de utilizar a linguagem acessível, cativante e mobilizadora que buscava para o evento. O teatro, a música autoral e os vídeos foram bem avaliados e comunicaram a visão do NVC sobre a temática, além de explorarem os conhecimentos dos participantes.

Houve forte envolvimento de ambos os NVCs no planejamento, na mobilização e na execução das atividades para os EMCs. Contudo, desafios

impostos pelo modelo remoto devem ser ressaltados. Em Armação dos Búzios foi necessário disponibilizar equipamentos e conexão à internet para possibilitar a participação de alguns membros. Superadas as dificuldades de acesso tecnológico, os participantes sentiram-se confortáveis para engajar-se em todas as etapas do evento. Em Rio das Ostras não foram enfrentadas grandes dificuldades para acessar as tecnologias, entretanto houve necessidade de auxiliar as integrantes para que se preparassem para compor a roda de conversa. Foi preciso dialogar para romper a insegurança de participar pela primeira vez como representante do NVC em um espaço de exposição pública, o que acarretaria grande responsabilidade para compartilhar a essência e a experiência do grupo.

A participação engajada nesses eventos é desafiadora, porém muito valiosa. Afinal, a superação desses desafios traz aprendizado e prepara para a construção coletiva em novos espaços a serem desbravados no modelo remoto, principalmente quando se fala em participação e controle social em espaços de gestão pública. Essa reflexão pode ser percebida no depoimento construído pelo NVC durante a discussão para a elaboração deste capítulo.

A história do NVC se confunde naturalmente com o próprio projeto em sua origem. Mobilizar os comunitários tem um tempo árduo de convencimento e motivação que exigiu o esforço e entrega do próprio prestígio pessoal dos integrantes e da equipe técnica para vencer a desmotivação e a descrença, em dados momentos, em face das desigualdades e carências das comunidades envolvidas. Vencer essas barreiras foi o trabalho de arar a terra e preparar a sementeira.

Capítulo 13

As experiências e expectativas dos Núcleos de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo e Cabo Frio nas Reuniões de Articulação do PEA-TP

Ana Paula Pascoal
Eduarda Caillava
Gabriel Araújo
Gabriel Ribeiro
Ingrid Jibsqi
João Vitor Oliveira
Layla Poubel Tunala

Núcleo, onde o DNA do grupo é construído a cada reunião, a cada debate, palestra e repasse. Nele criamos cromossomos de pertencimento, constituímos nossa identidade, revelada a cada embate, a cada discordância, reconstruída com respeito e exercício de cidadania. Sempre chegamos a um acordo, a uma comunhão de valores. Somos um grupo que, como qualquer outro, tem diferenças e objetivos comuns, mas, RESPEITO, é a nossa essência.

Vigília, revela nosso foco, visão, alvo, objetivo, missão, nosso sonho, nossa cidadania. Precisamos estar atentos e vigilantes à nossa caminhada, às nossas próprias falhas e às falhas do poder público. Precisamos pensar, sonhar e planejar coletivamente, pois, não é sobre mim ou sobre você, é sobre nós. Não é sobre minha dor ou a sua, é sobre a nossa. E até mesmo sobre isso precisamos estar vigilantes!

Cidadã, cidadão, todos pensam que são, mas só quando estamos em exercício somos de fato. Muitos querem negar que somos, outros querem nos enganar, e outros nem sabem que são. Quando conhecemos nossos direitos

e deveres, nos tornamos gigantes, “o sol da liberdade, em raios fúlgidos” brilha sobre nós e passamos a ser vistos, a ter visão, passamos a ser escutados, pois deixamos de falar sozinhos. Coletivamente caminhamos em busca da igualdade de direitos garantidos nas lindas leis que vigoram em nosso país. Criamos estratégias de luta, erguendo “a clava forte da justiça”. A união de braços cansados e desafiados se encontram ecoando em outros grupos, renovando a esperança de um futuro que espelhe verdadeiramente a nossa grandeza.

NÚCLEO DE VIGÍLIA CIDADÃ, local onde a estrutura do conhecimento e empoderamento se forma e revela que juntos somos mais fortes, “ao som do mar e a luz do céu profundo” de Arraial do Cabo!

Poema “Núcleo de Vigília Cidadã” concedido pela membra Lucia Almeida de Oliveira, 2021.

Um peixe sozinho nada pelo oceano enfrentando os desafios da sobrevivência por si só. Quando em cardume ele é capaz de superar os maiores dos predadores. Então, por que nadar só?

Neste capítulo trazemos as experiências das articulações dos NVCs de Arraial do Cabo e Cabo Frio durante a Fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo, bem como as expectativas para o futuro e as reflexões sobre o passado. Para isto, abordaremos o aspecto conceitual das articulações no contexto do projeto e os relatos dos membros dos núcleos.

Quando aludimos o “fazer coletivo” retratamos de maneira efetiva o sentido das articulações. A articulação é o processo de engajamento, integração e fortalecimento dos grupos sociais inseridos nos projetos socioambientais, movimentos sociais ou instituições públicas e/ou privadas, com objetivos compartilhados para ações coletivas de melhoria da gestão ambiental do território e prática do controle e participação social.

Dentro do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), instituído por meio da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 001/10, define-se que os projetos devem atuar de maneira articulada e fundamentando-se no caráter da complementaridade de suas linhas de ação. Neste sentido, o programa dá-se como um:

conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada. [...] Promove a articulação de projetos que obedecem a linhas de ação diferentes, mas que

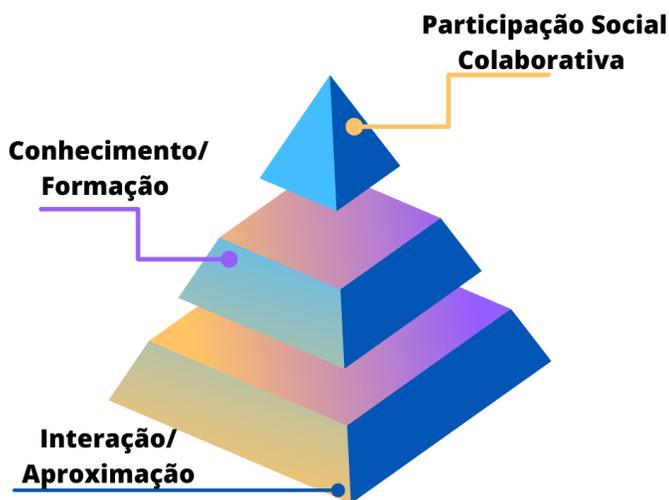
são complementares na gestão ambiental de determinada região. (Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 001/10).

Assim, de acordo com o que se vislumbra dentro do PEA-TP, é fundamental que seja praticada a troca de informações das ações planejadas e em execução, em busca do seu fortalecimento. E que o conhecimento seja compartilhado, de modo a qualificar e pensar estratégias para as intervenções e incidências políticas para a gestão ambiental pública. Por isso, vem-se discutindo esse caráter articulador do Territórios do Petróleo e os níveis de articulação:

- Aproximação: Articulação como parte do cultivo do entorno exercido no âmbito dos NVC, onde os representantes dos outros PEA são reconhecidos como parte de uma comunidade que compartilha dos mesmos princípios e possuem a mesma finalidade.
- Colaborativa: Articulação com vistas à ação e à participação social propriamente dita. Reunião, reflexão, planejamento e produção de ações conjuntas com finalidade definida dentro dos objetivos dos respectivos planos de trabalho.

A configuração que se desenha aqui culmina em uma ação participativa. São necessárias etapas prévias - também definidas como articulação -, de uma série de eventos de aproximação, trocas, estudos, pesquisa, amadurecimento, planejamento e organização.

Figura 1: Níveis de articulação no Projeto Territórios do Petróleo



Fonte: PEA-TP

Desta maneira, a participação social colaborativa é constituída a partir da práxis educativa dos PEAs, que se apresenta como uma ferramenta possível na constituição de uma cidadania política. Assim, estas atividades práticas coletivas e democráticas se propõem emancipatórias e transformadoras, a fim de uma superação das relações sociais, políticas e econômicas vigentes (FREIRE, 1996; MARX & ENGELS, 2002).

A partir dos fundamentos abordados, a explanação a seguir partirá de informações dadas pelos sujeitos prioritários que participam ativamente dos núcleos nesta terceira fase do projeto e no que diz respeito a essa vivência no modelo virtual, conseqüente à pandemia de covid-19.

As Reuniões de Articulação dos PEAs junto ao NVC revelam sua maior potencialidade quando identificamos, nos depoimentos dos membros, sinais de uma visão ampla do entorno e dos acontecimentos políticos do município. Os encontros permitem aos frequentadores terem contato com diferentes frentes movidas pelo corpo técnico dos PEA, cada qual agindo em consonância com os objetivos matriz do projeto, porém abrangendo áreas distintas de conhecimento e assuntos pertinentes às demandas identificadas. As trocas de resultados de estudos e pesquisas dos técnicos bem como as experiências de vida dos membros, compartilhadas, proporcionam para todos uma compreensão maior dos problemas a serem enfrentados, as soluções possíveis e para além do objetivo, um olhar subjetivo estendido sobre si e sobre a realidade.

Mesmo em tempos de crise sanitária e restrições de contato e convívio, as reuniões no formato on-line mostram-se relevantes. A manutenção do contato, através das reuniões virtuais, mantém ativo o sentimento mobilizador dos membros. Alertas, nada passa despercebido pelo olhar crítico desenvolvido. Impressionam a equipe as nuances presentes nos depoimentos dos membros no que diz respeito à identificação de conquistas, potencialidades e limitações enfrentadas no formato que operamos hoje.

1. Núcleo de Vigília Cidadã de Cabo Frio

O NVC de Cabo Frio é muito participativo nos debates e nos espaços de decisão do município, a partir dos conhecimentos adquiridos no PEA-TP e demais projetos do PEA-BC. Segundo relatos dos próprios membros, a participação lhes confere ferramentas e estratégias para poderem inserir-se de forma qualificada nas decisões que impactam suas respectivas localidades e sua cidade. A partir dos debates que ocorrem também nas reuniões do NVC,

muitos se engajaram na luta coletiva que é tratada no projeto e nas suas lutas individuais.

[...] os PEAs se planejam para realizar as coisas e chegam aos lugares para serem ouvidos. Já criaram voz na ALERJ, criaram voz na AGENERSA. [...] chegar com PEAs, chega com bagagem e chega com respeito por ter uma instituição com peso por trás. Essa é uma troca com uma grandeza muito grande (*sic.*). Até porque nós temos uma linguagem popular por sermos a população. E eles estão preparados para repassar esse conhecimento para outras comunidades (Relato concedido pelo membro Eli da Costa Cardoso, 2021).

Tendo em vista as dificuldades para a participação e controle social nos espaços públicos do município de Cabo Frio, os PEAs vêm estreitando sua relação articulada desde suas fases anteriores. Atualmente, esse engajamento tem sido ímpar: tanto em função dos encontros facilitados pelo modelo virtual, quanto pelo amadurecimento dos atores sociais em relação à importância da pressão popular e das questões coletivas.

Participar do projeto, ser um *peeiro*¹ e ter esse desejo espontaneamente de acertar, mais que errar, querer melhorar a comunidade, lutar pelas nossas pautas, mas também se atentar às pautas dos vizinhos. E o projeto dá condição de ver e de vestir a camisa das demandas do outro e o outro vestir a camisa das nossas demandas. [...] A experiência de fazer articulação é um momento que todos colocam seu desejo de melhorar a coletividade. [...] Até mesmo, quando o projeto não consegue ajudar efetivamente, em algum momento, há sempre um auxílio com alguma questão de passar um conhecimento, há uma troca de conhecimento, de experiência, há sempre um ganho. É uma coletividade que se permite participar de espaços de discussão, que os projetos permitem que nós consigamos chegar nesses lugares de forma qualificada. Os projetos se invisibilizam para que os comunitários sejam os protagonistas políticos (Relato concedido pelo membro Eli Cardoso, 2021).

¹ Peeiro é um termo habitualmente usado para caracterizar indivíduos que participam de vários projetos de educação ambiental vinculados ao licenciamento ambiental federal de petróleo e gás

Pensando nisso, durante o ano de 2021, a incidência política na gestão pública municipal tem sido participativa e efetiva. As atividades articuladas foram iniciadas já em fevereiro, pensando o ano orçamentário que se iniciara. Assim, a partir das reuniões de articulação, o grupo envolvido elaborou e protocolou propostas coletivas para o Plano Plurianual (PPA) 2022 - 2025: foram enviadas propostas específicas de cada PEA e uma proposta unificada com a assinatura de cada projeto. A proposta do coletivo foi sobre a inclusão do Orçamento Participativo no planejamento municipal. Esta, por sua vez, foi discutida e elaborada a partir das próprias demandas dos sujeitos prioritários da ação.

A proposta enviada pelo NVC foi para a instituição e manutenção do Conselho Municipal de Fiscalização dos Royalties (COMFIRP). Esta demanda surgiu dos integrantes de maneira autônoma. A percepção e o amadurecimento sobre a relevância da atuação em um espaço como este (Conselho Municipal) partiram do próprio Núcleo e em consonância às trocas de experiências possibilitadas pelas reuniões entre os PEA.

A articulação entre os PEAs é de fundamental importância para o projeto e seus membros, pois, apesar de alguns elementos do grupo participarem de outros projetos, é uma forma de todos se informarem e contribuírem com as ações feitas nesses PEAs e também articularem ações conjuntas aproveitando os conhecimentos adquiridos em cada um deles (Relato concedido pelo membro Altair de Oliveira, 2021).

A participação na revisão do Plano Plurianual (PPA) do município de Cabo Frio foi uma das atividades que mais demandou esforços de articulação dos membros do núcleo, como relatado pelo membro Orlando Pacheco (2021), para quem a experiência de articulação em torno do PPA transmitiu “confiança e energia aos comunitários para enviar os documentos e ofícios”. Outra ação conjunta entre o NVC e os outros PEA foi a participação na revisão do Plano Diretor da cidade. Vale lembrar que o Plano Diretor é um planejamento a longo prazo (10 anos) e, no entanto, a última revisão em Cabo Frio foi no ano de 2006. Assim, a partir de 2019 houve alguma mobilização do poder público para tal, o que foi pausado em função da pandemia e retomado somente em 2021. A partir disso os PEA se reuniram para estudar as leis que estariam sendo revisadas no Plano Diretor.

Em seguida, trazemos alguns relatos dos membros do NVC compartilhando seu sentimento e percepção sobre as articulações e sua participação.

[...] participo do Projeto do Territórios do Petróleo faz uns três anos (eu acho). Bom, eu gostei muito de ter conhecido esse projeto porque aprendi coisas que no meu dia a dia não aprenderia. Me traz conhecimento sobre o que é royalties, explica sobre o petróleo, coleta de lixo, entre outros. Acho importante porque ele abre a mente, nos traz aprendizado, gosto quando juntam os PEA pois falamos de vários assuntos e aprendemos mais uns com os outros (Relato concedido pela membra Naiure Pereira, 2021).

Comecei a participar do NVC no final de 2020, tendo somente interações virtuais com o projeto e as articulações. Não posso dar relato de como era para mim no formato presencial, porém no formato virtual vejo pontos positivos e negativos na articulação. Por um lado, os encontros virtuais facilitaram para as pessoas que estavam longe e podem ter horários mais flexíveis (em alguma medida), porém as dificuldades estariam na exaustão que muitos estão por só ter esse contato virtual e assoberbados de compromissos

(Relato concedido pela membra Ana Carolina de Oliveira, 2021).

Desta maneira, trazemos um quadro sintético das participações sociais colaborativas realizadas a partir das reuniões de articulação nesta Fase III do projeto. Relevante lembrar que, para chegar-se a este ponto, outras reuniões de articulação foram executadas a fim de realizar o planejamento das demandas municipais trazidas pelos sujeitos prioritários. Este processo foi de fundamental importância para a elaboração de atividades que propusessem uma participação democrática e coletiva. Até o presente momento (setembro/2021), no total, foram realizadas 21 Reuniões de Articulação. Dentre estas, destacamos aquelas que tiveram desdobramentos evidenciados em função da participação social colaborativa, junto aos membros do NVC, sujeitos da ação educativa dos demais PEAs e equipes dos PEAs parceiros. Destacamos que participaram também, além dos membros do NVC, os PEAs NEA-BC, Pescarte, Quipea, Rema, Observação e Foco. Também registramos presenças de convidados como representantes da Petrobras, OAB-RJ, Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente, Ministério Público Federal, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outros. Extraímos dos relatórios desses encontros um breve histórico que revela objetivamente cada “bloco” dessa construção.

Tabela I. Síntese das Reuniões de Articulação de Participação Social Colaborativa de Cabo Frio.

Quando?	Pra quê?	No que resultou?
29/09/2020	Dar andamento à elaboração do Plano Municipal de Educação Ambiental do Município de Cabo Frio (PMEA).	Ampliação diagnóstica da EA no município e do diálogo com a sociedade civil sobre o PMEa.
19/10/2020	Discutir estratégias de divulgação para o Diagnóstico Participativo (DP) do PMEa.	Deliberação sobre divulgação do DP; Encaminhamento para institucionalização do GT do PMEa por meio de decreto paritário.
11/02/2021	Traçar estratégias de fortalecimento para ações conjuntas entre os PEAs em função das demandas dos sujeitos prioritários.	Estabelecimento de uma agenda das articulações entre PEAs; Levantamento das questões prioritárias no município; Formação de dois Grupos de Trabalho: GT de Orçamento e GT de Saneamento.
04/03/2021	Estudar o edital do Comitê de Bacias Hidrográficas Lagos São João (CBHLSJ) para pleitear uma cadeira de representação neste espaço.	Inscrição de grupos (colônias de pesca) e representação conquistada no Comitê.
26/04/2021	Realizar discussão sobre peças orçamentárias e refletir sobre propostas a serem elaboradas para o PPA de Cabo Frio.	Apropriação dos modelos de documentos para elaboração de proposta para o PPA.
13/05/2021	Discutir elaboração de proposta coletiva da articulação para o PPA.	Levantamento de propostas e deliberação pelo Orçamento Participativo como proposta coletiva.
27/05/2021	Iniciar a elaboração da proposta coletiva da articulação para o PPA.	Elaboração de proposta encaminhada.
07/06/2021	Retomar as discussões do processo de construção do Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA) de Cabo Frio.	Apresentação e estabelecimento da Comissão de Acompanhamento do PMEa.
02/07/2021	Finalizar proposta para o PPA	Conclusão e aprovação de proposta para o PPA. Proposta protocolada na Secretaria de Fazenda dia 09/07/21. A proposta foi aprovada pelo poder público em setembro de 2021.

12/08/2021	Qualificar os SAE para a participação da consulta pública sobre o Plano Diretor.	Deliberação sobre contribuições para a consulta pública do Plano Diretor.
30/08/2021	Elaborar e-mail com as sugestões da articulação para consulta pública do Plano Diretor.	Elaboração concluída. Participação encaminhada por e-mail em 31/08/21
09/09/2021	Retomar a discussão do Saneamento Ambiental no município de Cabo Frio e a Transposição do Rio Una.	Proposta de uma reunião com os responsáveis pelo saneamento municipal e planejamento para a elaboração de documentos.

Fonte: elaboração das autoras.

2. Núcleo de Vigília Cidadã de Arraial do Cabo

A Fase III do projeto teve seu início em uma situação atípica, em meio à pandemia de covid-19. Infelizmente, muitos dos membros perderam familiares e um membro assíduo e comprometido com o núcleo veio a falecer. A pandemia também aprofundou as desigualdades sociais, e muitas famílias cabistas enfrentam uma situação econômica crítica. Os membros relataram a insegurança alimentar vivida por eles e suas comunidades e como a ausência de condições materiais básicas impacta negativamente a vida das pessoas bem como, conseqüentemente, sua participação nos espaços virtuais.

As coisas andam muito devagar para alguns, principalmente o pescador. Muitos querem integrar, mas têm muitas dificuldades para a questão remota. Quando não era remoto, ainda conseguimos colocar um pescador na ativa na sala de reunião. Mas agora eu não vejo muito isso acontecer. Então, a comunicação online teve essa dificuldade pra muita gente. O que já era excluído agora tá muito mais. Quem já *tava* no meio do caminho andado, conseguiu se integrar. Eu mesmo precisei de 8 meses para me integrar, falar, entender e participar bem (Relato concedido pelo membro Alexandre Sampaio, 2021).

Diante desse momento de tanta fragilidade, foi colocado o desafio de iniciarmos uma nova forma de comunicação e interação. O modelo virtual foi, para muitos, uma dificuldade e uma novidade que impôs a necessidade de desenvolver novas habilidades e conhecimentos sobre o uso de tecnologias e aplicativos.

Nessa nova jornada, com o objetivo de manter e fortalecer a coesão do

núcleo, a equipe técnica também se capacitou para dar suporte aos membros e conseguir cumprir com os objetivos e metas para nossas reuniões virtuais. Apesar das adversidades e dos problemas técnicos, os membros se encontraram solícitos para superar os desafios e seguir caminhando juntos.

Os problemas econômicos resultam, para muitos, em falta de acesso aos dispositivos necessários à comunicação virtual. Enquanto outros, mesmo com aparelhos, precisaram superar os desafios tecnológicos (como wi-fi instável, aparelhos que não suportam alguns aplicativos), e se familiarizar com a plataforma utilizada pelo PEA-TP para se tornarem mais interativos, como podemos observar nos relatos abaixo:

[...] fomos obrigados a manusear esta tecnologia para que pudéssemos continuar com o desenvolver do Projeto Territórios e NVC Arraial do Cabo. Foi difícil essa adaptação, pois sentimos falta dos encontros presenciais, mas por questão de segurança de saúde pública fomos em frente (Relato concedido pelo membro Nelson Monteiro, 2021).

Nesta fase do projeto, em decorrência da pandemia, nossas Reuniões de Articulação passaram a ser on-line, impondo aos membros adaptações a esta nova modalidade que logo foi incorporada pelo grupo. São nessas reuniões que interagimos e através da troca de conhecimentos, crescemos socialmente e tecnicamente, contribuindo assim para o nivelamento de todo o grupo (Relato concedido pelo membro Deoclécio dos Santos, 2021).

O novo modelo virtual também os ajudou a participar com mais segurança e propriedade das atividades em conjunto aos outros PEA, reuniões em conselhos, na câmara dos vereadores, entre outros espaços. Para aqueles que entraram no NVC neste período, as atividades virtuais têm sido vistas como eficientes, representando uma alternativa a ser realizada inclusive após o retorno das atividades presenciais, com o objetivo de ampliar a possibilidade de participação de mais pessoas.

Quando entrei no grupo, já iniciei com as reuniões virtuais, achei bem interessante e inovador. Penso que passando a pandemia, esta ferramenta poderia continuar como uma opção para que as pessoas que não tiverem tempo de participar presencialmente, possam fazê-lo virtualmente (Relato concedido pela membra Reilza Weber, 2021).

Um dos membros relatou que, antes da pandemia, não tinha muito contato

com as articulações pelas redes sociais, mas que hoje percebe que consegue participar de mais atividades de articulação e entrar em contato com mais pessoas a partir das redes e dos aplicativos do celular. Nesse ponto, a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia trouxe um bom resultado em termos de articulação.

É incrível falar isso, que a pandemia possa ter melhorado alguma coisa. Porque antes da pandemia chegar, a gente fazia as articulações pessoais, a gente tava sempre reunindo o pessoal e era um pouco demorado. Hoje, eu tenho mais contato sem ter que sair de dentro de casa. Eu participo de várias reuniões em curto espaço de tempo e dias, e tudo mais. Quer dizer, as articulações andam mais do que andavam. As informações vêm e voltam de uma forma on-line, então a gente já tá adquirindo um pouco mais de sinceridade que, no entanto, para nós, tinha que ser olho no olho. Agora não, a gente sabe que é necessário isso, e é necessário fazer desse jeito. É desse jeito que a gente tá cada vez mais acreditando (Relato concedido pelo membro José Antônio Freitas, 2021).

Com os objetivos de fomentar a articulação entre os PEA, analisar suas atuações, rever e fortalecer as metodologias utilizadas no período da pandemia, foi realizada a 1ª *Live* Quipea em outubro de 2020. Participaram desse encontro virtual os representantes dos PEA Territórios do Petróleo, Observação, Pescarte, Rema, NEA-BC e Foco, além da participação especial do prof. José Quintas, consultor do PEA-TP. Na ocasião, destacou-se a importância de trabalhar a escuta e valorizar a oralidade, especialmente nesse momento em que somos provocados a desenvolver novas estratégias.

Para realizar o reconhecimento entre as equipes do PEA-TP e Foco, e compartilhar informações sobre os projetos, o município e suas localidades, foi realizada uma reunião de articulação entre as equipes, em fevereiro de 2021. Nesse mesmo mês ocorreu a primeira reunião de aproximação da Fase III entre as equipes do PEA-TP, Pescarte e NEA-BC, que teve como objetivo levantar as pautas em comum e articular a Lei de Iniciativa Popular (LIP), projeto iniciado na Fase II pelos membros do NVC Arraial do Cabo.

Entre março e abril de 2021 ocorreram três reuniões de articulação com o objetivo de realizar um planejamento inicial de atividades entre os PEA (Territórios do Petróleo, Foco, Pescarte e NEA-BC) e os sujeitos prioritários do município, além de discutir os pontos de interseção entre eles e buscar estratégias para realizar ações conjuntas de controle social no município de Arraial do Cabo.

Nos meses de julho e agosto de 2021, ocorreram as duas primeiras reuniões

de elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental de Arraial do Cabo (ProMEA), com a participação do PEA-TP, a convite da Secretaria de Meio Ambiente. O ProMEA objetiva fomentar e articular as ações de Educação Ambiental no município de Arraial do Cabo para elaboração do programa. Ainda em julho de 2021 foi realizada uma atividade de participação social colaborativa envolvendo os PEAs e outras instituições com o objetivo de discutir e traçar estratégias para lidar com as questões de saneamento básico nos municípios de Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio. Essa atividade está apontada na Tabela 1.

Projeto de Lei de Iniciativa Popular do NVC de Arraial do Cabo

Na percepção dos membros do NVC de Arraial, as articulações se referem a uma integração mais ampla, constituindo um espaço no qual possam ser firmadas parcerias em prol da ampliação das discussões relevantes na municipalidade e das comunidades vulneráveis. Neste sentido, é de extrema relevância articular e promover o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (LIP) dentro da sociedade cabista, principalmente a comunidade pesqueira e as suas lideranças.

A LIP é um projeto elaborado pelo NVC de Arraial do Cabo com o objetivo de destinar 2% do orçamento dos recursos petrolíferos para a criação e manutenção do Fundo Municipal de Apoio à Pesca Artesanal de Arraial do Cabo – FUNPESCA. Este fundo será responsável por viabilizar capacitação, infraestrutura, aparatos tecnológicos e outros aspectos que promoverão o desenvolvimento da pesca artesanal no município. Assim, para que os cidadãos possam propor uma lei em nível municipal, é preciso que se tenha a assinatura de ao menos 5% do total dos eleitores e eleitoras do município, no caso de Arraial, aproximadamente, 1497 assinaturas.

A expectativa é de que, após ampla discussão com representantes da pesca do município e articulação com o PEA Pescarte, serão realizados os ajustes finais e o recolhimento das assinaturas necessárias para que o projeto siga para a câmara dos vereadores. Na câmara, os vereadores poderão introduzir emendas ao projeto que, caso seja aprovado, seguirá para o poder executivo sancioná-lo ou vetá-lo.

No NVC, a perspectiva de que os pescadores constituem um dos principais grupos afetados pela indústria do petróleo é majoritária. Da mesma forma, existe entre os membros o entendimento de que a LIP irá beneficiar não somente os cerca de 1200 pescadores do município, mas também suas famílias, comunidades e toda a sociedade cabista sendo, portanto, de interesse do município.

Falar sobre a LIP, por exemplo, é uma coisa muito boa pra mim, que posso articular as informações não só dentro do grupo, mas também fora dele nas reuniões das associações e tudo mais. E a importância pra quem vai

receber também, né? Que não sou só eu. É como um todo, a sociedade, não a família do pescador só. [...] E não é nada de impossível, porque uma coisa que a gente vai buscar é de direito até nosso, né? O primeiro impactado que tem é o pescador. Então, de primeira mão, deveria ser o primeiro a receber a contribuição, a ser ressarcido. E isso nada mais é do que uma arma, uma ferramenta a mais para aquele mais impactado, separadamente dos demais. (Relato concedido pelo membro José Antônio Freitas Batista, 2021).

Articulação nas Reuniões Comunitárias

As Reuniões Comunitárias são espaços nos quais os conhecimentos adquiridos nas Reuniões Ordinárias dialogam com as realidades locais dos membros do NVC. Esse novo modelo virtual também facilitou a presença dos membros nas Reuniões Comunitárias realizadas nas localidades impactadas e diagnosticadas pelo PEA-BC, assim como nas comunidades que foram identificadas posteriormente pelo PEA-TP, representando um total de 16 (dezesesseis) comunidades alcançadas pelo NVC. Apesar disso, na visão dos membros do núcleo, o modelo remoto também aumentou a distância para aqueles a quem ainda falta acessibilidade, aumentando a vulnerabilidade das comunidades mais desamparadas em função da desinformação e falta de proximidade impossibilitada por este diálogo virtual.

Nesses espaços, os membros trocam experiências com os moradores e moradoras das diferentes localidades, avaliam seus problemas e demandas comunitárias a partir de uma percepção mais ampla, além de buscarem, em conjunto, possíveis caminhos para superar suas condições atuais. As Reuniões Comunitárias têm demonstrado enorme potencial de envolvimento, articulação e participação entre os membros e também entre as comunidades:

A minha visão mudou com a experiência de participar das reuniões virtuais comunitárias. Está sendo única. Você percebe que dá certo, as pessoas participam e colocam suas dificuldades sentidas no seu dia a dia e de seu bairro. Quero destacar que nesses encontros você encontra pessoas conhecidas, observa o quanto cresceram em termos de conhecimento de seus direitos. O sentimento é de união

(Relato concedido pela membra Reilza Weber, 2021).

Ao longo desse processo, como mencionado no relato abaixo, foi observado que os problemas enfrentados pelas comunidades são semelhantes e podemos destacar, entre os principais, a falta de saneamento básico, infraestrutura, segurança e de atividades voltadas para a juventude.

Uma coisa maravilhosa foi as Reuniões Comunitárias que desenvolvemos nesse período. Sempre pensamos em realizar as mesmas, porém neste período conseguimos fazer, percorremos vários bairros do nosso município identificando os seus problemas e tentando encontrar soluções. O que percebemos foi que os problemas são os mesmos nos bairros de nossa cidade, porém de uma visão diferente dos moradores deles (Relato concedido pelo membro Nelson Monteiro, 2021).

A educação ambiental crítica é libertadora quando forjada em uma concepção histórica que rejeita o determinismo e fomenta o caminho das possibilidades de transformação das situações-limite. Nesse sentido, “o inédito-viável é uma proposta prática de superação, pelo menos em parte, dos aspectos opressores percebidos na realidade” (FREIRE, 2018, p. 41). Essa superação, como aponta Freire (2018), apenas ocorre quando a luta pela construção de possibilidades se torna coletiva.

A perspectiva de atingir o inédito-viável passa pela necessidade de superarmos o individualismo para darmos as mãos em prol de objetivos comuns. Tal proposta se expressa com muita clareza entre os membros, que destacam o poder em potencial atribuído a um grupo quando o mesmo se organiza coletivamente. Podemos observar esse horizonte nas narrativas do NVC:

E o nosso propósito, a nossa esperança é sempre seguir em frente pra ter cada vez uma mudança de melhoria. Para que possamos, juntos, encontrar os nossos objetivos e alcançar todas as determinações. Seguir em frente com os nossos propósitos, que a união sempre faz a força (Relato concedido pela membra Angélica Ribeiro, 2021).

NVC. História de vidas e companheirismo. Uma rede a qual um se informou, gostou e compartilhou para que todos participassem desta boa nova. Uma rede que não parou, mesmo neste estado de pandemia, de amigo convidar amigo a participar, aprender, compartilhar e colaborar para transformar. Não começou com a história das necessidades de trabalhar e receber. Somos uma rede que valoriza o saber, a democracia, pluralismo, conservadorismo apartidário e sem credo.

Deveres e direitos tentamos entender e alinhá-los.

Rede coesa, firme e forte que está a colaborar em nossa cidade, ensinando, orientando e objetivando. NVC, nós contamos com você (Relato concedido pela membra Cleusa Rocha, 2021).

Quanto ao futuro do projeto, tenho a esperança de que em breve possamos sair dos estudos para a ação de fato e assim contribuir de forma decisiva para que o executivo, legislativo, cidadão e o judiciário, cada um no seu quadrado cumpram com seu dever de fato na aplicabilidade e controle dos recursos advindos dos royalties (Relato concedido pelo membro Deoclécio dos Santos, 2021).

Por fim, reitera-se o caráter da educação ambiental crítica e participativa que envolve as práticas coletivas que se orientam nos aspectos emancipatórios e transformadores, com bases na pedagogia política freireana, pela libertação, autonomia e superação das relações de dominação. Pela luta em defesa dos interesses populares.

Este capítulo foi elaborado a partir da contribuição coletiva e troca de vivências expressas pelos membros do NVC de Cabo Frio: Alcinea Gama, Altair de Oliveira, Ana Carolina Oliveira, Eli da Costa Cardoso, Eliana Ferreira, Joanita Carmem, Lorena Almenara, Lucas Rosindo, Marcos André Leal, Margarida Alves, Naiure Baitinga, Orlando Pacheco; e pelos membros do NVC de Arraial do Cabo: Alexandre Sampaio, Angélica Ribeiro, Chirley Cardoso, Cleusa Rocha, Deoclécio Amorim, Edgar Costa, José Antônio Freitas, Laurinda Magalhães, Lucia Almeida, Nelson Cordeiro, Reilza Weber, Sebastião Ribeiro, Sandra Fonseca e José Hélio Nunes (*in memoriam*).

Sr. José Hélio, sua trajetória será lembrada com carinho e admiração, ressaltando sua intensa participação apesar de suas limitações de saúde, um membro atuante no núcleo e na liderança comunitária do município. Destacamos que é de grande importância dar continuidade às lutas das quais este companheiro participava, dar continuidade ao projeto de lei que começou a ser esboçada e desenvolvida na Fase II, com participação intensa do membro.

José Hélio Nunes da Silva, 51 anos. Faleceu em 04 de julho de 2020. Integrante do NVC de Arraial do Cabo desde 2017.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Ana Maria Araújo Freire (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2018

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista 1848**. Porto Alegre: L&PM. 2002.



Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



PETROBRAS



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA

